

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

BRUNO GASTÓN VERA PIEDRABUENA

Esquerdismo na América Latina (2002-2008): o racha à esquerda no *Frente Amplio* em perspectiva comparada com o racha à esquerda no Partido dos Trabalhadores

Versão Corregida

SÃO PAULO

2017

BRUNO GASTÓN VERA PIEDRABUENA

Esquerdismo na América Latina (2002-2008): o racha à esquerda no *Frente Amplio* em perspectiva comparada com o racha à esquerda no Partido dos Trabalhadores

Versão Corregida

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

SÃO PAULO

2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Bruno Gastón Vera Piedrabuena

Título: Esquerdismo na América Latina (2002-2008): o racha à esquerda no Frente Amplio em perspectiva comparada com o racha à esquerda no Partido dos Trabalhadores

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em:

Banca examinadora:

Prof (a). Dr(a). Instituição:

Julgamento: Assinatura:

Prof (a). Dr(a). Instituição:

Julgamento: Assinatura:

Prof (a). Dr(a). Instituição:

Julgamento: Assinatura:

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P613e Piedrabuena, Bruno Gastón Vera
Esquerdismo na América Latina (2002-2008): o racha à esquerda no Frente Amplio em perspectiva comparada com o racha à esquerda no Partido dos Trabalhadores / Bruno Gastón Vera Piedrabuena ; orientador Bruno Wilhelm Speck. - São Paulo, 2017. 226 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Ciência Política.

1. Partidos Políticos. 2. Governos de esquerda. 3. Rachas à esquerda. 4. América Latina. 5. Process tracing. I. Speck, Bruno Wilhelm, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Ciência Política (DCP), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), agradeço ao acolhimento e à oportunidade de ser parte discente deste departamento.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, evidencio a importância da bolsa de estudos, sem a qual, seria impossível o desenvolvimento desta pesquisa no Brasil. Foi este incentivo financeiro que possibilitou o processo de produção e finalização deste trabalho.

Ao professor Bruno Wilhelm Speck, meu orientador, sou muito grato pela confiança no decorrer de toda a pesquisa e na escrita desta dissertação. Fazer a leitura crítica, apontar lacunas e contribuir com momentos em que me encontrava com dúvidas, foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Por isso, meu agradecimento especial.

A cada professora e professor do DCP sou grato pela formação, que possibilitou a reflexão de meu objeto de estudo a partir de diferentes perspectivas, que muito contribuíram para o desenvolvimento do presente trabalho, especialmente aos professores dos cursos relacionados a partidos e sistemas de partidos: meu orientador Bruno, ao professor Paolo Ricci e ao professor André Singer; e às professoras e professor dos cursos de métodos, Lorena Barbeira, Elizabeth Balbachevsky e Adrian Albala.

Agradeço à IPSA-USP Summer School e, muito especialmente, ao professor Derek Beach por seus cursos de *process-tracing* e estudo de caso da sexta e sétima edição. Metodologicamente, este trabalho é resultado do conhecimento adquirido ao longo desses cursos e teria sido impossível realizá-lo sem ter passado por eles. Também agradeço aos meus colegas destes cursos, pela sua ajuda, paciência e generosidade, em particular a Camila Rocha, Betina Sure e Marcos Campos.

Ao GT de partidos políticos do DCP-USP, especialmente ao professor Glauco Peres. Ao professor Oswaldo Amaral e ao GT de Política Brasileira do IFCH da Universidade de Campinas, grupo com o qual comecei desenvolver algumas ideias que estão expostas neste trabalho e cujos aportes e discussões foram substantivos para aprimorá-las.

Agradeço também a todas e todos colegas do DCP, à representação discente do DCP e da FFLCH, e aos entranháveis companheiros e companheiras da chapa “Pós Ativa, Voz Ativa!”.

Sou muito grato ao professor Daniel Buquet, meu orientador durante a formação no Uruguai, e aos outros professores e professoras do Instituto de Ciencia Política de la Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de la República. Agradeço, em especial, aos professores Adolfo Garcé, Daniel Chasquetti, Constanza Moreira, Jaime Yaffé, Carmen Midaglia e ao professor Julián González Guyer, que teve paciência de ler minhas primeiras versões do caso uruguaio e realizar comentários críticos que serviram para aprimorar meu trabalho. Também agradeço e dedico este trabalho ao querido professor, lamentavelmente falecido, Pedro Narbono... *Gracias por tanto Pedro, aprendí muchísimo con vos!*

Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram e/ou contribuíram para desenvolver este trabalho. Dentre elas, ao professor Carlos Moreira, ao Coletivo Rosa Zumbi do PSOL, aos companheiros e companheiras do *Frente Amplio* e do *26 de Marzo* do Uruguai.

Aos meus colegas do Conselho e companheiros da Cooperativa *Club Ancap*: Jorge Roballo, Federico, Marta, Whashington, Antonio, Daniel, Jorge Soler, Jorge Álvarez e Mara.

Agradeço muito especialmente e dedico este trabalho para meus amigos e amigas: Enrique, Verónica, Amanda, Diego, la Pipa, Sandra, Fernando, Luiza, Paulo, Débora, Vinicius, Jéssica, Fer Ferrari, Elisa, Marcela, André, Luciana, Lívia, Micaela Melgar e à Vanessa, que leu todas as versões, corrigiu meu portunhol, agilizou contatos e entrevistas, e foi apoio moral nos momentos mais complicados... Obrigado a todos e todas!

Por fim, dedico este trabalho à minha família: meus pais, Susana e Weiler; meus irmãos, Nancy, Gustavo e Seba, meus sobrinhos/a, Anthony, Dylan, Emiliano, Iñaki, Iker, Tao e Gaia, e todos/as meus primos, primas, tios e tias. Sem seu apoio e amor, também teria sido impossível.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é construir uma hipótese de *mecanismo causal* do esquerdismo nos governos de *esquerda renovadora* da América Latina a partir do estudo de caso do racha à esquerda do *Frente Amplio* (FA) do Uruguai, e testar esta hipótese com o caso do racha à esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil. Utilizando *theory building process-tracing*, a partir da literatura sobre partidos políticos foram elaboradas, e testadas no caso uruguaio, três hipóteses de partes de *mecanismo causal*, as quais estabelecem: (i) o movimento ao centro feito pelo FA para atingir objetivos eleitorais é parte do *mecanismo causal* do racha da fração 26M; (ii) as situações de crise com o governo do Presidente Tabaré Vázquez se constituíram em parte do *mecanismo causal* do racha do 26M; e (iii), a diminuição das oportunidades do 26M de incidir na toma de decisões do FA, combinada com sua perda de *zonas de incerteza* dentro do partido, tornou-se parte do *mecanismo causal* do racha desta fração. As evidências apresentadas para cada hipótese suportaram o *Hoop test*, o que deu um alto poder confirmatório das hipóteses, porém, não permitiu descartar hipóteses alternativas.

Com base nos resultados do caso Uruguaio, se construiu uma hipótese de *mecanismo causal* dos processos de esquerdismo nos governos de *esquerda renovadora* da América Latina que contém 8 partes, as entidades (atores) e ações envolvidas em cada uma delas. Por fim, utilizando *theory-testing process-tracing*, se fizeram apontamentos sobre o funcionamento da hipótese no caso do processo das frações que racharam com o PT e formaram o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). As evidências apresentadas neste caso não foram submetidas a testes empíricos, porém, de maneira geral, não diminuíram nossa confiança na hipótese de *mecanismo causal*. Inclusive, se produzindo uma trajetória divergente entre as frações que derivou na estruturação em dois momentos do PSOL, não foi necessário adicionar de maneira *ad-hoc* partes para o mecanismo, pois as forças causais foram transmitidas pelas partes nele estabelecidas, encurtando-o no caso das frações que racharam no primeiro momento, e percorrendo-o parte por parte, no caso da fração que rachou no segundo momento.

ABSTRACT

The aim of this Master's dissertation is to construct a causal mechanism hypothesis of leftism in the Latin American renovation of left-wing governments. This will be reviewed in two parts: starting with the case study of the split in the left of the *Frente Amplio* (FA) party of Uruguay, and furthermore to test the hypothesis with the case study of the split in the left of the *Partido dos Trabalhadores* (PT) of Brazil. Using theory-building process-tracing from literature about political parties, three hypotheses of parts of causal mechanism were elaborated and tested in the Uruguayan case, which established that: (i) the movement towards the center made by the FA to achieve electoral objectives was part of the causal mechanism of the split of the fraction 26M; (ii) crisis situations with the government of President Tabaré Vázquez were part of the causal mechanism of the split of 26M; and (iii) the reduction of 26M's opportunities to influence FA decision-making process, combined with the loss of zones of uncertainty within the party, became part of the causal mechanism of fracture of this fraction. The evidences presented for each hypothesis withstood the Hoop test, which gave a high confirmatory power to the hypotheses, however, they did not allow for the disregard of alternative hypotheses.

Based on the results in the case of Uruguay, a hypothesis of causal mechanism of the leftist processes in the Latin American renovation of left-wing governments was constructed, which contains 8 parts, the entities (actors) and actions involved in each one of them. Finally, using theory-testing process-tracing, notes were made on the functionality of the hypothesis in the process of fractions that broke with the PT and formed the *Partido Socialismo e Liberdade* (PSOL). The evidence presented in this case was not subjected to empirical tests, however, in general, it did not diminish our confidence in the causal mechanism hypothesis. Even if there was a divergent trajectory between the fractions that resulted in the structuring in two moments of PSOL, it was not necessary to add parts to the mechanism ad-hoc, because the causal forces were transmitted to the parties in it, shortening it in the case of the fractions that broke initially, and going part by part, in the case of the fraction that broke after.

RESUMEN

El objetivo de esta tesis de maestría es construir una hipótesis de *mecanismo causal* del izquierdismo en los gobiernos de *izquierda renovadora* de América Latina a partir del estudio de caso de la ruptura a la izquierda del Frente Amplio (FA) de Uruguay, y testar esa hipótesis con el caso de la ruptura a la izquierda del *Partido dos Trabalhadores* (PT) de Brasil. Utilizando *theory building process-tracing*, a partir de la literatura sobre partidos políticos fueron elaboradas, y testeadas en el caso uruguayo, tres hipótesis de partes de *mecanismo causal*, las cuales establecen que: (i) el movimiento al centro hecho por el FA para alcanzar objetivos electorales es parte del *mecanismo causal* de ruptura de la fracción 26 de Marzo (26M); (ii) las situaciones de crisis con el gobierno del Presidente Tabaré Vázquez se constituyeron en parte del *mecanismo causal* de la ruptura del 26M; y (iii) la disminución de las oportunidades del 26M de incidir en la toma de decisiones del FA, combinada con su pérdida de *zonas de incerteza* dentro del partido, se volvió parte del *mecanismo causal* de la ruptura de esta fracción. Las evidencias presentadas para cada hipótesis soportaron el *Hoop test*, lo que dio un alto poder confirmatorio de las hipótesis, sin embargo, no permitió descartar hipótesis alternativas.

Con base en los resultados del caso uruguayo, se construyó una hipótesis de *mecanismo causal* de los procesos de izquierdismo en los gobiernos de izquierda renovadora de América Latina que contiene 8 partes, las entidades (actores) e acciones envueltas en cada una de ellas. Finalmente, utilizando *theory-testing process-tracing*, se hicieron señalamientos sobre el funcionamiento de la hipótesis en el proceso de las fracciones que rompieron con el PT y formaron el *Partido Socialismo e Liberdade* (PSOL). Las evidencias presentadas en este caso no fueron sometidas a tests empíricos, sin embargo, de manera general, no disminuyeron nuestra confianza en la hipótesis de *mecanismo causal*. Incluso, habiéndose producido una trayectoria divergente entre las fracciones que derivó en la estructuración en dos momentos do PSOL, no fue necesario agregar de manera *ad-hoc* partes para el mecanismo, porque las fuerzas causales fueron transmitidas por las partes en él establecidas, acortándolo en el caso de las fracciones que rompieron en el primer momento, y recorriéndolo parte por parte, en el caso de la fracción que rompió en el segundo momento.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Coalizões mínimas ganhadoras: Plenário Nacional FA (1997-2006)	130
Gráfico 2: Coalizões mínimas ganhadoras: Mesa Política FA (1997-2006)	130
Gráfico 3: Índice Banzhaf: Frações FA (2006)	131
Gráfico 4: Índice de Banzhaf: 26M (1997-2006)	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resumo das críticas do 26M às políticas do governo do FA.....	100
Tabela 2: FA e 26M em Eleições Nacionais - Uruguai, 1989-2004.....	120
Tabela 3: Eleições Internas FA 1997 (PN e MP)	122
Tabela 4: Eleições Internas FA 2002 (PN e MP)	123
Tabela 5: Eleições Internas FA 2006 (PN e MP)	124
Tabela 6: Integração Mesa Política (MP) e Secretariado Ejecutivo (SE) (2008).....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

26M - *Movimiento 26 de Marzo*

AE - *Articulação de Esquerda*

AL - *Alagoas*

AP - *Asamblea Popular*

Apro - *Alianza Progresista*

APS - *Ação Popular Socialista*

AU - *Asamblea Uruguay*

BE - *Bloco de Esquerda*

BID - *Banco Interamericano de Desenvolvimento*

BM - *Banco Mundial*

BP - *Batllismo Progresista*

C78 - *Corriente 78*

CEN - *Comitê Executiva Nacional*

CI - *Corriente de Izquierda*

CN - *Congreso Nacional*

CO - *Causa Operária*

CS - *Convergência Socialista*

CSOL - *Coletivo Socialismo e Liberdade*

CST - *Corrente Socialista dos Trabalhadores*

DN - *Diretório Nacional*

DS - *Democracia Socialista*

ESD - *Esquerda Socialista Democrática*

EN - *Encontro Nacional*

EP - *Encuentro Progresista*

FA - *Frente Amplio*

FIDEL - *Frente Izquierda de Liberación*

FMI - *Fundo Monetario Internacional*

FMLN - *Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional*

FS - *Força Socialista*

FSLN - *Frente Sandinista de Liberación Nacional*
LIT - Liga Internacional dos Trabalhadores
LR - Liberdade e Revolução
LV - Liberdade Vermelha
M20-5 - *Movimiento 20 de Mayo*
MAPAÍS - *Movimiento Alianza PAÍS*
MAS - *Movimiento al Socialismo* da Bolívia
MASv - *Movimiento al Socialismo* da Venezuela
MCR - Movimento Comunista Revolucionário
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
ME-O - Marcos Enrique Ominami
MES - Movimento Esquerda Socialista
MI-26M - *Movimiento de Independientes 26 de Marzo*
MLN-T - *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros*
MNPS - Movimento por um Novo Partido Socialista
MPG - *Movimiento por el Gobierno del Pueblo*
MP - *Mesa Política*
MPF - *Movimiento Popular Frenteamplista*
MPP - *Movimiento de Participación Popular*
MS - *Movimiento Socialista*
MTL - Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MVR - *Movimiento V República*
NE - *Nuevo Espacio*
NM - *Nueva Mayoría*
NT - *Tendencia Nuevo Tiempo*
OT - O Trabalho
PA - Pará
PC - *Partido Colorado*
PCU - *Partido Comunista del Uruguay*
PDC - *Partido Demócrata Cristiano*
PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PED - Processo de Eleições Diretas
PL - Partido Liberal
PN - *Plenário Nacional*
PNac. - *Partido Nacional*
POR - *Partido Obrero Revolucionario*
PPT - *Patria Para Todos*
PRO - *Partido Progresista*
PS - *Partido Socialista*
PSCh - *Partido Socialista Chileno*
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PSS - *Partido de la Seguridad Social*
PST - *Partido Socialista de los Trabajadores*
PSTU - Partido Trabalhista dos Trabalhadores Unificados
PSUV - *Partido Socialista Unido de Venezuela*
PT - Partido dos Trabalhadores
PVP- *Partido por la Victoria del Pueblo*
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
RJ - Rio de Janeiro
SE - *Secretariado Ejecutivo*
TM - Tendência Marxista
UIT-QI - União Internacional dos Trabalhadores
UP - *Unidad Popular*
UTAA - *Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas*
VA - *Vertiente Artiguista*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 PARTIDOS POLÍTICOS E GOVERNOS DE ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA	20
2.1 A formação dos partidos políticos	20
2.1.1 <i>As abordagens estruturais sobre a formação dos partidos</i>	20
2.1.2 <i>A transformação dos partidos</i>	26
2.1.3 <i>A consideração das variáveis institucionais</i>	28
2.1.4 <i>A dinâmica de competição interna: uma variável a considerar na formação do</i> <i>esquerdismo</i>	30
2.2 A classificação dos governos de esquerda na América Latina	33
2.3 Os rachas nos governos de esquerda renovadora na América Latina	35
3 DESENHO DE PESQUISA	39
3.1 Tipo de estudo e estratégia de seleção de casos	39
3.2 Técnicas de pesquisa	40
3.3 Construção de teoria: hipóteses de partes do <i>mecanismo causal</i>	41
3.4 Teste da teoria: hipótese do <i>mecanismo causal</i> do esquerdismo nos governos de <i>esquerda</i> <i>renovadora</i> da AL	43
3.5 Dimensões de análise	44
3.6 Tratamento das evidências e testes de hipótese	45
3.7 Fontes de coleta de dados	46
4 O RACHA À ESQUERDA NO <i>FRENTE AMPLIO</i> DO URUGUAI	47
4.1 Características gerais do caso	47
4.1.1 <i>Sistema eleitoral e de partidos uruguaio</i>	47
4.1.2 <i>A formação do FA do Uruguai</i>	48
4.1.3 <i>Cronologia do processo de formação do 26 de Marzo</i>	53
5 O RACHA DO 26M: (I) O DESENCANTAMENTO	71
5.1 Introdução	71
5.2 O movimento ao centro do FA	71
5.2.1 <i>Hipótese</i>	71
5.2.2 <i>Atores e ações, a ativação do mecanismo causal</i>	71
5.2.3 <i>Apresentação das evidências</i>	75
5.2.4 <i>Análise das evidências e teste de hipótese</i>	89
6 O RACHA DO 26M: (II) A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS	95
6.1 Introdução	95

6.2 O excesso de conflitos com o governo do FA	95
6.2.1 <i>Hipótese</i>	95
6.2.2 <i>Atores e ações, a ativação do mecanismo causal</i>	95
6.2.3 <i>Apresentação das evidências</i>	97
6.2.4 <i>Análise das evidências e teste de hipótese</i>	112
7 O RACHA DO 26M: (III) A GOTA D´ÁGUA.....	117
7.1 Introdução	117
7.2 O poder do 26M dentro do FA	117
7.2.1 <i>Hipótese</i>	117
7.2.2 <i>Atores e ações, a ativação do mecanismo causal</i>	117
7.2.3 <i>Apresentação das evidências</i>	119
7.2.4 <i>Análise das evidências e teste da hipótese</i>	136
8 APONTAMENTOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA HIPÓTESE DE <i>MECANISMO CAUSAL</i> DO ESQUERDISMO NOS GOVERNOS DE <i>ESQUERDA RENOVADORA</i> DA AMÉRICA LATINA: UM ESBOÇO SOBRE O CASO BRASILEIRO	142
8.1 Introdução	142
8.2 Características gerais do caso	142
8.2.1 <i>Sistema eleitoral e de partidos brasileiro</i>	142
8.2.2 <i>Notas sobre o Partido dos Trabalhadores</i>	144
8.2.3 <i>Notas sobre processo de racha com o PT e formação do PSOL</i>	148
8.2.4 <i>Evidências de partes de mecanismo causal</i>	159
8.3 Conclusões	170
9 CONCLUSÕES	172
Considerações finais.....	176
BIBLIOGRAFIA	179
FONTES	189
ANEXO A: Entrevistas 26M.....	198
ANEXO B: Entrevistas PSOL.....	211

1 INTRODUÇÃO

Desde finais do século passado a América Latina entrou em uma nova era política caracterizada pela contínua elevação aos governos de partidos de esquerda ou centro-esquerda ou, em sentido mais amplo, progressistas ou críticos do *Consenso de Washington* (MOREIRA; RAUS; GOMEZ, 2008; LANZARO, 2007; REYNOSO, 2008).

Os analistas concordam que esses novos governos compartilham características comuns. Entre elas: o contexto comum de restrições (financeiras, políticas, jurídicas e simbólicas); a oposição explícita às reformas pró-mercado implantadas durante os 90'; a recuperação discursiva do Estado em referência ao seu papel na vida do país e em certas áreas da economia; o maior grau de relativa autonomia (em relação aos governos neoliberais da década dos 90) a respeito dos organismos financeiros e internacionais e, em termos mais gerais, com os poderes da ordem global; a implementação de programas sociais, derivados da sua consciência a respeito da fragilidade e fratura social (Moreira et. al. 9-15). Em síntese, “[...] con el común denominador de la necesidad de dotar a las democracias de eficacia reformadora e impronta social” (VILAS, 2005, p. 91).

Além disso, estes governos também apresentaram marcadas diferenças. Entre outras, destacaram-se a importância e respeito aos limites estruturais da economia de mercado; a importância que outorgaram à mobilização social e ativação através da interpelação discursiva; o estado do sistema partidário (especificamente o seu grau de pluralidade e concorrência); o grau de institucionalização dos partidos de esquerda; o grau de integração ao sistema político; o grau de poder de decisão política e as relações institucionais com a oposição; o estilo de liderança; e finalmente, a sua vocação de fortalecer os mecanismos regionais de integração (MOREIRA et al., 2008; LANZARO, 2007; FRIEDEMBERG, 2007; SILVA, 2009). Como resultado, a sua apreensão foi justificada de acordo com duas grandes categorias, a saber: governos de *esquerda renovadora* e governos de *esquerda refundadora*¹.

¹ Silva (2009) analisa as diferentes categorias mobilizadas pela literatura para dar conta dos governos de esquerda na América Latina. Depois de descartar elas, seja pela carga valorativa implícita (p.e. *socialdemocratas/populistas* ou *democratas/autoritários*), seja por não abranger conceitualmente o conjunto do fenômeno (p.e. *institucionalistas/decisionistas*), propõe utilizar as categorias de *esquerdas renovadoras* e *esquerdas refundadoras*. Nas palavras do autor: “As primeiras pretendem ‘renovar’ a política e o governo de seus países com uma abordagem mais igualitária, estatizante e ética. As segundas propõem ‘refundar’ suas

No entanto, uma vez que atingiram o governo, alguns desses partidos iniciaram processos de esquerdismo. O esquerdismo, segundo Duverger (1957), pode ser definido de acordo com duas características centrais: em primeiro lugar, um racha pela esquerda de um partido de esquerda ou centro esquerda, uma vez que este partido atingiu o governo. Uma segunda característica é que uma vez formado o novo partido de esquerda, se ele for exitoso, tenderá a começar um novo processo de movimento ao centro, o que daria lugar a novos rachas caso atinja o governo.

Além dessas características gerais Duverger (1957) não estabeleceu quais partes são necessárias, nem quais são os *mecanismos causais* que operaram para que, embora possa implicar altos custos (em termos de renunciar aos recursos de poder por estar no governo – cargos, incidência em políticas, recursos materiais, etc.), o racha e a formação de um novo partido de esquerda seja a estratégia adotada pelas frações ou políticos para atingir seus objetivos². Quais são as partes minimamente necessárias e como operaram os *mecanismos causais* para a formação do esquerdismo nos governos da *esquerda renovadora* da América Latina?

Assim, o principal objetivo desta dissertação é construir uma hipótese de *mecanismo causal* do esquerdismo nos governos de *esquerda renovadora* da América Latina a partir do estudo de caso do racha à esquerda do *Frente Amplio* (FA) do Uruguai, e fazer apontamentos sobre o funcionamento dessa hipótese no caso do racha à esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil.

Para cumprir este objetivo a pesquisa se organiza da seguinte maneira: um capítulo teórico, onde se revisa a literatura de ciência política sobre formação de partidos políticos e sobre os governos de esquerda na América Latina e se apresentam as características gerais dos casos, onde tem havido rachas à esquerda dentro desses governos. Seguidamente, se apresenta o embasamento metodológico da pesquisa, em particular se apresentam: o tipo de

institucionalidades, seus sistemas partidários e o Estado como um todo, superando mais radicalmente o *status quo* vigente no momento em que chegaram ao poder [...]” (SILVA, 2009, p. 223-224). No capítulo 2.2 se aprofunda mais sobre essa categorização, suas dimensões e casos.

² Os termos *partes* e *mecanismos causais* são utilizados neste trabalho no sentido proposto por Beach e Pedersen (2013) para os estudos de caso utilizando *process traicing*. Embora formulados desde uma ontologia da ciência diferente, essas *partes* e *mecanismos causais* podem ser entendidas como causas/fatores/condições e configurações de causas/fatores/condições, necessários e/ou suficientes para produzir um resultado, habitualmente utilizadas nas análises baseadas em teoria frequentista ou de configurações causais. No capítulo 3.2 deste trabalho se definem ambos os conceitos. Para aprofundar mais nessa discussão ver Beach e Pedersen (2013).

estudo e a estratégia de seleção dos casos de estudo; técnicas de pesquisa; hipóteses; dimensões de análise; tratamento das evidências e testes de hipótese; e as fontes de coleta de dados. Já nos capítulos 4, 5, 6, e 7, utilizando *theory building process-tracing* são testadas três hipóteses de partes de *mecanismo causal* no caso do racha à esquerda do FA (com a formação de *Asamblea Popular*, AP).

Com base nos resultados do caso Uruguio, se construiu uma hipótese de *mecanismo causal* dos processos de esquerdismo nos governos de *esquerda renovadora* da América Latina que contém 8 partes, as entidades (atores) e ações envolvidas em cada uma delas.

Por fim, utilizando *theory-testing process-tracing*, no capítulo 8 se fazem apontamentos sobre o funcionamento desta hipótese no caso do processo das frações que racharam com o PT e formaram o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e, no capítulo 9, se apresentam as conclusões do trabalho.

2 PARTIDOS POLÍTICOS E GOVERNOS DE ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA

2.1 A formação dos partidos políticos

Os partidos cumprem importantes funções sociais (socialização política, mobilização da opinião pública, representação de interesses, legitimação do sistema político) e institucionais (recrutamento político, proposição e debate ideológico, funções de governo). Como mostraram Caramani e Hug (1998), considerando a Europa, a produção acadêmica que tem por objeto de estudos partidos e sistemas de partidos, tem atingido mais de 11.500 títulos desde 1945. Deles quase a metade têm se concentrado em algum tipo específico de partido, mais de um terço é de natureza teórica e apenas 10% concentra-se no estudo das organizações partidárias.

Como assinalam Kestler, Krause e Lucca (2013), dentro dessa produção existe uma ampla literatura que estuda a origem dos novos partidos. Seguindo a classificação proposta pelos mesmos autores, essa literatura pode ser ordenada com base em três componentes explicativos gerais: a) a literatura centrada nas mudanças sócio-estruturais, como fraturas sociais ou clivagens, crise, conjunturas e oportunidades históricas; b) a que se centra na dinâmica dos atores, como o cálculo estratégico dos atores, personalização da política e mudança dos partidos; e c) a que faz ênfase nas condições institucionais, o que refere a sistemas eleitorais, importância da arena parlamentar ou presidencial, legislação partidária, dentre outras.

2.1.1 *As abordagens estruturais sobre a formação dos partidos*

Um dos mais influentes teóricos sobre a formação dos partidos foi DUVERGER (1957) quem distinguiu entre a origem parlamentar e extraparlamentar dos partidos políticos.

Segundo Duverger (1957), os partidos políticos em sentido moderno nasceram na Europa em meados do século XIX e se desenvolveram ligados à democracia, isto é, à extensão do sufrágio popular e das funções e independência das assembleias parlamentares. O mecanismo geral desta gênese foi primeiro a criação de grupos parlamentares, seguida da

aparição de comitês eleitorais e, finalmente, o estabelecimento de uma relação permanente entre grupos parlamentares e comitês eleitorais.

A formação dos grupos parlamentares esteve associada à constituição de comunidades de doutrinas políticas (ideologia política). No entanto, este não foi o único fator. Como assinala o autor, existiram casos em que a vizinhança geográfica, o interesse de defesa profissional dos parlamentares e a corrupção, constituíram fatores-chaves para a formação dos grupos parlamentares (DUVERGER, 1957).

Os principais fatores que levaram ao desenvolvimento de comitês eleitorais foram a extensão do sufrágio universal, o desenvolvimento de sentimentos igualitários e a vontade de eliminação das elites sociais tradicionais.

Uma vez nacidas estas dos células madres, grupos parlamentarios y comités electorales, basta com que una coordinación permanente se establezca entre éstos y que los lazos regulares los unan a aquéllos, para que nos encontremos frente a um verdadero partido [...] una vez que ha nacido [a principal preocupação do partido é] suscitar la creación de comités electorales en las circunscripciones donde todavía no los posee (DUVERGER, 1957, p. 21).

Diferentes da origem parlamentar-eleitoral, os partidos de origem externa surgiram a partir de instituições já existentes, cujas atividades regulares estavam situadas fora das eleições e parlamentos: sociedades de pensamento, clubes populares, periódicos, sindicatos operários, igreja, entre outros. Segundo aponta Duverger (1957), os partidos de origem exterior têm marcadas diferenças com os de origem parlamentar: em geral são mais centralizados, mais coerentes e mais disciplinados do que os partidos de origem eleitoral e parlamentar. Assim, as diretrizes do partido constituem as instâncias decisórias centrais e o papel dos deputados é menos importante do que o rol que desenvolvem nos partidos de origem parlamentar.

Com base nestas distinções, o autor propõe uma tipologia dos partidos políticos dentre os quais se destacam o *partido de quadros* (burguês) e o *partido de massa* (socialista).

A origem histórica dos *partidos de quadros* remonta-se às agremiações de notáveis do século XIX, que no século XX adotaram a forma de partidos liberais e conservadores. Os partidos de *quadros* encontram-se caracterizados pela origem interna ao parlamento; a baixa intensidade da organização interna; a débil articulação entre suas instancias organizacionais; a descentralização; pelos critérios frouxos ou inexistentes de adesão; o financiamento partidário por grandes doadores privados; e o forte peso da elite parlamentar nas decisões partidárias.

Por outro lado, a origem histórica dos *partidos de massa* está associada às condições das nascentes democracias modernas, especialmente à expansão do sufrágio no século XX. Os *partidos de massa* encontram-se caracterizados pela sua origem extraparlamentar; a forte organização e estruturação interna; a forte articulação entre as instâncias partidárias; pelos requisitos rigorosos de filiação; o financiamento compartilhado entre os membros do partido; a adesão ao programa e a subordinação dos representantes parlamentares as decisões partidárias (DUVERGER, 1957).

Tanto para Duverger (1957), quanto para LaPalombara e Weiner (1972) os partidos políticos em sentido moderno encontram sua origem na metade do século XIX. A diferença dos anteriores grupos de notáveis ou elites com um poder limitado às relações locais, as organizações partidárias modernas requerem cumprir com os seguintes critérios:

[...] (1) continuity in organization — that is, an organization whose expected life span is not dependent on the life span of current leaders; (2) manifest and presumably permanent organization at the local level, with regularized communications and other relationships between local and national units; (3) self-conscious determination of leaders at both national and local levels to capture and to hold decision-making power alone or in coalition with others, not simply to influence the exercise of power; and (4) a concern on the part of the organization for seeking followers at the polls or in some manner striving for popular support (LAPALOMBARA; WEINER, 1972, p. 6).

Para Lapalombara e Weiner (1972), a criação dos partidos tem sido um processo contínuo, onde partidos que foram centrais em um determinado momento têm

desaparecido, têm sido absorvidos por outros partidos ou têm sido marginalizados. As circunstâncias nas quais os partidos nascem têm importantes efeitos sobre seu posterior desenvolvimento. Segundo os autores existem três tipos de teorias sobre a origem dos partidos: teorias institucionalistas³, teorias desenvolvimentistas e sua proposta centrada nas crises históricas.

As teorias institucionalistas explicam a origem dos partidos políticos em relação com o desenvolvimento dos parlamentos e a extensão do sufrágio. No entanto, como também constatam, muitos partidos políticos surgiram como consequência de situações de crise política, ou sua própria origem provocou crises no sistema partidário.

Desta forma, LaPalombara e Weiner (1972), desenvolvem os conceitos de *carga* e *crise* para dar conta dos percursos históricos que os partidos e sistemas partidários percorreram para conseguir se desenvolver.

O surgimento de novos partidos e as mudanças dentro do sistema podem ocorrer imperceptivelmente, com consequência de transformações gerenciadas pelas lideranças para evitar o excesso de *cargas* em um determinado sistema ou podem ocorrer por *crises*. As crises com maior impacto na formação de partidos podem ser de três tipos: de legitimidade, de integração e de participação (LAPALOMBARA; WEINER, 1972).

A crise de legitimidade faz referência a falhas na estrutura vigente de autoridade, isto é, quando assuntos de legitimidade ou ordem constitucional começam a serem intensamente debatidos e a estrutura de autoridade não consegue fazer frente à crise e a agitação política que lhe sucede.

A crise de integração faz referência ao problema da integração territorial e de modo mais geral, ao processo de integração de comunidades étnicas divididas previamente.

While in some places the crises of legitimacy and integration have often been accompanied by the creation of political parties –and particularly of incipient political parties- the earliest parties in most countries have typically been associated with what we might call the “crisis of participation (LAPALOMBARA; WEINER, 1972, p. 17).

³ Dentro dessa perspectiva salienta-se a já exposta formulação de Duveger (1957) e a do Max Weber, quem faz “one broad historical formulation of this gradual process [...] of party evolution into the stages of aristocratic cliques, small groups of notables, and plebiscitarian democracy” (LAPALOMBARA; WEINER, 1972, p. 8).

As crises de participação têm surgido historicamente em momentos grandes transformações sociais e econômicas. Essas mudanças têm sido acompanhadas por demandas de participação política de grupos sociais ascendentes e que estavam excluídos da representação.

Como os próprios autores salientam, ao mesmo tempo que a origem dos partidos esta historicamente associada com esses tipos de crises, também se encontra intimamente ligada ao processo geral de modernização (surgimento de novos grupos sociais, efeitos da secularização da educação, mudanças na economia etc.) (LAPALOMBARA; WEINER, 1972).

Lipset e Rokkan (1992), também desenvolveram uma perspectiva estrutural sobre o surgimento dos partidos políticos. O modelo construído pelos autores combina variáveis histórico-sociológicas com variáveis políticas, e serve para explicar o surgimento dos diferentes sistemas de partidos na Europa e suas especificidades.

Para os autores, o surgimento dos sistemas de partidos na Europa deriva da estrutura de *clivagens* subjacentes na sociedade⁴. Especificamente, os autores estabelecem duas dimensões (dimensão territorial e dimensão funcional) entorno das quais identificam quatro tipos de *clivagens* sociais: dois associados às revoluções nacionais (Estado vs. Igreja, e cultura central vs. populações dominadas) e dois associados à revolução industrial (interesses dos proprietários da terra vs. empresários industriais, e proprietários e patrões vs. arrendatários e operários) (LIPSET; ROKKAN, 1992).

Essas *clivagens* que se consolidaram tiveram expressão política na organização de diferentes tipos de partidos e sistemas de partidos. No entanto, não todas as *clivagens* foram transladadas da mesma maneira nem se traduziram em oposições de partidos de maneira natural, senão que intervíram considerações de estratégia organizativa e eleitoral. As combinações das quatro variáveis resultam em condições fundamentais para o desenvolvimento dos sistemas de partidos: os umbrais de legitimação, de incorporação, representação e poder da maioria (LIPSET; ROKKAN, 1992).

⁴ As *clivagens* são conflitos existentes na estrutura sociedade que se polarizaram como decorrência do processo de formação e consolidação do Estado-nação (revoluções nacionais, revolução industrial, etc.).

Finalmente, os autores identificam uma série de *conjunturas críticas*⁵ que operam no seu modelo como variáveis intervenientes. As conjunturas críticas são os processos específicos (Revolução Inglesa, Revoluções Napoleônicas, Revolução Industrial e Revolução Russa) das quais se derivam os cursos de ação específicos percorridos pelos atores (incluindo as alianças e oposições) perante um número de opções ou assuntos limitados.

Desde a formulação desses autores, diferentes trabalhos tem se desenvolvido sob a perspectiva das *clivagens* como fatores explicativos da formação de partidos⁶.

Como observa Bartolini (1993), quaisquer que sejam as divisões identificadas pelos autores, as *clivagens* muitas vezes têm se combinado entre si, dando lugar a diferentes tipos de alianças. Nesse sentido, salienta a importância da tradução política que faz com que umas determinadas linhas de ruptura tenham sua expressão política na formação de partidos e sistemas de partidos e outras não. Segundo a complexidade das estruturas das *clivagens* os sistemas de partidos podem ser homogêneos (uma única linha divisória) ou complexos, quando existe a superposição e intersecção de várias linhas divisórias (BARTOLINI, 1993).

As formulações de LaPalombara e Weiner (1972), assim como as do Lipset e Rokkan (1992) abrem um leque teórico mais amplo do que a perspectiva de Duverger (1957) sobre a formação dos partidos. A incorporação das *crises* e *clivagens* com fatores causais permite a aproximação a partidos de novo tipo, como os partidos verdes na Europa, que não eram captados pela formulação teórica do Duverger (1957). No entanto, além de fatores gerais de contexto sócio-histórico, essas formulações não aportam pistas claras sobre os processos específicos de formação de partidos a partir de rachas à esquerda sofridos pelos governos de esquerda na América Latina. Para isso, é necessário aprofundar mais na dinâmica interna e transformações partidárias ocorridas nos *partidos de massa*.

⁵ Collier e Collier (1991), definem as *conjunturas críticas* como períodos de mudanças significativas que deixam diferentes tipos de legados. Os momentos críticos podem implicar a adoção de uma determinada direção (trajetória u *path*) que, em geral, gera efeitos que se vinculam com outros processos de mudança.

⁶ Entre eles Bartolini (1993) adicionou outra divisão Comunismo vs. Socialismo. Kitschelt (1997) chamou atenção sobre a aparição de novos grupos sociais e mudanças nas orientações normativas que traziam mudanças na estrutura de clivagens e na formação de novos partidos. Neste sentido Lijphart (1990) incorporou as dimensões de apoio ao régimen, política exterior e materialismo. Também Daadler (1990) incorporou a dimensão do regime às clivagens identificadas por Lipset e Rokkan (1992).

2.1.2 A transformação dos partidos

Ao tempo que os *partidos de massa* duvergerianos tornaram-se predominantes na literatura sobre partidos políticos nos anos sessenta, começaram a surgir novos estudos que questionavam essa visão dando conta de um processo de transformação partidária (AMARAL, 2013). Entre eles, salientam-se os estudos de Otto Kirchheimer (1972), Panebianco (1985) e Katz e Mair (1994, 1995).

Kirchheimer (1972) deu conta da tendência à formação dos partidos *catch all*, como resultado de um processo de mudança social pós Segunda Guerra Mundial. Estudando os partidos confessionais e operários na Europa Ocidental, observou como as outrora organizações partidárias sustentadas em clivagens sociais e com fortes identidades transformaram-se gradualmente em organizações de baixa intensidade ideológica, orientadas por valores gerais compartilhados por amplos setores da cidadania e cada vez mais voltadas para o sucesso eleitoral.

Entre as principais características que o autor observou dos partidos *catch all* encontram-se: a desideologização do discurso partidário e sua orientação para valores gerais; a moderação programática e sua movimentação ao centro do espectro político; o declínio da importância da militância de base e o fortalecimento do poder da liderança; o afrouxamento da relação orgânica com o movimento operário e sua abertura para grupos de interesse variados; e a debilidade da relação partido-eleitores, agora baseado no apelo eleitoral pluriclassista.

Assim, como observa Amaral (2013) a caracterização do partido *catch all* de Kirschheimer (1966) constitui uma inversão das proposições de Duverger (1957) sobre os *partidos de massa*. Embora Kirschheimer (1972) não apresente um modelo explicativo claro desde o ponto de vista do processo de formação de novos partidos, essa inversão questiona empiricamente a causalidade estabelecida em Duverger (1957) entre a integração de novos partidos e as demandas por integração no sistema político, dando um papel central às estratégias desenvolvidas pelas elites perante as conjunturas do mercado político (KESTLER; KRAUSE; LUCCA, 2013).

No seu estudo sobre modelos e organização dos partidos políticos, Panebianco (2005) salienta a importância dos traços genéticos das organizações partidárias, e a influências que estes podem exercer sobre as características organizativas de um partido,

mesmo depois de décadas⁷. A partir delas o autor construiu um modelo para dar conta do modelo originário de cada partido, em que as variáveis centrais são: a) a construção do modelo organizativo, que pode ocorrer por *penetração* ou *difusão* territorial, ou por uma combinação de ambas⁸; b) a presença ou ausência de uma instituição externa que legitime a formação do partido; e c) o caráter carismático ou não, da formação do partido (PANEBIANCO, 2005).

A respeito do processo de transformação dos *partidos de massa* em partidos *catch all* e centrando-se nas questões organizativas, Panebianco (2005) adicionou outra variável ao modelo estabelecido por Kirschheimer (1972): a progressiva profissionalização, isto é, o crescente peso dos profissionais com competências técnicas dentro da direção dos partidos em detrimento do papel central exercido pela burocracia. Como base nessa observação os partidos são requalificados pelo autor como partidos *profissionais-eleitorais*. Esses partidos têm as seguintes características: a) centralização dos profissionais; b) partido orientado a maximização de votos, ligações organizativas fracas e amplo apelo ao eleitorado; c) predominância dos representantes públicos e das direções personalizadas; d) financiamento por meio de grupos de interesse e fundos públicos; e) ênfase nas *issues* e na liderança.

Essa transformação é explicada por Panebianco (2005) como um processo de respostas adaptativas dos partidos perante as mudanças em fatores ambientais e políticos. Os fatores ambientais (mudanças sociais profundas e mudanças nas formas de comunicação política) explicam o porquê das mudanças. Entretanto, os fatores políticos explicam a intensidade e velocidade dessas mudanças. Estes últimos fatores são de dois tipos: o grau de institucionalização das estruturas partidárias precedentes e o grau de fragmentação do sistema partidário (PANEBIANCO, 2005).

Finalmente, Katz e Mair (1994, 1995) deram conta da emergência de um novo tipo de partido: o *partido cartel*. Este tipo de partido, que tem como característica principal sua dependência dos recursos estatais (acesso aos veículos de comunicação de massa, recursos

⁷ As características da fase genética, que se corresponde com o partido como sistema de solidariedade, incluem: (i) um modelo racional, onde o objetivo é a realização da causa comum e existe uma ideologia manifesta; (ii) a prevalência de incentivos coletivos; (iii) a liberdade de manobra de líderes; e (iv) a estratégia de domínio sobre o ambiente. Esta fase, é seguida por uma fase de institucionalização partidária e, no modelo ideal construído pelo autor, se opõe à fase 3, onde o partido racional do partido passa a se caracterizar pela constituição de um sistema de interesses (PANEBIANCO, 2005).

⁸ A *penetração* se produz quando um “centro” controla e dirige o desenvolvimento da “periferia”, em tanto que há *difusão* quando o desenvolvimento organizativo se dá espontaneamente. (PANEBIANCO, 2005).

humanos, regulamentação, etc.) e sua utilização como incentivos seletivos entre seus membros e apoiadores. Como assinalam Kestler, Krause e Lucca (2013) sob esta perspectiva, o cálculo estratégico das elites partidárias para atingir a máquina de governo e garantir a supervivência partidária (e não as relações partido-sociedade) pode ser considerado uma variável central desde o ponto de vista do processo de formação de novos partidos. No entanto, o fato dos processos de formação de partidos a partir de um racha à esquerda ter ocorrido depois de atingir a máquina estatal implica a existência de outros fatores que fazem com que essa relação (recursos estatais como incentivo à formação de partidos) seja mais complexa.

Finalmente, importa salientar que como Panebianco (2005), Katz e Mair (1994, 1995) sugerem analisar a mudança dos partidos (ou adaptação) não como unidades indivisíveis, mas a partir de três fases (o *Party in public office*; o *Party on the ground*; e o *Party in central office*) que interagem entre si, e onde conta a importância das estruturas próprias de recursos, oportunidades, incentivos e restrições. Como observa Amaral (2013), isso implica romper com uma visão unitária de partido político e possibilita entender suas mudanças a partir das dinâmicas internas e das relações de poder entre as várias faces.

2.1.3 A consideração das variáveis institucionais

Uma terceira linha de análise sobre a origem dos partidos é a que leva em consideração as variáveis institucionais e seu vínculo com o sistema de partidos. Como tem sido amplamente documentado na literatura os sistemas eleitorais geram efeitos sobre o sistema de partidos (DUVERGER, 1957, 1986; RICKER, 1986; SARTORI 1985, 1986, 1994; JONES, 1994, 1995; SHUGART; CAREY, 1992; COX, 2004; entre outros).

O ponto de partida neste debate foi a formulação das chamadas *Leis de Duverger*⁹. Desde então, diversos autores têm questionado a validade das suas afirmações e sua aplicabilidade em diferentes contextos (NOHLEN, 1981¹⁰; RAE, 1977; LIJPHART,

9 Na sua formulação mais simples as *Leis de Duverger* podem-se resumir em dois enunciados ou fórmulas esquemáticas: “[...] el escrutinio mayoritario de una sola vuelta tiende al dualismo de los partidos (DUVERGER, 1957, p. 245); e “[...] el escrutinio mayoritario a dos vueltas o la representación proporcional tienden al multipartidismo” (DUVERGER, 1957, p. 266).

10 Sua crítica mais importante é que os enunciados do Duverger (1957) não resistem a observação teórica nem a comprovação empírica, já que: “Los efectos atribuidos a los sistemas electorales dependen, en la mayoría de los casos, de las actitudes en relación con la teoría de la democracia y/o de las concepciones acerca del sistema político y social” e pelo tanto só a análise sociológica real pode dar conta dos efeitos dos sistemas eleitorais (NOHLEN, 1981, p. 624).

1995¹¹; entre outros) ou têm refinado esses postulados (RICKER, 1986; DUVERGER 1986; SARTORI, 1985, 1986, 1994). Entre estes últimos, salienta-se a reformulação feita pelo Sartori (1985, 1986, 1994)¹². Mais recentemente outros autores têm refinado ainda mais a análise, introduzindo novas variáveis nesta relação (JONES 1994, 1995; SHUGART; CAREY, 1992¹³; COX, 2004¹⁴). Em síntese, como salienta González (1993) embora a relação entre sistemas eleitorais e sistema de partidos tenha seus detratores, existe suficiente evidência empírica que mostra que os sistemas eleitorais contribuem em modelar os sistemas de partidos.

No que diz a respeito ao vínculo entre este tipo de variáveis com a formação dos partidos políticos Harmel e Robertson (1985) observaram que o arcabouço de leis, regulações e regras do sistema eleitoral pode gerar incentivos e constrangimentos para a formação de novos partidos. Segundo Willey (1998) variáveis institucionais como o tamanho do distrito eleitoral, a configuração federal ou unitária e a forma de governo afetam as chances dos partidos novos de atingir a representação política. Outros autores, como Bolin (2007), chamam a atenção ao respeito de que não unicamente a fórmula eleitoral pode constituir um incentivo à formação de novos partidos. Neste sentido, Hug (2000) salienta que fatores institucionais como as leis de criação e registro de partidos e os sistemas de financiamento constituem fatores explicativos do surgimento partidário.

Como assinalam Kestler, Krause e Lucca (2013) essas abordagens dão conta de fatores que incentivam ou restringem a incorporação de novos atores e eventualmente, incidem sobre suas probabilidades de sucesso ou fracasso. Mas essas abordagens não

11 No seu estudo comparado de 27 entre 1945 e 1990, entre outras conclusões, o autor destaca que os sistemas eleitorais têm maior efeito na relação votos e cadeiras do que sobre o sistema de partidos.

12 O autor conclui que as leis eleitorais geram as seguintes tendências: “[...] 1) Las fórmulas electorales pluralistas (un representante por distrito) facilitan un formato de dos partidos e, inversamente, obstruyen el multipartidismo; y 2) Las fórmulas de representación proporcional (más de un miembro por distrito) facilitan el multipartidismo e, inversamente, es difícil que conduzcan a un bipartidismo si éste no existía de antemano” (SARTORI, 1985, p. 6).

13 Seguindo os postulados de Duverger (1957) estes trabalhos sustentam que os efeitos são maiores quando a eleição do chefe do executivo se faz por maioria simples e as eleições são feitas de maneira conjunta.

14 Ao introduzir o refinamento estatístico dos postulados do Duverger (1957), o autor conclui que “[...] la lógica del voto estratégico sólo conduce a imponer un límite superior al número de candidatos o listas» (COX 2004, p. 158). De acordo com isso “[...] el número efectivo de partidos depende, al parecer, del producto de la heterogeneidad social y de la permisividad electoral y no es una función aditiva de estos dos factores [...] un gobierno puede tender al bipartidismo porque cuenta con un sistema electoral fuerte, o bien porque tiene pocos clivajes. El multipartidismo surge como el producto conjunto de muchos clivajes explotables y de un sistema electoral permisivo” (COX 2004, p. 45).

apresentam modelos explicativos claros sobre os mecanismos causais entre as variáveis institucionais e a formação de novos partidos.

2.1.4 A dinâmica de competição interna: uma variável a considerar na formação do esquerdismo

Duverger (1957) define o esquerdismo como base a duas características: a) um racha pela esquerda de um partido de esquerda ou centro esquerda, uma vez que este partido atingiu o governo; e b) uma vez formado o novo partido de esquerda, se ele for exitoso, tenderá a começar um novo processo de movimento ao centro, o que daria lugar a novos rachas em caso atinja o governo.

De acordo com esta definição, o esquerdismo é um processo político que independentemente da possível influência de fatores do ambiente, existe um vínculo com a dinâmica interna de competição dos partidos políticos, no caso que se está analisando, das esquerdas renovadoras da América Latina.

Na seção anterior se mostrou como as variáveis institucionais afetavam ao sistema partidário. No entanto, a relação entre os sistemas eleitorais e a dinâmica interna dos partidos, especialmente o número de frações, não tem tido tanto desenvolvimento e tem se remetido a extensão dos postulados Duverger-Sartori.

Katz (1986) tem apontado que os sistemas eleitorais com voto preferencial intrapartidário diminuem a coesão organizativa dos partidos: “Sea o no la cohesión el estado ‘natural’ de un partido político, el voto preferencial intrapartidario crea un poderoso incentivo para la desunión” (KATZ, 1986, p.101), contribuindo com isso para a multiplicação de frações nos partidos.

Eldersveld (1964) aponta que o partido é um ”sistema político en miniatura. Tiene una estructura de autoridad [...] Tiene un proceso representativo, un sistema electoral y subprocesos para reclutar dirigentes, definir objetivos y resolver conflictos internos del sistema[...]” (ELDERSVELD, 1964, p.1. apud SARTORI, 1992, p. 95).

Neste sentido, Medina (2002) observa que uma das consequências do renascente interesse no estudo das organizações partidárias tem sido o redescobrimto de que elas distam de serem atores homogêneos, pelo contrário constituem organizações complexas onde “[...] diversos actores pelean por los recursos de poder y por imprimir determinada estrategia en un marco tipificado por reglas que son a su vez producto de disputas por el

poder” (MEDINA, 2002, p. 43). Seguindo ao Kitschelt (1994), o autor assinala que existem três componentes analíticos essenciais na política intrapartidária: as regras formais de decisão, os recursos e os participantes.

Por sua vez, Sartori (1992) salienta a importância de estudar a dinâmica das frações partidárias ao dizer que a análise resulta incompleta se não se leva em consideração a maneira pela qual estas subunidades agem dentro dos partidos¹⁵. Segundo o autor, a competição política das frações no interior do partido está regulada pela *estructura de oportunidades*, isto é pelo “[...] contexto general de recompensas y privaciones, de pagos y sanciones, en que viven y actúan los hombres de partido” (SARTORI 1992, p. 128). Ao nível do sistema de partidos a *estructura de oportunidades* está relacionada às disposições eleitorais e financeiras sobre o dinheiro público, mas no nível das subunidades partidárias essa estrutura pode-se reduzir a duas variáveis: a estrutura da organização interna e o sistema eleitoral interno (SARTORI 1992).

No mesmo sentido do controle das *zonas de incerteza*¹⁶ de Panebianco (2005), a respeito da primeira variável Katz e Mair (1992) apontam que existe suficiente evidencia empírica para afirmar que “[...] las estructuras formales, las reglas y los procesos constituyen uno de los principales caminos en los que las disputas internas son canalizadas, procesadas e incluso ordenadas” (KATZ; MAIR, 1992, p. 6). Neste sentido, as regras constituem tentativas de governar o conjunto da vida interna dos partidos, pelo qual:

[...] tienden a ser un reflejo del balance interno de poder y constituyen en sí mismas un recurso en las disputas internas. Asimismo, constituyen algo así como “la historia oficial del partido”, reflejando la

¹⁵ Sartori entende por fração toda unidade relevante ao interior dos partidos. Essa categoria é diferente do termo facção, isto é um grupo específico de poder; e da tendência, isto é um conjunto estabelecido de atitudes (Sartori 1992: 100). Boucek (2009) aprofunda a discussão conceitual dessa categoria, identificando três tipos de frações em função da dinâmica que mostram no seu comportamento: frações cooperativas, competitivas y degenerativas (BOUCEK, 2009 pp. 15-23).

¹⁶ Para Panebianco (2005), as *zonas de incerteza* de um partido constituem recursos de poder organizativo, fatores cujo controle permite que determinados agentes possam desequilibrar a seu favor jogos de poder. Existem seis *zonas de incerteza* em um partido: (i) competência (saber especializado dentro da organização); (ii) relações com o ambiente; (iii) comunicação interna; (iv) regras formais (definição e manipulação); (v) os financiamentos; e (vi) o recrutamento. Estes recursos são cumulativos e tendem a ficarem concentrados, seus detentores integram a *coalizão dominante* de um partido. A fisionomia da *coalizão dominante* varia em função do seu grau de coesão interna, seu grau de estabilidade e o mapa do poder organizativo.

particular visión de lo que es y lo que debe ser la organización (MEDINA, 2002, p. 44).

A segunda variável a considerar da *estructura de oportunidades* das frações é o sistema eleitoral interno. Segundo Nohlen, um sistema eleitoral pode ser definido como o:

[...] conjunto de normas que determinan las formalidades y procedimientos con que los electores seleccionan a los candidatos y partidos políticos de su preferencia y la manera en que su voto determina la asignación de escaños (en el caso de las elecciones parlamentarias) entre las distintas fuerzas políticas participantes (NOHLEN 1998a. apud PAYNE et al. 2003, p. 91).

Nohlen (1998b, 1999) evidencia que é possível diferenciar os sistemas eleitorais de acordo ao seu desempenho em três funções: representatividade, efetividade e participação. Um sistema pode-se considerar otimamente representativo quando os grupos políticos ocupam lugares no congresso em proporção praticamente igual à percentagem de votos que obtiveram nas eleições. A efetividade é promovida pelo sistema eleitoral quando o congresso concentra poder suficiente para que as diversas preferências sociais se possam combinar em forma de atos de governo. Finalmente a participação “[...] refiere a la influencia que ejerce la forma de votación en el vínculo entre el elector y sus representantes” (PAYNE et al. 2003, p. 92-93).

Não é possível que os sistemas eleitorais cumpram com as três dimensões de maneira absoluta e, ao mesmo tempo, é quase inevitável que os intentos por melhorar uma função piorem outra (NOHLEN, 1998b). Analogamente ao nível geral o estudo das funções dos sistemas eleitorais pode-se desenvolver nos sistemas eleitorais internos dos partidos (VERA, 2012). Desta forma, adentrar na análise das mudanças na dinâmica da competição interna e das mudanças na *estructura de oportunidades* dos grupos internos, junto com a análise dos processos de transformação partidária e mudanças nas coalizões dominantes dos partidos constituem lugares privilegiados pelos quais podemos observar os processos de racha à esquerda ocorridos nos governos de esquerda renovadora da América Latina.

2.2 A classificação dos governos de esquerda na América Latina

Existe literatura abundante sobre diferentes aspectos dos partidos políticos de América Latina e principalmente sobre os governos de esquerda na região. Como mencionado acima, muitas dessas análises tendem a caracterizar os novos governos de esquerda na América Latina com base em dois grupos.

Há relativo consenso de que dentro de um dos grupos encontram-se os governos da *Concertación* na sua fase de governos de origem socialista no Chile (Lagos e Bachellet, 2000-2010). Também se enquadram neste grupo os governos de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2003-2011) e o governo de Tabaré Vázquez no Uruguai (2005-2010).

Enquanto no segundo grupo encontram-se os governos de Hugo Chávez na Venezuela (1999-2013), Evo Morales na Bolívia (2006...) e Rafael Correa em Equador (2007...). Moreira, Raus e Gómez (2008) chamam esses grupos de *nuevos gobiernos gradualistas* e *nuevos gobiernos populistas*, mas para os autores existem casos que não são claros: Argentina (durante os governos de Nestor Kirchner e Cristina Fernández, 2003-2015), a Nicarágua (no atual período de Daniel Ortega, desde 2007) e Paraguai (durante o governo de Fernando Lugo, 2008-2012). Reynoso (2008) faz uma proposta idêntica no que diz respeito aos dois casos, mas difere nas categorias de análise. Igualmente, Lanzaro (2007) compartilha a inclusão de casos dentro da primeira categoria, que ele chama *social democracia criolla*, mas difere ao identificar dentro do populismo duas variantes. Por um lado, os casos de *nacionalismo popular*, que inclui o governo de Kirchner, o de Alán García no Peru (2006-2011), e o governo de Martín Torrijos no Panamá (2004-2009). Por outro lado, os chamados *populismos de nueva cepa*, nos quais inclui a Venezuela, Bolívia e Equador. Petkoff (2005) também aponta para a existência de duas esquerdas na América Latina. No entanto, no seu caso os eixos de diferenciação são o *castro-chavismo*, que inclui a Bolívia, a Nicarágua e o Salvador; e uma esquerda reformista, com variantes no seu grau de moderação onde inclui aos governos da Argentina, Uruguai, Chile, Brasil, Panamá, Dominicana e Guiana.

No seu estudo comparado sobre os governos de esquerda na América Latina, Silva (2009) mobiliza duas categorias (*esquerdas renovadoras* e *esquerdas refundadoras*) em função de quatro dimensões: a) grau de *institucionalização* das organizações partidárias; b)

identidade e ideologia, referida ao grau em que os partidos são sistêmicos ou anti-sistêmicos; c) *integração total a democracia representativa*; e d) *moderação da crítica ao neoliberalismo*. A construção de dimensões de análise claras tem a virtude de permitir visibilizar diferenças de grau dentro em cada dimensão e dentro de cada subtipo de esquerda.

As *esquerdas renovadoras* se caracterizam pelo maior grau de institucionalização partidária, seu maior grau de integração ao sistema político e de aceitação das instituições da democracia representativa e pela crítica moderada ao neoliberalismo. Dentro desta categoria encontram-se o *Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional* (FMLN) de Salvador; o *Frente Sandinista de Liberación Nacional* (FSLN) da Nicarágua; o FA de Uruguai; o PT do Brasil; e o *Partido Socialista Chileno* (PSCh) do Chile.

O maior grau de institucionalização partidária dentro desta categoria é atingido pelo PT e o FA, enquanto o FMLN, o PSCh e o FSLN teriam níveis um pouco menores de institucionalização e, ao mesmo tempo, similares entre si (SILVA, 2009).

Em relação à integração ao sistema e à integração total a democracia representativa, o PSCh é quem se apresenta como mais integrado; o PT e FA novamente teriam graus de integração similar entre si (mais baixos do que PSCh) e mais altos do que o FSLN e FMLN que apresentam graus similares e os mais baixos dentro dessas dimensões. Finalmente, sobre a moderação da crítica ao neoliberalismo o PSCh também se apresenta como o mais moderado, seguido pelo FA e PT, e em menor medida o FMLN. O FSLN é quem menos moderou seu discurso crítico ao neoliberalismo dentro do grupo de esquerdas renovadoras (SILVA, 2009).

As *esquerdas refundadoras* se caracterizam pelo nível mais baixo de institucionalização partidária e integração ao sistema político, pela integração crítica à democracia representativa e pela crítica radical ao neoliberalismo. Encontram-se nesta categoria o *Movimiento al Socialismo* (MAS) da Bolívia; o *Movimiento V República* (MVR)/*Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV) na Venezuela; e o *Movimiento Alianza PAÍS* (MAPAÍS) no Equador (SILVA, 2009). Igualmente apresentam diferenças em cada dimensão¹⁷.

¹⁷ O grau de institucionalização é menor no MVR/PSUV e PAÍS, e um pouco mais alto no MAS; o que apresenta menor integração ao sistema é o MVR/PSUV, é um pouco maior no caso de PAÍS, sendo que o MAS também apresenta a maior integração ao sistema dentro das *esquerdas refundadoras*. Enquanto à

2.3 Os rachas nos governos de esquerda renovadora na América Latina

Uma vez que atingiram o governo, alguns desses partidos de esquerda da América Latina tiveram processos de rachas, que resultaram na formação de novos partidos de esquerda. Dentro da *esquerda refundadora* houve casos de racha na Venezuela e no Equador.

Na Venezuela, Hugo Chávez atingiu o governo em 1999 com o denominado *Polo Patriótico*, uma coalizão que integrava o MVR (principal partido da coalizão, criado pelo Chávez em 1997), o *Partido Comunista de Venezuela* (PCV), o *Movimiento Electoral del Pueblo* e o partido *Patria Para Todos* (PPT) que contou com o apoio do *Movimiento al Socialismo* (MASv). Houve rachas em 2001, quando dissidentes do MVR criaram o partido *Solidaridad* e o MASv se somou à oposição, mas esses rachas foram à direita. A principal mudança foi em 2006, ante a decisão do Chávez de criar o PSUV com o objetivo de reunir todos os partidos que apoiavam o processo bolivariano. O MVR e vários agrupamentos menores se dissolveram e passaram a fazer parte do PSUV. No entanto, o PCV, o *Partido por la Democracia Social* (formado a partir dos setores que racharam com o MASv quando passou a fazer oposição em 2001), e o PPT não ingressaram ao PSUV. Igualmente, esses partidos continuaram apoiando o processo bolivariano desde o parlamento.

No Equador, Rafael Correa atingiu o governo em 2007 com PAÍS, uma coalizão formada pouco tempo antes e integrada por mais de trinta organizações sociais e políticas, dentre outros: o *Movimiento PAIS*, o *Partido Socialista-Frente Amplio*, *Acción Democrática Nacional*, *Ruptura 25*. Na sua primeira *Convención Nacional* (2010) *Alianza PAIS* mudou sua denominação para MAPAÍS mantendo sua característica de movimento. No ano seguinte, ante a convocatória para referendun constitucional e consulta popular promovida pelo presidente Correa, *Ruptura 25* rachou com o movimento e promoveu o voto contrario às reformas propostas. Em 2013 *Ruptura 25* apresentou candidatura própria

integração total à democracia representativa e a moderação da crítica ao neoliberalismo novamente o MVR/PSUV é o menos integrado e mais crítico, em tanto que PAÍS e MAS apresentam níveis similares de integração e crítica (SILVA, 2009).

nas eleições presidenciais e legislativas; no entanto, em 2014 perdeu seu registro eleitoral ao não ter obtido representantes na Assembleia Nacional equatoriana.

Como se observa, ambos os casos apresentam a dificuldade de que não é possível afirmar que sejam estritamente rachas à esquerda dos partidos de governo (principalmente no caso da Venezuela). Assim, na Venezuela não é possível dizer que os casos constituam um racha em sentido estrito, já que os partidos não acompanharam a proposta de dissolução e integração ao PSUV, mas continuaram apoiando o governo.

Dentro da *esquerda renovadora* da América Latina sofreram processos de racha à esquerda o PT, com a formação do PSOL; o FA com a formação da AP); e o PSCh com a Candidatura de Marcos Enrique Ominami (ME-O) em 2009 e a formação do *Partido Progresista* (PRO).

No Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao governo em 2003 com o PT em coligação com o Partido Liberal (PL), o Partido Comunista do Brasil, o Partido da Mobilização Nacional e o Partido Comunista Brasileiro. Em 2003, três Deputados Federais (Luciana Genro, João Baptista Oliveira Araújo e João Fontes) e uma Senadora (Heloísa Helena) do PT votaram contra a Reforma Previdenciária proposta pelo governo Lula.

Em dezembro 2003, após a votação contrária à Reforma, o Diretório Nacional do PT expulsou esses parlamentares do partido. Com isso, iniciou-se um processo de pequenos rachas com o PT: as correntes internas desses parlamentares (com exceção da corrente de Heloísa Helena); e destacados intelectuais do partido. Esse processo de racha teve continuidade em 2005, após do escândalo do *Mensalão*¹⁸. Os parlamentares expulsos, junto com as tendências que racharam com o PT e com outros partidos de esquerda (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, PSTU) formaram o PSOL em 2004, obtendo seu registro definitivo em 2005.

No Uruguai, Tabaré Vázquez venceu nas eleições presidenciais de 2004 com o FA, coligado com o *Encuentro Progresista* (EP) e a *Nueva Mayoria* (NM). Esses últimos integraram-se à estrutura orgânica do FA em 2006¹⁹. No entanto, o impulso por parte do

¹⁸ O *Mensalão* foi um escândalo de corrupção ocorrido entre 2005 e 2006 no Brasil, que implicava a compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional em troca pelo apoio às leis que promovia o governo.

¹⁹ Ao longo dos anos, o FA constituiu duas alianças político-eleitorais com grupos menores. A primeira, com o EP se constituiu em 1994. Em novembro desse ano essa aliança participou das eleições nacionais com a chapa *Encuentro Progresista*. Nas eleições seguintes (1999) o fez com a chapa *Encuentro Progresista-Frente Amplio*. Em 2004 somou-se a aliança a *Nueva Mayoria* (NM) e nas eleições de 2004 o FA concorreu com a

governo de uma série de medidas consideradas por alguns setores sociais e políticos como centristas (entre outras, o apoio à instalação de uma multinacional da celulose, a visita do George W. Bush em 2006 e as vacilações sobre a entrada de Uruguai na ALCA) fizeram com que em abril de 2006 surgisse a AP, um conglomerado de mais de 20 grupos sociais e políticos que se apresentavam como oposição à esquerda ao governo. Em 2008 um dos grupos do FA (o *Movimiento 26 de Marzo*, 26M) rachou formalmente com o FA, integrou-se à AP e propôs transformá-la em um novo partido político com o alvo de concorrer nas eleições nacionais de 2009. Outro dos grupos do FA que apoiavam à AP (a *Corriente de Izquierda*, CI) resolveram permanecer no FA. No entanto, essa decisão provocou com que muitas das suas principais lideranças rachassem com a CI, somando-se ao novo partido. Nas eleições de 2009 não obtiveram representantes no Parlamento, mas na eleição formaram uma coalizão (*Unidad Popular*, UP) que atingiu a representação parlamentar nas eleições nacionais de 2014. Com isso, quebrou-se um ciclo de mais de trinta anos (excluindo o período da ditadura militar, 1973-1985) em que o FA mantinha o monopólio da representação da esquerda no parlamento uruguaio.

No Chile, ME-O, de origem socialista, se apresentou como candidato independente nas eleições presidenciais de dezembro de 2009, logo ao rachar com o PSCh devido o partido ter rejeitado sua proposta de fazer eleições internas competitivas para selecionar o candidato socialista que sucederia à então presidenta Michelle Bachelet²⁰. Os governos de origem socialista da *Concertación*²¹ iniciaram com Ricardo Lagos (2000-2006) e continuaram com a presidência de Michelle Bachelet (2006-2010). A *Concertación* se dissolveu em 2013 e passou a conformar a aliança *Nueva Mayoría*, junto com o Partido Comunista de Chile, a *Izquierda Ciudadana* (IC), e o *Movimiento Amplio Social*. Essa coalizão levou novamente a Michel Bachelet à presidência de Chile em 2014.

Além da literatura sobre a classificação dos casos de governos de esquerda na América Latina, existe uma crescente literatura sobre as estruturas internas dos partidos

chapa *Frente Amplio-Encuentro Progresista-Nueva Mayoría*. Finalmente, os setores integrantes de ambas alianças incorporaram-se na estrutura do FA em 2006, e em 2009 competiram todos na chapa FA.

²⁰ Em 2010 ME-O criou o PRO, com o qual concorreu como candidato à presidência nas eleições nacionais de 2013.

²¹ A *Concertación de Partidos por la Democracia* foi a aliança eleitoral que governou o Chile desde o retorno à democracia em 1990 e de maneira contínua até a eleição de 2009, quando ganhou o candidato de centro direita Sebastian Piñera (*Renovación Nacional*). Estava integrada pelo *Partido Demócrata Cristiano*, o *Partido por la Democracia*, o *Partido Radical Social Demócrata*, e o PSCh.

políticos. No que diz respeito às esquerdas renovadoras, entre outros, se encontram os trabalhos de: Amaral (2010); Meneguello (1989); Ribeiro (2008, 2013); Roma (2006); Lanzaro (2004); Queirolo (2001); Piñeiro e Yaffé (2004); Vera (2012, 2014); Yaffé (2002, 2005a).

Por outro lado, existe pouca literatura sobre os partidos formados a partir de rachas dos partidos de esquerda na América Latina. Došek e Freidenberg (2014), POMPÊO (2007), da Silva (2011) e Moreira (2010) abordaram alguns aspectos desses processos. No entanto, nenhum desses trabalhos debruçou-se em analisar quais foram os mecanismos causais específicos e a combinação de fatores institucionais, organizacionais, ideológicos e conjunturais que operaram nesses processos de racha... Esta é a principal contribuição desta pesquisa.

3 DESENHO DE PESQUISA

3.1 Tipo de estudo e estratégia de seleção de casos

Este trabalho adota a perspectiva teórico-metodológica restrita assinalada por Gerrign e Seawright (2008) sobre os objetivos do estudo de caso. Segundo os autores, neste tipo de estudos *the intensive* da análise sobre uma unidade ou sobre um conjunto de unidades (casos) feita pelo pesquisador, tem que ter como objetivo entender um conjunto maior de unidades do mesmo tipo (a população de casos). Por isso, que a seleção do caso (ou dos casos) constitui uma tarefa fundamental da pesquisa. Igual a uma amostra aleatória quando se utilizam técnicas quantitativas, nos estudos qualitativos a seleção de casos deve cumprir dois requisitos fundamentais: a representatividade da amostra, e uma variação útil nas dimensões teóricas de interesse (GERRIGN; SEAWRIGHT, 2008).

Na América Latina, os governos de esquerda surgidos nas últimas duas décadas compartilham diversas características comuns que fazem com que os casos sejam comparáveis. Porém, estes governos também apresentam uma série de características diferentes. Com base nelas, os analistas têm identificado dois grandes tipos de governos de esquerda: governos de esquerda *renovadores* e *refundadores*. Nesta pesquisa se estuda o esquerdismo em um deles: os governos de *esquerda renovadora*.

Esta escolha metodológica reduziu o escopo dentro do qual o estudo teria potencial inferencial, já que se encontram unicamente cinco casos dentro dessa categoria: PSCh, FA, PT, FSLN, FMLN. Entre eles, foi necessário selecionar aqueles que resultavam mais relevantes de acordo com os objetivos propostos. Nesse sentido, como argumentam Beach e Pedersen (2013) para poder explicar mecanismos causais que produzem o fenômeno não é necessário levar em consideração o polo negativo do processo estudado (neste caso, o não esquerdismo), senão unicamente seu lado positivo.

Assim, entre os cinco casos mencionados apenas três apresentavam rachas à esquerda, o que os fez selecionáveis como casos de estudo para explicar as partes e os mecanismos causais deste fenômeno, eles eram: o caso do FA com a ruptura e formação de AP no Uruguai; o caso do PT com a ruptura e formação do PSOL no Brasil, e o caso do governo do PSCh dentro da *Concertación* e a formação do *Partido Progresista* no Chile.

Dentre eles, se privilegiou a seleção os casos com maiores possibilidades de aprofundar na *intensive* da análise, resultando na seleção do caso do FA de Uruguai como principal, e o PT do Brasil, como caso para fazer apontamentos sobre o funcionamento da hipótese de *mecanismo causal* construída a partir do caso principal.

3.2 Técnicas de pesquisa

A técnica de análise que se desenvolve nesta pesquisa é o *Process Traicing*. O *Process Traicing* pode ser definido como “[...] the analysis of evidence on processes, sequences, and conjunctures of events within a case for the purposes of either developing or testing hypotheses about causal mechanisms that might causally explain the case” (BENNETT; CHECKEL, 2015, p. 7).

Esta técnica pode ser desenvolvida de duas maneiras: a) uma dedutiva, que tem por objetivo testar teorias, examinando em um caso as implicações observáveis dos mecanismos causais hipotetizados pela teoria; e b) uma indutiva, de construção de teoria, onde o foco é posto nas evidências que possibilitam gerar hipóteses de mecanismos causais que possam explicar o caso, e eventualmente, ser testadas em outros casos (BENNETT; CHECKEL, 2015).

Com base na revisão da literatura e a lacuna teórica existente sobre o esquerdismo na América Latina, para a primeira parte deste trabalho (capítulos 4, 5, 6 e 7) adotou-se a estratégia indutiva de *process-traicing*, isto é *theory-building process-traicing*.

Como apontam Beach e Pedersen (2013) há duas situações em que esse tipo de estratégia de pesquisa é útil: a) quando conhecemos o resultado (Y), mas não temos certeza sobre sua causa (X desconhecido); ou quando sabemos que há correlação entre X e Y, mas não conhecemos o mecanismo (*X-Y centric theory-building*)²². Neste último caso, o objetivo do *process traicing* é analisar um caso típico para desvendar o mecanismo plausível, que pode ser testado com uma pesquisa empírica subsequente.

Assim, uma vez construída a hipótese de *mecanismo causal* com base no estudo do caso do FA e a formação de AP/UP, na segunda parte desta pesquisa (capítulo 8) adotou-se

²² Em ambos os casos, o mecanismo não é conceituado desde o início da pesquisa.

a estratégia dedutiva de *process-tracing* (*Theory-testing process-tracing*), que permitiu fazer apontamentos sobre o funcionamento do *mecanismo causal* no caso do PT e a formação do PSOL.

Os *mecanismos causais* podem ser definidos como uma teoria sistêmica de partes interligadas que transmitem forças causas de X para Y, em um determinado contexto em que esses mecanismos funcionam. Cada uma dessas partes está composta por *entidades* (ou atores) que desenvolvem *atividades*. As *entidades* podem ser indivíduos, grupos, estados, etc.; as *atividades* que desenvolvem essas *entidades* são as que transmitem as forças causais através do mecanismo. Cada parte do mecanismo é por ela mesma insuficiente para produzir um resultado, mas é necessária para que o resultado se produza e o mecanismo se ative em um determinado contexto (BEACH; PEDERSEN, 2013).

3.3 Construção de teoria: hipóteses de partes do *mecanismo causal*

Como tem sido amplamente documentado na literatura, os partidos políticos de *massas* sofreram diferentes processos de transformação partidária que fizeram com que se tornassem partidos *catch all*, partidos *profissionais eleitorais* ou *partidos cartel* na busca de atingir seus objetivos eleitorais, desta forma:

H1. *O movimento ao centro do partido principal para atingir objetivos eleitorais ampliou a distância ideológica entre este (representado pela coalizão dominante) e outros grupos/frações dentro do partido. A distância ideológica gerada com o partido principal é parte do mecanismo causal do racha por parte de um grupo/fração.*

HT1. *O movimento ao centro feito pelo FA, para atingir objetivos eleitorais, é parte necessária do mecanismo causal do racha do 26M.*

As *conjunturas críticas* situações de *crise* ou sobrecarga como fatores que impulsionam a criação de novos partidos também tem sido documentada pela literatura.

Estas situações podem se tornar particularmente relevantes quando um partido assume responsabilidades de governo.

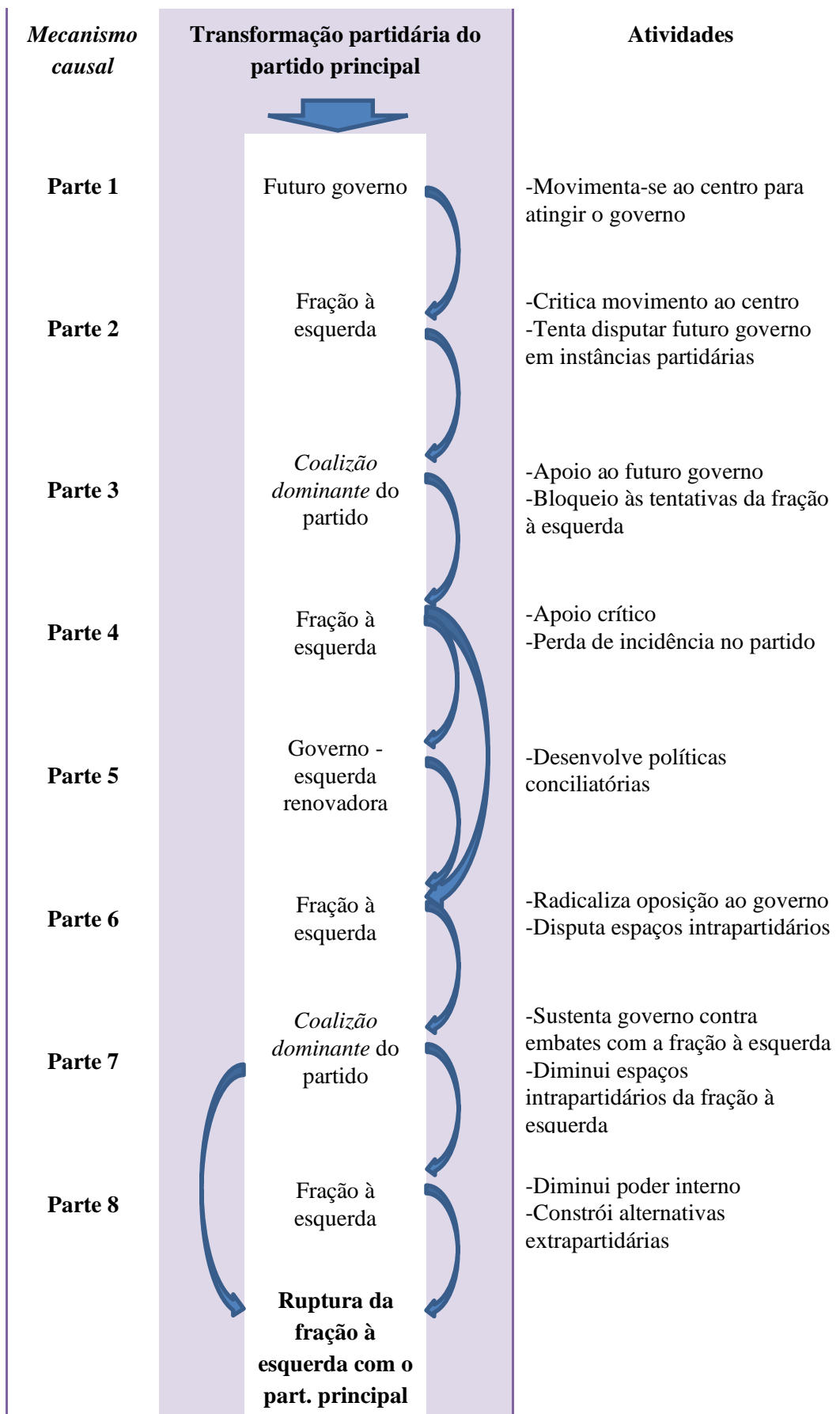
H2. Conflitos políticos com o governo de esquerda e/ou com o partido de esquerda que sustenta o governo constituíram-se parte do mecanismo causal para gerar um racha à esquerda de um grupo/fração.

HT2. Os conflitos políticos com o governo do Presidente Tabaré Vázquez, sustentado pelo FA, constituíram-se parte do mecanismo causal que gerou o racha do 26M.

Como apontado na parte teórica desse trabalho, a dinâmica de competição interna é regulada pela *estrutura de oportunidades* que, ao nível do funcionamento interno dos partidos se relaciona com a estrutura da organização e ao sistema eleitoral interno, assim:

H3. As mudanças na estrutura de oportunidades produziram/reforçaram mudanças na coalizão dominante e, portanto, no controle das zonas de incerteza do partido principal. Com isso, constituíram-se parte do mecanismo causal para o racha de um grupo/fração, ou de um conjunto de grupos desse partido.

HT3. A diminuição das oportunidades de incidir na tomada de decisões do FA, combinada com sua perda de zonas de incerteza dentro do partido, é parte do mecanismo causal do racha do 26M.



3.4 Teste da teoria: hipótese do mecanismo causal do esquerdismo nos governos de esquerda renovadora da AL

3.5 Dimensões de análise

1. Mudanças ideológicas do partido principal.

Existência de processos de mudança ideológico/programáticos de longo prazo e/ou anteriores à chegada ao governo do partido principal. Relação entre esses processos e as preferências da fração que terminou rachando. Estabelecimento de distâncias ideológicas e/ou políticas entre o *status quo*, representado pela *coalizão dominante*, e o grupo que rachou. Presença/ausência e intensidade desta dimensão na justificativa (discurso) dos atores que terminaram saindo do partido principal.

2. Dimensão conjuntural

a. Em relação ao governo. Existência de conflitos da fração que rachou com as ações/políticas do governo de esquerda, e tipo de conflito: por políticas ou posicionamentos em determinados assuntos de interesse (programático-ideológico), e/ou pela formação/integração do governo (por cargos).

b. Em relação ao partido principal. Existência de conflitos entre a fração que rachou e a *coalizão dominante* do partido principal, e tipo de conflito: defesa/ataque ao governo e/ou assuntos programático-ideológicos.

Presença/ausência e intensidade destas subdimensiones na justificativa (discurso) dos atores que terminaram saindo do partido principal.

3. Estrutura interna de oportunidades

a. Modificações no poder das frações. Existência de mudanças do poder dentro dos órgãos de decisão relevantes do partido (congressos, direções nacionais, diretórios) da fração que rachou com o partido principal. Associado com isso, análise do desempenho eleitoral interno dessa fração.

b. Controle de zonas de incerteza dentro do partido. Existência de mudanças e/ou conflitos pelo controle de *zonas de incerteza* do partido da fração que rachou com o partido principal.

Presença/ausência e intensidade destas subdimensiones na justificativa (discurso) dos atores que terminaram saindo do partido principal.

3.6 Tratamento das evidências e testes de hipótese

As evidências de um caso podem ser entendidas como aquelas que estão temporal, espacial, ou tematicamente compreendidas pelo caso. Isso pode incluir evidências sobre o contexto ou antecedentes que influenciam na maneira de interpretar o caso (BENNETT; CHECKEL, 2015). Nem toda observação constitui uma evidência. Para isso, é preciso que as observações sejam avaliadas em função do conhecimento do caso específico²³.

Em *process traicing* as evidências e testes empíricos são utilizados para atualizar o grau de confiança na validade da hipótese sobre a existência de um *mecanismo causal* (*posterior probability*, representado como $p(h/e)$) (BEACH; PEDERSEN, 2013). Isso está relacionado com três fatores:

a) probabilidade de encontrar evidência [$p(e)$]. Quando a probabilidade da evidencia diminui a capacidade de aumentar a confiança aumenta²⁴; isso faz com que uma evidência surpreendente aumente nossa confiança mais do que uma evidência pouco surpreendente.

b) A *likelihood ratio*, isto é, a probabilidade de encontrar a evidencia predita se a hipótese alternativa ($\sim h$) é verdadeira, em comparação com a probabilidade esperada de encontrar evidências que suportem nossa hipótese²⁵.

c) A *theoretical prior*, definida como a probabilidade esperada que o *mecanismo causal* hipotetizado (e suas partes) seja válido [$p(h)$].

No estudo de caso do processo de racha de AP com o FA, cada uma das partes do *mecanismo causal* é testada empiricamente de modo de aumentar a confiança em h , quando achada (e) e quando não achada evidência ($\sim e$). Desta forma, quatro tipos de testes são empregados nos capítulos 5, 6, e 7, na análise das evidências de cada dimensão proposta:

a) *Hoop tests*. É um teste forte na certeza (*certain*) da evidência, isto é, que é inequívoca pelo qual a predição (e) deve ser observada ou a teoria é desqualificada (forte

²³ Simbolicamente isso pode ser representado da seguinte maneira: $o + k \Rightarrow e$; onde “o” representa a observação, “k” representa o conhecimento específico do caso, e “e” representa a evidência produzida no processo de avaliação (BEACH; PEDERSEN, 2013).

²⁴ Isso se explica devido a que a $p(h/e) = p(e/h) * p(h) / p(e)$. Ao ser a $p(e)$ denominador, seu aumento ou diminuição afeta a *posterior probability*.

²⁵ A *likelihood ratio* se representa como [$p(e/\sim h) / p(e/h)$]. Quando a $p(e/h)$ é alta e a $p(e/\sim h)$ é baixa, aumenta a nossa confiança [$p(h/e)$]

poder *desconfirmatório*). Ao mesmo tempo, este teste é fraco na unicidade (*uniqueness*) o que corresponde à *likelihood ratio*. Portanto, é um teste que não serve para descartar hipóteses alternativas ($\sim h$). Resumidamente, se a evidência não suporta este teste a explicação é desqualificada, mas passando o teste não aumenta a confiança na explicação.

b) *Smoking-gun test*. É um teste forte na unicidade (*uniqueness*), portanto tem alto poder confirmatório (predições empíricas que não se sobrepõem com alternativas); mas, ao mesmo tempo é um teste fraco na certeza da evidência (baixo poder confirmatório).

c) *Doubly decisive test*. Possui um alto poder confirmatório e alto poder *desconfirmatório* de alternativas rivais.

d) *straw-in-the-wind test*. Fornece evidências fracas e circunstâncias que não são únicas nem certas (BENNETT; CHECKEL, 2015, p. 17).

3.7 Fontes de coleta de dados

Neste trabalho se utilizam fontes de informação primárias e secundárias. As fontes primárias de dados são: entrevista semiestruturada com lideranças do 26M e entrevista estruturada via e-mail, com lideranças nacionais e regionais do PSOL.

As fontes de informação secundárias utilizadas são: documentos partidários (estatutos, programas, propostas de governo, resoluções de organismos de direção nacional); resultados eleitorais, documentos de circulação massiva, informação em páginas webs; entrevistas públicas de dirigentes nacionais. Outras fontes secundárias de informação utilizadas ao longo do trabalho são: jornais e documentos produzidos por centros de pensamento ou fundações vinculadas aos partidos, assim como estudos e sistematização de dados produzidos por expertos nos casos.

4 O RACHA À ESQUERDA NO *FRENTE AMPLIO* DO URUGUAI

4.1 Características gerais do caso

4.1.1 *Sistema eleitoral e de partidos uruguaio*

O Uruguai possui um dos sistemas de partidos mais estáveis de América Latina que encontra sua origem na primeira metade do século XIX. Utilizando o critério numérico proposto pelo Sartori (1992) o sistema partidário no Uruguai apresentou dois partidos relevantes até 1971 (*Partido Nacional* –PNac.- e *Partido Colorado* -PC), com exceção do período 1942-1958 em que o *Partido Nacional Independiente* concorreu nas eleições. Com a fundação do FA em 1971 e até a atualidade, o sistema passou a ser de três partidos relevantes (MOREIRA, 2004).

Boa parte dos analistas do sistema de partidos no Uruguai (BUQUET et al, 1998; GONZÁLEZ, 1993; MONESTIER, 1999) tenderam a explicar a estabilidade do sistema de partidos em relação ao sistema eleitoral uruguaio, que facilitava uma dinâmica de competição interna fragmentada dos partidos, ao mesmo tempo, os mantinha unidos sob um mesmo nome nas eleições, em particular com a instituição do chamado *Doble Voto Simultáneo* (DVS)²⁶.

De maneira geral, o sistema de partidos não se apresenta como fragmentado, mas os partidos políticos uruguaiois se caracterizam pela alta fragmentação (*fraccionalización*). O estudo sobre este tema tem sido feito, *grosso modo*, partindo da aplicação dos postulados Duverger-Sartori sobre os efeitos dos sistemas eleitorais no sistema de partidos. Existem muitos trabalhos nesta linha, entre outros: Aguiar (1984), Vernazza (1989), González (1991, 1993), Buquet et al. (1998), Monestier (1999), Buquet (2000). No entanto, como resenham Piñeiro e Yaffé (2003), podem-se encontrar basicamente dois grupos de

²⁶ O DVS (por um *lema* e uma chapa de candidatos) utilizou-se no sistema eleitoral uruguaio até a eleição de 1994 para a eleição ao nível nacional dos órgãos unipessoais (Presidente e vice Presidente da República) (BOTTINELLI, 1995). A lista que contém esses candidatos é chamada de “fórmula presidencial” (BUQUET et al. 1998). No entanto, o triplo voto simultâneo implicava que além da possibilidade de apresentar diversas chapas sob o mesmo *lema* (DVS), existia a possibilidade de formar *sublemas* entre chapas. Nesse caso o voto se fazia por um *lema*, um *sublema* e uma chapa de candidatos (BOTTINELLI, 1995; BUQUET et al., 1998). Na reforma Constitucional de 1996 (vigente em 1997) foi eliminado o DVS para a eleição direta da “fórmula presidencial”. Também foi instituído um sistema de maioria absoluta de dois turnos para a eleição do Presidente e estabeleceu-se a celebração de eleições internas, simultâneas e obrigatórias para todos os partidos políticos aos efeitos de selecionar um candidato único e 500 convencionais titulares (e 500 suplentes) do partido; dentre outras modificações (BOTTINELLI, 1999).

explicações que têm diferentes metodologias e resultados sobre a importância do fenômeno e sua evolução no tempo. O primeiro concentra-se em estudar a fragmentação interna dos partidos políticos utilizando como indicador a “oferta” eleitoral. O total nacional de chapas para deputados (VERNAZZA, 1989) ou o total por departamento²⁷ (MONESTIER, 1999) tem sido o indicador utilizado, concluindo que o Uruguai apresenta uma crescente fragmentação interna e, também, uma resposta positiva do eleitorado “[...] frente a esa oferta cada vez más diversificada y probablemente, cada vez más, construida ‘a medida’” (MONESTIER, 1999, p. 66).

O segundo grupo concentra-se em estudar a fragmentação interna dos partidos utilizando como indicador o número efetivo de frações ao nível senatorial (NEF) proposto por Buquet, et. al. (1998)²⁸. Neste caso, a conclusão tem sido que o efeito do sistema eleitoral sob as frações dos partidos tradicionais (PNac. e PC), longe de estimular uma crescente fragmentação interna, tem exercido uma pressão redutora. Ao mesmo tempo, os autores mostram que o sistema eleitoral gera um “efeito ordenador” da interna partidária e que não existe nenhuma tendência nos níveis de fragmentação interna. Finalmente, concluem que o sistema eleitoral não fomenta a multiplicação de frações dos partidos (BUQUET et al., 1998).

4.1.2 A formação do FA do Uruguai

Fundado em fevereiro de 1971, o FA surgiu como uma coalizão de organizações de esquerda, grupos que racharam com os partidos tradicionais e cidadãos independentes²⁹. A

²⁷ Uruguai é um país centralizado que está dividido administrativamente em 19 departamentos. Eles são governados por um Intendente e uma Junta Departamental de 31 membros. Em 2009 foi criado um terceiro nível de governo (municipal) que é governado por um órgão de 5 membros dos quais o presidente é chamado de alcaide e os restantes de vereadores. Em 2010 começaram a funcionar 89 municípios.

²⁸ O NEF constitui uma adaptação do Número Efetivo de Partidos (NEP) proposto por Laakso e Taagepera (1979) para dar conta da quantidade de unidades relevantes existem dentro de um sistema. "Buquet *et al.* (1998) lo utiliza con el cometido de medir el número de fracciones dentro de cada partido, considerándolas a todas y ponderándolas según su peso electoral (NEF-e) o parlamentario (NEF-p). Se calcula de la misma forma que el NEP sustituyendo la proporción de votos o bancas de cada partido en el total de votos por la proporción de votos o bancas de cada fracción en el total de votos o bancas de su partido. Su fórmula es entonces $\frac{1}{\sum p^2}$ siendo “p” la proporción de votos (NEF-e) de cada fracción en el total de votos de su partido o la proporción de bancas (NEF-p) obtenidas por cada fracción en el total de bancas obtenidas por su partido” (PIÑEIRO; YAFFÉ, 2003, p. 5).

²⁹ Os fundadores do FA foram: o *Movimiento por el Gobierno del Pueblo* (MPG); o *Partido Demócrata Cristiano* (PDC); o *Movimiento Blanco Popular y Progresista*; o *Frente Izquierda de Liberación* (FIDEL); o *Partido Comunista* (PCU), o *Partido socialista* (Izquierda Nacional); o *Partido Socialista* (PS) - *Movimiento Socialista* (MS); o *Movimiento Herrerista*; os *Grupos de Acción Unificadora*; o *Partido Obrero Revolucionario*, o *Movimiento Revolucionario Oriental*, o *Comité Ejecutivo Provisorio de los ciudadanos que*

coalizão foi viável eleitoralmente ao se sobrepor politicamente aos impedimentos que estabelecia o sistema eleitoral para a utilização do DVS³⁰, e apoiou-se, política e programaticamente, no *Compromiso Político* e nas *Bases Programáticas* que subscreveram todos seus integrantes (YAFFÉ, 2005a). Os partidos e grupos fundadores convocaram a conformação de um movimento político unificado propriamente *frenteamplista* que se formalizou ao aprovar seu primeiro estatuto, o *Reglamento de Organización de 1971* (YAFFÉ, 2005a)³¹.

Ao mesmo tempo, o FA desenvolveu uma ampla rede de organizações de base que favoreceu a integração com a militância “[...] forjando su activismo en la campaña electoral y en las movilizaciones de massa” (LANZARO, 2004, p. 39). Embora esta estrutura só tenha sido plenamente integrada na estrutura de decisão em 1986, constituiu uma peça fundamental desde o início configurando outra característica distintiva do FA: sua dualidade na estrutura de tomada de decisões. Assim, desde sua origem, as instâncias diretivas do FA integram-se com representantes dos partidos membros e representantes das bases militantes do partido considerados independentes (LANZARO, 2004)³². Esse caráter colegiado dos órgãos de decisão articulou-se com a existência de fortes lideranças. De fato, desde sua etapa fundacional, o FA também se caracterizou por manter um único líder de consenso e instituído acima das lideranças das frações³³.

formularon el llamamiento del 7 de Octubre de 1970; e convidados especiais, entre eles: os Generais Liber Seregni e Victor Licandro, e o Presidente da Convención Nacional de Trabajadores, José D’Elía. Poucos dias mais tarde somou-se a Unión Popular (BAYLEY, 2005).

³⁰ Existiam restrições para a formação de coalizões derivadas do artigo 79 da Constituição uruguaia de 1967. Esse artigo estabelecia que a acumulação por *lemas* (que podem ser entendidos como uma legenda que estabelece um comum denominador entre todas as chapas do mesmo partido), unicamente podia ser feita em função de *lemas permanentes*, definindo como tais, aqueles que tinham participado da eleição anterior e tinham obtido representação parlamentar. Como assinala Aguirre Bayley, os setores fundadores do FA definiram competir sob o *lema Partido Demócrata Cristiano*, que conjuntamente com o *lema Frente Izquierda de Liberación* (nesse momento, fração majoritária), constituíam os únicos dois com possibilidades de superar essa restrição constitucional e, por isso, possibilitavam a inscrição de diferentes *sublemas* no seu interior (BAYLEY, 2005).

³¹ Documentos disponíveis na página web do FA: <http://www.frenteamplo.org.uy/documentos/fundacionales>

³² Entendendo, por isso, aquelas pessoas que não declaram integrar nenhuma das frações do FA (YAFFÉ, 2005).

³³ Inicialmente o líder do FA foi um independente, seu primeiro Presidente Liber Seregni. Embora tenha enfrentado desafios (tais como na segunda metade dos anos 80 a figura de Hugo Batalla, líder do MPG), a liderança de Seregni só foi substituída depois de um longo processo de declive e competição interna, pela liderança de Tabaré Vázquez, em meados dos anos 90’. Mesmo assim Vázquez, que era líder de uma fração do FA (o PS), tornou-se líder do FA no processo de competição interna com Seregni (e com outro líder de fração, Danilo Astori) e só depois de ter exercido com sucesso o primeiro governo do FA em Montevideo. Mais detalhes da competição interna e mudança de lideranças no FA, ver Yaffé (2005).

Em relação à sua dimensão ideológica e programática, é possível identificar três grandes etapas no FA. Uma primeira, que começa com sua fundação em 1971 e vai até a restauração da democracia em 1984, caracterizada pelos especialistas como etapa de construção de uma esquerda frentista - revolucionária. Uma etapa posterior, de transição, que vai até 1994 na qual se debateram e processaram mudanças ideológicas, estratégias e programáticas que sustentam as bases para a renovação e a instalação do progressismo no FA. Finalmente, uma terceira etapa progressista, que é inaugurada em 1994, com a fundação do EP e continua até hoje. Esta última etapa tem sido caracterizada de forma muito mais democrática, porém, menos socialista do que a primeira. Nela ocorreu o abandono prático do anti-imperialismo e sua substituição, por uma leve retórica anti *status quo* (GARCÉ; YAFFÉ, 2005).

Enquanto organização, o FA deixou de ser apenas uma coalizão de partidos para se tornar um partido de coalizão, em que os grupos e partidos fundadores funcionavam como frações internas³⁴ (YAFFÉ, 2005a; LANZARO, 2004; PIÑEIRO; YAFFÉ, 2004). Na medida em que essa mudança foi acontecendo, o mapa de frações internas do FA também foi se tornando complexo, produto de rachas, incorporações e alianças entre as frações existentes³⁵ (YAFFÉ, 2005a).

4.1.2.1 Principais características da dinâmica de competição interna

Desde sua fundação, o FA apresentou uma dinâmica de competição geral altamente fragmentada, medida pelo número de chapas e pelo NEF na eleição. Esta fragmentação foi aumentando desde 1984 e, ao mesmo tempo, essa tendência foi divergente da que seguiram os partidos tradicionais no Uruguai (VERA, 2012). No nível interno, a estrutura organizativa do partido facilita uma dinâmica de competição altamente fragmentada. A estrutura organizativa atual do FA apresenta uma forma piramidal. A base se compõe de *Comités de Base* e, no nível imediato superior, as *Coordinadoras Zonales*. No nível intermediário encontram-se os órgãos de direção departamental (*Plenários* e *Mesas departamentales* ou *Asambleas Extraordinarias*). O *Plenário Nacional* (PN) constitui a

³⁴ Os partidos fundadores não se dissolveram na estrutura do FA, ao contrário, mantiveram suas identidades, estruturas e denominações (PIÑEIRO; YAFFÉ, 2004).

³⁵ Para uma análise detalhada do desenvolvimento do mapa de frações do FA ver Piñeiro e Yaffé (2004).

máxima autoridade permanente do FA e junto com a *Mesa Política* (MP)³⁶ e o *Congreso Nacional* (CN)³⁷ constituem os órgãos de direção nacional do partido.

Atualmente, o PN está integrado por um total de 178 membros: 85 deles pelas bases militantes, 85 pelos setores políticos que integram o partido³⁸, Presidente e Vice-presidente do partido, e até seis figuras de relevância do partido designadas pelo PN. A partir da reforma estatutária de 1993 o FA deixou de ter uma integração fixa dos setores políticos (estabelecida nos próprios estatutos) e instituiu um regime de Eleições Internas de filiados³⁹ para estabelecer a representação de cada fração e a representação das bases militantes no PN e na MP. Essas eleições têm sido feitas em 1997, 2002, 2006, 2012 e 2016.

A quantidade nominal de frações que integram o PN tem aumentado desde a fundação do partido, passando de 10 (em 1971) para 19, após da eleição interna de 2012.

4.1.2.2 A chegada ao governo nacional

Depois de vencer no primeiro turno das eleições nacionais do dia 31 de Outubro de 2004, obtendo 50.5% dos votos emitidos, em 1 de março de 2005, o Dr. Tabaré Vázquez assumiu como presidente do Uruguai, iniciando assim, pela primeira vez na história política do país um governo de esquerda.

O triunfo eleitoral do FA nas eleições de 2004 marcou uma característica diferente a respeito do que estava acontecendo nas eleições nacionais. Pela primeira vez, desde a

³⁶ Desde a reforma estatutária de 1993, a MP é definida como o órgão executivo do PN. “Ejerce la conducción política cotidiana del FA entre sesión y sesión del Plenario Nacional, debiendo actuar de acuerdo a los lineamientos políticos emanados de las resoluciones del Congreso y del Plenario Nacional” (Estatutos FA 1993/2008, Art. 87).

³⁷ Os estatutos partidários de 1986 definiam o CN dentro da seção de órgãos de Direção Nacional, como de natureza periódica. A partir dos Estatutos partidários de 1993 o CN se localiza na seção de órgãos de direção nacional, mas não conta com uma definição específica. Há dois tipos de congresso, o ordinário e o extraordinário. O primeiro se reúne a cada 30 meses, enquanto o segundo se reúne: (i) pela convocatória do PN ou solicitação de 25% dos filiados; (ii) no primeiro semestre dos anos em que se realizam eleições nacionais para aprovar a plataforma eleitoral e definir os candidatos únicos do FA para Presidente e vice Presidente da República. Outras atribuições dos Congressos ordinários são: aprovar e definir a linha política do FA, formular recomendações para o PN e outros órgãos do FA e designar ao Presidente e Vice Presidente do FA (Estatutos FA 1993, 2008 Art. 93).

³⁸ A expressão *setores políticos* é utilizada nos Estatutos partidários em referências as frações, neste trabalho as duas expressões se utilizam indistintamente.

³⁹ Desde 1993 as distinções formais que estabelecem os Estatutos do FA entre seus filiados (*adherentes*) variam em função do tempo de filiação, o tipo de órgão, a idade, além da cotização com o partido. Aqueles filiados com menos de 20 dias não podem exercer seus direitos como *adherentes*; aqueles que têm menos de 60 dias de filiação (ou de 16 anos de idade), não podem ser eleitos para integrar a Mesa de um Comité de Base; aqueles que não contam com 180 dias de filiação não podem ser eleitos como delegados para a *Coordinadora Zonal* e o *Plenário Departamental*; e finalmente para ser elegível como delegado ao PN tem que ter um ano de filiação e mais de 18 anos de idade (ESTATUTOS FA, 2008, Arts. 2-5).

aprovação da Constituição de 1967, um partido político alcançava a Presidência da República contando com maioria parlamentar tanto na Câmara de Deputados como na Câmara de Senadores, isto possibilitava a conformação de um governo sem a necessidade de formar um governo de coalizão⁴⁰.

Assim, o governo do FA enfrentava, por um lado, o desafio de assumir o controle de seus êxitos e fracassos, sem contar com a possibilidade de responsabilizar o parlamento e o conjunto do sistema político por eventuais boicotes. Por outro lado, ainda que não existisse a necessidade de negociar com outros partidos a composição do gabinete, o presidente enfrentava o desafio de compor um governo que mantivesse os equilíbrios internos na representação dos setores políticos do FA.

Os gabinetes evidenciam diferentes estratégias dos presidentes para a conformação do governo, como evidenciam Chasqueti e Buquet (2013). No Uruguai, os presidentes tendem a conformar gabinetes aplicando um critério de justiça distributiva entre partidos e frações. O primeiro governo do FA, mostrou, que mesmo com um governo majoritário, dada a natureza *fraccionalizada* dos partidos uruguaios (BUQUET et al, 1998), estes mantêm esse critério distributivo. Neste caso, a distribuição se produz no interior das frações do partido do presidente, segundo o aporte de bancas no parlamento de cada uma delas⁴¹.

Além do critério distributivo proporcional, outra característica na formação de gabinetes no Uruguai, é que o Presidente mantêm sob seu controle uma porção importante dos chamados Ministérios fortes: Fazenda, Chancellaria, Interior e Defesa, segundo Escobar Lemmon e Taylor-Robinson (2009). Como mostram Chasqueti e Buquet (2013), durante o governo de Tabaré Vázquez 75% desses Ministérios eram dirigidos por

⁴⁰ No Uruguai, o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República atuando com um ou vários ministros, ou diretamente com o *Consejo de Ministros*, isto é, a totalidade do gabinete como órgão de governo. Como assinala Chasqueti (1999), os gabinetes expressam as estratégias diferentes dos governos, sendo que existem gabinetes de partido majoritário e minoritário, assim como de coalizão majoritária e minoritária. A necessidade de construir maiorias legislativas explica as variantes empiricamente observadas (Chasqueti 1999). No Uruguai, as coalizões pós-ditadura foram denominadas: *Entonación Nacional* durante o governo de J.M. Sanguinetti 1985-1990; *Coincidencia Nacional* na presidência de Luis Alberto Lacalle, 1990-1995; e houve coalizões de “blancos y colorados” na segundo governo de Sanguinetti 1995-2000 e na Presidência de Jorge Batlle, 2000-2005.

⁴¹ O Índice de Congruência Partidária do Gabinete (ICPG) (Amorim Neto, 1998) mostra que a média da América latina é de 0,708. Enquanto Chasqueti e Buquet (2013) mostram que o ICPG e sua versão adaptada para frações no Uruguai nunca foi mais baixa do que 0.74. No caso das frações do FA no período 2005-2010 o ICPG adaptado foi de 0.801.

integrantes da fração do Presidente. Um dado importante para esta pesquisa é que o Ministério da Fazenda (*Economía y Finanzas*) foi o único dos Ministérios que não ficou com a fração do Presidente. Sendo que, segundo o critério dos autores, é o primeiro em importância. Esse Ministério foi entregue à fração liderada pelo Danilo Astori (*Asamblea Uruguay*, AU). Como se mostrara no capítulo 5, esta nomeação e suas consequências em termos de limites na estratégia de esquerda que o governo podia desenvolver na área da economia, constituiu uma das principais razões que estiveram presentes no discurso da AP/UP como desencadeante do processo de racha com o FA.

Finalmente, outra das características da chegada ao governo e a integração do primeiro gabinete ministerial de Tabaré Vázquez, foi a nomeação de líderes de fração para esses cargos. Como explicam Chasqueti e Buquet (2013), os Presidentes uruguaios evitam nomear políticos do núcleo duro das frações como Ministros. No entanto, o Presidente Tabaré Vázquez formou seu governo com líderes das frações integrantes do FA com representação parlamentar⁴². Segundo explicam os autores, isso ocorreu, pois, por um lado, era a primeira vez em que o FA estava no governo e precisava do maior apoio partidário; por outro, devido ao fato de que o próprio Tabaré Vázquez não era um líder de fração (como habitualmente ocorre com os Presidentes uruguaios), mas sim um líder partidário e, portanto, não tinha receio que surgissem no seu gabinete líderes que tornassem opaca sua gestão.

4.1.3 Cronologia do processo de formação do 26 de Marzo

Aqui, desenvolvo as principais características e a evolução do 26M, setor político que rompeu formalmente com o FA em março de 2008 e que criou a AP, que depois seria rebatizada como UP.

O longo caminho que percorre esta fração política desde sua criação até a formalização de sua saída do FA pode ser subdividido nos seguintes períodos: primeiro, de sua criação até meados de 1973, onde atuou como braço político no FA do *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (MLN-T). O segundo período se inicia com a autocrítica do *Simposio de Viña del Mar* e a dissolução do 26M, passa pelo surgimento do chamado

⁴² O primeiro gabinete foi integrado por: José Díaz, Reinaldo Gargano e Azucena Berruti (PS); José Mujica e Eduardo Bonomi (*Movimiento de Participación Popular*, MPP); Danilo Astori (AU); Mariano Arana e María Julia Muñoz (*Vertiente Artiguista*, VA); Héctor Lescano e Víctor Rossi (*Alianza Progresista*, APro); Marina Arismendi (PCU), Jorge Brovotto (Presidente interino do FA); e um *outsider* ex Gerente Geral da Texaco em Uruguai e Argentina, Jorge Lepra.

seispuntismo e a reorganização do movimento 26M, tanto no Uruguai, quanto no exterior, e termina com seu pedido de reingressar no FA, do qual havia sido desfilado em 1974. A terceira etapa vai desde o reingresso no FA, em 1989, até sua saída em 2008⁴³.

Como se evidenciará neste capítulo, nos dois primeiros períodos se definiram as características genéticas desta organização, isto é, as características constitutivas que vão incidir no desenvolvimento futuro da organização (PANEBIANCO, 2005) e, principalmente, que estarão presentes no processo de decisão de sua saída do FA, em 2008.

4.1.3.1 Primeira etapa fundacional (1971-1973)

A origem do 26M não pode ser explicada sem fazer referência ao MLN-T e, mais especificamente, a uma de suas etapas de desenvolvimento no começo dos anos 70, quando o MLN-T definiu a criação de um movimento político legal como forma de vincular-se às massas e como forma de influenciar no processo de unidade da esquerda, que teve como resultado a fundação do FA em 5 de fevereiro de 1971.

Os estudos sobre o MLN-T, apontam que existiram diferentes momentos de desenvolvimento desta organização enquanto movimento guerrilheiro (1966-1973). Entre eles, levando em consideração o equilíbrio entre o vetor político e o militar, Garcé (2012) assinala que a organização passou por duas fases: a primeira, entre 1966 e 1970, em que predominaram as ações de propaganda armada e a sensibilidade política; a segunda, até sua derrota militar, momento em que as ações militares foram predominantes⁴⁴. Neste segundo período, surgiu o *Movimiento de Independientes 26 de Marzo* (MI-26M)

Como o mesmo autor destaca, devido as características organizativas próprias e a existência de uma mudança qualitativa no caráter das ações desenvolvidas pelo movimento guerrilheiro⁴⁵, a partir de 1969, a posição de “*jugar la carta de las masas*” começou a ser discutida no MLN-T e, com ela, se produziram vários movimentos políticos.

⁴³ Esse período se desenvolve nos capítulos 5,6, e 7.

⁴⁴ Foge dos objetivos desse trabalho aprofundar mais no desenvolvimento do MLN-T. Para conhecer mais sobre essa organização, dentre outros, ver GARCÉ (2012).

⁴⁵ O número de militantes do MLN-T passou de 50, em 1966, para 2000 militantes clandestinos em 1970 (GARCÉ, 2012). Concomitantemente as ações do MLN-T tornavam-se mais ambiciosas, especialmente a partir da chamada *Toma de Pando*, uma operação de assalto a uma pequena cidade situada a 30KM de Montevidéu, ocorrida em outubro de 1969. Nesta operação, os tupamaros tomaram por assalto a delegacia policial, os quartel de bombeiros e vários bancos. Na fuga se produziram enfrentamentos com policiais, que culminaram na morte de um policial e três guerrilheiros, e outros tantos guerrilheiros presos. Neste período, as ações do MLN-T também tiveram resposta mais contundente das forças repressivas do governo de Pacheco Areco (1967-1972), quem havia assumido a Presidência uruguaia em 6 de dezembro de 1967, após de falecer o Presidente eleito Jorge Gestido (PC). Até então, Pacheco era uma figura quase desconhecida na esfera

O primeiro movimento importante surgiu no começo dos anos de 1970 com a criação da *Columna 70*. Esta Coluna teve por objetivo influenciar as grandes massas. No entanto, para ser parte integrante da organização guerrilheira era necessário atuar unicamente na clandestinidade, o que trazia sérias dificuldades para se inserir nas organizações sindicais⁴⁶.

No final de 70 e começo de 71 ocorreu um debate interno no MLN-T, pois existiam diferentes posturas a respeito de como posicionar-se frente ao processo de unificação que estava se formando entre as organizações de esquerda no Uruguai, processo que culminaria com a construção do FA.

Neste debate predominaram três posições: uma de caráter mais militarista, que pretendia manter a organização guerrilheira à margem do movimento de massas que estava se gestando; uma segunda posição pretendia a aproximação a grupos políticos próximos à organização guerrilheira; e uma terceira, triunfante, que propunha criar um movimento político independente, sem relação com os partidos existentes (REY TRISTÁN, 2006).

Assim, a criação do 26M (na origem, MI-26M) é consequência do “apoio crítico” dado pelo MLN-T ao FA e, ao mesmo tempo, resultou na formação estratégica de uma frente de libertação nacional, formulada no marco desse debate interno. Para o MLN-T, a frente era concebida “[...] como la expresión orgánica y política de la alianza indispensable de todos los sectores sociales (potencialmente revolucionarios) que antes definimos como amigos: su contenido será entonces anti-imperialista y anti-oligárquico” (MLN-T, 1971).

Em 8 de abril de 1971 ocorreu uma plenária onde o MI-26M foi constituído formalmente⁴⁷. Pouco tempo depois, em 18 de Maio de 1971, o MI-26M solicitou seu ingresso no FA baseando-se em sua *Declaración de Principios* e em sua *Declaración Constitutiva*. Após enfrentar algumas resistências iniciais, esta solicitação foi aceita pelo

política uruguaia, o que mudaria devido a sua política repressiva aos movimentos populares em geral e pelo seu combate ao MLN-T, em particular. Assim, governou sob medidas de pronta seguridade que suspendiam os direitos individuais, censura da imprensa e proscricção de partidos políticos, como o PS. Durante seu governo, em 1968, morreram os primeiros dois estudantes, devido repressão policial, Liber Arce e Susana Pintos.

⁴⁶ Isso foi remediado com a criação da *Tendencia* que incluía os sindicalistas afins à guerrilha. A *Tendencia* derivou na criação da *Micorfracción* sindicalista dentro do MLN-T (GARCÉ, 2012).

⁴⁷⁴⁷ O nome da fração, *26 de Marzo*, faz referência à data em que foi realizado o primeiro ato de massas do FA, 26 de março de 1971, o que se simbolicamente expressava em um claro sinal de adesão ao processo de unidade política da esquerda.

PN do FA, oficializando-se o ingresso do MI-26M à coalizão de esquerda em 27 de maio de 1971⁴⁸.

4.1.3.1.1 Características do MI-26M

O MI-26M não nasceu como um partido político, mas como um movimento de massas, com uma direção de caráter centralizada e fortemente vinculada ao MLN-T. Assim, o movimento desenvolveu inicialmente uma estrutura de caráter territorial. Devido a sua incorporação e rápido desenvolvimento na estrutura de comitês de base do FA e, principalmente, à aparição de agrupamentos estudantis e de trabalhadores provenientes de células da *Columna 70* do MLN-T⁴⁹, o MI-26M também se organizou setorialmente, incidindo no movimento operário e estudantil.

Não havia participação direta do MLN-T na estrutura e direção do MI-26M, mas existiam reuniões periódicas onde se trocavam informações e se dava a linha política, entre a direção do MI-26M e o encarregado do setor político do executivo do MLN-T (REY TRISTÁN, 2006). Além disso, existia a dupla militância entre alguns dos integrantes do MLN-T que não estavam na clandestinidade⁵⁰.

Pelo fato de haver sido fundado como braço político do MLN-T, o MI-26M compartilhava as principais características do amplo leque ideológico que caracterizou os Tupamaros⁵¹. Da mesma maneira, a organização desenvolveu seus fundamentos políticos, que foram publicados em julho de 1971. De acordo com estes fundamentos:

⁴⁸ A resolução do PN do FA estabelecia o seguinte: "El Plenario Nacional del Frente Amplio, en su reunión ordinaria del día 26 de mayo del '71, ha considerado la trascendente decisión de vuestra organización de adherir a este movimiento político. Por resolución de este Plenario, comunicamos a ustedes que a partir de la fecha, el Movimiento de Independientes '26 de Marzo' integra orgánicamente el Frente Amplio, y le corresponden dos delegados en el mismo. Consecuentemente, invitamos a vuestra organización para que designe los delegados que la representarán en el Plenario Nacional, a partir de la próxima sesión del mismo, el día Miércoles 2 de junio de 1971 a las 20 horas en el local del PDC. Sin más, reciban ustedes nuestro fraternal saludo. General Líber Seregni, Presidente de la mesa Ejecutiva. Ana López G. C de Lucchini, Secretaria General" (PN 26/05/1971, apud CX36, 23 mar. 2007).

⁴⁹ O MLN-T se organizava em diferentes colunas (militares e de serviços) e não existia entre elas unidade de pensamento a respeito do FA. Na coluna de maior desenvolvimento militar (coluna 15) considerava que o FA era reformista. Uma visão parecida tinha a chamada coluna "*del Collar*", onde estava José Mujica. A diferença entre elas é que a coluna 10, que atuava em Montevideu, considerava o FA um instrumento do movimento popular de caráter antiimperialista.

⁵⁰ Os militantes da Coluna 70 do MLN-T desenvolviam uma dupla militância. Por motivos de segurança, aqueles que estavam clandestinos eram proibidos participar no MI-26M.

⁵¹ Segundo Garcé (2012), o MLNT- caracterizou-se por desenvolver uma ideologia flexível, influenciada pelo marxismo e pelo leninismo, cujo objetivo era a liberação nacional e o socialismo em Uruguai, como parte da revolução continental. Também recebeu influências do anarquismo, maoísmo e o *foquismo* cubano. Porém, desde o início, esta organização teve um componente nacionalista muito presente. Assim, socializado na

El principio básico que orienta la filosofía política del Movimiento 26 de Marzo es el de la soberanía popular. El pueblo es el soberano en tanto que protagonista de su propio destino. En tal sentido sus temporales representantes, sus eventuales dirigentes, sus delegados circunstanciales a todos los niveles, deben reconocer la actualidad, vigencia y trascendencia de aquella definitiva frase de Artigas: “mi autoridad emana de vosotros y ella cesa ante vuestra presencia soberana” (informação verbal)⁵².

Assim, ao ingressar no FA, o MI-26M reconheceu as *Bases Programáticas del FA*. A partir destas definições o MI-26M desenvolveu um forte trabalho na estrutura de base do FA no ano em que este partido participou pela primeira vez das eleições nacionais. No entanto, como evidencia o mesmo documento, o MI-26M não se propôs esgotar seu esforço nas instâncias eleitorais e salientava o ponto 4 da *Declaración Constitutiva* do FA, que expressa que o objetivo fundamental daquele “[...] es la acción política permanente y no la contienda electoral”.

Porém, devido a seu estreito vínculo com o MLN-T, o ingresso do MI-26M ao FA não esteve alijado de contradições e desconfianças⁵³. Por um lado, seu ingresso gerava a possibilidade de que o FA pudera influenciar no movimento guerrilheiro para que cessassem suas ações armadas, favorecendo a pacificação do país. Como assinala Rey Tristán (2006), estes contatos foram negados por importantes figuras do FA (incluindo seu então presidente, Liber Seregni), mas tem sido confirmados por lideranças do MLN-T. Segundo Mauricio Rocencof⁵⁴, “*figuras fundamentales del frente nos llegaron a plantear que no operáramos durante la campaña electoral*” (ROCENCOF, apud REY TRISTÁN, 2006, p.366).

tradição política uruguaia conformou “un movimiento diverso, plural, más unido por emociones y acciones que por argumentos y teorías” (GARCÉ, 2012, p. 227).

⁵² CX36, Radio Centenário 1250 AM. Mensaje de la 36: Movimiento 26 de Marzo: “Ante la duda. volver a nuestro Programa original”. 23 mar. 2007. Transcrição disponível em: <http://www.radio36.com.uy/mensaje/2007/03/m_230307.htm> Acesso: 15 fev. 2016

⁵³ Dentre os setores do FA, o PDC mantinha discrepâncias, e o PCU, o *Movimiento Popular Frenteamplista* (MPF) e o FIDEL tiveram uma posição ambígua sobre o ingresso do MI-26M. Após um bem sucedido ato de massas organizado pelo MI-26M no centro de Montevidéu, a solicitação conseguiu ser destravada.

⁵⁴ Integrante da direção do MLN-T no período.

Diversas eram as posturas de desconfiança à entrada do MI-26M no FA, especialmente após as eleições nacionais de 1971. Exemplos dessas posturas foram as posições de Pablo Terra (então Presidente do PDC) e as do presidente do FA, Liber Seregni. Ao referir-se ao processo de unidade da esquerda no FA e ao vínculo com a guerrilha, Terra assinala que:

Eso no dejó de tener problemas, porque apenas el Frente se formó, los Tupamaros y otros grupos guerrilleros, trataron de colarse en él. En las posiciones en que estaban no podían hacerlo, pero lo hicieron en forma encubierta con el Movimiento 26 de Marzo y nos trataron de enloquecer permanentemente radicalizando los movimientos, las acciones, los actos. Ese fue un terreno muy difícil donde tratamos, incluso con la colaboración muy importante del Partido Comunista, de evitar eso, pero no se logró. La verdad es que estropearon bastante la estrategia (informação verbal)⁵⁵.

Seregni via o MI-26M como um obstáculo para que o FA adotasse uma posição mais dura contra as ações realizadas pela guerrilha:

(...) el Frente no respondió con la contundencia que tenía que haber respondido a cierto tipo de acciones del MLN (...) Pero por esa gente, no dejaban, el Frente como órgano no podía denunciar y repudiar abiertamente más allá de las cosas que hacíamos (informação verbal)⁵⁶.

As ações tupamaras, considera Seregni na mesma entrevista, entorpeceram os esforços do FA para envolver a todos os atores num verdadeiro processo de pacificação e constituíram um sério obstáculo para o crescimento do FA, já que cada triunfo do movimento popular sucedia uma ação violenta do MLN⁵⁷.

⁵⁵ Pablo Terra, apud Harnecker (1995, p.30).

⁵⁶ Liber Seregni, apud Blixen (1997, p.71, apud REY TRISTÁN 2006, p.367).

⁵⁷ Nada obstante, Seregni participou de forma direta e através de Oficiais militares retirados que estavam no seu entorno, junto ao PCU e ao MLN-T, da elaboração de planos militares para resistir o golpe militar que se aproximava. O golpe foi efetivado o 27 de junho de 1973 com a dissolução das Câmeras decretada pelo então Presidente Juan María Bordaberry (PC), dando início à ditadura civil-militar em Uruguai (1973-1985); porém esses planos nunca foram levados à frente (REY TRISTÁN, 2006). Ao mesmo tempo, a posição de Seregni após da recuperação democrática evitou a confrontação com as FF.AA. (Forças Armadas) sobre o período que

Assim, neste período se configura a primeira marca genética da organização: sua relação conflitiva com o FA. O MI-26M não foi, no sentido estrito, uma das frações fundacionais do FA, mas nasceu e se integrou nele como consequência do apoio crítico dado pelo MLN-T ao processo de unificação da esquerda política no Uruguai. Como sua organização mãe, o MI-26M tinha pouca confiança no processo eleitoral e as possibilidades de mudança social que ele poderia trazer, mas enxergava no processo de unidade da esquerda e, especialmente, nos comitês de base do FA um campo frutífero para o desenvolvimento político. Assim, desenvolveu desde sua integração ao FA um trabalho militante abnegado sem esperar "nada em troca". Mas, ao mesmo tempo que aportava sua militância, gerava desconfianças pelo fato de ter sido criado como braço político do MLN-T. Setores e líderes políticos do FA enxergavam no MI-26M um movimento para incidir e radicalizar a estratégia política do FA, além de bloquear sua crítica às ações da guerrilha. Como se evidencia no seguinte ponto, essa relação conflitiva também se estendeu para sua organização mãe, o MLN-T.

4.1.3.2 Segunda etapa fundacional: o *seispuntismo* (1973/74-1980)

Assim, como não é possível explicar o surgimento do MI-26M sem fazer referência à mudança de estratégia do MLN-T, não é possível dar conta deste importante período genético do 26M, o chamado *seispuntismo*, sem fazer referência à derrota militar do MLN-T e aos debates autocríticos que dessa se derivaram.

No final de 1972 o MLN-T foi derrotado militarmente pelas *Fuerzas Conjuntas*, muitos de seus militantes, incluindo seus principais líderes⁵⁸, estavam na prisão, no exílio, ou clandestinos, próximos a sair do país⁵⁹. Assim, com a desarticulação do movimento guerrilheiro se produziram duas grandes leituras autocríticas da derrota: a primeira que foi

antecedeu à ditadura e o período ditatorial, e procurou uma maior proximidade de estas com o FA, tanto por preferências pessoais - tentando que os militares modificassem sua caracterização do Seregni como traidor das FF.AA. -, quanto por preferências políticas, na perspectiva de um eventual governo de esquerda.

⁵⁸ Fernández Huidobro foi encarcerado em Abril de 1972. Nos meses seguintes foram capturados Mauricio Rosencof, Marenales e Henry Engler. Raúl Sendic, liderança histórica do MLN-T foi ferido e capturado em setembro de 1972. Pouco tempo depois, foi encarcerado José Mujica.

⁵⁹ Arrarás (1998, p.189, apud GARCÉ, 2012, p.236) estima que 860 Tupamaros foram presos entre janeiro e dezembro de 1972. Em setembro de 1972 foi inaugurado o "Penal de Libertad" um cárcere acondicionado especialmente para presos políticos, de forma de evitar fugas massivas. Um ano antes, em uma operação que ficou conhecida como "El Abuso", uma centena de Tupamaros (entre eles Mujica, Huidobro e Rocencof), 6 militantes de outros grupos armados (FARO y OPR33) y 5 presos comuns fugiram por um túnel que construíram dentro da cárcere de "Punta Carretas".

feita pelas lideranças históricas do MLN-T na prisão, os chamados “*viejos*” da organização; e a segunda produzida pela Diretoria do MLN-T que estava exilada no Chile⁶⁰.

Em uma carta datada em 19 de agosto de 1973, elaborada no “*Penal de Libertad*” pela direção histórica do MLN-T, se assinala que a derrota do movimento ocorreu, pois os Tupamaros não adotaram a tempo e com a ênfase necessária uma mudança de estratégia que lhes permitisse passar do foco (desenvolvido entre 1966 e 1996) para outro que permitiria assumir plenamente o desafio histórico de criar o emaranhado MLN-povo: “*Nuestro principal error no fue la desviación pequeño burguesa, sino el error original de línea que luego dio lugar a esa desviación. A partir de 1969, aproximadamente, la organización se quedó sin estrategia*” (MLN-T, Carta de los Presos, apud GARCÉ, 2012, p.237-8).

Porém, ao carecer de uma estratégia adequada acreditando que tinham uma, fez com que a organização continuasse:

[...] dando importancia desmesurada al aparato armado, cuyo crecimiento se transformó en el principal fin de nuestro trabajo en todos los frentes. Significó que no elaboramos a tiempo respuestas militares adecuadas a nuestra nueva envergadura. A esto se agregó que dado el crecimiento desordenado o irracional del aparato armado, éste creara sus propias necesidades de acción, que muchas veces dieron origen a planes o tácticas inconducentes o francamente impolíticas. No dimos una cabal respuesta al frente de masas, por el contrario, el gran apoyo con que con nuestra acción generamos lo frustramos, pues como única respuesta teníamos la posibilidad de integrar a la gente al aparato militar, lo cual perjudicó tanto al aparato militar como a la perspectiva en el frente

⁶⁰ Como assinala Raúl Rodríguez, a organização não tinha planejado se instalar no Chile, país que era parte da rota para Cuba. No entanto, circunstâncias políticas conjunturais determinaram que pouco a pouco se transformasse no ponto de referência do MLN-T no exterior (Raúl Rodríguez, depoimento [6 dez. 2007]. Programa especial del Movimiento 26 de Marzo. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 5 blocos, 2007. Disponível: <<https://m26demarzo.wordpress.com/audios/audios-especiales-26m/>> Acesso em: 20 fev. 2016). Neste período, o MLN-T formou parte da *Junta de Coordinación Revolucionaria*, criada em 1972 junto com o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria de Chile*, o *Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario de Pueblo* da Argentina, e o *Ejército de Liberación Nacional* da Bolívia. Essa Junta se manteve fortemente operativa até 1976 quando começou sofrer importantes derrotas, deixando de existir dois anos depois (RAMÍREZ, 2010).

de masas. [...] (MLN-T, Carta de los Presos, apud GARCÉ, 2012, p.237-8)⁶¹.

A outra grande corrente autocrítica surgiu meses antes, em fevereiro de 1973, na cidade de *Viña del Mar*, no Chile. Neste lugar ocorreu um encontro de militantes Tupamaros que haviam conseguido escapar do Uruguai, foi o *Simposio de Viña del Mar*. Este encontro produziu importantes resoluções que incidiram no desenvolvimento da organização, especialmente, por constituir um ponto de inflexão no desenvolvimento genético do MI-26M.

A autocrítica aprovada sustentava, entre outros pontos, que os Tupamaros haviam sido derrotados por suas debilidades ideológicas que, por sua vez, eram consequência do predomínio das “classes médias” e da “pequena burguesia” em sua composição social, especialmente depois de 1970.

Como assinala Garcé (2012), no Simpósio se construíram várias resoluções importantes. Primeiramente e levando em consideração a debilidade do MLN-T, adotou-se a decisão de não retomar a luta armada. Em segundo lugar, se definiu empreender a constituição de um partido marxista-leninista. Assim, propôs a “proletarização” e a “peludización” do MLN-T, o que implicava que os militantes deveriam adquirir os valores dos trabalhadores, o estilo de vida dos “peludos”⁶².

Em torno deste debate autocrítico surgiram diferentes frações dentro do MLN-T que tiveram diferentes graus de desenvolvimento. De acordo com os objetivos deste capítulo, importa destacar o surgimento do *seispuntismo*⁶³.

⁶¹ Garcé (2012) distingue duas vertentes dentro desta autocritica, uma que coloca maior ênfase na falta de desenvolvimento do vínculo com as massas como fator de derrota, que segundo Labrousse (2009:138, apud GARCÉ, 2012, p.238) corresponderia com as visões de Rosencof y Mujica; e uma segunda vertente, associada a visão de Fernández Huidobro (2001, p.143-51, apud GARCÉ p.238) para quem a derrota derivou, fundamentalmente, de erros de estratégia militar, já que o *foquismo* havia sido exitoso e era necessário para uma etapa militar superior.

⁶² Peludos era o apelido dos trabalhadores de cana-de-açúcar no norte do Uruguai. No começo da década de 60 tinham condições de vida e de trabalho extremadamente precárias. Raúl Sendic, fundador do MLN, ajudou a organizar seu sindicato, a *Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas* – UTAA. A liderança do Sendic sob esse movimento articulou também o apoio da UTAA à organização do MLN-T.

⁶³ Outras frações surgidas neste processo foram a *Tendencia Proletaria* e *Tendencia Nuevo Tiempo* (NT). A primeira, liderada por Andrés Cultelli e Falero Montes de Oca, se originava da *Frente Sindical* do MI-26M, adotava uma versão esquemática do marxismo-leninismo e se organizava para se opor aos líderes que acusavam de “pequeno-burgueses”. Foram exilados na Argentina, participaram das *Escuelas de Cuadros*, onde aprofundaram os aspectos teóricos do Marxismo-leninismo e práticos da luta armada. Tentaram, sem êxito, organizar um partido proletário armado e, portanto, clandestino no Uruguai (ARRARÁS, 1998, p. 254-

O *seispuntismo* nasceu dentro da *Penal de Libertad* e se constituiu como uma resposta contrária as resoluções de *Viña del Mar* que estavam sendo discutidas no cárcere. Essas resoluções foram ingressadas ao cárcere por militantes que voltavam do exterior e eram presos, e eram apresentadas dentro do cárcere como a linha política adotada pela direção do MLN-T que estava no exterior do país.

Para entender o contexto no qual se formularam estes pontos, é necessário dar conta como era organizada a *Penal de Libertad*. Inaugurado em setembro de 72, a *Penal* se compunha em cinco pisos, divididos em dois setores, que por sua vez eram divididos em duas alas. O mínimo era uma ala, que tinha 25 celas para duas pessoas. Os presos chegaram primeiro em grupos de 25, depois de 50 e eram numerados correlativamente.

Como relata Guillermo Fernández, um ex-presos político da *Penal* o critério para distribuir os presos era o seguinte:

(...) en el segundo [piso] estaban los que serían los más peligrosos para, aparte de las columnas, tener un piso más abajo de contención. Después, en el primero vendría lo intermedio (esto es muy general)... Y después vendría el tercero, después del cuarto, y después el quinto piso entonces, acá hay compañeros que llegaron en septiembre, yo llegué en octubre, no tuvimos recreo hasta noviembre, ni visitas hasta diciembre [de 1972] (informação verbal)⁶⁴.

A passagem para o Cárcere de *Punta Carretas* e por outros cárceres havia criado um método de funcionamento entre os militantes do MLN-T que lhes foi de grande utilidade na *Penal de Libertad*. A forma de organização consistia em lograr que o funcionamento da *Penal* dependesse dos mesmos presos. Para os militantes era fundamental ocupar os lugares estratégicos dentro da *Penal*, já que: “(...) *Toda fuga se hizo por la corrupción que se*

56, apud GARCE, 2012, p.241). A NT foi formada a partir dos integrantes da direção do MLN-T no Chile - que renunciaram em abril de 1974 ao considerar que não seria possível tornar o MLN-T uma organização marxista-leninista: Luis Alemañy, Lucas Mansilla, Kimal Amir e William Whitelaw. NT, fundada em abril de 1975, propunha a renúncia dos métodos violentos, rechaçada ao *foquismo* e priorizava a ampliação das alianças políticas para recuperar a democracia. Seus integrantes viajaram para a Europa, se afastaram do Marxismo-Leninismo e, em 1977, dissolveram a fração. Mais tarde, Lucas Mansilla e Luis Alemañy se vincularam ao PNac. e Kimal Amir ingresó no PC (GARCE, 2012, p.240).

⁶⁴ Guillermo Fernández, depoimento [6 dez. 2007]. Programa especial del Movimiento 26 de Marzo. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 5 blocos, 2007. Disponível: <<https://m26demarzo.wordpress.com/audios/audios-especiales-26m/>> Acesso em: 20 fev. 2016

puede tener, ahí adentro eran fundamentales algunos lugares tener acceso, donde estaba lo que valía y adentro que era la materia prima de la comida, por ejemplo; donde estaba la carne, los fideos (...)” (informação verbal)⁶⁵.

Uma vez que se foram completando as celas, os presos nomearam e distribuíram direções em cada piso por cooptação:

(...) venía la orden del agente de algún lado que no se quien eran y decían quiénes eran la dirección de cada uno de los pisos. Por sus comportamientos, por esto, porque eran conocidos de antes o gente siempre (...). Enseguida, por lo que vos habías declarado del oficio que tenías, te llamaban para trabajos a los pisos tercero cuarto y quinto. Al principio los pisos primero y segundo no tenían ningún tipo de trabajo. El segundo se dividía en dos sectores, de un lado estaban [recluidos] de a dos en la celda y en el otro, en el 2B estaban de a uno por celda, aquellos más peligrosos para los militares, los tenían clasificados ahí. El funcionamiento también iba dependiendo mucho de lo que iba pasando afuera (...) los compañeros de dirección más viejos están ahí desde febrero hasta setiembre [de 1973]. En setiembre, coincidiendo con la fecha del “Abuso” es que los sacan del Penal, se los llevan. O sea que estuvieron siete meses en la historia del penal, hasta el 84 que lo soltaron (informação verbal)⁶⁶.

Com um alto grau de organização dentro do cárcere, mesmo com a *Dirección histórica* presa por pouco tempo na *Penal de Libertad*⁶⁷, a discussão do documento de autocrítica de *Viñas* em pouco tempo havia chegado a todas as celas e suas posições foram dominantes em quase todos os pisos, alas e setores da *Penal*⁶⁸ (26M, 2001).

⁶⁵ Guillermo Fernández, *Ibid.*

⁶⁶ Guillermo Fernández, *Ibid.*

⁶⁷ Nove integrantes da Direção histórica do MLN-T, dentre os quais estavam Raúl Sendic, Fernández Huidobro, José Mujica, Marenales, foram trasladados em setembro de 1973 da *Penal de Libertad* para um *Batallón Militar* em Florida, um Departamento do interior de Uruguai. Ali foram presos em duríssimas condições e mantidos como reféns pelos militares até o fim da Ditadura (1985), com ameaça de morte em caso o MLN-T tentasse realizar alguma ação.

⁶⁸ O MLN-T sempre teve como norma que a direção estava nas ruas, fato pelo qual durante o tempo que estive na Penal, a direção histórica (“*los viejos*”) não dirigia o movimento, embora fosse consultada e

No quarto piso, o setor B foi o único onde o documento foi rechaçado ideológica e politicamente. Entre esses militantes, a principal preocupação era evitar a desarticulação do MLN-T na ausência de suas principais referências, que haviam sido convertidos em reféns dos militares (ARRARÁS 1998:324, apud GARCÉ, 2012, p.241).

Assim, elaboraram uma plataforma política de seis pontos: “1) La vanguardia de la revolución socialista mundial es el Partido Comunista de la Unión Soviética, 2) El Partido Comunista cubano es la vanguardia de la revolución latinoamericana, 3) La experiencia del MLN-T es válida, 4) Los ‘viejos’ son los líderes históricos del MLN, 5) La lucha armada es el método principal para la liberación nacional, 6) El Partido Comunista uruguayo es el aliado estratégico del MLN” (LABROUSSE, 2009, p.163, apud GARCÉ, 2012, p.241).

O *seispuntismo* representou uma posição minoritária dentro dos presos do MLN-T na *Penal de Libertad* e manteve fortes enfrentamentos com os militantes de Tendência Proletária. Seus militantes viam representadas nesta tendência posições oportunistas, a destruição do aparato do MLN-T e a negação de sua luta anterior⁶⁹. Assim, relatam alguns de seus integrantes:

Os (...) seis puntos nacieron así porque fue una respuesta lógica a un estado de descomposición, en que había no sé cuántas fracciones de MLN, que la misma dirección que dejaron los viejos decidió renunciar como dirección (...) nacen en ese marco, en una lucha fratricida que en lo único que podía terminar era en la enfermedad y en el suicidio de muchos compañeros (informação verbal)⁷⁰.

Nesta luta fratricida, para os *seispuntistas* o triunfo das posições do *Simpósio de Viñas* favorecia ao inimigo, já que impedia manter uma mínima organização funcionando⁷¹:

escrevesse documentos ou fizesse propostas. Assim, a autocrítica de *Viña del Mar* tornou-se dominante, porém não generalizada, entre os presos.

⁶⁹ Além disso, a proposta do *seispuntismo* supôs uma reelaboração da concepção teórica do MLN-T, tomando como modelo os movimentos de liberação nacional das décadas dos 60 e 70 (Cuba, Argélia, Vietnam, Amílcar Cabral e outros africanos), motivo pelo qual estabeleceu entre seus pontos a aliança estratégica com o PCU e o reconhecimento da URSS como vanguarda mundial da luta antiimperialista.

⁷⁰ Raúl Rodríguez, Ibid.

⁷¹ O *Simpósio de Viñas* teve limitados efeitos práticos. Houve tentativas de reorganização no Uruguai nos anos 1974 e 1975 (que terminaram sendo frustradas pelas forças repressivas da ditadura) e se formaram diferentes grupos menores no exílio. No cárcere, após do traslado da direção histórica o MLN-T se manteve como sentimento de pertencimento, mas não funcionava como organização.

(...) La responsabilidad principal y el mejor aporte que el oportunismo le hizo al enemigo fue el de destruir toda posibilidad de mantener un aparato mínimo de la organización en el país. (...) Los duros golpes recibidos en los meses posteriores a abril de 1972 sumados a nuestras deformaciones internas, y a algunas insuficiencias lógicas de nuestro desarrollo, nos impedían mantener la continuidad en el accionar. No había en ese momento tarea más importante que la de mantener un aparato mínimo funcionando, ni análisis políticos ni autocríticas, ni profundizaciones ideológicas, nada podía ocultar la necesidad de cumplir esta imperiosa tarea que le exigía el pueblo y toda nuestra militancia (informação verbal)⁷².

A destruição das possibilidades de funcionamento de um aparato mínimo eram consequências do efeito desmoralizador que gerou na militância as autocríticas dos “oportunistas” realizadas em *Viña*, que eram consideradas a negação da luta, pela qual muitos desses militantes estavam sofrendo o cárcere:

Cuando te llega la transmisión de un análisis y una conclusión donde la estrategia fue equivocada, donde la ideología no existía, donde todo había sido prácticamente en vano es más que un estímulo moral o un estímulo político para la lucha, el desarme de la militancia. Es la negación de la lucha. Creo que el papel del oportunismo, justamente, en esa instancia apunta a la destrucción, a la desmoralización, a la desorganización. De ahí surgen también otras respuestas (...) Y vestido de un ropaje revolucionario, con lenguaje pseudo marxista-leninista, con la propuesta de la creación del partido, la carencia ideológica. Entonces a partir de eso, lo que realmente se pregona, es el abandono de la lucha. (...) Que no fue posible gracias a que hubo

⁷² Ángeles Balparda, depoimento [6 dez. 2007]. Programa especial del Movimiento 26 de Marzo. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 5 blocos, 2007. Disponível: <<https://m26demarzo.wordpress.com/audios/audios-especiales-26m/>> Acesso em: 20 fev. 2016

*resistencia y reorganización, a partir de la reafirmación de la ideología, de la concepción y de la lucha (informação verbal)*⁷³.

Com efeito, os *seispuntistas* desempenharam um papel de resistência e reorganização, assim:

*(...) esta gente va tener a lo largo de esto y durante el penal siempre una plataforma de discrepancias, que es lo que va a ser que nunca puedan construir nada; mientras que la organización, los Seispuntista, como quieras llamarle, a lo largo del penal va a tener una tarea de construcción o reconstrucción, o reacondicionamiento de la organización (...). Me parece que la mejor autocrítica que hay es la reconstrucción del movimiento y seguir para adelante con la organización (informação verbal)*⁷⁴.

O *seispuntismo* se tornou o momento genético mais importante do 26M, já que constituiu o ponto de partida teórico, prático e simbólico das posições que, desde então, orientaram as ações desse grupo:

*El primer aspecto importante fue el gran enriquecimiento de la teoría que nos permitía la lucha y luego de todos estos años ha sido la incorporación de todos estos elementos, en forma de elementos teóricos, de valores, que han estado presentes a lo largo de toda la vida, y que hoy, lo que somos como organización, como 26 de Marzo, es totalmente inseparable de los Seis Puntos. Han sido su base teórica, de metodología y de lucha permanente, y también en lo personal (informação verbal)*⁷⁵.

⁷³ Eduardo Rubio, depoimento [6 dez. 2007]. Programa especial del Movimiento 26 de Marzo. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 5 blocos, 2007. Disponível: <<https://m26demarzo.wordpress.com/audios/audios-especiales-26m/>> Acesso em: 20 fev. 2016

⁷⁴ Guillermo Fernández, Ibid.

⁷⁵ Miguel Beloqui: depoimento [6 dez. 2007]. Programa especial del Movimiento 26 de Marzo. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 5 blocos, 2007. Disponível: <<https://m26demarzo.wordpress.com/audios/audios-especiales-26m/>> Acesso em: 20 fev. 2016

Desde aquela formulação, se produziram diferentes conjunturas que desafiaram a supervivência do 26M como organização e que, na medida em que iam sendo superadas, consolidaram e reforçaram os traços da identidade desta fração. As principais conjunturas e desafios foram: a reorganização do 26M no exterior no Uruguai; a ruptura definitiva com o MLN-T, assim que houve o retorno da democracia, em 1985; seu ingresso no FA, em 1989; e sua posterior ruptura com o FA, que se concretizou em março de 2008.

4.1.3.3 Reorganização do 26M (1980 - 1985)

Uma das consequências da autocrítica do *Simposio de Viñas* foi a de que a direção do MLN-T empreenderia a formação de um partido Marxista-Leninista “proletarista” (como era conhecido). Com ele, foi decretada a dissolução do 26M. Esta resolução foi comunicada por carta e aceita pela diretoria do FA, que naquele momento se encontrava exilada na Argentina. Assim, o 26M deixou de ser uma fração do FA e oficialmente extinguiu-se (26M, 2001)⁷⁶.

Assim, na medida em que havia presos que eram liberados e exilados em diferentes países da Europa e em Cuba⁷⁷, surgiram intenções de se integrar à organização do MLN-T no exterior. Não obstante, devido ao feito dos seis pontos, lhes imputavam que não tinham “[...] derecho a llamarnos Tupamaros, y a decir que nuestro planteo ideológico y político era expresión del MLN” (26M, 2001, p.6). Devido a este rechaço, o 26M começou a se reconstituir. Em fevereiro de 1981 se realizou em Paris um encontro pró reconstrução do 26M, que decidiu reorganizar esta fração, passando a denominar-se *Movimiento 26 de Marzo* (26M, 2001). Ainda que a proposta de reconstruir o 26M não foi aceita por uma parte dos dirigentes no exterior, o movimento começou a funcionar sob a denominação *Agrupaciones del 26M* na Europa e América Latina.

⁷⁶ Dentre os militantes que foram presos nas tentativas de reorganização do MLN-T de 1974, ainda existiam aqueles que se identificavam como continuadores do 26M de 1971-1973, mas, que faziam a crítica à última etapa militarista do MLN-T; porém, entre os militantes presos nas tentativas do ano 1975 o 26M já não era nomeado.

⁷⁷ A reorganização ocorreu primeiro na Europa, tendo a cidade de Mamö, Suécia, como base principal. Logo depois, se reorganizou em toda Europa Ocidental e, posteriormente, se organizou um importante grupo de ex-MLN-T que tinha permanecido em Cuba, após o Partido Comunista Cubano decidiu (ao redor de 1976) não dar mais suporte aos grupos nos quais tinha se dividido o MLN-T e ofereceu papéis para quem quisesse sair da ilha. Quem permaneceu deveria se inserir na sociedade cubana desenvolvendo sua vida de maneira normal. Desse grupo e com autorização do PCC se organizou o 26M em Cuba, contando com aproximadamente 100 militantes. Boa parte desse grupo viajou, nos anos 80, para Suécia e integrou-se ao 26M naquele país. Também nessa época o 26M se organizou em México, Bolívia e em Buenos Aires (em 1984), onde existia uma quantidade importante de uruguaios.

Os desafios que traziam este processo de reconstrução do 26M consolidaram uma de suas marcas identitárias, sua abnegação em trabalhar pelo desenvolvimento da organização: “se puede decir que al 26M lo reconstruyó el trabajo. El trabajo fue el factor fundamental de nuestra historia de ayer y hasta hoy. Y ojalá lo siga siendo mañana” (26M, 2001, p.7).

Este trabalho não apenas aglutinou em torno de tarefas políticas específicas (como o combate à ditadura, a denúncia da situação dos cárceres, a busca de solidariedade internacional etc.), mas também, incluiu o desenvolvimento de uma nova forma de financiamento para a organização. Além de contar com a cotização de seus militantes, o 26M instalou uma rede de comércios (autosserviço, supermercados, restaurantes, postos de serviço, agencia de viagens e outros empreendimentos foram montados em diversos países e cidades da Europa e da América Latina) com o objetivo de financiar as atividades internacionais da organização.

Esta forma de financiamento possibilitou materialmente as tarefas de reconstrução e agitação política no exterior e se manteve (atravessando diferentes vicissitudes) depois do retorno ao funcionamento regular dos partidos políticos e da democracia no Uruguai.

4.1.3.4 A separação definitiva do MLN (1985 - 1989)

Um dos pontos que surgiram no “4B” da *Penal de Libertad* era a defesa de “*los viejos*” como líderes históricos do MLN-T. Porém, com a saída dos reféns em março de 1985 e sua definição de reorganizar o MLN-T dentro do marco da legalidade democrática, o 26M se viu diante de outro desafio: diluir-se como organização junto com outras tendências dentro do MLN-T.

O 26M já contava com uma estrutura de funcionamento organizada, que se mantinha ativa desenvolvendo diversas atividades no exterior e no Uruguai, que se nutria dos militantes no exterior, dos que retornaram ao país com a reabertura democrática, além dos presos que foram liberados e os que haviam permanecido no Uruguai. Assim, havia superado o desafio da reorganização no exterior e havia resolvido os problemas de financiamento de sua estrutura. Mas, fundamentalmente, o chamamento a “um grande abraço” entre as tendências do MLN-T que realizou a *dirección histórica* do movimento, colocava em igualdade de condições esta fração com as outras tendências, com as quais

havia rivalizado teórica e politicamente desde o *Simposio de Viñas* tanto dentro da *Penal*, quanto no exterior.

Aqueles que haviam sido catalogados pelo 26M como traidores, oportunistas, que não defenderam o método de luta do MLN-T, que tentaram transformá-lo em um partido Marxista-Leninista, que haviam ficado com os recursos e o prestígio desta organização e que chegavam “com as mãos vazias”, eram tratados da mesma maneira que o 26M pela direção do MLN-T. “Nos resultaba inexplicable como todo aquello no se veía por parte de los dirigentes del MLN a quienes seguíamos viendo con admiración y respeto” (26M, 2001, p.11).

Logo que se instalou uma mesa de negociações, o MLN deu um ultimato público para que o 26M se incorporasse ao conjunto da organização. Passado o tempo estabelecido, o 26M decidiu não aceitar a convocatória, o que resultou em sua ruptura definitiva com sua organização mãe.

Ya teníamos toda la tierra encima de cientos y cientos de declarantes contra nosotros. El oportunismo organizado e individualmente llenaba de informes escritos y verbales contra el 26M dentro y fuera del penal. Nuestra respuesta fue la negativa. El 26 de Marzo no aceptaba la convocatoria hecha por la dirección del MLN (26M, 2001, p.11).

Nesta resolução, se articularam, atualizaram e reafirmaram as características genéticas da organização. Para o 26M, foi interpretada como uma reafirmação dos princípios políticos, com os que sempre mantiveram uma coerência político-teórico-prática desde seu combate ao oportunismo do *Simposio de Viñas* na *Penal*. Ao mesmo tempo, constituía a reafirmação da organização que havia sido rearticulada a partir da prática política e do trabalho militantes desenvolvido, principalmente, no exterior. Novamente, o 26M se via em minoria, o que pressupunha novamente realizar um trabalho abnegado para afrontar os desafios da vida política no Uruguai, tentando entrar no FA, fato que se concretizou em 1989.

4.1.3.5 O retorno ao FA

Entretanto, no Uruguai, a solicitação de reingresso do 26M no FA (realizada em julho de 1984) enfrentou outras dificuldades. Especialmente, devido à existência de outro grupo chamado *Movimiento de Independientes 26 de Marzo en Uruguay* que reivindicava o nome 26M da fração e que, por sua vez, contava com o apoio e reconhecimento do MLN-T.

Este grupo havia surgido da ruptura no 4B da *Penal de Libertad* nos anos 80 e, desde então, havia atuado no Uruguai. Com a reorganização do MLN-T e sua definição de constituir-se em um movimento político legal que atuaria dentro do FA, o *26 de Marzo en Uruguay* iniciou seu processo de unificação com o MLN-T. Este processo se daria por finalizado na III convenção do MLN-T, realizada em dezembro de 1985 (MLN-T, 1986).

Porém, alguns meses antes (setembro de 1984), ao tomar conhecimento de que o 26M havia solicitado seu ingresso no FA, o *26 de Marzo en Uruguay* também pediu seu ingresso à coalizão de esquerda. Este feito gerou dificuldades internas ao FA, já que se tratava de dois grupos que utilizando o mesmo nome e reconhecendo o mesmo líder, solicitavam o seu ingresso ao partido. Ambas as solicitações foram postergadas pela Plenária do FA realizada em outubro de 1984⁷⁸.

Meses mais tarde, como consequência que o 26M não aceitou a unificação com os Tupamaros, o MLN-T também tentou bloquear o ingresso do 26M no FA. Em uma carta dirigida ao PN, expressava que a única organização que legitimamente poderia invocar o nome 26M era a que se havia unificado com o MLN-T⁷⁹.

Finalmente, em maio de 1989, o PN aprovou o ingresso do 26M ao FA junto com o de outros grupos, incluindo o MLN-T.

⁷⁸ Sobre este ponto, o Gral. Liber Seregni disse: “Los compañeros del 26M reconocen en la figura de Sendic a su líder... son dos grupos que se presentaron al FA postulando a Sendic como uno de sus líderes... Yo llamo la atención de todos ustedes y particularmente a los compañeros del 26M, a los que siento compañeros, de la necesidad de examinar con claridad la situación que se está viviendo. De esperar un mínimo de tiempo la sedimentación de quienes ellos se sienten con justa razón, que son sus cuadros dirigentes” (MLN-T, 1986).

⁷⁹ A carta assinada pelo *Comité Ejecutivo* do MLN-T assinalava que: “Esta organización, hoy formal y públicamente unificada en el nombre MLN(T), reivindica los derechos y deberes emanados de aquella integración del 26 de Marzo en 1971, así como de las solicitudes de reingresso cursadas el 25 de julio y el 11 de setiembre de 1984, a nombre del 26 de Marzo en Uruguay” (MLN-T, 1986).

5 O RACHA DO 26M: (I) O DESENCANTAMENTO

5.1 Introdução

Neste capítulo se submete à prova a hipótese da primeira parte do *mecanismo causal* do processo de racha do 26M, segundo a qual, o movimento ao centro feito pelo FA para atingir objetivos eleitorais é parte desse mecanismo. Nele, se especifica a maneira em que foi realizada a ativação desta parte do mecanismo, argumentando-se que não foi o movimento ao centro do FA (iniciado na sua etapa progressista no processo de atualização ideológica que vai até o CN do FA de 2003), mas sim o movimento ao centro do “futuro governo” o que desencadeou a ativação do *mecanismo causal*. Para isso, o capítulo se organiza da seguinte maneira: primeiramente, se apresenta a hipótese desta parte do *mecanismo causal*. Na sequência, se descreve modo em que as ações realizadas pelos diferentes atores (ou entidades) foram transmitindo as forças causais por meio do mecanismo hipotético e se apresentam as evidências que sustentam a existências dessas ações. Finalmente, se avaliam as evidências apresentadas e se discute o grau em que elas aportam confiança na validade da hipótese apresentada.

5.2 O movimento ao centro do FA

5.2.1 Hipótese

Como tenho assinalado no ponto 2.1 deste trabalho, os partidos políticos de *massas* sofreram diferentes processos de transformação que fizeram com que se tornassem partidos *catch all*, partidos *profissionais eleitorais* ou *partidos cartel* na busca de atingir seus objetivos eleitorais. Assim, neste capítulo testo a hipótese de trabalho (HT1) de que o movimento ao centro feito pelo FA para atingir objetivos eleitorais é parte necessária do *mecanismo causal* do racha do 26M.

5.2.2 Atores e ações, a ativação do mecanismo causal

Descrever e ensaiar uma explicação plausível das ações relevantes desenvolvidas por atores que estão relacionadas com um determinado processo político demanda, primeiramente, o esforço de recortar (e simplificar) a quantidade de atores e ações

relevantes realizadas em um determinado contexto histórico e que tiveram como consequência a ativação do *mecanismo causal*. Nesta parte do mecanismo há dois atores que tenho optado por considerar, cada um deles, como atores unificados: a *coalizão dominante* do FA e o 26M. No contexto das eleições nacionais para presidência da República, que iriam se realizar em outubro de 2004, outro ator central é o candidato a Presidente pelo FA, Dr. Tabaré Vázquez, tratado como futuro governo.

5.2.2.1 Descrição da ativação do *mecanismo causal*

Como foi assinalado no capítulo anterior (4.1.2), os analistas tem mostrado que em relação à sua dimensão ideológica e programática, o FA passou por três grandes períodos: frentista, de transição e progressista. Este último, iniciado em 1994, é especialmente relevante para esta pesquisa, já que é considerado pelos especialistas como a etapa em que o FA inicia o movimento ao centro do espectro político com o objetivo de conquistar o governo nacional. Como assinalam Garcé e Yaffé (2005) é a etapa em que se produz o abandono pragmático do anti-imperialismo, que foi substituído pela retórica anti *status quo*. Segundo Yaffé (2005a), o processo de moderação ideológica e programática constituiu o componente central da estratégia política que possibilitou o movimento ao centro do FA com o objetivo de ganhar as eleições⁸⁰.

Este processo iniciou em 1994 com a criação do EP⁸¹, mas se desencadeou a partir de 1997, quando Tabaré Vázquez explicitou a necessidade de que o FA fizesse uma atualização ideológica. Primeiro, o processo de atualização foi discutido entre 1997 e 2001, continuou no CN de 2003⁸², momento em que aprovou o programa e culminou com a elaboração do programa de governo de 2005-2010, na *Comisión Integrada de Programa* com o documento intitulado: *El gobierno del cambio, la transición responsable* (YAFFE, 2005a). Na área econômica, o programa expressava as principais mudanças se comparado com o programa fundacional do FA. Na análise das palavras chaves do vocabulário

⁸⁰ Os outros dois componentes identificados pelo autor foram o exercício da oposição constante, porém flexível, e a política de alianças que lhe permitiu incorporar novos sócios políticos posicionados mais ao centro do espectro político que o FA (YAFFE, 2005a, p.71-2).

⁸¹ Fundado em 1994, com uma estrutura independente da estrutura orgânica do FA, o EP esteve integrado principalmente pelo PDC, uma fração que havia rachado com o FA em 1989; a Corriente 78 (C78) um grupo conformado por ex integrantes do PNac., dentre os quais estava o candidato para vice-presidência do EP-FA nas eleições de 1994, 1999 e 2004, Rodolfo Nin Novoa; e um grupo formado por ex-comunistas que haviam rachado com PCU após do seu Congresso de 1992 (Confluencia Frenteamplista, Confa). Nas eleições de 1994, 1999 e 2004, a chapa do FA concorreu aliada ao EP. Para mais informação sobre o EP ponto 4.1.2.

⁸² Ver integração e características dos órgãos de direção do FA no ponto 4.1.2.

utilizado, YAFFÉ (2005a) constata que expressões como: reforma agrária, reforma radial do sistema tributário, estatização dos bancos, rechaço da ingerência dos organismos internacionais, dentre outras, foram substituídas por: competitividade, estabilidade macroeconômica, produtividades, gradualismo, confiabilidade etc.

Desde sua criação, o 26M tem sido uma fração com um forte conteúdo ideológico. Com uma origem associada à diversidade ideológica que caracterizou o MLN-T (ver ponto 4.3.1). Atualmente, a fração se define como uma organização marxista-leninista, com uma forte ênfase nos princípios leninistas de organização⁸³, aos quais combina com um peculiar desenvolvimento prático do trabalho e do espírito coletivista dentro da organização (26M, 2001)⁸⁴. As linhas programáticas da AP apresentadas para eleição de 2009, quando o 26M já tinha rachado o FA, podem ser consideradas *proxy* das preferências políticas em matéria programática do 26M. Nelas encontram-se alguns dos termos que estavam incluídos na plataforma programática da etapa frentista do FA: reforma agrária; estatização de recursos naturais e áreas estratégicas onde exista associação com privados, privatizações ou qualquer outra maneira de controle privado; não pagamento e auditoria da dívida externa, nacionalização da banca, desenvolvimento da indústria nacional; nacionalização do comércio exterior, dentre outras (AP, 2009).

Dado que as preferências e a plataforma política do 26M têm sofrido poucas mudanças desde sua formação até o presente, o movimento ao centro realizado pelo FA neste período aumentou de fato as distâncias ideológicas e programáticas com o 26M. No entanto, a ativação das forças causais não derivou diretamente do processo de mudança programática. As evidências achadas indicam que, por um lado, o 26M manteve-se dentro da estrutura do FA durante todo o período sem que tenha sido registrada nenhuma opinião ou documento partidário que frise o esgotamento da ferramenta política FA nem algum tipo de possibilidade de competição por fora da estrutura do FA.

⁸³ Estão dentro os princípios leninistas de organização: enfoque classista; unidade do trabalho político e organizativo; direção coletiva; seleção e formação de militantes; exercício da crítica e autocrítica, delimitação de funções; cumprimento das tarefas e centralismo democrático (26M, 2001).

⁸⁴ Segundo se expressa nos documentos partidários: “En el amplio espectro organizativo del 26 de Marzo es el colectivo de trabajo la célula principal de educación y desarrollo político ideológico [...] Nuestra responsabilidad individual frente al conjunto, y el conjunto o la organización responsable por cada compañero. Jamás ningún compañero será abandonado a la suerte del sistema, nuestra igualdad en las relaciones se manifiesta en la comunidad de intereses y objetivos. Todo lo que producimos, creamos, compramos e invertimos, es propiedad social. Es decir, para uso y goce del conjunto. No enriquece a nadie en particular y a todos a la vez. (26M, 2001, p.35-6).

Ao contrário, o 26M continuava participando regularmente de todas as instâncias partidárias (integrando a MP, o PN e presidindo a Comissão de Propaganda do FA⁸⁵) mantendo uma perspectiva crítica, mas apoiando e destinando seu principal veículo de comunicação (CX36) à cobertura e difusão da campanha eleitoral desenvolvida pelo FA. Ao mesmo tempo, Tabaré Vázquez mantinha um espaço de diálogo semanal na CX36, que desde 2002 permitia uma comunicação direta com o eleitorado do FA⁸⁶. Para o 26M existia, ainda, a convicção de que seria possível incidir - “*torcer la vara*” - à esquerda uma vez que o governo do FA se instalasse e começasse funcionar já que as definições programáticas eram gerais e deixavam um amplo espaço para atuação do governo.

Porém, o resultado do FA nas Eleições Internas dos Partidos Políticos⁸⁷ (eleição primária, realizada o 27 de Junho de 2004) e, em particular, o movimento feito pelo “futuro governo” após esta eleição, iniciou a ativação do *mecanismo causal*.

Antes das eleições internas dos partidos políticos, à expectativa do FA era receber a maioria absoluta dos votos. Embora não fosse uma eleição entre partidos, todas as leituras políticas prévias as colocavam como um termômetro do que iria acontecer na eleição nacional prevista para outubro daquele ano. Em particular, se o FA conseguiria atingir a maioria absoluta dos votos, ganhando a eleição no primeiro turno⁸⁸. As expectativas também eram alimentadas pelas pesquisas pré-eleitorais que, inclusive, dias antes das eleições primárias chegaram anunciar que o FA estava a um ponto porcentual de atingir essa maioria⁸⁹.

⁸⁵ Ver integração e características dos órgãos de direção do FA no ponto 4.1.2.

⁸⁶ Como apontado no ponto 4.3.1, o 26M financiou suas atividades mediante recursos providos de diferentes atividades comerciais de propriedade da fração. Isso lhe permitiu comprar diferentes elementos de propaganda, incluindo a Rádio CX36, que adquiriu na primeira metade dos anos 90'. A aquisição da CX36 teve um caráter estratégico para a fração, já que seus dirigentes contavam com um espaço de difusão privilegiado, ao que se somavam os programas jornalísticos e o controle da linha editorial no final de cada informativo central, o chamado *Mensaje de la 36*. Outras frações do FA também tinham espaços na rádio e desde finais da década dos 90' (há registros desde maio de 2002), Tabaré Vázquez, contava com um espaço semanal em um programa jornalístico da CX36, *Mañanas de Rádio*, que lhe possibilitava ter contato direto e cotidiano com a militância *frenteamplista*.

⁸⁷ Instituídas com a Reforma Constitucional de 1996, vigente a partir de 1997. Ver explicação das principais características do sistema eleitoral uruguaio no ponto 4.1.1.

⁸⁸ Cabe lembrar que na eleição anterior (1999), o FA ganhou o primeiro turno com 40.1% dos votos válidos, mas o candidato do FA Tabaré Vázquez perdeu a eleição no Balotaje, sendo derrotado pelo candidato do PC, Dr. Jorge Batlle, quem obteve 54.13% dos votos no segundo turno. Este tinha recebido o apoio do PNac. para esse segundo turno.

⁸⁹ Segundo dados publicitados por *El País*, nos primeiros dias de junho a empresa de pesquisas Factum estimou que o FA iria atingir 49% dos votos na eleição, já a empresa Cifra estimou 46%. *ENCUESTAS coinciden que crece el Partido Nacional. El País*, 09 jun. 2004.

Caso se confirmasse o resultado, a estratégia de campanha do FA não precisaria de maiores ajustes. No entanto, o resultado das eleições internas jogou um balde de água fria no FA. Embora tenha sido o partido mais votado na eleição, atingiu somente 42.8% dos votos válidos. O partido tirou uma magra vantagem de 1.3 pontos percentuais em relação ao segundo partido mais votado, o PNac⁹⁰. Além disso, mais da metade da população não participou do processo eleitoral, já que a votação não era obrigatória, fato que evidenciou outro problema para o FA. O abstencionismo foi interpretado como falta de atrativo político da interna partidária do FA, pois não havia concorrência, diferente de 1999, onde houve disputa entre Tabaré Vázquez e Danilo Astori.

Neste contexto, o candidato a Presidente pelo FA fez dois movimentos que iriam mudar a percepção do 26M, já que sinalizaram o movimento ao centro do “futuro governo”, ativando o *mecanismo causal*. Esses movimentos foram os seguintes:

Primeiro, durante uma viagem à Europa e aos Estados Unidos, onde buscava apoio internacional, o candidato a Presidente anunciou que Danilo Astori seria o Ministro da Fazenda, caso o FA ganhasse as eleições⁹¹. O segundo movimento foi simples, mas carregado de conteúdo simbólico: ao retornar da viagem o candidato à presidência pelo FA deixou de participar do seu espaço semanal na CX36 sem que mediasse nenhum tipo de desculpa ou explicação. Essa ação constituiu uma resposta às críticas vindas do 26M à nomeação do Danilo Astori e ao movimento ao centro do futuro governo que ela representava.

5.2.3 Apresentação das evidências

As evidências que se apresentam neste ponto se correspondem ao período de ativação desta parte do *mecanismo causal*, entre os meses de maio e julho 2004. Os acontecimentos mais relevantes nesse espaço temporal são: (i) as eleições internas dos partidos políticos (27 jun. 2004); (ii) o último programa do candidato do FA, Tabaré Vázquez, na CX36 (30 jun. 2004); (iii) a viagem para Europa e para os EUA de Tabaré Vázquez, junto com uma equipe que incluiu ao Senador Danilo Astori (03 jul. 2004); (iv) a

⁹⁰ O total de pessoas que votaram nessa eleição foi de 1.065.087. Dentre elas, 42.8% votaram na eleição interna do FA; 41.5% o fizeram na eleição interna do PNac.; 15% na interna do PC e 0.3% o fizeram na interna do Partido Independiente (PI). Fonte: Banco de dados RRII-FCS.

⁹¹ VÁZQUEZ anunció que Astori será el ministro de Economía frentista. *El País*, 14 jul. 2004.

nomeação do Senador Danilo Astori como futuro Ministro da Fazenda (14 jul. 2004); e (v) o retorno da viagem, em 18 de julho de 2004.

5.2.3.1 Os dirigentes do 26M

O posicionamento das lideranças do 26M são evidências do *mecanismo causal* apontado e pode ser dividido em dois momentos marcados pela nomeação do Astori como futuro Ministro da Fazenda⁹².

5.2.3.1.1 O FA como instrumento de mudança

No período que antecede o movimento ao centro do futuro governo, embora existisse uma postura crítica deste setor sobre os rumos gerais da campanha eleitoral que estava iniciando, mantinha-se presente, especialmente no discurso das lideranças do 26M, a ideia de que o triunfo do governo do FA traria uma mudança política profunda para o país e encaminharia a economia e a sociedade para um futuro diferente. Nas palavras do seu líder, Raúl Sendic, existia:

*(...) necesidad de que en el Uruguay a partir del 1º de marzo del año que viene haya un gobierno frenteamplista (...) porque hay miles de uruguayos que están absolutamente desesperados y que no saben cómo van a poder resolver sus problemas, sus dificultades cotidianas si no hay un cambio profundo y un cambio político importante en el país, que encamine a esta economía y a esta sociedad hacia otro futuro, hacia otra esperanza, hacia otras posibilidades (informação verbal)*⁹³.

Existia a convicção de que a profundidade dessas mudanças dependeria da correlação de forças internas que surgisse do processo eleitoral, pois:

⁹² Para o primeiro momento foram analisadas um total de 13 entrevistas/programas, que foram ao ar entre os dias 15/05/04 e 14/07/04. Dentre elas, 7 são falas do Deputado Raúl Sendic, 3 do Dirigente Eduardo Rubio, 2 do Dirigente Ruben Sassano e uma coletiva em que participaram vários dirigentes do 26M. No segundo momento, foram analisadas um total de 18 declarações de dirigentes do 26M realizadas entre os dias 15/07/2004 e 15/08/2004. Entre elas, 11 foram feitas por Raúl Sendic e 4 por Eduardo Rubio; enquanto Ángeles Balparda, Ruben Sassano e Fernando Vázquez fizeram uma cada.

⁹³ Raúl Sendic, depoimento [27 maio 2004]. Diputado Raúl Sendic, Movimento 26 de Marzo, lista 326: Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2004. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2004/05/270504_sendic.htm> Acesso em: 17 maio 2016

(...) como quede la correlación de fuerzas de la izquierda uruguaya en esta elección interna [do 27 de junho de 2004] y en el propio 31 de octubre estamos decidiendo qué interna nos va a gobernar (...) el Congreso definió grandes líneas programáticas para el gobierno (...) dejó un margen de maniobra al gobierno frenteamplista bastante amplio para que el gobierno defina después toda la redacción del documento que se elaboró para el Congreso, documento que deja un margen en los temas más importantes amplio de maniobra para el próximo gobierno (informação verbal)⁹⁴.

Devido a isso, era vital para o 26M assegurar, tanto uma importante votação nas Eleições Internas dos Partidos Políticos, quanto na futura eleição nacional, para incidir no rumo da campanha e do futuro governo:

Nuestra fuerza política el 26 de Marzo necesita que desde ahora, desde la elección interna podamos tener un respaldo importante de los frenteamplistas (...) para que de esa manera incidir también en el rumbo, en el camino que el Frente Amplio va a tomar de aquí hasta la elección nacional y a partir del triunfo en la elección nacional en el delineamiento podemos decir así de las principales propuestas para el gobierno a partir del 1º de marzo (informação verbal)⁹⁵.

Neste período, ainda prévio às eleições internas e antes da viagem do Tabaré Vázquez para Europa e para os EUA, existia uma perspectiva positiva sobre a necessidade da ferramenta política FA e dos caminhos possíveis para a disputa interna do espaço de esquerda dentro do futuro governo do FA. Nas palavras do Eduardo Rubio:

Yo creo que si algo distingue al 26 de Marzo es su vocación, su convicción de que la política es participación, participación real y organizada y la convicción de que el Frente Amplio es una herramienta insustituible para cambiar el país, si queremos cambiar realmente al

⁹⁴ Raúl Sendic, Ibid. 9 jun. 2004

⁹⁵ Raúl Sendic, Ibid. 24 maio 2004

*Uruguay tenemos que fortalecer el Frente como herramienta, llenando los comités de base de jóvenes, de gente y fortaleciendo los común herramienta de acción política no solamente de discusión, no solamente del trabajo más concreto (...) sino elementos de conexión con el pueblo que nos permitan junto a la gente llevar adelante un proceso de cambio que va a generar confrontaciones (informação verbal)*⁹⁶.

Como se mostrará no seguinte ponto, essas posturas começaram a mudar depois da eleição primaria, aumentando seu conteúdo crítico contra o futuro governo até atingir seu auge na nomeação do Astori como futuro Ministro da Fazenda. Antes de descrever este processo, é necessário dar conta do segundo movimento feito pelo Tabaré Vázquez.

5.2.3.1.2 A última palavra

Como já dito, assim que voltou da viagem pela Europa e pelos EUA, Tabaré Vázquez deixou de participar do seu espaço semanal na CX36 sem nenhum tipo de desculpa ou explicação. Na verdade, isso marcou uma mudança na atitude do futuro governo perante as críticas que surgiram do 26M à nomeação feita nos EUA, já que até seu último programa (feita antes de sua partida) encontram-se evidências que indicam que até aquele momento não havia decidido fazer esse movimento.

Com efeito, no último programa de Tabaré Vázquez na CX36, realizado no dia 30/06/2004, o candidato dedicou-se analisar os resultados das eleições internas (que tinham acontecido três dias antes). Na sua fala existiram três referências explícitas sobre sua continuidade no espaço radial. A primeira mais difusa, feita no contexto da análise da votação dos partidos dizia: “(...) *y esto también lo vamos a analizar con algún detenimiento en otra audición*” (informação verbal)⁹⁷. Outras referências de que continuaria nesse espaço foram explícitas. A primeira delas foi feita quase finalizando o programa, quando foi perguntado sobre sua viagem para Europa e EUA:

⁹⁶ Eduardo Rubio, depoimento [24 maio 2004]. Audición del Movimiento 26 de Marzo, lista 326: Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2004. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2004/05/240504_rubio.htm> Acesso em: 17 maio 2016

⁹⁷ Tabaré Vázquez, depoimento [30 jun. 2004]. Entrevistadora: Ángeles Balparda. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2004. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/SITIO_VIEJO/audicion_tabare/2004/06/300604_tabare.htm> Acesso em: 17 maio 2016

(...) cumpliremos realmente una nutrida e importante agenda de actividades en España, Alemania y Estados Unidos de las que intentaremos dar alguna referencia los próximos miércoles si es que podemos y sino vamos hacer un análisis muy detallado, además de continuar con el análisis de estos temas que hacíamos hoy, en las próximas audiciones cuando retorne (informação verbal)⁹⁸.

Poucos segundos depois se despedia e dava desculpas por não poder participar nos dois programas seguintes, prometendo retornar depois da viagem:

Por esta razón no estaremos en esta audición durante las próximas dos semanas directamente pero posiblemente tendremos contactos telefónicos, pero estaremos en contacto con la audiencia de esta emisora y juntos construyendo el Uruguay de la gente cuando volvamos del viaje (informação verbal)⁹⁹.

No entanto, como lembrou um dirigente do 26M: *“Un día salió por esa puerta, despidiéndose como siempre y jamás lo volvimos a ver por la radio”* (informação verbal)¹⁰⁰.

5.2.3.1.3 A radicalização da crítica do 26M

Assim, essas duas ações, realizadas com pouquíssimo tempo de distância uma da outra, mudaram a percepção do 26M sobre as possibilidades reais de que o futuro governo do FA pudesse ser permeável à incidência política dos setores mais à esquerda do FA. Ao contrário disso, constituiriam-se em indicadores de que o futuro governo manteria a linha ortodoxa na economia, cumprindo os compromissos assumidos e contraindo novos compromissos com os organismos internacionais de crédito, especialmente o pagamento da dívida e dos juros da dívida externa ao Fundo Monetário Internacional (FMI), organismo com o qual tinham se reunido em sua estadia nos EUA.

⁹⁸ Tabaré Vázquez, Ibid.

⁹⁹ Tabaré Vázquez, Ibid.

¹⁰⁰ Fernando Vázquez, depoimento [25 jul. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Transcrição em ANEXO A

Para o 26M, a nomeação do Astori representou a materialização de um movimento ao centro do futuro governo que, após os magros resultados da eleição primária, era defendido por diversos atores dentro do FA. Como assinalado acima, os resultados das primárias para o FA (positivos, porém muito aquém das expectativas), colocaram o FA perante duas grandes posições: mudar para uma estratégia mais de esquerda durante a campanha, como reclamavam alguns setores menores do FA, entre os quais estava o 26M¹⁰¹; ou ensaiar um discurso mais de centro.

A primeira postura também foi defendida pelo dirigente do PS, Reinaldo Gargano, que afirmou que o FA não ganharia as eleições moderando seu discurso. Sobre a opção de fazer um movimento ao centro, embora diferentes setores do FA “[...] negaron que por cálculos electorales la izquierda se haya corrido hacia el centro del espectro político, y afirmaron que la estrategia que desarrolla la coalición es la que se definió en el congreso de 2003”¹⁰². Esta posição se encontrava em disputa, já que o candidato a Vice-presidente pelo FA, tinha afirmado uma semana antes da eleição interna que: “creo que nos hemos corrido un poquito para buscar el voto del centro”¹⁰³.

Não houve muito tempo para debater posições na interna do FA antes da partida da delegação para Europa e EUA, já que uma semana depois iniciaria a viagem (03/07/2004). Assim, muitos temas em áreas sensíveis da economia (pagamento da dívida, incentivo aos investimentos empresariais, associação do Estado com capitais privados, etc.) eram anunciados por meio da imprensa que acompanhou a viagem da delegação.

Nesse contexto, as críticas do 26M aumentaram notoriamente, chegando ao auge no dia em que foi anunciado quem seria o futuro Ministro da Fazenda. Os editoriais e declarações dos dirigentes do 26M começaram a se radicalizar contra este movimento político e foram feitas queixas e pedidos de explicações na MP do FA que não tiveram resposta.

De fato, entre os dirigentes do 26M não existiram no período prévio à viagem de Tabaré Vázquez à Europa e aos EUA, referências ao futuro Ministro da Fazenda, Danilo Astori. A única referência antes da nomeação foi feita pelo dirigente Eduardo Rubio, depois que já havia passado à eleição interna e dois dias antes de se conhecer a notícia de sua

¹⁰¹ *BASES frentistas piden nuevo comando electoral para la campaña. El País, 30 jun. 2004.*

¹⁰² *FRENTISTAS niegan tener “discurso de centro”, como sugirió Gargano. El País, 02 jul.2004*

¹⁰³ *“NOS corrimos para buscar voto de centro”. El País, 20 jun. 2004.*

nomeação, quando diversos anúncios tinham sido feitos pela delegação e o nível de crítica do 26M tinha aumentado. Perante a pergunta: o 26M poderia tirar votos do FA por sua posição crítica, Eduardo Rubio assinalava que:

De ninguna manera (...) esta fuerza política ha pasado por todas como otras (...) por tanto tenemos derecho a hablar, a opinar... La unidad se defiende a partir de la defensa de los elementos que fundamentan la unidad, no a partir de callar aquellos elementos que a nuestro entender erosionan la unidad (...) Cuando yo me entero que el canje de la deuda fue beneficioso para el Uruguay me pregunto realmente si tengo que callarme, mi discrepancia con esta afirmación. Si esta afirmación de que el canje fue beneficioso -que lo dijo Astori en Washington- no retrasa el triunfo del FA, lo que tengo que preguntarme es que cuando se dice "vamos a ver qué pasa con el agua" como lo dijo también el Senador Astori, que después veríamos que haríamos con una ley que reglamentaría, cuando todo el FA en plenario, Congreso, Mesa Política, cuando toda la militancia estuvo en mesas, recorriendo casa por casa, juntando firmas, cuando hemos criticado -no nosotros- en discursos públicos, del Frente, lo que pasó en Maldonado, con Aguas de Bilbao que estafaron a Uruguay y castigaron me pregunto ¿qué es lo que le hace mal al FA en su afán de ganar el gobierno para cambiar el país?, ¿que yo critique eso o que lo diga quien lo dice? (informação verbal)¹⁰⁴.

Esta posição radicalizou-se quando já era conhecida a notícia da nomeação. Entre os dirigentes do 26M as declarações públicas da principal liderança do setor, Raúl Sendic, ilustram este momento. As críticas do Sendic à nomeação foram feitas com base em dois elementos: a) a trajetória anterior do futuro Ministro. Na qual enumerou diferentes momentos em que ele teve posições contrárias à maioria dos órgãos (bancada e MP) e integrantes do FA. Especialmente, na Reforma Constitucional de 1996, que segundo Sendic, fez com que o FA não ganhasse a eleição de 1999. Sua posição em relação ao sistema financeiro, especialmente durante a crise de 2002 na qual teria apoiado muitas

¹⁰⁴ Eduardo Rubio, Ibid. 13 jul. 2004.

oportunidades ao governo daquele momento. Na tentativa de privatização da petroleira, ANCAP, que terminou com o 63% da população votando contra.

b) o significado desta nomeação. Segundo Sendic, ela constituiu uma maneira de assegurar que as mudanças que o FA empreenderia seriam muito relativas. Isso, porque em seu leque de propostas, Astori não tinha esboçado nenhuma que fosse diferente das políticas aplicadas no Uruguai durante os 10 anos anteriores, nos governos dos partidos tradicionais.

A crítica também se estendeu à forma e ao lugar da nomeação:

¿Qué propuesta distinta tiene Astori de lo que se ha venido aplicando en el Uruguay en los últimos años? Ahora mismo (...) hizo un planteo de asociación de ANCAP con Petrobras. Yo lamento tener que decir esto pero no estoy de acuerdo, no lo comparto y estoy deseando que se termine de una vez este viaje para que podamos discutir estas cosas acá y no nos tengamos que enterar de decisiones tan trascendentes, tan importantes a través de las agencias internacionales que me parece que es la peor forma de enterarnos de las decisiones que toma nuestra fuerza política y fundamentalmente toda la impresión que da es que esta no es ni más ni menos que una imposición que dan los organismos internacionales (informação verbal)¹⁰⁵.

Ao contrário do esperado, o retorno da delegação do FA e a discussão na reunião da MP do dia 19/07/2004 consolidaram a ativação do *mecanismo causal*, já que a *coalizão dominante* no FA bloqueou as críticas do 26M e respaldou a atuação de Vázquez durante a viagem, assim como a nomeação de Danilo Astori.

No mesmo dia, mais cedo, houve uma reunião da direção do EP. Ambas as reuniões esperavam o informe de Tabaré Vázquez. No entanto, Vázquez participou apenas da reunião do EP e enviou um informe escrito à direção do FA.

Como relata o jornalista do *El País* na reunião com o EP o informe foi pormenorizado, incluindo que a ideia de nomear Astori como Ministro foi avaliada com ele

¹⁰⁵ Raúl Sendic, Ibid. 15 jul. 2004.

em um avião entre Alemanha e Washington, EUA¹⁰⁶. Nesta reunião não houve vozes discordantes. Pelo contrário, na reunião da MP se registraram importantes críticas à ausência de Vázquez e a nomeação do Astori. O 26M, a CI e o *Movimiento 20 de Mayo* (M20-5), fizeram duras críticas em ambos os sentidos, enquanto o PCU fez críticas moderadas à ausência de Vázquez. No entanto, a maioria dos setores do FA, entre eles AU (fração liderada pelo Astori), a VA, o PS, a APro e o *Movimiento de Participación Popular* (setor liderado por Mujica), respaldaram a gestão do candidato na viagem e valoraram positivamente a nomeação de Astori como futuro Ministro da Fazenda¹⁰⁷.

5.2.3.2 As editoriais da Radio 36

Se entre as lideranças do setor a crítica aberta desta movimentação ao centro do futuro governo apareceu mais nitidamente depois da eleição e, principalmente, após a nomeação, na linha editorial da CX36, a radicalização é mais contundente e começa já nos dias prévios à eleição interna¹⁰⁸. Da mesma forma, encontram-se três momentos: no período prévio à eleição, existe uma linha editorial crítica mais moderada; um segundo momento, depois dos resultados eleitorais e, especialmente, durante a viagem do futuro governo, onde a crítica tornou-se aguda; e, finalmente, um terceiro momento, posterior a nomeação, que constitui o momento de maior radicalização contra a figura do Astori e contra a linha centrista adotada pelo FA.

5.2.3.2.1 O período prévio às primárias

Com título *Las internas de las internas*, a editorial da CX36 analisava a situação da interna do FA segundo as pesquisas existentes sobre a eleição primária.

Neste contexto, chamava a atenção sobre a baixa percentagem de intenção de votos dos partidos de esquerda marxista (socialistas, comunistas) e outros grupos menores à esquerda do FA. Dentro destes últimos, em um grupo que atingia 4% das intenções de votos, encontrava-se o 26M. Assim, a mensagem se centrava em salientar os posicionamentos programáticos e discursivos da esquerda mais radical, entendendo que da

¹⁰⁶ *GRUPOS radicales cuestionaron la designación de Astori en Economía. El País*, 20 jul. 2004.

¹⁰⁷ *El País*, Ibid.

¹⁰⁸ Foram analisadas 51 editoriais feitas entre o dia 15/06/2004 e o dia 15/08/2004 no espaço final informativo central da rádio, chamado *Mensaje de la 36*. Entre elas, 10 foram realizadas no momento prévio à eleição primária; 15 foram realizadas no período pós eleição primária e prévio a se conhecer a nomeação do futuro Ministro da Fazenda, e as restantes 26, depois de se conhecer essa nomeação. Entre estas últimas, 8 foram feitas durante as duas semanas posteriores à nomeação, momento em que se fecha a discussão na MP do FA (19/07/2004).

"(...) *fuerza electoral que los defensores de estos discursos y planteos programáticos consignent, será el destino del próximo gobierno progresista*" (informação verbal)¹⁰⁹.

Esta análise, que opunha às frações à esquerda dos restantes setores do FA se manteve presente no período prévio às eleições internas nas mensagens da CX36. Embora essas eleições não apresentassem competição entre candidatos à presidência pelo FA, para a CX36 as internas do FA eram as mais concorridas (*duras y peleadas*) de todos os partidos políticos, porque, contra os posicionamentos programáticos das frações à esquerda, a *coalizão dominante* do FA disputava o centro eleitoral, no seu desejo de obter o consenso dos trabalhadores de camadas médias, do Estado, profissionais, comerciantes, industriais, produtores, etc. (informação verbal)¹¹⁰.

Ao mesmo tempo, criticava a decisão do FA de ceder sua campanha publicitária a um marqueteiro, Esteban Valenti, tirando-a da Comissão de propaganda do partido¹¹¹. Também reivindicava a diversidade de ideias existentes no FA e, neste sentido, o direito do 26M de constituir-se como opção crítica para votar em Tabaré Vázquez. Neste contexto, depois de reivindicar o FA fundacional, antioligárquico e antiimperialista, que supera o eleitoral como força de mudança social, o editorial assinalava questões vinculadas à dinâmica interna com as quais discordava, especialmente, da ponderação eleitoral como único valor a levar em consideração para integrar a direção do FA, principalmente, "*(...) con que se sustituya la Mesa Política avalada por las exigências electorales que esta misma mayoría exigió a todos los grupos políticos por un grupo de cuatro Senadores cabezas de lista, para la toma de decisiones más o menos trascendentes*" (informação verbal)¹¹². Finalmente, enumera quais grupos respaldaram diferentes temas aprovados no CN de 2003 e as posturas contrárias de grandes resoluções do FA de diferentes Senadores. O editorial fecha assinalando que: "*Y nos acusan de ser necios, porque no somos necios, no somos necios, no somos necios!*" (informação verbal)¹¹³.

Na semana que antecedia, a eleição foi anunciada a notícia da viagem para Europa e para os EUA. Assim, os editoriais da CX36 endureceram suas críticas contra os organismos

¹⁰⁹ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid. 15 jun. 2004.

¹¹⁰ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid. 16 jun. 2004.

¹¹¹ Ao invocar figuras históricas vinculadas aos partidos tradicionais (PNac. e PC) uma peça publicitária elaborada por esse marqueteiro também gerou críticas entre os dirigentes desses partidos. "Ola de críticas contra publicidad frenteamplista", *El País*, 16 jun. 2004.

¹¹² CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid. 17 jun. 2004.

¹¹³ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid.

de crédito internacional (FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento –BID-, e Banco Mundial, BM) e contra o posicionamento de grupos majoritários do FA de "*honrar la deuda*". Consequentemente, identificavam neste momento o início da "*transición*" comparando-a com o acontecido no Brasil com o primeiro governo do PT¹¹⁴. A maioria das mensagens tiveram como eixo as eleições internas, esperando um provável resultado negativo para o 26M e outros grupos menores da esquerda, mas salientando que o dever de "*(...) contribuir al triunfo en este domingo sobre las fuerzas de la derecha (...) [e] respaldar al FA con idéntico compromiso y confianza que en el año 71*" (informação verbal)¹¹⁵.

5.2.3.2.2 O segundo momento, pós-eleição

Neste segundo momento os editoriais apresentam duas etapas: a primeira, na semana seguinte à eleição, onde se analisaram os resultados da eleição interna; e a segunda, que foi centrada na viagem dos delegados do FA para Europa e EUA.

Os resultados negativos (abaixo das expectativas) do FA foram atribuídos a diversos fatores: incidência dos veículos de comunicação e tendência abstencionista mundial¹¹⁶. Mas, também, foram considerados um sinal da necessidade do FA de se apoiar mais na militância e menos no marketing político e pesquisas, direcionando o discurso e ações à esquerda (CX36, 28 e 30/06/2004). No entanto, nos editoriais se apontavam as dificuldades que os setores à esquerda tinham para viabilizar um processo político diferente do desenvolvido pela *coalización dominante* já que, em função dos resultados eleitorais, esse tipo de processos e discursos eram os preferidos dentre os *frenteamplistas*¹¹⁷.

É durante este período que a delegação do FA inicia a viagem à Europa e os EUA, e os editoriais da CX36 abandonaram o tom crítico relativamente moderado, e começaram fazer duras críticas ao movimento ao centro do futuro governo, especialmente dirigidas contra o Senador Danilo Astori.

No que se refere ao processo de moderação, os editoriais começaram denunciar que o FA resultava irreconhecível, não só a respeito do FA fundacional, mas também, a respeito

¹¹⁴ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid. 21 jun. 2004.

¹¹⁵ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid. 24 jun. 2004.

¹¹⁶ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid. 28 jun. 2004.

¹¹⁷ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid. 30 jun. 2004.

do próprio FA dos meses anteriores... Uma mudança que foi violenta e rápida¹¹⁸. Assim, pela primeira vez neste período, existe no editorial uma associação entre o progressismo e os velhos posicionamentos da direita, já que esta última teria recebido nas eleições internas “(...) *um baño de juventud, modernismo, renovación, cambio y por que no, de progressismo*” (informação verbal)¹¹⁹.

Este movimento ao centro é analisado como produto das “*fuerzas mayoritarias del Progresismo [que] concentraron sus esfuerzos hacia el centro político, hacia la moderación de los planteos. Esto está afirmado con transparencia cristalina por varios dirigentes políticos de los agrupamientos mayoritarios del Frente Amplio*” (informação verbal)¹²⁰. Ao mesmo tempo, esse movimento encontra sua oposição entre os setores minoritários do FA. No entanto, existe a:

(...) *idea de que la izquierda desaparezca y no moleste durante el proceso de cambios hacia el centro está clara. [Para isso] Primero se le hundió en los grandes medios de comunicación, se desataron verdaderas campañas de infamias en otros casos, y ahora viene la etapa de denostar y desconocer la fuerza concreta de la izquierda aunque haya ido separada y no tenga una expresión única electoral* (informação verbal)¹²¹.

As críticas foram dirigidas, especialmente, contra o Senador Astori e relacionadas ao posicionamento que o Senador manifestou na Europa sobre estar a favor da associação das empresas públicas, e sobre a uma possível regulamentação *ad-hoc* na hipótese de um resultado favorável no plebiscito sobre a nacionalização da água potável, que iria se votar junto à eleição nacional de outubro¹²².

¹¹⁸ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid. 05 jul. 2004.

¹¹⁹ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid.

¹²⁰ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid.

¹²¹ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid.

¹²² Um plebiscito para decidir sobre uma emenda constitucional que propunha manter o monopólio estatal da água potável e o esgoto articulou a luta social durante o ano 2004. A proposta, que iria ser votada simultaneamente às eleições nacionais do dia 31 de outubro, obteve finalmente 64.58% de apoio. No entanto, no contexto da viagem para Europa e os EUA, após uma reunião que fizeram com empresários espanhóis, Astori manifestou que “(...) *una vez aprobada la reforma había que elaborar una ley interpretativa para que los derechos adquiridos de las empresas "sean respetados"*. Estas declarações geraram uma resposta crítica imediata do 26M. Em: VÁZQUEZ *dice que reforma del agua no innova; radicales salen al cruce*. *El País*, 09 jul. 2004.

(...) Nosotros preguntamos (...) dónde se discutió en que ámbito se vieron los aspectos que está marcando el senador Danilo Astori y los compromisos que asume en nombre del Frente Amplio en Europa. La derecha infló a Astori durante la campaña electoral para justificar dar este golpe de timón hacia la derecha del Frente Amplio (informação verbal)¹²³.

Finalmente, termina criticando duramente o discurso progressista da coalizão majoritária, reivindicando o direito da fração à esquerda de não transitar por este caminho¹²⁴ e enumera as mudanças programáticas do FA desde 1971, especialmente no último período. Assim:

La desaparición de las banderas del Frente Amplio (...) tuvieron como motivo principal restarle contenido y profundidad al programa frenteamplista. Los planteos constantes de correr el discurso del Frente Amplio más aún al centro-derecha tienen su origen en acompasar las propuestas reales de gobierno (...) Las variaciones del contenido del programa de gobierno auténtico ha ido desde la 'Reforma Agraria' inicial a la defensa de la 'compra de tierras por parte de las Sociedades Anónimas'. En el campo financiero se fue de la propuesta de 'nacionalización de la banca' al 'reconocimiento del secreto bancario' del momento. Del planteo original de 'nacionalización del comercio exterior' a aceptar las 'asociaciones con privados de los Entes Autónomos del Estado. De la defensa del principio político de 'un solo programa y un solo candidato', a lo más reciente de 'múltiples candidaturas' para los intendentes del interior. Del estilo de 'participación y creatividad colectiva de las bases', a las formas nuevas de publicidad empresarial donde se sustituye el rojo, azul y blanco por el multicolor abanico de la diversidad y se termina poniendo a los líderes de los partidos de la derecha, mientras desaparecen los gigantes históricos que dice Tabaré Vázquez, sobre cuyas espaldas cabalgamos hoy (informação verbal)¹²⁵.

¹²³ CX36, Mensaje de la 36, Ibid. 07 jul. 2004.

¹²⁴ CX36, Mensaje de la 36, Ibid. 10 jul. 2004.

¹²⁵ CX36, Mensaje de la 36, Ibid. 12 jul. 2004.

5.2.3.2.3 O terceiro momento, a nomeação

Neste período, já com a nomeação de Astori e a consolidação simbólica do movimento ao centro do futuro governo, os editoriais centraram-se em três pontos: a associação entre Astori e as políticas econômicas vindas dos organismos internacionais de crédito, a crítica geral ao progressismo e a impossibilidade de que o futuro governo conseguisse fazer reais mudanças sociais.

Assim, depois de analisar que o programa fundacional do FA propunha um caminho de desenvolvimento da produção social como substituto ao desenvolvimento capitalista, o editorial assinalava que essas tendências:

(...) se enfrentan con las neoliberales y capitalistas del economista Danilo Astori principal defensor de las sociedades anónimas, de los bancos privados, de la renegociación de la deuda externa, del nuevo endeudamiento (...) En definitiva es un gran defensor del sistema actual neoliberal, que no es otra cosa que la forma que adopta el sistema capitalista en la actualidad (informação verbal)¹²⁶.

A crítica estendeu-se, também, para a concepção progressista adotada pelo FA. Segundo os editoriais, o caráter progressista está dado em: ganhar os espaços do “(...) centro político como garantía de conquistar las grandes mayorías” (informação verbal)¹²⁷. No que se refere à área econômica e financeira

(...) coincide en una nueva visión más realista y pragmática (...) Pagar la deuda externa, cumplir los compromisos contraídos por los gobiernos de la derecha en las diferentes Cartas de Intención, que incluyen el pasaje de los Entes públicos a manos de empresas privadas transnacionales (...) aceptar las llamadas “asociaciones” de las multinacionales con los Entes del Estado (informação verbal)¹²⁸

¹²⁶ CX36, Mensaje de la 36, Ibid. 15 jul. 2004.

¹²⁷ CX36, Mensaje de la 36, Ibid. 21 jul. 2004.

¹²⁸ CX36, Mensaje de la 36, Ibid.

O novo progressismo, também adotou o conceito de país sustentável e país produtivo “(...) *también una recomendación del FMI de exportar más como palanca de ingresos de divisas extranjeras que permitan hacer frente a los compromisos de la deuda*”. Esses conceitos deixaram para trás os velhos posicionamentos da esquerda “(...) *de desarrollo de las fuerzas productivas a partir de nuevas formas de producción social diferentes a las clásicas capitalistas*”. Na área social, continua analisando o editorial, o progressismo “(...) *impulsa la ‘ayuda social’ solicitada y proveniente de los propios acuerdos con los organismos de crédito internacional (...) no se incluye dentro de las soluciones generales sino que las enfoca desde afuera del conflicto social*”. E, por fim, o progressismo adota uma retórica parecida com a velha esquerda, mas “(...) *la renovación niega la esencia de los cambios estructurales profundos*” (informação verbal)¹²⁹.

Assim, a partir dessas análises e quase com a certeza de que o FA atingiria o governo, os editoriais transmitiam a ideia de que não existiria possibilidades de mudanças reais:

Ahora cuando existe una certeza casi segura de que el progresismo se convierta en el partido gobernante el programa de gobierno anunciado por el futuro Ministro de Economía senador Danilo Astori tanto su trayectoria de los últimos años como sus anuncios hechos en Estados Unidos vuelven a dar otro giro vertiginoso aquel viejo programa pero sobre todo a los últimos vestigios de cambio social acordados en las recientes instancias democráticas del último Congreso (informação verbal)¹³⁰.

5.2.4 Análise das evidências e teste de hipótese¹³¹

Neste ponto, discuto sobre a capacidade das evidências apresentadas de atualizar o grau de confiança na hipótese relacionada ao *mecanismo causal*. Para isso, primeiramente apresento um resumo do *mecanismo causal* hipotético e formulo as hipóteses alternativas. Na sequência, apresento as análises das evidências e formalizo o teste empírico.

¹²⁹ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid.

¹³⁰ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid. 23 jul. 2004.

¹³¹ No capítulo 3.6 se explica a lógica envolvida nos tests de hipóteses utilizados em *process-tracing*; *Smoking-gun test*; *Doubly decisive test*; e *Straw-in-the-wind test*.

5.2.4.1 O *mecanismo causal*

A hipótese do *mecanismo causal* tratada neste capítulo refere-se a como o movimento ao centro feito pelo FA para atingir objetivos eleitorais é parte necessária do *mecanismo causal* do racha do 26M. Assim, no ponto anterior especificou-se a maneira de ativação dessa parte do *mecanismo causal*. Especificamente, assinalou-se que não foi o movimento ao centro do FA (iniciado na sua etapa progressista no processo de atualização ideológica que vai até o CN do FA de 2003), mas sim, o movimento ao centro do “futuro governo” o que desencadeou a ativação do *mecanismo causal*. Este movimento foi feito pelo candidato a presidente do FA, Tabaré Vázquez, no contexto dos resultados eleitorais da eleição primária realizada em 27 de junho de 2004 e materializou-se com a nomeação do futuro Ministro da Fazenda, Danilo Astori.

Neste processo, o 26M passou a manter uma posição crítica moderada com as orientações gerais da campanha que mantinha a esperança nas futuras possibilidades de incidência no governo à esquerda, para uma posição radicalizada e desesperançada das possibilidades de mudança social com um governo do FA, caracterizado como progressista e de centro. A *coalizão dominante* do FA respaldou a atuação do futuro governo e a nomeação do futuro ministro da Fazenda, bloqueando as tentativas de crítica do M26 nas instâncias de decisão partidárias. Finalmente, como consequência provável das críticas do 26M ao futuro governo, o candidato deixou de participar de seus programas semanais na CX36.

5.2.4.2 Hipótese nula e hipóteses alternativas

H0. O movimento ao centro do FA não faz parte do *mecanismo causal* que gerou o racha do 26M e, especificamente, que a ativação do *mecanismo causal* não resultou do movimento ao centro do futuro governo.

Ao mesmo tempo, podemos avaliar nossa hipótese em função de hipóteses alternativas geradas a partir da descrição realizada no ponto anterior:

HA1. O processo de radicalização do 26M derivou dos magros resultados eleitorais atingidos na eleição interna dos partidos políticos. Assim, não teria sido a percepção do movimento ao centro do futuro governo do FA, mas a baixa capacidade de incidência derivada desses resultados o que teria gerado um processo de radicalização no 26M, iniciando o *mecanismo causal*. Derivado dessa hipótese:

HA2. A diminuição do poder interno e a diminuição da importância de uma *zona de incerteza* que o 26M controlava no FA (Comissão de propaganda), gerou o processo de radicalização que ativou o *mecanismo causal*.

HA3. O fato que os anúncios tenham sido realizados no exterior gerou o processo de radicalização do 26M, ativando o *mecanismo causal*.

5.2.4.3 Avaliação das evidências apresentadas

O movimento ao centro do FA tem sido estudado e documentado por diferentes pesquisadores (Yaffé, 2005a; Garcé e Yaffé, 2005) e não constitui o objeto direto desta pesquisa. As evidências apresentadas tentaram mostrar como o movimento ao centro gerou uma mudança qualitativa do 26M em relação ao FA, expressada na radicalização dos discursos e na mudança da percepção das possibilidades do futuro governo do FA de desenvolver políticas de esquerda que gerassem mudanças estruturais, iniciando o mecanismo que, como se mostra nos seguintes capítulos, terminou com seu afastamento deste partido político.

A principal evidência apresentada foi a análise dos editoriais da CX36 e dos discursos de dirigentes do 26M no período que vai do começo de junho de 2004, até o começo de agosto daquele ano. Este período inclui a realização das eleições internas dos partidos políticos (27/06/2004), a viagem para Europa e EUA do candidato à presidência pelo FA junto com uma equipe que incluía ao Senador Danilo Astori, e a nomeação deste último, conhecida em 14/07/2004.

Resumidamente, a análise desses discursos mostrou que houve uma mudança no posicionamento do 26M após as eleições internas, radicalizando-se contra um movimento ao centro que era discutido pela *coalizão dominante* do FA após os magros resultados dessas eleições e que se radicalizou, uma vez que o futuro governo iniciou a viagem para Europa e para os EUA, chegando a sua máxima expressão quando Astori foi nomeado como futuro Ministro da Fazenda. Neste período, houve, também, uma mudança da percepção de que o FA constituía uma ferramenta para as mudanças políticas estruturais, para denunciar um progressismo que seria continuador das políticas desenvolvidas pelos partidos tradicionais. Para isso, também contribuiu o bloqueio que a *coalizão dominante* fez dos protestos do 26M na MP do FA, e o respaldo dessa coalizão à atuação do futuro governo durante a viagem.

Adicionalmente, mostrou-se que o candidato do FA deixou de participar no seu espaço semanal de audição na CX36, logo que retornou da viagem, possivelmente como consequência deste processo de radicalização do 26M.

Assim, dadas as preferências políticas do 26M, a probabilidade de achar evidência contrária ao processo geral de movimento ao centro do FA era alta. No entanto, a probabilidade de encontrar evidências do momento temporal específico em que se produz o movimento ao centro do FA (período que vai desde a eleição interna até a nomeação do Senador Astori) e, ao mesmo tempo, uma mudança nítida nos discursos do 26M sobre o FA e as possibilidades de mudanças estruturais, era relativamente baixa. Portanto, essa evidência acrescentaria nossa confiança na hipótese desta parte do *mecanismo causal*. Antes disso, é necessário avaliá-la em função da hipótese nula e as alternativas, isto é a *likelihood ratio*.

Primeiramente, levando em consideração da hipótese alternativa (H0), isto é, que o movimento ao centro do FA não faz parte do mecanismo casual do racha do 26M, podemos afirmar que se essa hipótese fosse verdadeira, a probabilidade de achar essa mudança nos discursos do 26M seria baixa.

O 26M é uma fração que atua por princípios e defende uma plataforma política da esquerda fundacional, o que faz com que desenvolva discursos mais radicais. Porém, os discursos achados no período pós-eleições internas não constituem somente discursos mais radicais, mas discursos que estão direcionados contra o movimento ao centro do futuro governo, contra a nomeação do Danilo Astori e contra o progressismo que, segundo dirigentes e editoriais desta fração, estava se consolidando e minimizando as chances reais de mudança à esquerda no futuro governo do FA.

Assim, se o movimento ao centro do futuro governo não fizesse parte do *mecanismo causal*, não teríamos achado uma mudança discursiva pós-eleição primária e pós-nomeação de Astori, e os discursos do 26M teriam mantido seu tom crítico dos discursos prévios à eleição primária, mas esperançados na mudança que representava o futuro governo do FA.

No entanto, não é possível fazer a mesma afirmação a respeito da HA1, pois ao coincidir temporalmente com o período posterior à eleição primaria, não é possível demonstrar que o processo de radicalização do 26M não derivou dos resultados eleitorais inexpressivos (2.7% dos votos dentro do FA) atingidos na eleição interna dos partidos

políticos (27/06/2004)¹³². Como se mostrou na seção anterior existiu apenas uma diferença de uma semana entre o dia em que se realizaram as eleições e o dia em que o candidato do FA Tabaré Vázquez iniciou sua viagem para Europa e para os EUA.

Assim, a radicalização do 26M pode ter surgido como consequência da avaliação da perda de poder de incidência dentro do FA, fruto da eleição e da diminuição da importância de uma *zona de incerteza* que controlava no partido (HA2) ou devido a uma mudança de estratégia para tentar captar o voto do eleitorado mais à esquerda na futura eleição nacional de outubro de 2004¹³³.

Embora essa hipótese seja plausível, já que é possível supor que o comportamento do 26M (e também do futuro governo do FA a respeito do 26M) teria sido diferente caso houvesse atingido uns resultados eleitorais mais expressivos, a trajetória anterior da fração e as pesquisas pré-eleitorais não alimentavam a ideia de que o resultado eleitoral dos setores marxistas e socialistas em geral, nem do 26M em particular, seriam diferentes dos que foram nesta eleição¹³⁴.

Ao contrário, o próprio 26M manifestou-se surpreso com esses resultados, já que as pesquisas prévias o colocavam dentro de um conglomerado de grupos pequenos, com apenas 4% e, a única pesquisa que tinha feito uma estimativa geral da esquerda considerando a votação unitária deste setor, lhe prognosticava 2% dos votos do FA¹³⁵. Assim, se a hipótese fosse verdadeira, não deveríamos achar mudanças discursivas importantes perante uma votação esperada ou superior ao esperado.

No entanto, a combinação da diminuição do poder interno com a perda de zonas de incerteza do 26M constituiu-se em parte do *mecanismo causal* do racha do 26M. Mas, como se mostra no capítulo 7, para que estas forças causais gerassem esses efeitos tiveram

¹³² Como mostrado no ponto 4.1.1, nessas eleições se escolhe o candidato do partido e 500 convencionais (mais 500 suplentes), que tem como tarefa principal escolher o Vice-Presidente e proclamar a fórmula presidencial (Presidente e Vice). No caso do FA-EP existia um acordo vigente desde a eleição de 1994 que estabelecia que o lugar do Vice era assignado ao EP. Por isso, a Convenção do partido pouco importava neste sentido. Nada obstante, a votação das frações do FA em uma eleição proporcional prévia às eleições proporcionais que iriam renovar as duas casas legislativas no primeiro turno da eleição nacional de outubro de 2004, constituem, desde o ponto de vista político, um indicador do poder que pode chegar a ter cada fração a partir das futuras eleições. Por isso, uma boa votação para o 26M teria dado outro poder de negociação perante a *coalizão dominante* e o futuro governo.

¹³³ A hipótese de perda de poder interno do FA se analisa em profundidade no capítulo 7 deste trabalho.

¹³⁴ Ver Tabela 2, FA e 26M em eleições nacionais - Uruguai 1989-2004.

¹³⁵ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid. 28-30 jun. 2004.

que se conectar com outros processos que determinaram a perda de poder interno do 26M. Esses processos aconteceriam nos três anos seguintes.

Por outro lado, a evidência apresentada de que o candidato do FA deixou de participar dos programas semanais no veículo de comunicação do 26M indicariam que isso constituiu uma resposta do Tabaré Vázquez às críticas vindas do 26M pelo movimento ao centro do futuro governo. Isso, tanto pelo período temporal em que aconteceu (depois do retorno da viagem pela Europa e pelos EUA), quanto pelos anúncios realizados no último programa (que continuaria nos seguintes programas desenvolvendo temas e falando da viagem), antes do período de radicalização do 26M. Assim, constituiria parte do processo de transmissão de forças dentro do *mecanismo causal*.

No entanto, existem alternativas plausíveis pelas quais teria se produzido esse abandono do programa e que não podem ser descartadas: agenda do candidato ou mudanças na estratégia de comunicação, por exemplo.

Finalmente, a respeito de HA3 o fato que os anúncios tenham sido feitos na viagem para Europa e para os EUA poder ter gerado a ativação do *mecanismo casual*, devido às dificuldades de comunicação e, principalmente, ao fato que uma decisão tão importante quanto a nomeação do futuro ministro da Fazenda tenha sido feita no contexto de uma viagem orientada a gerar confiança nos organismos internacionais de financiamento e nos possíveis investidores. Nada obstante, mais do que o lugar dos anúncios, que foi utilizado discursivamente pelo 26M como evidência simbólica do caráter centrista do futuro governo, a fração desenvolveu um nível de crítica altíssimo contra o Senador Danilo Astori. Assim, se o anúncio tivesse sido feito no Uruguai, mas mantendo ao nomeado, é possível que também se houvesse produzido a ativação do *mecanismo causal*.

De acordo com a avaliação anterior, podemos concluir que ambas as evidências suportam o *Hoop tests*. Isto é, que são fortes na certeza (*certain*) da evidência, o que faz com que tenham um alto poder confirmatório da hipótese do *mecanismo causal*. No entanto, ambas as evidências apresentam um baixo poder para descartar as hipóteses alternativas, que deverão ser exploradas em futuros processos de pesquisa.

6 O RACHA DO 26M: (II) A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS

6.1 Introdução

Neste capítulo se submete a prova a hipótese da segunda parte do *mecanismo causal* do processo de racha do 26M, a qual estabelece que os conflitos políticos com o governo do FA constituem uma parte desse *mecanismo causal*, argumentando-se que: (i) as ações do Ministério da Fazenda constituíram a razão principal da ativação dos conflitos do 26M com o governo; (ii) que uma vez ativado o *mecanismo causal* o 26M agiu aumentando sua crítica ao governo todo, mas tentando isolar ao Ministério da Fazenda com o objetivo de mudar o rumo do governo; (iii) que o FA agiu bloqueando as tentativas do 26M e respaldando o governo; e (iv), que após este bloqueio o 26M ativou suas marcas genéticas e começou constituir uma alternativa de oposição política e social ao governo do FA. Para isso, o capítulo se organiza da seguinte maneira: primeiramente, se formula a hipótese desta parte do *mecanismo causal*; em seguida, se descreve o modo em que as ações realizadas pelos diferentes atores (ou entidades) foram transmitindo as forças causais por meio do mecanismo hipotético e se apresentam as evidências achadas que sustentam a existência dessas ações. Finalmente, se avaliam as evidências apresentadas e se discute o grau em que elas aportam confiança na validade da hipótese.

6.2 O excesso de conflitos com o governo do FA

6.2.1 Hipótese

Como tenho assinalado no ponto 2.1 deste trabalho, as situações de *crise* ou sobrecarga como fatores que impulsionam a criação de novos partidos tem sido documentada pela literatura. Assim, para a hipótese de trabalho que guia este capítulo: os conflitos políticos com o governo do Presidente Tabaré Vázquez, sustentado pelo FA, constituíram-se em parte do *mecanismo causal* que gerou o racha do 26M.

6.2.2 Atores e ações, a ativação do mecanismo causal

Depois de vencer no primeiro turno das eleições nacionais do dia 31 de Outubro de 2004, obtendo 50.5% dos votos emitidos, em 1 de março de 2005, o Dr. Tabaré Vázquez

assumiu como presidente do Uruguai, iniciando assim, pela primeira vez na história política do país, um governo de esquerda¹³⁶.

A partir da posse, o governo começou desenvolver ações e políticas que produziram a ativação do *mecanismo causal*. Neste sentido, o governo é tratado como um ator ativo dentro desta parte do mecanismo casual. Porém, suas ações e políticas não são avaliadas, pois parto do pressuposto que elas surgiram como resultado da combinação entre suas preferências, possibilidades e restrições gerais, sejam elas políticas, econômicas, sociais (MOREIRA, 2010) e não como resultado de uma dialética de ação-reação com o 26M. Para o 26M, elas constituíram-se em estímulos que iram incidir no seu posicionamento a respeito do governo. Além do governo e do 26M, a *coalizão dominante* do FA é tratada como ator unificado dentro desta parte do *mecanismo causal*, desenvolvendo ações a partir de resoluções dos órgãos de decisão do FA (MP, PN¹³⁷). Esse tratamento implica reduzir a complexidade e diversidade das suas frações e âmbitos de base.

6.2.2.1 Descrição da ativação do *mecanismo causal*

Como foi descrito no capítulo anterior, desde a nomeação do Danilo Astori como futuro Ministro da Fazenda, a posição do 26M tinha mudado a respeito das possibilidades de que o governo do FA iniciara uma série de reformas estruturais que estivessem mais perto das suas preferências. O início do governo, com a confirmação da nomeação do Ministro Astori e as medidas desenvolvidas por esta pasta, não fizeram mais do que confirmar esse posicionamento.

De fato, a pasta liderada pelo Ministro Astori era considerada chave pelo 26M, já que suas ações determinariam os limites com que o processo de mudanças poderia acontecer. Assim, com os antecedentes do processo de radicalização durante sua nomeação, bastaria que o Ministro da Fazenda começasse agir distante das preferências do 26M para que a parte do *mecanismo causal* estudada no capítulo anterior (5) transmitisse suas forças, ativando as situações de conflito político do 26M com o governo do FA.

Entre essas ações, um acordo (carta intenção) com o FMI que começou ser negociado no início do governo, as soluções oferecidas para pequenos produtores rurais devedores e as restrições estabelecidas na lei orçamentária foram os principais objetos de

¹³⁶ As principais características da formação desse governo foram descritas no capítulo 4. Ver também Buquet (2005) e Chasquetti e Buquet (2013).

¹³⁷ Ver integração e características dos órgãos de direção do FA no ponto 4.1.1.

crítica por parte do 26M. No entanto, os conflitos com a gestão de governo não se restringiram à área da economia, mas abarcaram um amplo leque das ações de governo.

Neste capítulo se apresentam provas de que as forças causais foram transmitidas por esse mecanismo no decorrer do primeiro ano de governo, finalizando com o chamamento do 26M à conformação de um movimento político e social de oposição, a AP. Neste ano, podem ser analisados dois momentos cruciais: o primeiro, durante os primeiros seis meses de governo, constitui o período em que se ativa o *mecanismo causal*.

Partindo de uma posição de base crítica, relativamente mais moderada e centrada na pasta da Fazenda, o 26M passa a criticar um amplo leque das ações governamentais. Porém, mantém neste período uma distinção entre o progressismo, atribuído ao Ministro Danilo Astori e aliados diretos, e aos setores restantes do FA. O ponto de inflexão é marcado pelo intento do 26M de modificar o rumo do governo pelas vias orgânicas dentro do FA e o bloqueio desta tentativa pela *coalizão dominante* do FA, que agiram dentro da MP e do PN respaldando o conjunto das ações e políticas do governo.

Bloqueado na sua tentativa de modificar os rumos do governo, o segundo momento caracteriza-se pela ativação das marcas genéticas do 26M. Primeiramente, se posicionando como opositor e, posteriormente, constituindo uma alternativa política e social, a AP.

A transmissão das forças causais nesta parte do mecanismo, também não foi suficiente para determinar o racha do partido mãe, já que ainda neste período a alternativa opositora se constitui com intenção de disputar espaços de poder dentro do partido e na sociedade. Como se mostra no próximo capítulo (7), este processo se completaria com a perda de poder interno no FA, determinando finalmente o racha deste partido em 2008.

6.2.3 Apresentação das evidências

As evidências que se apresentam neste ponto se correspondem ao período de ativação desta parte do *mecanismo causal*, entre os meses de março de 2005 e abril de 2006. Os acontecimentos mais relevantes neste espaço temporal são: (i) posicionamento inicial do 26M a respeito do governo do FA (abr. 2005); (ii) apresentação da proposta do 26M para mudar os rumos do governo (28 jul. 2005); (iii) rejeição da proposta do 26M e aprovação de documento de avaliação do governo da *coalizão dominante* do FA (09 ago. 2005 na MP, e 3-4 set. 2005 no PN); (iv) publicação do documento do 26M que avaliava os

primeiros seis meses de governo, *Progres arriba, Pobres Abajo* (08 set. 2005); e (v) chamado do 26M à conformação da AP (24 fev. 2006).

6.2.3.1 Progressismo versus FA

O ponto de partida do posicionamento do 26M a respeito do governo do FA pode ser esclarecido a partir do discurso do seu principal dirigente no período, Eduardo Rubio¹³⁸.

Em abril de 2005, no aniversário do 26M, o dirigente fez um discurso que teve três mensagens centrais sobre o posicionamento do 26M no contexto do início do governo do FA: a primeira resgatava o FA fundacional e associava o 26M como parte deste processo; a segunda caracterizava o governo do FA como um governo progressista; finalmente, marcava acordos e diferenças com o novo governo e estabelecia o papel do 26M nesta conjuntura.

Para Eduardo Rubio o FA nasceu como uma força popular democrática, antioligárquica e antiimperialista e tendo atingido o governo, enfrentava os mesmos desafios e atores que no ano 71': de um lado o BM, o BID, a Organização de Estados Americanos, o FMI, o imperialismo, as oligarquias e os poderosos; do outro lado, o povo.

Segundo o dirigente, o 26M faz parte desta tradição *frenteamplista*, como um movimento que se expressava publicamente como *frenteamplista*, que tentava fortalecer a participação das bases sociais e “(...) *reivindicaba al Frente Amplio como expresión de la unidad de la izquierda, de la unidad del pueblo* (...)” (informação verbal)¹³⁹.

A vitória do FA nas eleições nacionais do dia 31 de outubro de 2004 e o início do governo em 1 de março de 2005 é considerada um fato histórico que os uruguaios e *frenteamplistas* comemoraram. No entanto, assinalava a confusão que esse fato gerava e estabelecia uma distinção entre o FA e o “progressismo” que ganhou as eleições: “(...) *ahora somos gobierno, ahora es gobierno y hay que hacer una distinción porque a veces*

¹³⁸ Até as eleições de 31 de outubro de 2004 o principal dirigente do 26M era Raúl Sendic. No entanto, nestas eleições o 26M perdeu o assento que tinha na Câmara dos Deputados e Sendic negociou com o Presidente eleito, Dr. Tabaré Vázquez um cargo no futuro governo. O processo é relatado em documentos partidários do 26M: “Fuimos as las elecciones solos, ahí perdió Raúl la banca [...] nos llamó para decirnos que llevaba tres días acostado, que no se había levantado... Y fue a negociar con Tabaré Vázquez por separado, quien le ofreció un puesto en ANCAP. Este período fue uno de los más duros que nos tocó vivir [...] ahí se dio una división, Raúl se lleva gente del interior, de varios departamentos y algo de acá de Montevideo. Pero nosotros quedamos cuestionados por esta situación” (26M, 2016, p.12-13). Poucos meses depois de ser nomeado vice-diretor da petroleira uruguaia, ANCAP, Raúl Sendic iniciaria o caminho para fundar sua própria fração dentro do FA, *Compromiso Frenteamplista, Lista 711*.

¹³⁹ Eduardo Rubio, *Ibid.* 08 abr. 2005.

nos confundimos y nosotros nos entusiasmos y decimos el Frente Amplio es gobierno, no, primara cosa gobierna el progresismo (...)” (informação verbal)¹⁴⁰. Esta distinção associa o FA à plataforma fundacional e ao progressismo, com o conjunto das forças políticas aliadas do FA.

Assim, partindo de um posicionamento mesurado, Rubio reconhecia acordos e marcava as diferenças do 26M com algumas medidas do governo. Entre as primeiras, assinalava que “(...) [desde que o governo assumiu] *han pasado cosas importantes, positivas*” como o sinal que deu Raúl Sendic de defesa da ANCAP como empresa estatal.

Entre as segundas, Rubio atualiza o conflito com o Ministério da Fazenda reconhecendo que o 26M teve na campanha eleitoral uma posição crítica em muitos assuntos, mas particularmente com a nomeação do Danilo Astori com Ministro da Fazenda: “*Marcamos eso porque sabíamos, pensábamos, teníamos claro que nos generaría problemas si queríamos realmente gobernar para cambiar, que era el objetivo*” (informação verbal)¹⁴¹. Também explicita a preocupação do 26M pelas negociações do governo com o FMI:

Capaz que estoy equivocado, pero que me lo demuestren, pero para demostrarme que el FMI es bueno y mi amigo tendrían que borrar la historia del Uruguay y de América Latina. Si mi gobierno acuerda con el Fondo Monetario Internacional en los mismos términos que se acordó con el Fondo históricamente tengo que decir que estoy preocupado, muy preocupado y no me puedo callar la boca, pero no como Eduardo Rubio, no como 26 de Marzo, sino como frenteamplista (...) (informação verbal)¹⁴²

Neste sentido, explicita o papel que iria jogar o 26M no período:

Nosotros como 26M desde la unidad frenteamplista, porque vamos a entendernos que es la unidad (...) es un proyecto político, tiene contenidos y esos contenidos son los que tenemos que defender (...) Nos paramos así en esta realidad decididos como lo decimos en la campaña

¹⁴⁰ Eduardo Rubio, Ibid. 08 abr. 2005.

¹⁴¹ Eduardo Rubio, Ibid. 08 abr. 2005.

¹⁴² Eduardo Rubio, Ibid. 08 abr. 2005.

electoral (...) precisamos organizar la gente, movilizar a la gente para ganar el gobierno, para apoyar al gobierno en las cosas que hubiera que apoyar, para empujarlo en las cosas que hubiera que empujar y para controlar a nuestro gobierno. Creo que ningún frenteamplista realmente, - un frenteamplista en serio- quiere un gobierno sin control, sin el control de la gente, eso es lo que nosotros queremos empujar, para salvar el proyecto de cambio que el FA a encarado históricamente (informação verbal)¹⁴³.

6.2.3.2 O conjunto de políticas do FA e a crítica do 26M

Embora tenha partido de um nível de oposição relativamente moderado às políticas e ações do governo, com o decorrer dos primeiros meses e na medida em que o governo gerava novas políticas, projetos e ações, o 26M incrementou também as áreas e temas com os quais marcava distância. As críticas eram majoritariamente dirigidas contra a pasta da fazenda, liderada pelo Ministro Astori, porém como se apresenta na Tabela 1, houve um amplo leque de áreas e temas sobre os quais o 26M apresentou diversos níveis de críticas.

Tabela 1: Resumo das críticas do 26M às políticas do governo do FA

Área de governo	Temas objeto de críticas do 26M
Fazenda	<p>Modelo de desenvolvimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Permissão para empresas Finlandesa (Botnia) e Espanhola (Ence) para instalar plantas de produção de celulose no Uruguai. - Início do conflito com governo Argentino por instalação de plantas de celulose no Uruguai. Primeiro conflito com outro governo progressista da região. - Pequenos produtores endividados. Solução de diminuição da dívida a 50% e execução de devedores “contumazes”. FMI parabeniza governo por medida. - Tratado de Inversões com os EUA. Apoio do Ministro Astori e do Presidente Vázquez para início do tratamento em Senado. - Ministro Astori assinala que maior imoralidade para um governo de esquerda é não trabalhar para atrair investimentos. <p>FMI:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assinatura de carta intenção com FMI por 3 anos, incluindo entre outros compromissos: reforma fiscal, do Banco central, reestruturação do sistema financeiro e reformas orientadas ao crescimento. - Documento de técnicos de FMI que recomenda redução rápida

¹⁴³ Eduardo Rubio, Ibid. 08 abr. 2005.

	<p>da exposição ao FMI e por reduzir o papel do Estado.</p> <p>BM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Declarações do Ministro Mujica sobre o Uruguai agradecer aos organismos internacionais de crédito. <p>Ajuste Fiscal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento da dívida pública. - Ministro Astori substitui a palavra ajuste por esforço. - Anúncios de Ministro Astori de que não haverá aumento do gasto público para manter acordos com organismos internacionais. <p>Orçamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Anúncio de restrições em lei (Vázquez e Astori) e anúncio de pagamento dos interesses da dívida (Astori). - Ameaça de renúncia de Ministro Astori por motivo de que o orçamento não iria cumprir com a promessa do 4.5% do PBI para educação. Ministro Mujica e outros integrantes do governo, incluindo o Presidente, o respaldam.
Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Ministra da Defesa assegura que nenhum militar iria preso por violações dos DDHH durante a ditadura civil militar (1973-1985). - Anuncio de Presidente Vázquez e da Ministra da Defesa que o objetivo do governo é fechar a página. - Exército Nacional reconhece que houve pessoas desaparecidas na ditadura civil-militar no Uruguai. - Presidente Vázquez afirma que todos os uruguaios são responsáveis pelos fatos ocorridos nas décadas dos 60' e 70'. - Governo respalda o Comandante da Força Aérea que confessa ter participado de voos clandestinos de traslado de militantes políticos presos na Argentina no período da ditadura civil-militar.
Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none"> - Atraso na implantação do Programa de assistência à emergência social (Panes) - Piquetes e cortes de rua de pessoas exigindo o direito de receber o "Panes".
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Destituição do Diretor do Instituto de Oncologia - Aumento de parcela mutual - Indeferimento de pedido de aumento de Médicos do setor público. - Posição contrária do Presidente Vázquez sobre iniciativa de lei para despenalizar o aborto.
Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Supressão de diretiva repressiva (conhecida como "Acta 14") com aprovação de nova diretiva que inclui a ocupação de centros de estudo como infração.
Trabalho e previdência social	<ul style="list-style-type: none"> - Lei prerrogativas sindicais. Ministro Astori pede que incluam questionamentos dos empresários. - Suspensão da tramitação da lei e convocatória a âmbito de negociação. - Asseguradoras de fundos de aposentadoria (AFAP's). Ministro Astori confirma continuidade do seu funcionamento.
Ministério do Interior	<ul style="list-style-type: none"> - Declarações do Ministro afirmando que há setores infantis de

	esquerda que terminam fazendo o jogo à direita.
Outras áreas	
Reforma Constitucional da Água	-Decreto do governo interpretando que a aprovação da Reforma Constitucional só impede novas concessões. -Manutenção de antigas concessões (“Aguas de la Costa”; “Pinar”; e outras).
EUA	Gestões de Ministro de Indústrias para reunião de Vázquez com Bush nos EUA.
Privatizações	Assessor do Ministério da Fazenda, Mario Bergara, anuncia privatizações de empresas estatais em Washington.
Reuniões públicas do Conselho de Ministros	Estilo de comunicação aparatoso e mediático, parecido com show televisivo.
Televisão Nacional	- Acordo da Jornalista Sonia Breccia com governo por dívida, cedendo nome do seu programa. Interpretado como pagamento de uma dívida do governo com Breccia por apoio na campanha. - Falta de um projeto que determine o rumo da TV estatal. - Não inclusão da programação da Telesur na televisão estatal.
Migração de uruguaios	Mais de 16000 uruguaios saíram do país em 6 meses de governo progressista.
Empresa “Buquebus”	Obras em terminal “Cuenca del Plata” é prorrogada por 10 anos da concessão do terminal em porto de Montevideú, interpretado como troca por apoio na campanha eleitoral.

Fonte: Elaboração própria em base a M26 (2005a)

Sobre cada uma das áreas e temas (Tabela 1) o 26M manteve posicionamentos críticos que eram divulgados publicamente no espaço editorial da CX36, *Mensajes de la 36* e eram levados aos organismos partidários, especialmente na MP do FA.

Neste período, ainda dentro dos primeiros seis meses de governo, a estratégia do 26M era tentar diferenciar o Ministro Astori (e o progressismo que para o 26M ele representava) do resto das frações do FA. Assim, em muitíssimas oportunidades Astori era considerado pelo 26M como o “primeiro” ministro (figura inexistente no presidencialismo uruguaio) ou diretamente como o condutor do governo. Ao mesmo tempo, se estabelecia uma distinção discursiva entre o Astori e o resto dos setores do FA já que, como assinalava uma editorial da CX36 *“El Astorismo [e seus aliados políticos] es el progresismo”* (informação verbal)¹⁴⁴.

Para o 26M Astori contava com o apoio dos organismos internacionais (BM, FMI, BID e grandes transnacionais), da burguesia nacional (bancos e exportadores) e com os veículos de imprensa para desenvolver uma política favorável à:

¹⁴⁴ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid. 07 jul. 2005.

*Economía de mercado, neoliberalismo y globalización capitalista, riguroso control fiscal, cumplimiento estricto de los servicios de la deuda, baja inflación, reformas del estado, firma del Tratado de Inversión, apertura total a las inversiones extranjeras, país financiero, país de servicios. Reforma impositiva, privatizaciones de los bancos del Estado, salarios y jubilaciones bajas, aumento de tarifas públicas, dólar controlado, salarios y jubilaciones por el piso, desempleo, y disminución del consumo interno (informação verbal)*¹⁴⁵.

Ao mesmo tempo, dentro do FA era apoiado diretamente pelas frações afins: “(...) *su propia fuerza Asamblea Uruguay, la Vertiente Artiguista, y los agrupamientos aliados de la Nueva Mayoría y Encuentro Progresista*” com as quais dirige um plano coerente, organizado e perfeitamente estruturado (informação verbal)¹⁴⁶.

Por outro lado, para o 26M as restantes frações do FA padeciam da improvisação, o caos e a incoerência total. Ao mesmo tempo, estavam imersas em contradições com sua base, dependiam do *Astorismo* para financiar os planos sociais, acumulavam fracassos na gestão de governo e, principalmente, entravam em contradições, produto da separação - cada vez maior- entre o discurso tradicional da esquerda e a prática oficial progressista.

Por isso, embora tenha mantido neste período uma linha crítica da atuação da maioria das frações do FA, chamava a abandonar o *Astorismo* já que: “*Mientras progresismo y astorismo sean lo mismo, la derecha no tendrá necesidad de volver. Porque en realidad hasta ahora nunca se ha marchado*” (informação verbal)¹⁴⁷.

Tendo como base esta linha argumentativa, o 26M mantinha neste primeiro momento a estratégia de tentar resgatar traços fundacionais do FA apelando aos outros setores que, a priori, não eram identificados com o que eles denominavam *Astorismo*. Dentro dos organismos de direção do FA essa tentativa teve sua máxima expressão com a elaboração de um documento que propunha modificar os rumos do governo. A proposta do 26M era que o documento fosse apresentado ao PN do FA, que seria convocado para os dias 20 e 21 de agosto de 2005 (finalmente realizado nos dias 3 e 4 de setembro de 2005) com o objetivo de avaliar os primeiros 150 dias de governo do FA.

¹⁴⁵ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid.

¹⁴⁶ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid.

¹⁴⁷ CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid.

O documento do 26M estava organizado em duas partes: a primeira continha uma caracterização geral e uma segunda parte de propostas.

Assim, explicitando que o setor trabalhou para o triunfo eleitoral do FA, reivindicava seu posicionamento crítico (baseado em razões ideológicas, políticas e de trajetória) perante o que considerava a aplicação de:

[...] un programa de política económica continuista a la de los gobiernos burgueses anteriores, realidad que se constata con claridad durante los primeros ciento cincuenta días de gobierno, así como de las principales medidas llevadas a cabo por el Poder Ejecutivo bajo el programa económico del ministro Danilo Astori (26M, 2005b).

Reconhecendo que se encontrava em franca minoria dentro do FA o documento afirmava que ainda existiam possibilidades de alinhar o rumo estratégico do governo e sua gestão. Para isso:

[...] hace falta alterar de lleno la política económica neoliberal, cambiando el eje de las prioridades hacia las necesidades de la mayoría de los uruguayos, poniendo el énfasis en la generación de empleos, el desarrollo del consumo interno, la distribución de la renta de manera equitativa y justa y de la defensa de la soberanía nacional (26M, 2005b).

Assim, apresentaram um programa contendo vinte e duas propostas. Entre elas, podem ser destacadas: renegociação do valor da dívida externa; mudança na política de superávit do orçamento nacional; não assinar Tratado de Livre Comércio com os EUA; eliminação do decreto que regulamentava a Reforma Constitucional da Água; deter a instalação de duas plantas de produção de celulose; exercer um férreo controle sobre o Banco Central e diversos organismos arrecadadores evitando que o BID, FMI e BM afetassem a economia do país; eliminar as administradoras de fundos de aposentadoria (AFAP's), etc. (26M, 2005b).

O documento termina assinalando que essas propostas eram em oposição às medidas tomadas nos primeiros meses de governo progressista, que foi orientado em função da política econômica da equipe do Ministro Astori, e pretendiam:

[...] impulsar una política que proteja nuestra riqueza nacional, contribuya a desarrollar el país productivo, garantice el ahorro nacional, permita el crecimiento del consumo interno, y promueva la justicia social. (26M, 2005b).

6.2.3.3 O ponto de inflexão: a rejeição do documento do 26M e aprovação da gestão do FA

O documento apresentado pelo 26M tinha surgido como informe, da minoria, de uma comissão da MP que trabalhava na elaboração de um informe para o PN (que iria se reunir pela primeira vez desde o início do governo do FA), onde se avaliariam os primeiros 150 dias de governo¹⁴⁸. No entanto, o documento proposto pelo 26M foi rejeitado pela MP (09/08/2005), aprovando-se um informe elaborado pela *coalizão dominante* nesta comissão.

O documento aprovado estava organizado em sete pontos: um marco geral, dois pontos sobre a transição e o estilo do governo, três pontos onde se destacam os avanços no programa de governo em função dos eixos programáticos apresentados na campanha eleitoral para as eleições de 2004, e uma síntese.

Da mesma forma que o documento do 26M, esse texto começa ressaltando a importância do triunfo (caracterizado como histórico) nas eleições de outubro de 2004, e agregava a obtenção de oito governos departamentais nas eleições do segundo nível de governo realizadas em maio de 2005.

Porém, diferente do documento apresentado pelo 26M, no documento não foi formulada nenhuma crítica às medidas adotadas pelo Presidente Vázquez durante aquele período de mandato. Também não existe no documento nenhuma referência específica ao Ministro Astori, nem à política econômica que estava sendo desenvolvida pela sua pasta... As ações são atribuídas ao conjunto do governo ou ao Presidente Tabaré Vázquez. Assim, as políticas e ações de governo não são apresentadas em forma setorial, mas por eixos

¹⁴⁸ Além da avaliação dos rumos do governo, o PN também discutiria a proposta de criação de um SE da MP que deixava fora os grupos políticos que não tinham representação parlamentar, entre eles, o 26M. Este ponto se discute no próximo capítulo deste trabalho.

organizadores do programa de governo de 2004: eixo produtivo, social, democrático, inovador, integrado e cultural.

Após dar conta dos principais avanços nessas áreas, o documento assinala que todas as políticas, programas e ações desenvolvidas pelo Executivo foram ajustadas ao programa de governo: "Nada de lo hecho está fuera de los marcos programáticos definidos por nuestra fuerza política" (MP-FA, 2005).

Ao mesmo tempo, nas suas considerações finais salienta a "[...] capacidad demostrada por el elenco gobernante, echó por tierra los pronósticos nefastos que nuestros adversarios intentaron instalar en el imaginario colectivo de la sociedad uruguaya" (MP-FA, 2005).

O documento não faz nenhuma referência ao FA, e quando referido, o governo é caracterizado como governo progressista. No entanto, o final do documento esclarece que "[...] los principios orientadores del accionar del gobierno, son los definidos históricamente por las organizaciones políticas de izquierda en cuanto a la honestidad, transparencia, austeridad y búsqueda de la justicia social" (MP-FA, 2005).

O documento de avaliação aprovado pela *coalizão dominante* do FA termina fazendo referência a algumas dificuldades surgidas no período, entre elas, os matizes e diferenças dentro do FA. Neste sentido, conclui que:

Las dificultades para comunicar los logros del gobierno, sumado a prácticas confucionista que a través de los medios de comunicación se difunden, así como la expresión pública de matices o diferencias entre integrantes de nuestra fuerza política ya sean del gobierno o del parlamento, nos compromete a reflexionar para superar situaciones de esta naturaleza que afectan la imagen de nuestra fuerza política en general como del gobierno en particular (MP-FA, 2005).

A comparação de ambos os documentos da conta da ampliação do hiato político e ideológico entre a maioria das frações do Frente Amplo e o 26M nos primeiros meses de governo. O 26M não só ampliou suas diferenças com o governo do FA, mas também começava ampliar as diferenças com o conjunto do partido, que agora bloqueava sua iniciativa de apresentar um documento em minoria à máxima autoridade política do FA.

(...) lo que paso es que la Mesa Política no admitió trasladar nuestro documento como documento en minoría (...) no es normal. Tampoco voy a decir que esta sea la primera vez que pasa, pero la tradición de la izquierda recuerdo en los Congresos, en todos los ámbitos se reconoce un informe. Cuando hay una comisión que se conforma no se le puede imponer a la comisión que se haga un documento único (...) si no hay un documento único puede haber un documento en minoría (informação verbal)¹⁴⁹

Assim, o 26M reivindicou seu direito de levar sua posição ao PN, não como informe da minoria, mas como propostas deste setor. Desta forma, o primeiro momento deste *mecanismo causal* chegou ao seu final com a resolução do PN do FA, realizado nos dias 03 e 04 de setembro de 2005, quando resolvia por ampla maioria uma declaração de respaldo ao governo¹⁵⁰.

6.2.3.4 A ativação da genética da organização

A rejeição do informe em minoria para o PN e a aprovação da moção de respaldo ao governo aprovado por este organismo, constituíram um ponto de inflexão na estratégia do 26M de tentar modificar, por meio dos organismos partidários, o rumo do governo. Assim, sem capacidade de incidir diretamente na gestão de governo e sem respaldo político dentro do FA, ressurgiram as marcas genéticas da organização que permaneceriam presentes e coadjuvavam no processo de ruptura definitiva com o FA.

O capítulo 4.2.1 mostrou que no processo de desenvolvimento como fração, o 26M adquiriu algumas características genéticas que foi reafirmando na medida em que superava com sucesso diversos desafios que enfrentou. Estas marcas podem ser resumidas em: (i) sua relação conflitiva com o FA, produto do seu surgimento como braço político do MLN-T; (ii) a identidade *seispuntista*, entendida não com base à plataforma política específica do *seispuntismo*, senão como a auto identificação com um movimento político que, segundo seu próprio relato, enfrentou o oportunismo (que tinha abandonado os princípios e renegava

¹⁴⁹ Eduardo Rubio, Ibid. 11 ago. 2005.

¹⁵⁰ A declaração teve o voto contrario do M26, a CI, o M20-5 e um delegado de base; em tanto que o *Partido Obrero Revolucionário* (POR) se absteve. Ver: *RESPALDOS y críticas a la gestión de Vázquez. El País*, 04 set. 2005.

sua origem), e que lutou contra tudo e contra todos (incluída sua organização mãe, o MLN-T) para defender seus princípios fundacionais e manter sua coerência político-teórico-prática; e associado com isso, (iii) sua disposição para, em absoluta minoria, trabalhar abnegadamente para garantir a sobrevivência como organização.

Pode-se afirmar que a primeira marca genética esteve presente em todo o processo que tem sido descrito até agora e é provável que possa ser encontrada ao longo de todo o período em que o 26M esteve dentro do FA¹⁵¹. No entanto, a segunda e a terceira característica genética apareceram nitidamente neste período. Primeiro como reação à resolução da *coalizão dominante* do FA de respaldar o acionar do governo no PN e, depois, como início de um processo de construção de uma alternativa política que permitisse salvaguardar os princípios fundacionais e a sobrevivência da organização por fora da estrutura do FA, este processo se inicia com a convocatória à AP.

6.2.3.5 O poder revela como são as pessoas

Poucos dias depois da aprovação da moção de respaldo ao governo pelo PN (08/09/2005), o 26M publicava um documento chamado *Documento Seis Meses de Gobierno, Progres arriba, Pobres Abajo* (26M, 2005a). O documento, que foi analisado na Tabela 1, além de dar conta das políticas e ações do governo com os quais o 26M discordava, continha um artigo intitulado *El Poder Revela como es la gente* que refletia o grau de desencantamento com que esta fração atravessava este momento:

Nos cuesta creer y mucho más convencernos en la vida, que estas personas que vemos hoy en el gobierno, sean nuestros queridos compañeros de ayer. Solemos pensar entonces que las personas cambian cuando llegan al poder. Y volvemos a equivocarnos una vez más. Porque en realidad pasa que se manifiestan tal cual son y no lo sabíamos o fuimos engañados [...] la prioridad número uno no será el pueblo ni el programa, no las promesas ni los principios sino la reelección, el mantenerse en el

¹⁵¹ O integrante da Direção Nacional do 26M, Fernando Vázquez, assinalou (informação verbal) que durante a década dos 90´ e em 2002 o 26M pensou a possibilidade de abandonar o FA: “*Entonces es lo que decía Ángeles, fue un proceso, no fue solo, no fue una acción precipitada como lo quisieron mostrar a veces a nivel oficial. Fue una decisión abalada. O sea, mira que cuando se da el tema de la Reforma Constitucional [ano 1996], andábamos bravos también, no nos fuimos porque yo que sé... y en la crisis de 2002 también. Ahí hubo un acuerdo (...) el Frente negoció todo para sostenerle la política a Batlle, a Atchugarry, ese fue el acuerdo. Como salen? Salen con más deuda*” (Fernando Vázquez, Ibid.).

poder, conservar la banca, la intendencia, el sillón ministerial, el escalafón en la oficina pública (26M, 2005a, p.36-7)

O desencantamento não se expressava unicamente a respeito dos queridos companheiros de ontem que integravam o governo, mas também a respeito do conjunto do FA:

Porque lo que pasó acá fue muy fuerte (...) que el Frente Amplio se haya dado vuelta como se dio vuelta es un golpe muy grande. Porque vos podes decir: no, pero qué se van a sorprender, si fulano era así y que Tabaré Vázquez, que Astori ya sabíamos... ¿cómo se pueden sorprender? Una cosa es que vos digas tenés estos sectores con una postura más débil y estos otros más jugados, pero el problema fue que se fue todo el Frente Amplio (...) si se fueron todos, o sea, se fue todo para el otro lado y eso era una situación terrible (informação verbal)¹⁵²

Como em outros momentos da história do 26M, quando se encontrava em minoria defendendo os princípios fundacionais e havendo avaliado que as restantes frações abandonaram o caminho (como na década de 70 o tinham abandonado os oportunistas), começaram a trabalhar no processo de reorganização da fração:

Y bueno, nosotros ¿a que nos dedicamos? Nos dedicamos a trabajar, a reconstruir nuestra fuerza política, a reconstruir... a reestructurar, proyectarla, buscar aliados, se crea la Asamblea, se habla con todo el mundo que estaba afuera del Frente, con Zabalza, con todos los grupos: con el PT, con los Trotskistas, con el MRO; con algunos que están en contra ahora, que son voto en blanco: Salles y más gente... o sea, los primeros dos años (informação verbal)¹⁵³.

¹⁵² Ángeles Balparda, depoimento [25 jul. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Transcrição em ANEXO A

¹⁵³ Fernando Vázquez, Ibid.

Assim, sem abandonar a oposição na estrutura orgânica do FA e nos editoriais da CX36, perante os diferentes assuntos que eram colocados pela agenda do governo¹⁵⁴, em fevereiro de 2006, o 26M anunciou sua nova estratégia: a conformação de um movimento político, social e cultural de caráter *frenteamplista*, antioligarquico, e antiimperialista. Um mês depois se conformaria a AP.

O anúncio dessa nova estratégia foi realizado no 35º aniversário do 26M pelo dirigente Eduardo Rubio. Na apresentação, o Dirigente salientou que após um ano de um triunfo histórico da esquerda no Uruguai, o curso dos acontecimentos tem mostrado que “(...) *se ha abandonado el proyecto de la izquierda, que no se ha cumplido con el Programa del FA, pero no el programa del 71, sino éste programa que aprobamos en el 2003 en el Congreso ‘Héctor Rodríguez’, recientemente*” (informação verbal)¹⁵⁵.

Esse abandono é justificado com base ao posicionamento do governo em alguns assuntos, especialmente: afirmação do acordo com o FMI, o envio de tropas militares para Haiti e a participação nas manobras UNITAS com os EUA, a instalação de duas plantas de produção de pasta de celulose, e o acordo de livre comércio que se estava negociando com os EUA.

Embora houvesse passado apenas um ano, para o 26M a caracterização do governo do FA como um governo que havia abandonado o projeto da esquerda não constituía uma avaliação apressada, já que não se tratava de um problema de tempo, mas do rumo das políticas que estava implementando. Por isso, “*cuanto más tiempo le demos peor, porque más se va a profundizar esta política que es continuidad de políticas anteriores*” (informação verbal)¹⁵⁶.

Assim Rubio formulou dois anúncios importantes que dão conta do processo de transmissão das forças causais nesta parte do mecanismo. O primeiro dirigido para a interna do FA que acusava ao 26M de fazer o jogo à direita com suas posturas críticas e que “*cada dia nos preguntan por qué no se van del FA, cuándo se van del FA o nos dicen que en*

¹⁵⁴ Houve dois temas centrais na agenda que foram objeto de crítica na última parte do ano: a proposta de aumentar o contingente de efetivos militares em Haiti, que foi aprovada por unanimidade o 30/11/2005. Esta proposta, também recebeu a argumentação contrária do Senador do PCU, Eduardo Lorier, que tinha sido impedido pela MP do dia 29/11 de votar contra a proposta do Executivo. O segundo tema eram as tratativas para afirmação de um Tratado de Livre Comercio com os EUA, que foi aprovado no Senado o 22/12/2005, sem o voto do Senador do PCU. Ambas as posturas políticas do Senador comunista foram acompanhadas e reconhecidas pelo 26M.

¹⁵⁵ Eduardo Rubio, Ibid. 25 fev. 2006.

¹⁵⁶ Eduardo Rubio, Ibid.

realidad son tan insignificantes que en los hechos ya están afuera del Frente” (informação verbal)¹⁵⁷. O anúncio era que o 26M não iria sair do FA: “Nos vamos a quedar, porque además podríamos decir con tremenda tranquilidad de conciencia que no nos vamos a ir del FA porque nunca nos fuimos del FA” (informação verbal)¹⁵⁸.

O segundo anúncio se referia à estratégia que iria desenvolver a fração a partir deste momento, entendendo que o diagnóstico não era suficiente e tinham que passar para a ação no plano político e social: *“Creemos que ha llegado la hora, que es el momento histórico, que es ahora, que no es ni mañana ni pasado, es ahora de que todo nos convoquemos y conformemos un amplio movimiento que se exprese en lo social, en lo cultural, en lo político” (informação verbal)¹⁵⁹.*

A linha política do novo movimento estaria dada pelo resgate dos princípios fundacionais do FA:

Pensamos que [...] llegó la hora de conformar un movimiento de clara definición frenteamplista, antioligárquica y antiimperialista, un movimiento que reúna y que conjugue el esfuerzo de los sectores políticos que estamos consiguiendo a diario, que las organizaciones sociales con las que nos encontramos a diario, pero que también tenga un lugar para aquel militante solo [...] que contenga a los jóvenes, a los trabajadores, a los intelectuales organizados o no, pero que encuentren realmente un espacio de expresión, a todos los que sienten que este camino no es el camino de la izquierda, que ese camino es un camino que nos lleva a mal puerto y que estén convencidos que estamos a tiempo recuperar el rumbo (informação verbal)¹⁶⁰.

¹⁵⁷ Eduardo Rubio, Ibid. Além das chamadas telefônicas à CX36 de militantes do FA criticando as posturas do 26M desde o início da sua radicalização com a nomeação do Danilo Astori como futuro ministro do FA em 2004, nos meses de outubro de 2005 começaram a registrar-se queixas formais na MP do FA de Comitês de Base que denunciavam agrupações do 26M pelas “pintadas” contra o governo. Houve pedidos de sansão para este grupo político que não prosperaram. Além disso, diferentes posições públicas sobre a radicalização do 26M eram manifestadas por dirigentes do FA, mas que não foram formalizadas como denúncias nos organismos do FA (C25/8-FA, 2005).

¹⁵⁸ Eduardo Rubio, Ibid.

¹⁵⁹ Eduardo Rubio, Ibid.

¹⁶⁰ Eduardo Rubio, Ibid.

Finalmente, esclarecia que o objetivo deste movimento não era derrubar o governo, mas sim influenciar para mudar um ministro e tomar o caminho do autêntico *frenteampulismo*, que deve responder à esperança do povo.

Poucos dias depois, no dia 21 de Abril de 2006, era convocada a primeira AP. Como relata Moreira (2010), a *Asamblea* estava conformada por um conglomerado de 20 partidos y organizações políticas, sociais, sindicais e estudantis, entre as quais, o papel preponderante foi do 26M e da CI. O período de funcionamento da AP como um movimento de coordenação das lutas sociais iria até 2008, quando após da saída do 26M do FA se constituiu como partido político¹⁶¹.

6.2.4 Análise das evidências e teste de hipótese¹⁶²

Seguindo a ordem estabelecida no capítulo anterior, aqui discuto sobre a capacidade das evidências apresentadas de atualizar o grau de confiança na hipótese relacionada ao *mecanismo causal*. Para isso, primeiramente apresento um resumo do *mecanismo causal* hipotético e formulo as hipóteses alternativas. Na sequência, apresento as análises das evidências e formalizo o teste empírico.

6.2.4.1 O mecanismo causal

A hipótese do *mecanismo causal* tratada neste capítulo refere-se às situações de conflito político com o governo do Presidente Tabaré Vázquez, sustentado pelo FA, que se constituíram parte do *mecanismo causal* do racha do 26M. Assim, no ponto anterior se descreveu como foi ativada essa parte do *mecanismo causal* e as principais ações desenvolvidas pelos atores que foram transmitindo as forças causais pelo mecanismo. Especificamente, se assinalou que depois da posse e do início do governo, com os antecedentes da radicalização do 26M (estudada no capítulo 5), a ativação dos conflitos políticos do 26M em relação ao governo se produziu a partir das ações desenvolvidas pelo Ministério da Fazenda, dirigido por Danilo Astori.

Com o decorrer dos primeiros meses de governo o 26M passou de uma posição crítica centrada na pasta da Fazenda, a criticar um amplo leque das ações governamentais. Nos primeiros meses, ensaiou a estratégia de tentar separar o *Astorismo* do resto dos setores, disputando, pelas vias orgânicas do FA, o rumo do governo. O ponto de inflexão

¹⁶¹ Ver capítulo 7.

¹⁶² No capítulo 3.6 se explica a lógica envolvida nos tests de hipóteses utilizados em *process-tracing*: *Smoking-gun test*; *Doubly decisive test*; e *Straw-in-the-wind test*.

aconteceu quando esta tentativa foi bloqueada pela *coalizão dominante* do FA, que agiu respaldando o governo dentro da MP e no PN do partido. Tendo sido bloqueado nesta tentativa, ressurgiram as marcas genéticas da organização e a fração começou trabalhar na construção de uma alternativa opositora, a AP.

6.2.4.2 Hipótese nula e hipóteses alternativas

H0'. Na hipótese nula os conflitos políticos com o governo do Presidente Tabaré Vázquez, apoiado pelo FA, não são parte do *mecanismo causal*. Mais especificamente, a atuação do Ministério da Fazenda não está relacionada com a ativação do *mecanismo causal* de conflito do 26M com o governo.

A partir da descrição do ponto anterior, podem ser apresentadas algumas hipóteses alternativas.

HA1'. O *mecanismo causal* de conflitos com o governo não foi ativado pela atuação do Ministério da Fazenda, mas devido à saída da fração de uma liderança com perfil mais conciliador, como Raúl Sendic.

Associada à anterior:

HA2'. O *mecanismo causal* de conflitos com o governo não foi ativado pela atuação do governo e, em particular do Ministério da Fazenda, mas como consequência do 26M não ter exercido nenhum cargo dentro do governo do FA.

6.2.4.3 Avaliação das evidências apresentadas

As evidências que foram apresentadas neste capítulo tentaram mostrar que: (i) as ações do Ministério da Fazenda constituíram a razão principal da ativação das situações de conflito político do 26M com o governo; (ii) que uma vez ativado o *mecanismo causal* o 26M agiu aumentando sua crítica ao governo todo, mas tentando isolar ao Ministério da Fazenda com o objetivo de mudar o rumo do governo; (iii) que a *coalizão dominante* do FA agiu bloqueando as tentativas do 26M e respaldando o governo; e (iv), que após este bloqueio o 26M ativou suas marcas genéticas e começou constituir uma alternativa de oposição política e social ao governo do FA.

Assim, para o primeiro ponto (“i”), a principal evidência apresentada foi a comparação entre o discurso de dirigentes do 26M no início do mandato, com as críticas formuladas pela CX36 e com o documento referido aos seis primeiros meses do governo. Esta comparação mostrou que no momento em que o 26M marcava suas diferenças de

maneira mais moderada, as ações do Ministério da Fazenda eram o principal objeto da sua crítica. Com o decorrer do tempo, as diferenças se aprofundaram e se estenderam para outras áreas de governo. As outras evidências apresentadas neste capítulo (as iniciativas apresentadas perante a MP e o Plenário do FA e o próprio chamado à conformação da AP) continuam a mostrar como o motivo principal de conflito com o governo são as políticas desenvolvidas pelo Ministério da Fazenda e, mais especificamente, pelo seu titular, o Ministro Astori.

Devido à centralidade que o 26M lhe atribui às políticas econômicas e dado que o abandono de pautas da esquerda do governo do FA é o principal argumento esgrimido pelos dirigentes do 26M para justificar sua saída desse partido, a probabilidade de achar evidência de conflitos políticos com o governo e, em particular, com a pasta da Fazenda era muito alta. Por conseguinte, essa evidência não aumenta (nem diminui) nossa confiança na hipótese.

Por outro lado, as evidências apresentadas para o segundo ponto (“ii”) foram: a análise de discursos da CX36 e o informe, em minoria, do 26M para a MP sobre a avaliação do curso dos primeiros meses de governo. A probabilidade de achar a primeira era muito alta, mas a probabilidade de achar a segunda era menor. Uma vez ativado o *mecanismo causal* era esperado o discurso centrado na pasta da Fazenda e no seu responsável (seja nos editoriais da CX36, ou nas instâncias orgânicas do partido), mas a existência de uma iniciativa (o documento da minoria) que explicitasse essas diferenças e chamasse outras frações para se somar à estratégia de abandonar o *astorismo* é mais surpreendente. Por isso, a evidência aumenta nossa confiança em que essas ações foram transmitindo as forças causais nesta parte do mecanismo.

Pelas mesmas razões a evidência apresentada para o ponto ‘iii’ (bloqueio da iniciativa e aprovação de documento da maioria das frações -*coalizão dominante*-, na MP e no PN) aumenta nossa confiança em que a transmissão das forças causais teve um ponto no respaldo do FA ao governo. Ao mesmo tempo, a comparação desses documentos da conta do hiato político existente entre a avaliação feita pelo 26M e a maioria dos setores do FA.

Por fim, as evidências apresentadas para o ponto “iv” foram a análise de documentos e entrevistas de dirigentes do 26M que tentaram mostrar como, depois de ser bloqueado pela *coalizão dominante* do FA, o 26M ativou suas marcas genéticas: primeiro a

desilusão com o governo e com as restantes frações do FA; e, depois, o início de um trabalho abnegado de construção de uma alternativa que lhe permitisse garantir sua continuidade como organização, salvaguardando os princípios do FA, que tinham sido abandonados pelo governo e pelo partido. Era altamente provável achar essa evidência, o menos provável era que fosse dentro do primeiro ano de governo (2005-2006), já que a ruptura final do 26M com o FA foi em 2008. Por isso, aumenta nossa confiança de que essas ações transmitiram as forças causais nesta parte do mecanismo.

Ao mesmo tempo, o fato da AP ter sido convocada junto com o anúncio de que o 26M permaneceria dentro do FA, aumenta a confiança em que os conflitos políticos com o governo não foram suficientes para gerar o racha. Embora uma vez ativado o mecanismo dentro do primeiro ano de governo e os conflitos continuassem até a saída do 26M em 2008, ainda faltavam novas forças causais para gerar o racha. Como se mostra no seguinte capítulo, essas forças estavam relacionadas à estrutura interna e a perda de poder dentro do partido.

No entanto, antes de determinar a confiança nesta parte do mecanismo é necessário comparar nossa hipótese principal com a hipótese nula e as alternativas.

Primeiramente, levando em consideração a hipótese nula (H_0), isto é, que os conflitos políticos com o governo, em particular com o Ministério da Fazenda, não são parte do *mecanismo causal*, pode-se afirmar que: se esta hipótese fosse verdadeira a probabilidade de achar toda a evidência apresentada seria muito baixa. Ao mesmo tempo, dado que o conflito se manifestou centralmente, mas não exclusivamente com o Ministério da fazenda, é provável que se este último tivesse agido mais perto das preferências da política econômica do 26M, também teriam surgido crises, porém, em outras áreas: direitos humanos, meio ambiente, defesa, por exemplo. O que não pode ser estabelecido é o grau em que esses conflitos poderiam ter se tornado parte de um *mecanismo causal* de ruptura do 26M com o FA.

Porém, as evidências apresentadas não são suficientes para descartar as hipóteses alternativas HA_1 e HA_2 . Em relação a HA_1 , pode-se dizer que é provável que com a saída da fração do dirigente Raúl Sendic em 2005 (e outros dirigentes intermediários), o processo de conflitos do 26M com o governo tenha se desenvolvido sem maiores oposições internas. Levando em conta que a fração que Sendic construiu, após sua saída do 26M

(*Compromiso Frenteamplista – Lista 711*), tem um perfil mais técnico, moderno, e com traços da esquerda tradicional¹⁶³, é possível atribuir ao ex-líder do 26M um papel mais moderado dentro desse setor. Neste sentido, também as lideranças intermediárias que saíram com Sendic declararam que o 26M estava radicalizado, o que sugere a redução ou perda de uma asa mais moderada dentro do setor¹⁶⁴. A perda ou redução de um contrapeso mais moderado pode haver contribuído para gerar conflitos mais radicalizados com o governo.

Em relação a HA2' não há como provar que a participação do 26M no governo teria evitado os conflitos. Porém, o discurso de Eduardo Rubio (08 abr. 2005), analisado neste capítulo, constituiria uma evidência (fraca) em favor desta hipótese, pois entre os avanços que destaca do governo, Rubio salienta exclusivamente os anúncios de Raúl Sendic em defesa da empresa pública ANCAP. Embora Sendic já estivesse mais longe do 26M, neste momento, ainda não tinha formado um novo grupo e a ruptura com sua fração de origem não era total. No entanto, o fato de que a defesa das empresas públicas fosse uma bandeira histórica do 26M e a declaração de Sendic tenha sido neste sentido, refutaria esta evidência.

De acordo com a avaliação anterior, podemos concluir que as evidências apresentadas suportam o *Hoop test*. Isto é, que são fortes na certeza (*certain*) da evidência, o que faz com que tenham um alto poder confirmatório da hipótese do *mecanismo causal*. No entanto, apresentam um baixo poder para descartar as hipóteses alternativas.

¹⁶³ Segundo informa o Semanário Búsqueda, o Senador da *Lista 711*, Leonardo de León, descreve à fração como uma “[...] fuerza política moderna en la izquierda del Frente Amplio”. Ver: *TRAS años de cuestionamientos, la Lista 711 de Sendic se reagrupa para “volver a tener peso” en las decisiones del Frente Amplio*. Semanário Búsqueda, 10-16 nov. 2016.

¹⁶⁴ *SE creará un nuevo movimiento político en torno al ex dirigente del 26 de Marzo, Raúl Sendic, actual Vice Presidente de Ancap*. CX36. 08 jul. 2005

7 O RACHA DO 26M: (III) A GOTA D'ÁGUA

7.1 Introdução

Neste capítulo se submete a prova a hipótese da terceira parte do *mecanismo causal* do processo de racha do 26M, a qual estabelece que a diminuição das *oportunidades* do 26M de incidir nas decisões do FA, combinada com a perda de controle de *zonas de incerteza* do partido, constituem uma parte desse *mecanismo causal*. Argumenta-se que: (i) o poder interno do 26M atingiu seu auge no período de 2000-2004, ano em que começou diminuir, ativando o *mecanismo causal*; (ii) com a incorporação de novas frações ao FA em 2005 e os resultados eleitorais internos de 2006, o poder do 26M continuou em declive; (iii) a criação do *Secretariado Ejecutivo* (SE) da MP implicou uma diminuição ainda maior do poder de incidência da fração e sua exclusão da nova *zona de incerteza* do partido; e (iv), que perante este fato, a fração decidiu rachar com o FA.

Para isso, o capítulo se organiza da seguinte maneira: primeiramente, se formula a hipótese desta parte do *mecanismo causal*; em seguida, se descreve o modo em que as ações realizadas pelos diferentes atores foram transmitindo as forças causais por meio do mecanismo hipotético e se apresentam as evidências achadas que sustentam a existência dessas ações. Finalmente, se avaliam as evidências apresentadas e se discute o grau em que elas aportam confiança na validade da hipótese.

7.2 O poder do 26M dentro do FA

7.2.1 Hipótese

Como apontado na parte teórica deste trabalho (2.1), a dinâmica de competição interna é regulada pela *estrutura de oportunidades* e pelo controle das *zonas de incerteza* dos partidos. Assim, a hipótese de trabalho estabelece que: a diminuição das *oportunidades* de incidir na tomada de decisões do FA, combinada com sua perda de *zonas de incerteza* dentro do partido, é parte do *mecanismo causal* do racha do 26M.

7.2.2 Atores e ações, a ativação do mecanismo causal

Os atores principais nesta parte do *mecanismo causal* são o 26M e a *coalizão dominante* do FA, tratada como ator unificado que desenvolve ações a partir de resoluções

dos órgãos de decisão do FA (MP, PN, CN¹⁶⁵). Esse tratamento implica reduzir a complexidade e diversidade das suas frações e âmbitos de base.

7.2.2.1 Descrição da ativação do *mecanismo causal*

Desde seu reingresso no FA, em 1989, o 26M teve um baixo desempenho eleitoral nas eleições nacionais que disputou dentro da coalizão de esquerda. Com efeito, essa fração só conseguiu um mandato de deputado em uma oportunidade (2000-2005), perdendo-o na eleição seguinte (2004).

No que diz respeito à estrutura interna do FA, o 26M esteve sempre representado na MP e no PN do partido. Primeiro por definição estatutária e, desde 1997, por obter votos suficientes nas Eleições Internas do FA que começaram a reger a partir deste ano. Ao mesmo tempo, presidiu entre 2000 e 2005 a comissão central de propaganda do partido e teve representação em outras comissões centrais, o que fez com que neste período registrassem seu máximo poder de incidência dentro do FA.

Porém, a partir de 2004, uma série de movimentos políticos dentro do FA e os magros resultados eleitorais do 26M começaram a diminuir seu poder de incidência nas estruturas partidárias, ativando o *mecanismo causal*. As forças causais transmitiram-se pelo mecanismo no final de 2005, entre setembro e novembro, quando o PN do FA fez a primeira tentativa de criar o SE da MP (set. 2005) e com decisão de incorporar dentro da estrutura do partido às frações políticas que conformavam o EP e a NM (nov. 2005).

Um ano depois, no contexto de forte oposição ao governo (mostrado no capítulo anterior), o 26M concorreu nas Eleições Internas do FA em aliança com a CI, com objetivo de manter, e tentar aumentar, a representação política nos órgãos de direção do FA. A obtenção de um lugar, agora compartilhado, na MP e 2 lugares no PN (mais 1 da CI) foi considerada uma vitória, já que lhe permitiria continuar exercendo oposição ao governo dentro dos órgãos partidários.

Porém, os resultados gerais dessas eleições indicam que a *estrutura de oportunidades* das frações mudou radicalmente e que, neste contexto, o poder individual do 26M de incidir na tomada de decisões continuou diminuindo.

O processo de declive do poder de incidência do 26M atingiu seu auge em Fevereiro de 2008, quando a MP criou o SE deste órgão, que seria integrado pelas frações do FA que

¹⁶⁵ Ver integração e características dos órgãos de direção do FA no ponto 4.1.1.

tinham representação no Senado da República, o Presidente do FA, e quatro representantes das bases militantes do partido. Este fato foi interpretado pelo 26M como uma exclusão proposital desta fração da tomada de decisões importantes dentro do partido.

Minguado no seu poder de incidência, produto da diminuição da importância da MP e havendo sido excluído da integração da nova *zona de incerteza* do FA, o 26M afastou-se da MP e iniciou consultas com seus militantes para avaliar a possibilidade de afastamento definitivo do partido.

Em 29 de março de 2008, na sua reunião plenária, o 26M decidiu sair do FA. A decisão foi comunicada neste mesmo dia, em um comício convocado pelo seu 37º aniversário.

7.2.3 Apresentação das evidências

Além das evidências do contexto a seguir, as principais evidências que se apresentam neste ponto correspondem ao período de ativação desta parte do *mecanismo causal*, entre os meses de junho de 2004 e março de 2008. Os acontecimentos mais relevantes neste espaço temporal são: (i) estabelecimento de um comando eleitoral fora da estrutura do FA e contratação de uma empresa privada para assumir o controle da campanha eleitoral (junho de 2004); (ii) eleição nacional (31 out. 2004); (iii) incorporação dos setores que integravam o EP e a NM à estrutura orgânica do FA (19 nov. 2005); (iv) eleições internas do FA (12 nov. 2006); (v) V CN do FA (13-15 dez. 2007); (vi) criação do SE da MP (03 mar. 2008); (vii) anúncio do 26M de saída da MP e ruptura definitiva com o FA (07 mar. 2006 e 29 mar. 2008, respectivamente).

7.2.3.1 Contexto I. A participação do 26M nas eleições nacionais

Depois do seu reingresso ao FA em 1989, o 26M postulou pela primeira vez candidatos em eleições nacionais¹⁶⁶. Nessas eleições a fração obteve apenas 1.6% do total de votos que o FA obteve para o Senado. Embora tivesse concorrido em um *sublema*¹⁶⁷ eleitoral “*Unidad para los Cambios*” que incluía o PCU (o partido mais votado dentro da esquerda nesta eleição), não conseguiu eleger Senadores nem Representantes. Na eleição seguinte, 1994, o 26M obteve sua pior votação no período que concorreu às eleições dentro do FA.

¹⁶⁶ Como se mostrou no capítulo 4.1.3, o 26M tinha participado das eleições nacionais de 1971, mas nesta eleição não postulou candidatos próprios.

¹⁶⁷ Ver explicação do DVS no capítulo 4.1.1 deste trabalho.

Finalmente, na eleição nacional de 1999, o 26M concorreu aliado com a fração do José Mujica que obteve 16.2% do total de votos das frações do FA. Como resultado desta eleição, o 26M obteve - pela primeira vez - um assento na Câmara de Representantes. Como apontado em capítulos anteriores, essa cadeira foi ocupada por Raúl Sendic; no entanto, o acordo com o MPP foi unicamente para essa eleição nacional. Nas seguintes eleições (2004), o 26M obteve unicamente 2.3% do total dos votos das frações do FA para o Senado. Com esse magro resultado, também não conseguiu manter o assento na Câmara.

Tabela 2: FA e 26M em Eleições Nacionais - Uruguai, 1989-2004

	Total FA (%)	Total 26M infra do FA (% Senado)
1989	21.2	1.6
1994*	30.6	1.1****
1999 1a**	40.1	16.2*****
1999 2a	45.1	-
2004***	51.7	2.3

*Lema *Encuentro Progresista*

**Lema *Frente Amplio-Encuentro Progresista*

***Lema *Frente Amplio – Encuentro Progresista – Nueva Mayoría*

**** 26M concorre junto com outras frações menores em UNIR

***** 26M concorre dentro do *sublema do MPP*

Fonte: Elaboração própria, dados *Corte Electoral*, Uruguai e Yaffé (2005a)

7.2.3.2 Contexto II. A participação do 26M nas Eleições Internas do FA

Como descrito no capítulo 4.1.2 os órgãos de direção do FA sofreram diferentes reformas desde a fundação do partido em 1971. Entre elas, a mudança na forma de integração das frações nesses órgãos. Assim, a partir da reforma estatutária de 1993 o FA deixou de ter uma integração fixa dos setores políticos (estabelecida nos próprios estatutos) e instituiu um regime de Eleições Internas de filiados para estabelecer a representação de cada fração e a representação das bases militantes no PN e na MP. Essas eleições têm sido realizadas em 1997, 2002, 2006, 2012 e a última em 2016.

O sistema eleitoral do FA é um tipo de sistema segmentado (ou misto). Estes sistemas contam com dois tipos de votos: um para escolher um candidato individual numa circunscrição *uninominal* e outro para uma chapa do partido em uma circunscrição *plurinominal*. Diferentemente dos sistemas de representação proporcional personalizada, não existe nenhum vínculo entre ambas as partes do sistema que garanta um resultado geral

adequadamente proporcional (PAYNE, *et al.* 2003, p.103). As principais características do sistema eleitoral estabelecido para as eleições internas do FA são¹⁶⁸:

(i) Eleições simultâneas. No mesmo ato eleitoral se elegem os representantes das frações e delegados de base das Coordenadoras de Montevideu e Departamentais, dos departamentos do interior do Uruguai, para integrar o PN. Também no mesmo ato eleitoral se elegem os representantes das frações e delegados de base para cada Plenário Departamental¹⁶⁹. Os representantes das frações para a MP são eleitos indiretamente, por representação proporcional, entre as chapas que concorreram na eleição do PN; os representantes das bases são eleitos indiretamente pelos seus órgãos de referência.

(ii) Voto conjunto¹⁷⁰. O FA não tem percorrido um caminho único sobre o voto conjunto. Em 2002 e 2006 as eleições dos representantes dos setores políticos para o PN vincularam-se por meio do voto conjunto com as eleições dos representantes dos setores políticos para os respectivos Plenários Departamentais¹⁷¹.

(iii) Tipo de chapas. As chapas de candidatos dos setores políticos para o PN são fechadas, isso implica que o eleitor não pode adicionar nem remover nomes; e bloqueadas, isto é, o eleitor também não pode modificar a ordem em que aparecem os nomes dos candidatos nas chapas (BOTTINELLI, 1995). Enquanto isso, os integrantes das bases no PN escolhem-se pelo sistema de nômimas de votação¹⁷².

(iv) Distritos eleitorais. Os assentos dos setores políticos no PN são distribuídos com base em um único distrito eleitoral¹⁷³.

¹⁶⁸ As principais características do sistema eleitoral interno do FA são definidas pelos artigos 75-77 e Anexos 1 e 2 dos seus Estatutos, assim como nos regulamentos aprovados pelo PN para cada eleição. Em Vera (2012; 2014) se descrevem e analisam as mudanças estatutárias, os incentivos que gera o sistema eleitoral interno, e suas transformações e efeitos sobre a dinâmica de competição interna do partido.

¹⁶⁹ Na eleição de 2012 escolheram-se, também simultaneamente, os três delegados regionais do exterior ao PN. Assim, pela disposição transitória aprovada em novembro de 2011, desde a eleição interna de 2012 elegem-se, também simultaneamente, o Presidente do FA e 19 Presidentes dos Plenários Departamentais.

¹⁷⁰ O voto conjunto implica que além de serem simultâneas, o sufrágio pelas chapas de candidatos é feito na mesma folha de votação, correspondente ao mesmo *lema*, sendo impedida a possibilidade para o eleitor recortar as diferentes chapas (BOTTINELLI, 1995; BUQUET, *et al.* 1998, p.10).

¹⁷¹ Na eleição seguinte (2012) o FA voltou para a fórmula de 1997 desvinculando esse voto.

¹⁷² Na eleição de 2012, incorporou-se também uma quota de gênero segundo a qual a cada três candidatos nas chapas deverão ser representados os dois gêneros. Esse critério deve ser aplicado entre titulares e suplentes (Estatutos FA, 2011, disposição transitória “a”). No caso da eleição para Presidente do FA e dos Presidentes dos Plenários Departamentais, foi previsto que as folhas de votação não tivessem nenhuma identificação com as frações (números ou legendas) (Arts. 10 e 26 *Reglamento de Elección 2012*, FA).

¹⁷³ A distribuição dos delegados de base do PN em 1997 baseou-se em 36 distritos (18 correspondentes com a divisão em Coordenadoras em Montevideu e 18 correspondentes com a divisão em departamentos do interior do país. Em 2002 e 2006 se fez com base em 39 distritos (18 de Montevideu, 4 correspondentes com a divisão

(v) Sistema de representação proporcional. No caso dos setores políticos a totalidade dos lugares se distribuem “[...] de acuerdo al sistema de representación proporcional integral, y se asegurará a cada una de las organizaciones integrantes un representante en el Plenario [...]” (Estatutos FA, 2012, Art. N°75). São selecionados titulares e suplentes entre as chapas que apresenta cada *lema* ou coligação, sendo que cada *lema* pode apresentar uma única chapa de candidatos.

(vi) Período de eleição. Os titulares e suplentes são eleitos por um período máximo de 30 meses e não há possibilidade de eleição antecipada ou adicional. Contudo, as eleições internas têm sido feitas em ciclos irregulares que têm ultrapassado os 30 meses.

Tabela 3: Tabela 3: Eleições Internas FA 1997 (PN e MP)

(Chapa)	Frações	Votos	%	PN*	MP*
(77)	Vertiente Artiguista	18731	13.90	10	2
(90)	Partido Socialista - Movimiento Socialista - CP	46232	34.30	25	5
(343)	Partido por la Victoria del Pueblo	2402	1.78	1	0
(1001)	Partido Comunista – FIDEL	21039	15.61	11	2
(2121)	Asamblea Uruguay – MPF	17760	13.17	9	2
(3040)	Izquierda Abierta	5905	4.38	3	1
(CI)	MLN-T - M26 - PST - UP - CUF - M20/5 - IFI - TM	22160	16.44	12	3
(871)	Partido Obrero Revolucionario	572	0.42	1	0
Total		134801	100	72	15

*Não inclui bases militantes

Fonte: Elaboração própria, dados FA

Com seu ingresso no FA em 1989, o 26M integrou-se na direção do partido com um representante na MP e dois no PN. A partir de 1997, passou a disputar esses lugares nas eleições internas partidárias. Como se apresenta nas Tabelas 3, 4, e 5, desde que existem essas eleições, o 26M sempre manteve sua representação nos principais órgãos de direção. Porém, a situação de integração sofreu modificações.

em Zonais de Canelones e 19 correspondentes com a divisão em departamentos do resto do Uruguai). Na eleição de 2012 se adicionaram três novos distritos eleitorais para o exterior, somando 42 em total. Em 2012, a eleição do Presidente do FA também se fez com base em um único distrito eleitoral; e estabeleceram-se 19 distritos (correspondentes com a divisão administrativa do Uruguai) para a eleição dos presidentes dos Plenários Departamentais.

Em 1997, pelo fato de ter concorrido integrando uma aliança (*Corriente de Izquierda*) com outras frações do FA, a representação dos 3 delegados na MP era exercida de maneira alternada entre os 8 integrantes da aliança, entre eles o 26M.

Tabela 4: Eleições Internas FA 2002 (PN e MP)

(Chapa)	Frações	Votos	%	PN*	MP*
(77)	Vertiente Artiguista	16356	8.29	6	1
(90)	Espacio 90	52407	26.55	19	4
(326)	Movimiento 26 de Marzo	6897	3.49	2	1
(567)	Unión Frenteamplista – PVP	2012	1.02	1	0
(609)	Movimiento de Participación Popular	56911	28.83	21	4
(738)	Confluencia Frenteamplista	10222	5.18	3	1
(871)	Partido Obrero Revolucionario	578	0.29	1	0
(1001)	Democracia Avanzada	21086	10.68	7	2
(1813)	Liga Federal Frenteamplista	5429	2.75	2	0
(2121)	Asamblea Uruguay – MPF	19507	9.88	7	2
(5271)	Corriente de Izquierda	5298	2.68	2	0
(9393)	Corriente de Unidad Frenteamplista	675	0.34	1	0
Total		197378	100	72	15

*Não inclui bases militantes

Fonte: Elaboração própria, dados FA

Já nas eleições internas de 2002 (Tabela 4), o 26M concorreu sem alianças e conseguiu obter um lugar na MP e dois representantes da fração no PN. Na série de eleições internas, o período 2002-2006 foi o único mandato em que o 26M não compartilhou sua representação na MP com outros setores, já que entre 2006 e 2008 (Tabela 5) esta seria exercida alternadamente com a *Corriente de Izquierda*.

Além de ter representação própria na principal *zona de incerteza* do FA, o 26M contava desde o ano 2000 (até 2005) com a presidência de uma das comissões nacionais da MP, a Comissão de Propaganda. Esta tinha especial relevância em tempos eleitorais, já que articulava as linhas estratégicas à propaganda central com as quais o FA se apresentava à população.

Como lembrou Eduardo Rubio (26M), o convite para presidir a Comissão de Propaganda foi realizado pelo próprio Tabaré Vázquez no período que exercia a presidência do FA:

(...) luego de la derrota electoral de 1999 que acompañamos junto a la radio toda la campaña de Tabaré, en enero Tabaré nos llama y nos plantea que integremos la Comisión de propaganda. Consultamos a los compañeros del 26 y el 26 define que sí, que participemos allí y desde febrero del 2000 a febrero del 2005 ocupé la presidencia de la Comisión de propaganda nombrado por el aquel entonces presidente del FA, Tabaré Vázquez (informação verbal)¹⁷⁴.

Tabela 5: Eleições Internas FA 2006 (PN e MP)

(Chapa)	Frações	Votos	%	PN*	MP*
(77)	Vertiente Artiguista	14786	7.11	5	1
(90)	Partido Socialista - Mov. Socialista	28799	13.86	11	2
(606)	Corriente Progresista Independiente	180	0.09	1	0
(609)	MPP-C.Rojos-Izquierda Abierta	69187	33.30	28	5
(711)	Compromiso Frenteamplista	5042	2.43	2	0
(738)	CONFA – PDC - C78 – PAIS - CP	15069	7.25	6	1
(871)	POR	412	0.20	1	0
(1001)	Partido Comunista - FIDEL	20960	10.09	8	2
(1813)	Liga Federal Frenteamplista	4253	2.05	1	0
(1968)	PST	435	0.21	1	0
(2121)	Asamblea Uruguay - MPF	29626	14.26	12	2
(5205)	Movimiento 20 de mayo	532	0.26	1	0
(9393)	CUF	715	0.34	1	0
(99000)	Nuevo Espacio – PVP - BP - PSS	9753	4.69	4	1
(5271326)	M26 de Marzo - C. Izquierda	8015	3.86	3	1
Total Nacional		207764	100	85	15

*Não inclui bases militantes

Fonte: Elaboração própria, dados FA

Assim, o período de maior incidência política do 26M dentro do FA pode ser localizado entre 2000 e o período de pós-eleição interna, 2002/2004. Esta constatação coincide em como a avaliação era feita em um documento partidário do ano 2001: “La política es incidir. Y podemos decir con humildad pero convencidos que atravesamos al momento de reflexionar sobre estas cosas el período de mayor *influencia política* de la historia de nuestra organización” (26M, 2001, p.19-20, grifo do autor).

¹⁷⁴ Eduardo Rubio, depoimento [07 nov. 2006]. Entrevistador/a: H. Salina. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2006. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2006/11/071006_rubio.html> Acesso em: 15 ago. 2016

7.2.3.3 A perda do poder interno do 26M: a ativação do *mecanismo causal*

Alguns movimentos políticos do FA prévio às eleições primárias dos partidos políticos, somados aos magros resultados eleitorais do 26M nessas eleições e na eleição nacional de 2004, começaram diminuir a capacidade de incidência da fração, ativando o *mecanismo causal*. Esses movimentos foram:

(i). O estabelecimento de um comando eleitoral fora da estrutura do FA

Como apontado no capítulo 5, o período das eleições primárias dos partidos políticos, junho de 2004, constituiu um momento chave, pois registrou-se ativação do primeiro *mecanismo causal* do racha do 26M, o movimento ao centro do futuro governo. Da mesma forma, o início da campanha eleitoral para essas eleições marcou um ponto de inflexão no grau de incidência do 26M dentro do FA.

Após ter deixado de participar regularmente nas reuniões da MP, o candidato do FA, Tabaré Vázquez, transformou a chamada reunião com os *cabezas de lista*¹⁷⁵ (chefes de chapa) em um comando para a campanha eleitoral¹⁷⁶

(ii). A contratação de uma empresa privada (*Perfil*, do marqueteiro Esteban Valenti) para assumir o controle da campanha do FA nos veículos de comunicação. Esta decisão foi comunicada à MP no dia 03 jun. 2004 pelo Vice-Presidente, Jorge Brovetto¹⁷⁷

Os resultados eleitorais inexpressivos do 26M, principalmente em outubro de 2004 (Tabela 2) com a perda da representação na Câmara, podem ser somados neste processo de declive da *política de incidência* da fração¹⁷⁸. Embora não estejam ligados diretamente à

¹⁷⁵ Além do Tabaré Vázquez, a reunião conhecida como dos *cabezas de lista* era integrada por um Senador/a do PS (Reinaldo Gargano), AU (Danilo Astori), MPP (José Mujica), VA (Enrique Rubio) e PCU (Marina Arismendi), pelo FA. A eles sumava-se a APro (Rodolfo Nin Novoa), pelo EP.

¹⁷⁶ Além do Tabaré Vázquez e dos *cabezas de lista* o Comando de campanha era integrado pelo Vicepresidente do FA (Jorge Brovetto), o Presidente da Comissão de Programa do EP (Héctor Lescano), e o Senador Rafael Michelini do NE. O NE conformou a coalizão com FA e o EP que concorreu na eleição de 2004 como: *Frente Amplio-Encuentro Progresista-Nueva Mayoría*. Ver: *MESA Política: análisis crítico sobre la campaña en Montevideo*. *El País*, 25 maio 2005.

¹⁷⁷ *POCA presencia del Frente en junio*. *El País*, 04 jun. 2005.

¹⁷⁸ Os resultados eleitorais na eleição interna dos partidos políticos (primária) de 27 de Junho de 2004 também foram inexpressivos para o 26M, já que captou unicamente 2.7% dos votos do FA. Porém, além da definição do/a candidato/a à Presidência da República para cada partido, em nível nacional, a importância dessas eleições é relativamente baixa e mais ainda no caso do FA. Isso devido a que se elegem convencionais partidários cuja função é eleger o candidato do partido para completar a chapa (o Vice-presidente). No caso do FA, desde 1994 existia o acordo que a candidatura para a vice-presidência corresponderia ao EP. Sem competição interna para a presidência e tendo definido previamente o candidato para Vice, as eleições e a reunião da Convenção para proclamar a Chapa, tornaram-se uma questão formal para o FA e, como foi mostrado no capítulo 5 a importância política-simbólica era a do FA conseguir ser o partido mais votado, e receber mais da metade dos votos do eleitorado.

estrutura interna, mas sim à face parlamentar do partido (ALCANTARA; FREIDENBERG, 2001), a perda do único deputado da fração a tirou de espaços cotidianos de negociação partidária (reuniões de coordenação da Câmara, por exemplo) e impediu-a de ter alguma capacidade de chantagem com a bancada do governo, onde o FA contava com uma maioria parlamentar absoluta e acima do mínimo (52, em 99 Deputados).

7.2.3.4 A perda do poder interno do 26M II

As forças causais transmitiram-se pelo mecanismo em 2005, com a integração das frações que conformavam as alianças eleitorais do FA (EP e NM) à estrutura orgânica deste partido.

Esta iniciativa foi anunciada pelo presidente (interino) do FA, Jorge Brovetto, no ato do 34º aniversário do partido, em 1 de fevereiro de 2005.

A proposta foi recebida pelo 26M de maneira positiva, mas com ressalvas: “*La idea de la conformación de una nueva fuerza que integra a todos los que hoy están en el Encuentro Progresista - Nueva Mayoría implica sin duda un elemento de debate y discusión*” (informação verbal)¹⁷⁹.

Neste sentido, lembrando que o processo de unidade da esquerda no FA integrou setores dos partidos tradicionais que assumiram o projeto de esquerda antioligárquico, antiimperialista e democrático popular, adiantava sua posição sobre a proposta assinalando que:

Para nosotros de lo que se trata es de reafirmar ese proyecto. Si quienes quieren sumarse a la fuerza política asumen ese compromiso bienvenido sean, las puertas del FA han estado abierta para los que se sumen en torno a ese proyecto político. Si de lo que se trata es que abramos las puertas y amplíemos el espacio en base a una transformación de nuestro programa y los principios que alentaron la formación del FA, nosotros tenemos que decir que no estamos de acuerdo (informação verbal)¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Eduardo Rubio, Ibid. 02 fev. 2005.

¹⁸⁰ Eduardo Rubio, Ibid.

Depois de alguns meses e no contexto de crescente confrontação com os rumos do governo e do partido, a ideia que a integração desses partidos implicaria uma transformação do programa e dos princípios do FA primou dentro do 26M, e a fração se posicionou contrária à mesma.

Com efeito, perante a primeira tentativa de instituir essa unificação mediante a conformação de um SE da MP (com a integração dos *cabezas de lista*, o que de fato incluía aos Senadores do *Encuentro Progresista* e da *Nova Mayoría*) levada ao PN de 03 set. 2005, o 26M e outros setores opuseram-se e o debate teve que ser adiado por 60 dias por não contar com o respaldo suficiente¹⁸¹.

No entanto, um novo PN, realizado em 19 de novembro do mesmo ano, aprovou, por maioria, a incorporação à estrutura do FA das seguintes frações¹⁸²: PDC, C78 e *Grupo País* (que conformavam o EP), e o *Nuevo Espacio* (NE). Além destas, outras frações que tinham solicitado o ingresso no FA também foram aprovadas: *Batllismo Progresista* (BP), *Partido de la Seguridad Social* (PSS), *Claveles Rojos* e *Corriente Progresista Independiente*. De acordo com o previsto no Estatuto do FA, cada uma teria um assento na MP e no PN (cedido pelos grupos majoritários), até que fossem realizadas as próximas eleições internas (nov. 2006).

A incorporação destes setores à estrutura orgânica do FA, junto com a modificação da integração do PN, resultou na maior mudança na *estructura de oportunidades* das frações do FA (VERA, 2012) e, ao mesmo tempo, diminuiu as oportunidades de incidência na tomada de decisões do 26M, assim como de outras frações menores.

7.2.3.5 O 26M na eleição interna de 2006

Depois da unificação do *Encuentro Progresista-Frente Amplio-Nueva Mayoría* dentro da estrutura orgânica do FA, em novembro de 2006 o FA realizou novas eleições internas.

¹⁸¹ Segundo informou *El País*, a proposta não contava com o apoio do M26, o M20-5, o *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP), a CI, a *Corriente de Unidad Frenteamplista*, MS, o *Partido Obrero Revolucionário* e a maioria dos delegados das bases militantes de Montevideu e interior. Ver: *RESPALDOS y críticas a la gestión de Vázquez. El País*, 04 set. 2005

¹⁸² A proposta contou com 135 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção. Os votos contrários foram do 26M e a CI, o PVP se absteve. Como o quórum necessário para o ingresso de uma nova fração no FA é de 9/10 do PN, foi regulamentado o artigo 115 do Estatuto, para excluir os delegados que não participaram da reunião anterior ou não tinham suas cotizações em regra.

No contexto de forte oposição ao governo, o 26M concorreu nessas Eleições aliado com a CI, com objetivo de manter, e tentar ampliar, a representação política nos órgãos de direção do FA¹⁸³. Com efeito, para o 26M os objetivos da participação nesta eleição eram:

[Primeiro] *recuperar, reagrupar las fuerzas de la izquierda frenteamplista para dar la batalla y cambiar el rumbo del gobierno (...)* El segundo elemento que podríamos decir es que nosotros ya estamos trabajando desde hace tiempo en un proyecto de acumulación de fuerzas de la izquierda en el plano de la Asamblea Popular (...) [e terceiro] *todos aquellos que estén contentos con ser socios de Estados Unidos, de pagarle por adelantado al FMI, de plantear planes de Emergencia para sostener que los pobres sigan siendo pobres (...)* privatizar las empresas públicas y asociar las empresas públicas con privados (...) obviamente tienen para votar a todas las listas que dentro del Frente Amplio se identifican con la acción del gobierno (...) Los frenteamplistas, la gente de izquierda, aquellos que quieran condenar realmente esta política, tienen una sola opción, que es la 5271326, que se propone dar la batalla para cambiar el rumbo dentro de la fuerza política (informação verbal)¹⁸⁴.

Assim, a obtenção de um lugar (agora compartilhado) na MP e 3 lugares no PN (2 para o 26M e 1 para a CI, -Tabela 4) foi considerada uma vitória, já que lhe permitiria continuar exercendo oposição ao governo dentro dos órgãos partidários, ao mesmo tempo que consolidava a aliança de ambas as frações fortalecendo a AP. No entanto, o 26M e a CI avaliaram negativamente a participação geral dos *frenteamplistas* no processo eleitoral, embora fosse a eleição com maior votação:

¹⁸³ A CI formou-se em 1997 a partir de um acordo de várias frações (MPP, M20-5, CUF, UP, *Partido Socialista de los Trabajadores* (PST), Izquierda Frenteamplista Independiente (IFI), *Movimiento Marxista* e 26M), o ex MLN-T Jorge Zabalza e o ex-Senador pelo MPP, Helios Sarthou. Com sucessivos desprendimentos das frações que integraram o acordo original, a CI se manteve funcionando sob a liderança do Sarthou. Como se mostrou neste trabalho, até a formalização da aliança, os posicionamentos da CI e do 26M nos órgãos de direção do FA coincidiram em muitas oportunidades, incluindo a participação de ambas as frações na AP.

¹⁸⁴ Eduardo Rubio, Ibid. 07 nov. 2006.

[...] si uno tiene en cuenta el crecimiento vegetativo de la población electoral, casi el mismo porcentaje de votación que en el 2002, o sea, no hubo ese crecimiento que se propagandó y que se quiso dar como un hecho político impresionante [...] [Ainda menos] teniendo en cuenta como se hizo uso del aparato del estado [...] constatamos un dolorosísimo hecho que ayer en la departamental que reunimos de los compañeros del 26 de Marzo de Montevideo, llegaban informes brutales de los mecanismos que se utilizaban al mejor estilo de los partidos tradicionales para llevar gente a votar [...] (informação verbal)¹⁸⁵.

Ao mesmo tempo, foi criticada a pouca discussão que houve nos comitês de base do FA, a centralização da campanha nos veículos de comunicação, diversas ações dos Ministros do governo, em especial do Ministro Astori, com fins eleitorais, entre outras.

7.2.3.6 A perda do poder interno do 26M III

Embora o 26M tenha mantido a representação na MP e no PN, os resultados gerais das eleições de 2006 mostraram que a *estrutura de oportunidades* das frações mudou radicalmente e que, neste contexto, o poder do 26M de incidir na tomada de decisões do FA continuou diminuindo. Utilizando como indicadores o total de coalizões mínimas ganhadoras e o índice de poder das frações pode-se dar conta de ambos os efeitos¹⁸⁶. Uma coalizão mínima ganhadora se define como aquela coalizão que voltaria ser perdedora ou bloqueadora com a subtração de qualquer um dos seus integrantes (RIKER, 1992).

Nos gráficos 1 e 2 apresenta-se a evolução das coalizões mínimas ganhadoras entre 1997 e 2006 para ambos os órgãos utilizando o umbral de decisão de maioria absoluta¹⁸⁷.

O aumento na quantidade de coalizões mínimas ganhadoras que podem se formar no PN e na MP, considerando individualmente a quantidade de votos de cada fração,

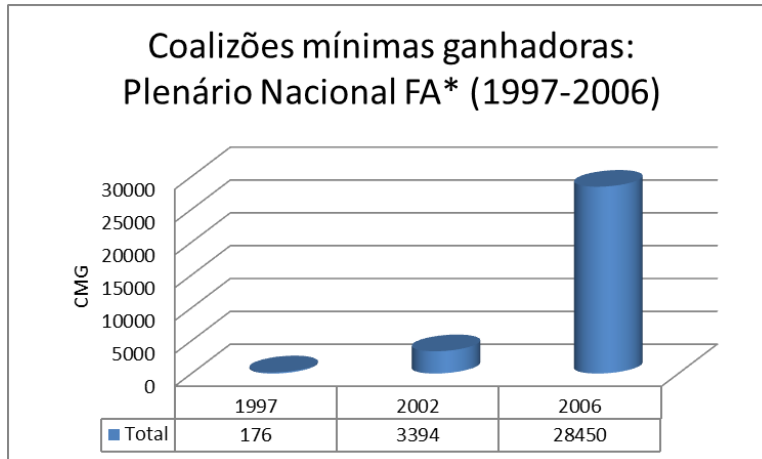
¹⁸⁵ Eduardo Rubio, depoimento [14 nov. 2006]. Entrevistador/a: Efraín Churi Iribarne. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2006. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2006/11/141006_entrevista.html> Acesso em: 15 ago. 2016

¹⁸⁶ Para calcular o índice de poder, assim como as coalizões mínimas ganhadoras, se utilizou o programa MATHEMATICA.

¹⁸⁷ Em Vera (2012 e 2014) se utilizou o mesmo indicador para as maiorias de 2/3 e 4/5 dos integrantes das frações no PN. Esses umbrais são os mais utilizados nesse órgão pelos Estatutos partidários para adoção de decisões que requerem algum tipo de maioria especial. Dos 32 assuntos que desde os Estatutos de 1993 requerem maiorias especiais, uma proporção de 0,34 requer maioria de 4/5 e o 0,19 requer maioria de 2/3 (VERA 2012, p.13-15).

também implica que as possibilidades de bloquear decisões tenham aumentado exponencialmente a partir desta eleição, já que as coalizões podem ser positivas ou de veto.

Gráfico 1:



*Maioria absoluta, unicamente frações.

Fonte: Elaboração própria com base a: Eleições Internas FA

Gráfico 2:



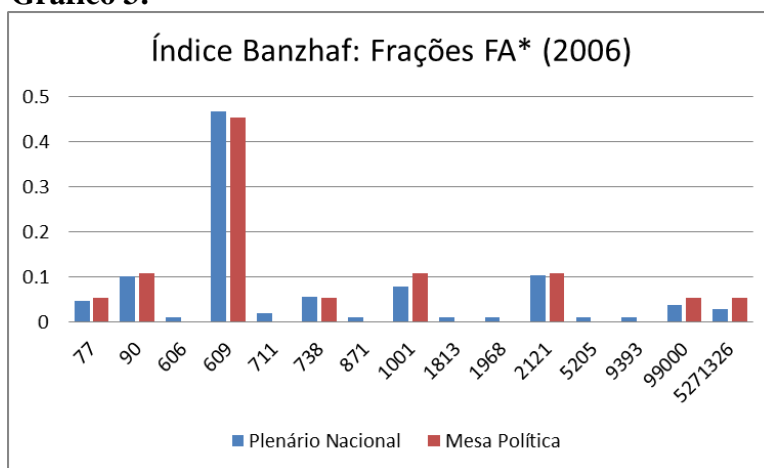
*Maioria absoluta, unicamente frações.

Fonte: Elaboração própria com base a: Eleições Internas FA

Porém, nem todas as frações têm a mesma chance de integrar coalizões, por isso importa determinar quais têm maior probabilidade de ser inclusas nelas. Neste sentido, Colomer (2009) afirma que o poder de um partido para formar uma coalizão não corresponde mecanicamente ao número de assentos com que ele conta. Um partido (ou uma

fração) relativamente pequeno que cumpra um papel chave para formar uma coalizão ganhadora pode ter alto poder para negociar pagamentos compensatórios (COLOMER 2009). Esses tipos de situações são modelados matematicamente pelos chamados jogos simples de votação ponderada e podem ser calculados mediante a utilização de índices de poder. Este índice mensura a proporção de coalizões ganhadoras potenciais em que uma fração é pivô; isto é, que sua inclusão é necessária para que a coalizão seja ganhadora.

Gráfico 3:



*Maioria absoluta, unicamente frações.

Fonte: Elaboração própria com base a: Eleições Internas FA

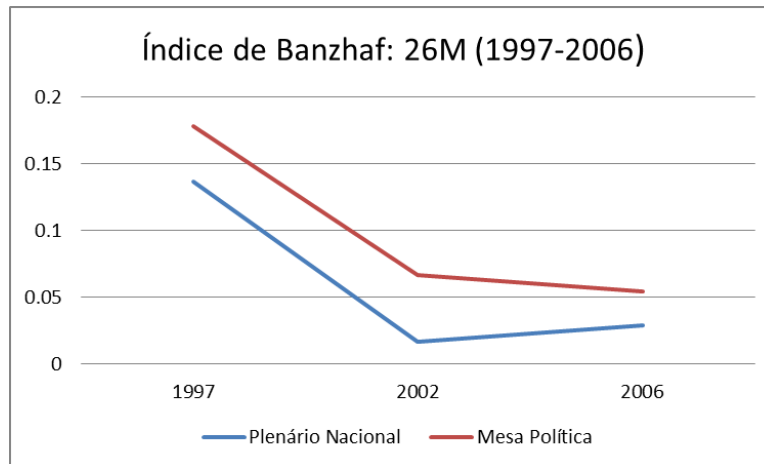
O gráfico anterior apresenta o índice de Banzhaf construído a partir da distribuição individual das frações no PN e MP para a eleição interna de 2006. Como se observa, o poder das frações é distribuído desigualmente e varia em função do órgão que se considere. Ao mesmo tempo, se observa que o poder do M26 era mínimo e que a fração com maior poder, isto é, com maior probabilidade de ser incluída dentro de uma coalizão ganhadora, era o MPP (fração do Mujica).

O gráfico 4 apresenta a evolução do índice de poder de Banzhaf do 26M, no PN e MP, entre 1997 e 2006. Esse gráfico confirma a tendência decrescente do poder do 26M que vem sendo descrita neste capítulo. O 26M, ao formar parte de uma coalizão (CI) com outros setores políticos, atingiu seu maior poder entre 1997 e 2002.

Porém, cabe lembrar que neste período alternava sua participação na MP com as outras frações. Se se compara com a eleição de 2002, observamos que embora tenha mantido um representante na MP, seu poder de incidência diminuiu por causa do poder

relativo das outras frações. Ao mesmo tempo, diminuiu, porque na última eleição o representante deste órgão era alternado entre o 26M e a CI. Já o poder no PN teve um leve aumento, porém, neste órgão, um dos três representantes, também pertencia à CI.

Gráfico 4:



*Maioria absoluta, unicamente frações.

Fonte: Elaboração própria com base a: Eleições Internas FA

Em síntese, a análise das oportunidades de incidência das frações, uma análise formal, baseada na distribuição de assentos dentro dos órgãos de decisão, confirma a tendência à perda de poder apontada neste capítulo que, em termos substantivos, se traduziu no isolamento político do 26M.

7.2.3.7 Exclusão e auto-exclusão

O processo de declive do poder de incidência do 26M atingiu seu máximo em Fevereiro de 2008, quando em um novo movimento da *coalizão dominante* do FA, a MP criou o SE deste órgão. A proposta de secretariado, que tinha sido formalizada pela primeira vez em 2005, foi novamente levantada no V CN de dezembro de 2007.

O CN tinha duas grandes pautas: a avaliação da gestão de governo e a eleição do Presidente e Vice Presidente do FA, desde que Tabaré Vázquez foi eleito Presidente e renunciou à presidência do FA, Jorge Brovetto estava ocupando a presidência do partido de maneira interina. Para o primeiro assunto, o 26M havia tentado apresentar um documento em que, entre outras recomendações, solicitava a renúncia de toda a equipe de governo (CI-M26, 2007). O 26M e a CI não só foram impedidos de apresentar o documento, mas

também vaiados e impedidos de se posicionar contra o documento aprovado no CN¹⁸⁸. A segunda pauta não contou com as maiorias necessárias para ser resolvida e como fórmula de consenso, o CN resolveu continuar com a Presidência interina de Broveto e recomendar a criação de um SE da MP¹⁸⁹.

A proposta foi finalmente aprovada na MP (03 mar. 2008) com o voto contrário do 26M.

Como se observa na comparação da integração de ambos os órgãos (Tabela 6) entre os integrantes da MP eleita em 2006, a única fração que ficou fora do novo órgão foi o 26M.

Tabela 6: Integração Mesa Política (MP) e Secretariado Ejecutivo (SE) (2008)

Frações MP		N	Frações SE		N
Vertiente Artiguista		1	Vertiente Artiguista		1
Partido Socialista		2	Partido Socialista		1
MPP		5	MPP		1
Alianza Progresista		1	Alianza Progresista		1
Partido Comunista		2	Partido Comunista		1
Asamblea Uruguay		2	Asamblea Uruguay		1
Nuevo Espacio		1	Nuevo Espacio		1
26 de Marzo (CI)		1	-		-
Bases MP		N	Bases SE		N
Delegados Montevideú		2 (40%F)*	Delegados Montevideo		2
Delegados interior do Uruguai		2 (40%F)*	Delegados interior do Uruguai		1
-			Delegados por Canelones		1
Presidente MP		N	Presidente SE		N
Presidente do FA		1	Presidente do FA		1

*Até 2 delegados por Montevideú e 2 delegados pelo interior, com voto ponderado a partir da participação efetiva. Máximo da ponderação igual a 80% das frações.

Fonte: Elaboração própria com base a Eleições FA e *El País* (04 e 14 mar. 2008).

¹⁸⁸ *MPP fracasó en congreso del Frente. El País*, 12 dez. 2007; e informação verbal, CX36, *Mensaje de la 36*, Ibid. 16 dez. 2007; e Fernando Vázquez, Ibid.

¹⁸⁹ *NEGOCIACIONES a contrarreloj en el FA para la presidencia. El País*, 14 dez. 2007.

A criação e, principalmente, a composição do SE da MP foi lida pelo 26M como uma exclusão deliberada da fração na tomada de decisões importantes dentro do partido. Minguado no seu poder de incidência, produto da diminuição da importância da MP e havendo sido excluído da integração da nova *zona de incerteza* do FA, o 26M anunciou seu afastamento da MP e iniciou consultas com seus militantes para avaliar a possibilidade de afastamento definitivo do partido.

Nos fuimos por voluntad propia, como respuesta a una decisión de la mayoría de la conducción del Frente Amplio, del progresismo, de profundizar la política de exclusión, la política de achicar los ámbitos de definición y de exclusión de aquellos que pensamos distinto [...] Hubo una elección interna hace un par de años y miles y miles de frenteamplistas definieron quienes querían que estuviéramos en la Mesa Política. Allí fuimos, competimos con reglas que no compartimos y ganamos nuestro lugar junto a los compañeros de la Corriente de Izquierda (informação verbal)¹⁹⁰.

Além de inúmeras razões políticas sobre os rumos do governo e do FA, o Dirigente também salientou que:

En los hechos hay una expulsión, exclusión técnica del 26 de Marzo y también de la Corriente de Izquierda y los compañeros que quedan fuera del Secretariado de las resoluciones que va a tomar el FA. Nos vamos de la Mesa Política para no convalidar este proceso en lo que único que vale es el pensamiento oficial (informação verbal)¹⁹¹.

A ideia da expulsão técnica e do desrespeito do voto popular *frenteamplista* da eleição interna de 2006, também foi afirmada por outro dirigente do M26:

¹⁹⁰ Eduardo Rubio, depoimento [07 mar. 2008]. Entrevistador/a: La noticia e su Contexto. Montevideo: Canal 5. Programa de TV, 2008. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2008/03/070308_rubio.html>. Acesso em: 15 ago. 2016

¹⁹¹ Eduardo Rubio, depoimento [14 mar. 2008]. Entrevistador/a: Pablo Olascoaga. El ojo de la tormenta. Montevideo: CX16 Radio Carve. Programa de rádio, 2008. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2008/03/140308_rubio.html>. Acesso em: 15 ago. 2016

(...) nosotros nos fuimos de la Mesa Política el lunes pasado, nosotros nos fuimos por qué, porque ya no se aguanta más (...) nos fuimos hace unos días de la mesa pero en realidad nos fuimos porque nos echaron (...) si a nosotros nos arman otra dirección qué vamos a estar haciendo, para qué le pedimos el voto a la gente, para qué le pidieron los demás el voto a la gente. Tomamos esta resolución hasta por respeto a nuestra gente y a nosotros mismos de salirnos de eso (...) no es frenteamplista es de lo peor del progresismo, desde las políticas tradicionales diría yo (informação verbal)¹⁹².

Por fim, com a mesma metodologia que o 26M tinha iniciado a reconstrução da fração no começo dos anos 80 (ver capítulo 4.1.3) o dirigente anunciou que:

El 26 de Marzo dentro de pocas semanas vamos a realizar un Encuentro Nacional que ya está de alguna manera transcurriendo en todas estas agrupaciones del 26 a lo largo y a lo ancho del país y también en el exilio uruguayo. Nosotros tenemos (...) compañeros del 26 en Argentina, también quedan compañeros en Europa y estamos discutiendo la situación política nacional e internacional en particular la realidad del FA y la perspectiva política (informação verbal)¹⁹³.

Em 29 de março de 2008, em sua plenária, o 26M decidiu se afastar definitivamente do FA. A decisão foi comunicada este mesmo dia, em um comício convocado para seu 37º aniversário. Nos três pontos da fundamentação da resolução que se evidenciam as partes do *mecanismo causal* que tem sido analisado neste trabalho:

“1) A tres años de instalado el gobierno progresista, ya no quedan dudas que el rumbo asumido por el mismo, es el del abandono del proyecto histórico de la izquierda [...] 2) Hemos batallado sin descanso dentro de las estructuras del Encuentro Progresista Frente Amplio, tratando de cambiar

¹⁹² Fernando Vázquez, depoimento [26 mar. 2008]. Entrevistador/a: desconhecido. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 2008. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2008/03/260308_vazquez.html> Acesso em: 15 ago. 2016

¹⁹³ Eduardo Rubio, Ibid. 14 mar. 2008.

el rumbo de esta política. Cada lunes en la Mesa Política, en los Plenarios y en el Congreso. Nunca hubo respuesta a nuestros planteos. Nunca aceptaron el debate. Se eligió el camino del pensamiento único y del autoritarismo. El mejor ejemplo de ello fue el último Congreso del FA [...] aprobando el documento oficial que respalda explícitamente toda la política del gobierno progresista, pone a la fuerza política definitivamente como furgón de cola del gobierno [...] 3) En estas circunstancias el Encuentro Nacional del Movimiento 26 de Marzo, entiende que ya no queda espacio para seguir defendiendo las ideas fundamentales que identificaron al frenteamplismo como expresión de lucha antiimperialista y anticapitalista, dentro de la estructura del actual Frente Amplio [...] (M26, 2008).

Assim, a resolução do Plenário do 26M foi: (1) desvincular-se da estrutura orgânica e política do FA; (2) renunciar aos cargos de *Ediles* (vereadores) que tinha o 26M; e anunciando o caminho que a fração percorreria:

3. Comprometemos todo nuestro esfuerzo para trabajar con los compañeros de la Asamblea Popular en la construcción de la alternativa de la Izquierda consecuente [...] 4. Que asumimos conscientemente este desafío y comprometemos nuestro esfuerzo en la recuperación de las banderas, las ideas y la práctica de la izquierda consecuente [...] En particular asumimos el desafío y el compromiso para que la Izquierda tenga también su expresión electoral (M26, 2008).

Por sua vez, a CI iniciou um caminho similar de consultas, mas a decisão foi rejeitada e permaneceu dentro do FA. Seu principal dirigente Helios Sarthou e outros militantes, abandonariam individualmente o FA e se somariam meses depois à AP, que tornou-se partido político em julho de 2008.

7.2.4 Análise das evidências e teste da hipótese¹⁹⁴

Seguindo a ordem estabelecida nos capítulos anteriores, neste ponto discuto a capacidade das evidências apresentadas de atualizar o grau de confiança na hipótese

¹⁹⁴ No capítulo 3.6 se explica a lógica envolvida nos tests de hipóteses utilizados em *process-tracing*; *Smoking-gun test*; *Doubly decisive test*; e *Straw-in-the-wind test*.

relacionada ao *mecanismo causal*. Para isso, apresento um resumo do *mecanismo causal* hipotético e formulo as hipóteses alternativas. Na sequência, apresento as análises das evidências e formalizo o teste empírico.

7.2.4.1 O *mecanismo causal*

A hipótese do *mecanismo causal* tratada neste capítulo refere-se à diminuição das *oportunidades* do 26M de incidir na tomada de decisões do FA que, combinada com sua perda de *zonas de incerteza* dentro do partido, tornou-se parte do *mecanismo causal* do racha desta fração.

Assim, no ponto anterior se descreveu como foi ativada esta parte do *mecanismo causal* e as principais ações desenvolvidas pelos atores que foram transmitindo as forças causais pelo mecanismo. Especificamente, se apontou que depois de ter atingido o máximo poder de incidência no período 2000-2004, o 26M iniciou um processo de declive de esse poder, ativando o *mecanismo causal*. Primeiro, em 2004, produto do estabelecimento de um comando eleitoral fora da estrutura do FA, que tirou poder da comissão central de propaganda, presidida pelo 26M, e pelos resultados eleitorais inexpressivos alcançados por esta fração na eleição de outubro do mesmo ano, onde perdeu o mandato do Deputado Raúl Sendic. As forças causais foram transmitidas pelo mecanismo em 2005, com a primeira tentativa de instituir um SE da MP e a incorporação à estrutura orgânica do FA dos setores que compunham a aliança eleitoral do FA, EP e NM. As eleições internas de novembro de 2006 confirmaram a perda de poder da fração, que conseguiu manter um lugar na MP em aliança com a *Corrente de Izquierda*. No entanto, a resolução do CN do FA de 2007, de encomendar à MP a criação de um SE, e a maneira como esta foi efetivada em março de 2008, provocaram a redução do poder dentro da MP e a exclusão do 26M da nova *zona de incerteza* do partido. Minguido totalmente no seu poder de incidência, o 26M afastou-se da MP, primeiro, e do FA, depois, completando-se *mecanismo causal*.

7.2.4.2 Hipótese nula e hipóteses alternativas

H_0'' . Na hipótese nula, nem a diminuição das *oportunidades* do 26M de incidir na tomada de decisões do FA, nem sua perda de *zonas de incerteza* dentro do partido são parte do *mecanismo causal* do racha do 26M.

A partir da descrição do ponto anterior, podem ser apresentadas algumas hipóteses alternativas.

HA1''. A saída do 26M da MP e do FA tinha sido decidida anteriormente à sua exclusão do SE.

Associada à anterior:

HA2''. A saída do 26M da MP e do FA está relacionada à proximidade das futuras eleições nacionais (2009) e ao tempo necessário para cumprir os requisitos políticos e burocráticos com vistas à formação de um novo partido político.

7.2.4.3 Avaliação das evidências apresentadas

As evidências que foram apresentadas neste capítulo tentaram mostrar: (i) que o poder interno do 26M atingiu seu auge no período 2000-2004; (ii) que neste último ano a fração começou a perder poder, ativando o *mecanismo causal*; (iii) que a incorporação de novas frações em 2005 e os resultados eleitorais internos de 2006 evidenciam que o poder da fração continuou diminuindo; (iv) que a criação do SE da MP implicou uma diminuição ainda maior do poder de incidência da fração e uma exclusão da nova *zona de incerteza* do partido e que, perante este fato, a fração decidiu rachar com o FA.

Assim, para o primeiro ponto “i” foram apresentados os resultados das eleições nacionais de 1999, os resultados das eleições internas do FA de 1997 e 2002, os relatos do período de exercício da presidência da Comissão Central de Propaganda do FA e documentos partidários que mostram a autoavaliação que fazia a fração sobre seu poder de incidência. O índice de poder de Banzhaf do 26M, apresentado no Gráfico 5, também constitui uma evidência deste ponto. Todas as evidências apresentadas indicam que o período apontado acima (2000, ano em que o Deputado do 26M é diplomado - 2004, ano que a fração começa perder poder) marca o teto da sua capacidade de incidência. Como se discutiu acima, após eleição 2002 o poder interno do 26M, dentro da MP e no PN atingiu seu máximo, porém o valor que apresenta o indicador na eleição anterior (1997) considera o conjunto de uma aliança eleitoral (CI) que incluiu várias frações, entre elas o 26M e que na prática, começou se desmembrar pouco tempo depois. A probabilidade de achar estas evidências era média, mas o fato do conjunto das evidências não ser contraditório e a coincidência das evidências com a autoavaliação da fração aumentam nossa confiança neste ponto do mecanismo.

Para o ponto “ii” a evidência apresentada foram registros da imprensa que mostram a conformação do comando eleitoral no grupo dos chamados *cabezas de lista*, e a

contratação de um marqueteiro para dirigir a campanha eleitoral do partido. Além disso, também se mostrou queda na porcentagem de votos infra FA (no nível senatorial) que registrou o 26M na eleição nacional de 2004, com a consequente perda de mandato do seu único Deputado. As primeiras duas evidências indicam uma diminuição do controle do 26M de uma das *zonas de incerteza* do partido e, como mostrado no capítulo 5, geraram reações críticas em duas editoriais da CX36 (15 e 17 jun. 2004) em um momento em que as críticas à campanha para as eleições primárias ainda eram moderadas. A perda de mandato no âmbito parlamentar na eleição de outubro de 2004 também evidencia o processo de perda de poder do 26M. Neste caso, não ligado diretamente ao poder na estrutura partidária, mas sim, aos espaços relevantes de incidência relativos à face parlamentar do partido. A probabilidade de achar as primeiras evidências e sua coincidência temporal com o início do primeiro *mecanismo causal* era baixa, e a probabilidade da terceira evidência era alta. Assim, elas aumentam nossa confiança nesta parte do *mecanismo causal*.

Para provar o ponto “iii” apresentaram-se os registros da imprensa e de posições contrárias do 26M sobre a incorporação de novos setores ao FA e sobre as eleições internas de 2006; os resultados dessas eleições; e os índices de poder de Banzhaf construídos a partir desses resultados. No contexto de aumento da *estrutura de oportunidades* das frações relacionada à incorporação destas novas frações e das mudanças na integração do PN (VERA 2012, 2014) os indicadores apresentados mostraram a tendência à diminuição das *oportunidades* de incidir do 26M (e a CI). A probabilidade de achar esta evidência, em particular a tendência observada na análise estrutural e sua correspondência com o isolamento político substantivo do 26M nos órgãos de decisão do FA, aumenta nossa confiança nesta parte do mecanismo.

Por fim, para o ponto “iv” apresentaram-se registros da imprensa, a comparação da integração da MP e do SE, mostrando a exclusão do 26M, e documentos partidários desta fração. A coincidência temporal e as declarações explícitas dos dirigentes atribuindo ao SE uma diminuição do poder de incidência eram pouco esperadas. Por isso, aumentam nossa confiança nesta parte do *mecanismo causal*. Ao mesmo tempo, a resolução da saída do 26M aumenta nossa confiança em que todas as partes do *mecanismo causal* analisadas nos capítulos 5, 6 e 7, estiveram presentes no seu processo de racha do FA.

No entanto, antes de determinar a confiança nesta parte do mecanismo é necessário comparar nossa hipótese principal com a hipótese nula e as alternativas.

Primeiramente, levando em consideração a hipótese nula (H_0'), isto é, que nem a diminuição das *oportunidades* do 26M de incidir na tomada de decisões do FA, nem sua perda de *zonas de incerteza* dentro do partido são parte do *mecanismo causal* do racha do 26M, pode-se afirmar que: se essa hipótese fosse verdadeira a probabilidade de achar toda a evidência apresentada seria muito baixa.

Porém, as evidências apresentadas não são suficientes para descartar as hipóteses alternativas HA_1'' e HA_2'' . Em relação a HA_1'' , pode-se argumentar que, pelo menos, desde o chamado para a criação da AP em 2006 (ver capítulo 6) existiram múltiplos elementos que indicavam a possibilidade do racha do 26M. Além dos já narrados neste trabalho, especialmente, os centrados nos Plenários e CN de 2007, em MOREIRA (2010) podem ser achadas um conjunto de manifestações contra medidas do governo coordenadas pela AP e a *Coordinadora Antiimperialista* que levam o autor a catalogar o ano 2007 como *El año de la furia*. De fato, neste ano houve declarações públicas de diversos dirigentes do FA frisando o pedido de expulsão do 26M e a CI produto dessas ações que provavelmente tenham levado ao 26M traçar os possíveis cenários de saída do FA (informação verbal)¹⁹⁵. Ao mesmo tempo, o curto lapso de tempo existente entre a criação do SE e a resolução do 26M de abandonar a MP e iniciar consultas para a saída do FA (após quase 37 anos de vínculo e 20 anos de vida orgânica ininterrompida após um histórico de luta por reingressar - ver capítulo 4) apontam na direção desta hipótese. Finalmente, também a partir das entrevistas realizadas com dirigentes do 26M sobre o momento da saída do FA, é possível achar evidência em favor desta hipótese:

Un compañero decía una vez, hablando del socialismo y después del Frente (...) esto es como que vayamos en un barco, ponele en el medio del océano, un transatlántico y de repente se hunde... entonces cada uno salta. Unos van a saltar para alguna cosa, otros para el agua, otros quedan arriba del barco, otro se agarra de una tabla, pone un mástil y una

¹⁹⁵ Luis Rosadilla; Juan José Bentancor; Alberto Cid; Eduardo Rubio. depoimento [5 maio 2007]. Entrevistador/a: desconhecido. Montevideo: Telemundo 12. Programa de TV, 2008. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=3eR3Ds-U3Rk>> Acesso em: 15 ago. 2016

bandera y ahí empieza la reconstrucción... y fue así (...) al único que le avisamos cuando nos íbamos del Frente fue a Licandro¹⁹⁶, a nadie más. Más allá que podíamos tener diferencias (informação verbal)¹⁹⁷.

Como se mostrou no capítulo anterior, o chamado para “pegar uma tábua, pôr um mastro e uma bandeira” para começar a reconstrução, datava de 2006, com a criação da AP.

Associada à hipótese anterior, HA'' estabelece que a proximidade das futuras eleições nacionais (2009) e o tempo necessário para cumprir os requisitos políticos e burocráticos com vistas à formação de um novo partido político estão relacionados com o momento da saída do FA. Como se mostrou neste capítulo, em Julho de 2008, a AP se formalizou como partido político, com vistas à competição no processo eleitoral que iria ter sua primeira instância (eleições internas dos partidos políticos, primárias) em junho de 2009. Tanto pela quantidade de atores que integraram o partido AP¹⁹⁸, quanto pela proximidade do calendário eleitoral e as regras de criação de partidos no Uruguai¹⁹⁹, não é possível descartar esta hipótese. Porém, esta evidência é frágil para explicar que o momento preciso do anúncio da saída (da MP) tenha sido 3 dias após da criação do SE.

De acordo com a avaliação anterior, podemos concluir que as evidências apresentadas suportam o *Hoop tests*. Isto é, são fortes na certeza (*certain*) da evidência, o que faz com que tenham um alto poder confirmatório da hipótese do *mecanismo causal*, porém, apresentam um baixo poder para descartar as hipóteses alternativas.

¹⁹⁶ Gral. Retirado Victor Licandro, histórico dirigente, fundador do FA.

¹⁹⁷ Fernando Vázquez, Ibid. 25 jul. 2016.

¹⁹⁸ *Partido Comunista Revolucionário*, el *Modeju*, el *Partido Humanista*, *Avanzar* e *26M*; o *Partido de los Bolcheviques*; *Refundación Comunista*, Helios Sartou e diferentes personalidades.

¹⁹⁹ A data máxima para registrar um partido político perante a *Corte Electoral* para o processo eleitoral de 2009 era 02/01/2009. Entre outros requisitos (estatutos provisórios, autoridades provisórias, etc), o registro exige a assinatura de 0.5 por mil dos cidadãos habilitados para votar na última eleição nacional (2.488.004 em 2004).

8 APONTAMENTOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA HIPÓTESE DE MECANISMO CAUSAL DO ESQUERDISMO NOS GOVERNOS DE *ESQUERDA RENOVADORA* DA AMÉRICA LATINA: UM ESBOÇO SOBRE O CASO BRASILEIRO

8.1 Introdução

Nos capítulos precedentes (5,6 e 7) se submeteram a testes empíricos as hipóteses de partes do *mecanismo causal* do processo de racha do 26M com o FA do Uruguai. Com base no observado, se construiu uma hipótese de *mecanismo causal* dos processos de esquerdismo nos governos de esquerda renovadora na América Latina²⁰⁰. Este capítulo tem por objetivo fazer apontamentos sobre o funcionamento dessa hipótese no processo de racha do PT e formação do PSOL no Brasil. Para isso, em seguida se apresentam as principais características do caso organizadas em três partes: características gerais do sistema eleitoral e de partidos brasileiro, características gerais do PT e o processo de formação do PSOL; na sequência, se esboçam as evidências que indicariam o funcionamento deste *mecanismo causal* em cada uma das suas partes. Com base nas evidências apresentadas, o capítulo conclui assinalando a aparente suficiência para suportar casos mais complexos, como o caso brasileiro, da hipótese construída.

8.2 Características gerais do caso

8.2.1 Sistema eleitoral e de partidos brasileiro

O sistema partidário brasileiro tem sido analisado por muitos especialistas como um sistema de partidos fraco. Para Lamounier e Meneguello (1986) existem três conjuntos de fatores que fazem com que, independentemente da estruturação e coerência que possam apresentar em um determinado momento do tempo, os partidos (e o sistema de partidos) sejam considerados subdesenvolvidos, débeis ou não consolidados: (i) configuração histórico-institucional; (ii) fatores institucionais; e (iii) os fatores econômicos²⁰¹.

²⁰⁰ Apresentada no ponto 3.4.

²⁰¹ Estes últimos intervêm na análise dos autores reforçando o efeito “negativo” dos primeiros dois.

Deste ângulo da configuração histórica, essa debilidade se relaciona com a quantidade de formações partidárias que se sucederam ao longo da sua história independente²⁰² (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986).

Além dos fatores relacionados à configuração histórica, há uma série de fatores especificamente institucionais que contribuem para essa apreciação negativa (ou pessimista) sobre os partidos e o sistema de partidos no Brasil: o regime de governo presidencialista, o sistema eleitoral e a legislação referente aos partidos políticos.

Embora possa gerar uma sedimentação inicial de partidos antes inexistentes ou inexpressivos, segundo afirma Lamounier (1989) o regime presidencialista não é favorável ao desenvolvimento de partidos programáticos ou ideológicos²⁰³ (LAMOUNIER, 1989). Levando em consideração que no período posterior a 1990 o sistema tenha funcionado como um presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988), para Lamounier (2005) o sistema institucional continua mantendo as características instáveis do presidencialismo e as possibilidades de funcionamento baixo do presidencialismo de coalizão dependem da capacidade dos Presidentes para conter suas propensões plebiscitárias dentro de limites aceitáveis (LAMOUNIER, 2005).

Sobre a regulamentação partidária e o sistema eleitoral o autor argumenta que no caso brasileiro (que combina regionalismo e estadualismo, corporativismo e clientelismo, e que é caracterizado pelo profissionalismo político e não pelo surgimento de organizações espontâneas da sociedade) a desregulamentação dificilmente é compatível com o ideal de

²⁰² O Brasil conheceu sete formações partidárias: (i) liberais e conservadores, desde 1837 até a proclamação da República em 1889; (ii) partidos únicos estaduais, desde a Primeira República até o primeiro governo de Getúlio Vargas, 1930; (iii) um pluripartidismo embrionário, polarizado nos extremos pelos movimentos integralista e comunista até o golpe que instaurou o Estado Novo em 1937; (iv) um pluripartidismo de 1945 até sua extinção com o Ato Institucional N°2, em 1965; (v) um bipartidismo forçado ente ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) no regime militar, de 1965 até 1979; (vi) um retorno controlado ao pluripartidismo pela reforma partidária de 1979, que teve como principais organizações o Partido Democrático Social e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, sucessores respectivos da ARENA e do MDB, até 1985; e (vii) uma ampliação do pluripartidismo a partir da Emenda Constitucional N°25 de maio de 1985, que suspendeu praticamente todas as restrições a formação dos partidos e permitiu a legalização de partidos de orientação marxista (LAMOUNIER; MENEGUELLO 1986, p. 20-21).

²⁰³ Este tipo de regime: a. implica uma alta personalização plebiscitária nas campanhas eleitorais e leva à necessidade de compor, antecipadamente, amplas maiorias eleitorais, o que teria como consequência a diluição das fronteiras partidárias; b. porque a eleição de um chefe de Estado no regime presidencialista assume a função de soma zero, isto é, a vitória de um partido implica a redução do adversário à impotência. Desta forma, o poder da presidência encontra dificuldades de conviver com o próprio partido e com partidos adversários coesos ideologicamente (LAMOUNIER, 1989).

uma estrutura partidária viável. Isto é, que maximize as funções de representação de uma “parte” e a preservação dos interesses do todo (LAMOUNIER, 1989).

Além disso, a experiência brasileira indica que diferentes fórmulas praticadas isoladamente (bipartidismo forçado, instalação da sublegenda, fidelidade partidária, e vinculação do voto) não têm produzido resultados permanentes sobre a estruturação partidária (LAMOUNIER; MENEGUELLO 1986).

Para Samuels (1997), Ames (2001) e Mainwaring (1991, 1999) a fraqueza partidária é devido à falta de controle dos partidos sobre seus membros. Isso estaria relacionado com as regras eleitorais vigentes no país, especialmente com a representação proporcional por meio de lista aberta que gera incentivos para a um comportamento individualista por parte dos políticos.

Com base nos dados da Câmara dos deputados até 2002, Kinzo (2004) aponta que o sistema partidário brasileiro é um dos mais fragmentados do mundo; isso se combina com a falta de inteligibilidade do processo eleitoral. Para a autora, esta combinação se produz devido à facilidade com que os candidatos migram de legenda partidária e a formação de alianças partidárias (coligações) que se transformam na melhor estratégia tanto para grandes partidos, quanto para os pequenos.

No entanto, diversos autores (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995, 1999; NICOLAU, 2000; MELO, 2000; SCHMITT; CARNEIRO; KUSCHNIR, 1999; entre outros) tem mostrado um comportamento mais estruturado dos partidos políticos e uma visão geral, mais positiva do funcionamento do sistema de partidos, baseados no funcionamento dos partidos na arena parlamentar.

8.2.2 Notas sobre o Partido dos Trabalhadores

No dia 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion, em São Paulo, foi fundado o Partido dos Trabalhadores. O surgimento do PT foi expressão de um processo de mobilização social vivida no Brasil ainda sob o regime civil militar (1964-1985). Para Meneguello (1989) e Keck (1991), a formação do PT tem uma relação direta com o Novo Sindicalismo que, surgido nas greves metalúrgicas da região do ABC paulista no período 1978-1980, enfrentou o conflito de classe de forma diferente do “velho” sindicalismo brasileiro do período de 1945-1964, e com a reforma partidária de 1979 começou discutir a formação de um partido que expressara os interesses dos trabalhadores.

Além das greves metalúrgicas, fizeram parte deste processo de mobilização social as lutas estudantis, movimentos pela terra (Reforma Agrária), o envolvimento de setores da Teologia da Libertação vinculados à luta pela chamada redemocratização - fim da ditadura civil militar -, entre outros. Assim, além do sindicalismo, fizeram parte da formação do PT outros sujeitos políticos: setores católicos progressistas ligados à Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base, parlamentares do MDB, intelectuais e militantes de movimentos populares (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991).

Este processo de formação, somado à sua proposta política (de caráter classista) e ideológica, definida como socialista e democrática, que recusava se alinhar com as experiências do socialismo real e com o marxismo como doutrina oficial; à sua forma organização interna, centralizada, e com ampla participação das bases no processo decisório por meio de Núcleos de Base, que conectavam diferentes instâncias partidárias e ligavam o partido com a sociedade; levaram a Meneguello (1989) e Keck (1991) a caracterizar o PT como uma novidade na política brasileira... Um partido que se aproximava do partido de massas duvergeriano (MENEGUELLO, 1989).

Ao longo dos anos 80, o PT se constituiu como partido majoritário dentro do campo da esquerda brasileira e chegou a disputar, pela primeira vez com chances reais, o governo federal em 1989 com a primeira candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, que foi derrotado no segundo turno por Fernando Collor de Melo.

Embora não conseguisse atingir a Presidência da República até 2002, o partido ampliou a cada eleição sua base de apoio. Nos anos 90, o PT ganhou várias prefeituras no processo das eleições municipais. O partido se deparava com a complexidade de aliar as pautas que defendia com as limitações institucionais, sejam elas políticas e/ou orçamentárias (SIMÕES, 1992; COUTO, 1995). Neste sentido, Couto (1995) relaciona a experiência de governo na Prefeitura de São Paulo entre 1992 e 1995 com fortalecimento de uma visão pragmática dentro do PT, que destacava a necessidade de flexibilizar propostas e ampliar o leque de alianças para governar. Ainda assim, na primeira metade desta década essas prefeituras tinham práticas populares como o Orçamento Participativo, fortalecimento dos Conselhos Democráticos, dentre outras ações (GENRO E SOUZA, 2001). Foi, principalmente, na segunda metade da década de 90, que o formato de governo

que vinha sendo disputado, o chamado “Modo Petista de Governar”, começou a perder força.

8.2.2.1 Principais características da dinâmica de competição interna

Em seu desenvolvimento como organização, o PT passou por um processo de transformações ideológicas, programáticas e organizacionais associadas com o movimento do partido ao centro do espectro político (AMARAL, 2003; SAMUELS, 2004; RIBEIRO, 2010). Para Samuels (2004), o movimento ao centro no PT não se produziu devido a um processo de autonomização das direções partidárias, já que os mecanismos de democracia interna do partido, especialmente pela possibilidade de renovação das direções nos encontros partidários, impediam que isso acontecesse. Pelo contrário, para o autor o processo de moderação tem a causalidade inversa: as experiências de governos subnacionais aumentaram o número de militantes com uma postura mais pragmática dentro do partido. Este fato, combinado com uma base social (sindicatos e movimentos sociais) mais moderada e com mecanismos de democracia interna, possibilitaram o surgimento de uma direção do partido também mais moderada, que liderou o processo de movimento ao centro do espectro político (SAMUELS, 2004). Este processo se deu a partir de 1995, quando a tendência Articulação recuperou o controle do partido que havia perdido entre 1993 e 1995 para a Democracia Socialista (DS). Desde a retomada do controle pela Articulação, o PT foi burocratizando e institucionalizando sua organização, enquanto suas direções ganhavam autonomia dentro do partido e obtinham mandatos das bases para tornar autônomas campanhas e financiamento eleitoral, ao mesmo tempo que essa tendência se tornava hegemônica dentro do partido.

Para Ribeiro (2010), o PT passou por transformações funcionais e organizativas que fizeram com que o partido passasse a adquirir as características dos partidos profissional eleitoral (PANEBIANCO, 2005) e se tornasse cada vez mais dependente do Estado, o que o aproximou ao partido cartel definido por Katz e Mair (1994, 1995).

Entre as mudanças destacadas por Ribeiro (2010, 2013) no que se refere à organização interna, o autor aponta que o partido passou por processos de concentração de poder, quando a partir de 1995 o Campo Majoritário (CM) liderou a mudança na estrutura inclusiva construída originalmente no PT. Entre outros fatores, o autor destaca a centralização dos recursos de fundo partidário e a abertura para as doações de grandes

empresas, o que fez com que aumentasse a autonomia financeira da cúpula petista (RIBEIRO, 2013).

Assim, o PT transformou paulatinamente a dinâmica intrapartidária. As executivas assumiram um papel preponderante que ia além do estabelecido nas regras internas da organização o que fez com que “[...] o *empowerment* mais significativo foi da CEN [Comitê Executiva Nacional], que na prática transformou-se no órgão decisório supremo no período interencontros, reduzindo o DN [Diretório Nacional] à condição de instância ratificadora” (RIBEIRO, 2013, p.245).

Dois processos acompanharam essas transformações: a falência dos Núcleos de Base, especialmente a partir da mudança estatutária de 2001 que criou formas concorrentes de organização de base sem representatividade interna: grupos de apoio transitórios vinculados a *issues* específicos²⁰⁴. Ao mesmo tempo, essa reforma estatutária aprovou a mudança mais importante na organização partidária, o Processo de Eleições Diretas (PED) para seleção de dirigentes: diretórios municipais, estaduais e o nacional, e seus respectivos presidentes passaram a ser eleitos pelo voto direto dos filiados. Esta modificação institucional teve fortes efeitos na estrutura interna do PT. Segundo o autor, os Encontros partidários foram esvaziados, deixando de constituir o âmbito principal da estrutura interna de oportunidades do Partido. Concomitantemente, as frações foram enfraquecidas como consequência do voto direto. Também foram enfraquecidos os dirigentes de instâncias intermediárias perante os órgãos e dirigentes nacionais, que passaram a ser diretamente legitimados pela base. A autonomia das direções foi reforçada, especialmente ao nível nacional, e os mecanismos internos de *accountability* enfraquecidos, pela perda de relevância dos encontros (Ribeiro, 2010, 2013).

8.2.2.2 A chegada ao governo

Em sua quarta tentativa como candidato à presidência e apoiado por um arco de alianças que foi desde a esquerda do espectro político até a centro-direita, Lula foi eleito presidente em 2002, após ganhar as eleições no segundo turno, com 61% dos votos. Como aponta Samuels (2008), a campanha presidencial para essa eleição mostrou alguns sinais

²⁰⁴ Neste sentido, o autor afirma que atualmente os Núcleos de Base constituem um vestígio da organização original já que “em 2007, 2% dos delegados do III Congresso Nacional eram vinculados a algum núcleo. A atuação de base dos dirigentes petistas passou a se concentrar nos diretórios locais, que têm nas atividades eleitorais o centro de sua ação” (RIBEIRO, 2013, p.225-46).

contraditórios a respeito do discurso petista de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso. Especialmente relevante foi a indicação, como candidato a vice-presidente, de José Alencar, integrante do PL e destacado representante da classe empresarial, que tinha por objetivo enviar sinais tranquilizadores aos mercados. No mesmo sentido pode ser interpretada a Carta ao Povo Brasileiro (22 jun. 2002), que enfatizava a aceitação das regras do mercado. Finalmente, pouco antes de assumir a Presidência, Lula manifestou publicamente a aceitação de plano de estabilização financeira elaborado pelo FMI, que tinha sido negociado nos últimos meses do governo de Fernando Henrique Cardoso (SAMUELS, 2008).

Assim, em relação ao governo Lula, Samuels (2008) analisa as mudanças no “Modo Petista de Governar” no primeiro governo do PT. Este “modo” é caracterizado por três pilares: a participação popular na definição das políticas públicas; a inversão de prioridades de política, beneficiando à população mais pobre; e a maior transparência e honestidade no governo. Para o autor, o PT não manteve esses princípios, especialmente no que diz respeito à participação popular e a transparência política. Ao analisar estes últimos, o autor os relaciona com a fragmentação interna e as dificuldades derivadas do presidencialismo de coalizão para construir maiorias parlamentares (ABRANCHES, 1988).

O governo Lula cumpriu de fato os acordos com os mercados financeiros sinalizados antes da eleição, até mesmo, nomeando Henrique Meirelles para o Banco Central. Diante de crise econômica, implementou um ajuste fiscal com características conservadoras, ou seja, ajuste fiscal que retirou direitos de trabalhadoras e trabalhadores. Em 2003, o governo enviou projeto de Reforma da Previdência, que mudava, por exemplo, o regime de previdência social dos servidores públicos. Pela primeira vez, o PT aprovava uma reforma que retirava direitos trabalhistas. Este fato foi chave no processo que desencadearia a formação do PSOL, em 2004-2005.

8.2.3 *Notas sobre processo de racha com o PT e formação do PSOL*

O processo de formação do PSOL pode ser dividido em dois grandes momentos: o primeiro se inicia com a expulsão de quatro parlamentares do PT e a saída de duas das suas tendências no final de 2003, e culmina em Junho de 2004, com a realização do primeiro Encontro do partido que elegeu provisoriamente Executiva e Diretório Nacional, e fez programa e estatuto, também provisórios. O segundo momento se inicia com a campanha

de coleta de assinaturas para o registro do partido no Tribunal Superior Eleitoral, e vai até o ingresso definitivo de um segundo grupo de militantes (e uma tendência) que racharam com PT após o PED de 2005.

8.2.3.1 A estruturação do PSOL

No seu encontro de dezembro de 2003, o Diretório Nacional do PT expulsou do partido quatro dos seus parlamentares: a Senadora Heloísa Helena (PT-AL) e os Deputados Federais João Baptista Oliveira de Araújo (Babá, PT-PA), Luciana Genro (PT-RJ), e João Fontes (PT/SE).

A origem das expulsões se remete às posições assumidas por estes parlamentares perante a proposta de Reforma da Previdência (PEC 40/2003), que no dia 30 de abril daquele ano, o Presidente Lula, acompanhado dos 27 governadores, entregou para o Parlamento. A proposta, que entre outras medidas incluía a taxação dos servidores públicos inativos e o aumento da idade mínima para a aposentadoria, foi aprovada em segundo turno do Senado no dia 11 de dezembro do mesmo ano.

No entanto, desde que o projeto foi conhecido, diferentes parlamentares da sigla [a Senadora Heloísa Helena (PT-AL) e os Deputados Federais Babá (PT-PA) e Luciana Genro (PT-RJ)] se posicionaram publicamente contra a reforma proposta anunciando seu voto contrário, apesar das advertências recebidas por seus companheiros²⁰⁵:

Na véspera de entregar à Câmara o projeto de reforma da Previdência, o presidente Lula realizou uma reunião-almoço com os 92 deputados petistas na casa do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT/SP). Trataram-nos de forma grosseira e deixaram implícita a ameaça de expulsão dos parlamentares que votassem contra o projeto. Eu Reagi indignado, afirmando: “Se tem alguém que deveria estar na Comissão de ética é José Genoíno, José Dirceu, Mercadante, o próprio presidente Lula, porque mudaram o discurso que sempre fizeram aos trabalhadores” (BABÁ, 2016, p.42).

²⁰⁵ Antes disso já tinham existido conflitos entre o governo e Parlamentares do partido. A nomeação de Henrique Meirelles para o Banco Central e o apoio do PT para José Sarney como Presidente do Senado teve o voto contrário da Senadora Heloísa Helena.

Assim, já em maio de 2003, três meses antes da primeira votação na Câmara, a Executiva Nacional do PT aprovou (por 13 votos contra 7) a representação contra estes três parlamentares e, na mesma reunião, a Executiva decidiu obrigar aos parlamentares do PT a votar em favor das reformas propostas (Previdência e Tributaria) após o “devido debate interno”, exigindo deles um compromisso público com essa resolução²⁰⁶. O Deputado João Fontes (PT-Seará), que também se somou ao grupo dos deputados que votariam contra, foi submetido diretamente ao Diretório Nacional, após divulgar um vídeo dos anos oitenta com um discurso de Lula argumentando contra a Reforma da Previdência.

No momento da votação da PEC na Câmara, em primeiro e segundo turno (06 e 28/08/2003 respectivamente), se registraram três votos contrários e oito abstenções dentro da bancada petista²⁰⁷. Além dos três deputados já mencionados, no segundo turno também votou contra o Deputado Walter Pinheiro (PT-BA). Os oito parlamentares que se abstiveram e/ou ausentaram no momento da votação foram punidos pelo partido com uma suspensão por 60 dias da bancada parlamentar, são eles: João Alfredo (PT-CE), Orlando Fantazzini (PT-SP) e Walter Pinheiro (PT-BA), da tendência DS; Ivan Valente (SP) e Maninha (DF, que se ausentou no segundo turno), da tendência Força Socialista (FS); Paulo Rubem (PT-PE) do Coletivo Florestan Fernandes; e os independentes Chico Alencar (PT-RJ) e Paulo Rubem Santiago (PT-PE)²⁰⁸.

Finalmente, no dia 14 de dezembro de 2003, o Diretório Nacional do PT decidiu expulsar do partido os quatro parlamentares. João Fontes foi o primeiro a ser expulso, por 55 votos a favor, 26 contra e uma abstenção, Heloísa Helena, Luciana Genro e Babá foram expulsos com 55 votos a favor e 27 contra²⁰⁹.

²⁰⁶ A primeira proposta foi encaminhada pelo então Secretário de Organização do PT, Silvio Pereira; a segunda foi encaminhada pelo então Presidente nacional do PT, José Genoíno. Ver: PT abre processo para punir três radicais; e BANCADA é obrigada a votar unida em reforma. Folha de São Paulo, 13 maio 2003. Inicialmente, também integrava o grupo dos chamados “radicais do PT” o deputado Lindberg Farias (PT-RJ). Porém, depois de ter sofrido diferentes punições dentro do partido (no dia 06 maio 2003 foi afastado da comissão especial que analisava a Reforma, e no dia seguinte afastado por 30 dias da vice-liderança do partido na Câmara) o deputado foi convocado à reunião com a Executiva e não foi incluso no grupo de parlamentares passados à Comissão de Ética. Apesar de assinalar que não tinha mudado sua posição, o deputado terminou votando favoravelmente a proposta. Ver: LINDBERG recua e vota a favor do texto da reforma. Folha de São Paulo, 07 ago. 2003.

²⁰⁷ Entre os deputados que votaram favoravelmente houve 25 que declararam sua posição contrária, mas respeitaram à disciplina partidária.

²⁰⁸ PT pune deputados que se abstiveram com suspensão. Folha de São Paulo, 02 set. 2003.

²⁰⁹ As acusações imputadas aos parlamentares foram: não cumpriram com as deliberações das bancadas; romperam a fidelidade partidária, opuseram-se às diretrizes do partido; encabeçaram atos públicos contra a

Com a expulsão, as tendências da Luciana Genro (Movimento Esquerda Socialista, MES) e do Babá (Corrente Socialista dos Trabalhadores, CST) se consideraram automaticamente expulsas do PT. Por sua vez, a tendência DS à qual pertencia a Senadora Heloísa Helena se manteve dentro da estrutura do PT, produzindo-se a saída de alguns dos seus militantes em solidariedade à Senadora (POMPÊO, 2007). Outros reconhecidos militantes petistas também saíram do partido como consequência da decisão do Diretório, entre eles: o ex-deputado Milton Temer, o filósofo Leandro Konder e o Sociólogo Francisco de Oliveira.

Desde então, se iniciaram as articulações e debates para a conformação de um novo partido²¹⁰. Assim, em 19 de janeiro de 2004, em uma reunião no Rio de Janeiro foi lançado o manifesto da Esquerda Socialista Democrática, que fazia o chamado à construção de uma alternativa partidária oposta ao que as frações que romperam com o PT enxergavam como modelo neoliberal do governo petista e cujas principais características seriam:

[...] que seja democrática e plural, de massas e internacionalista, liberta de qualquer doutrinário e espírito de seita, com mecanismos que garantam a participação ativa da militância, com pleno direito de tendência e profundo respeito às minorias e ao direito de opinião. Ele estará aberto a todos os que – egressos ou ainda militantes do PT [...] a todos, enfim, que se definem como de ESQUERDA e se identificam com o SOCIALISMO COM DEMOCRACIA como objetivo estratégico, de forma explícita e permanente (ESD, 2004, grifo do autor).

política do governo, incitaram vaias contra dirigentes, atacaram petistas que têm cargo no governo, atacaram membros do PT, votaram contra e lideraram oposição depois de haver fechamento da questão sobre projetos, aliaram-se às principais lideranças do Partido da Frente Liberal e do Partido da Social Democracia Brasileira. Em sua defesa, Heloísa Helena manifestou ter dedicado sua vida à construção do PT, partido que mudou de lado ao chegar ao governo. Babá acusou aos deputados e senadores de ter legalizado transgênicos, ter votado a Lei de Falências, as reformas da Previdência e tributária e acusou ao governo de dar continuidade à política de FHC. No mesmo sentido, Luciana Genro afirmou que o PT traiu suas bandeiras históricas e se degenerou como partido de esquerda. A acusação para João Fontes foi ter divulgado uma fita de vídeo de 1987, sua defesa se centrou no fato de não ter passado para a Comissão de Ética partidária e que os membros no Diretório com cargos no governo não tinham isenção para votar. Folha de São Paulo 15/12/2003: “PT ignora apelos e expulsa quarteto radical do partido”.

²¹⁰ Folha de São Paulo, 20/01/2004: “Radicais expulsos do PT anunciam criação de sigla para eleição de 2006”

O documento foi assinado pelos parlamentares expulsos do PT²¹¹ e representantes de diferentes frações políticas (CST, MES, Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), e Socialismo e Revolução), lideranças dos movimentos sociais e reconhecidos intelectuais, entre eles Leandro Konder e Carlos Coutinho²¹².

Após do lançamento do manifesto foram realizadas plenárias estaduais e nos dias 5 e 6 de junho de 2004 se realizou o primeiro Encontro Nacional, com a participação de 750 representantes de 22 Estados da Federação. No Encontro se definiu o nome PSOL, a Executiva Nacional, o Diretório Nacional, o programa e o estatuto, todos provisórios (POMPÊO, 2007).

8.2.3.2 As vertentes trotskistas na formação do PSOL

A primeira Comissão Executiva (provisória) do PSOL foi constituída por: Edilson Silva, Luciana Genro, Mário Agra e Roberto Robaina (MES); Babá e Silvia Santos (CST); João Machado e Heloísa Helena (Liberdade Vermelha, LV) eleita Presidenta do Partido; Gilberto Cunha e Martiniano Cavalcante (MTL); Fernando Silva e Junia Gouvêa (CSOL); André Ferrari (SR); e os independentes Marcelo Badaró e Milton Temer.

A figura 1 apresenta a origem das frações que elegeram integrantes na primeira executiva provisória do PSOL. Como se observa, todas elas compartilham características de ser parte da diversidade do campo trotskista e, a exceção da DS, todas elas compartilham a característica de ter rachado (ou ter sido expulsas) do PT.

Assim, CST teve sua origem na Convergência Socialista (CS), que foi expulsa do PT em 1992 após o I Congresso do partido ter encerrado o processo de regulamentação da atuação das tendências, que tinha iniciado em 1987 (RIBEIRO 2010, p.186-93). A CS que, junto com outra organização trotskista, Causa Operária (CO), constituem as primeiras expulsões de organizações relevantes dentro do PT, iniciou um chamamento à conformação de uma frente revolucionária, que culminou com a formação do PSTU em 1994²¹³. No

²¹¹ O Deputado João Fontes (SE) acompanhou os momentos iniciais da articulação do novo partido, mas não fez parte deste encontro e terminou se filiando no Partido Democrático Trabalhista.

²¹² Em novembro de 2003, o PSTU conformou o Movimento por um Novo Partido Socialista (MNPS) que fez um chamado para consultar as bases sobre o caráter do novo partido. Quando em dezembro daquele ano foram expulsos os parlamentares do PT, o MNPS fez um chamado para que se integrassem no movimento, porém, isso não aconteceu e o MNPS também não foi convidado à reunião do 19 de Janeiro, o que gerou protestos do PSTU (POMPÊO, 2007).

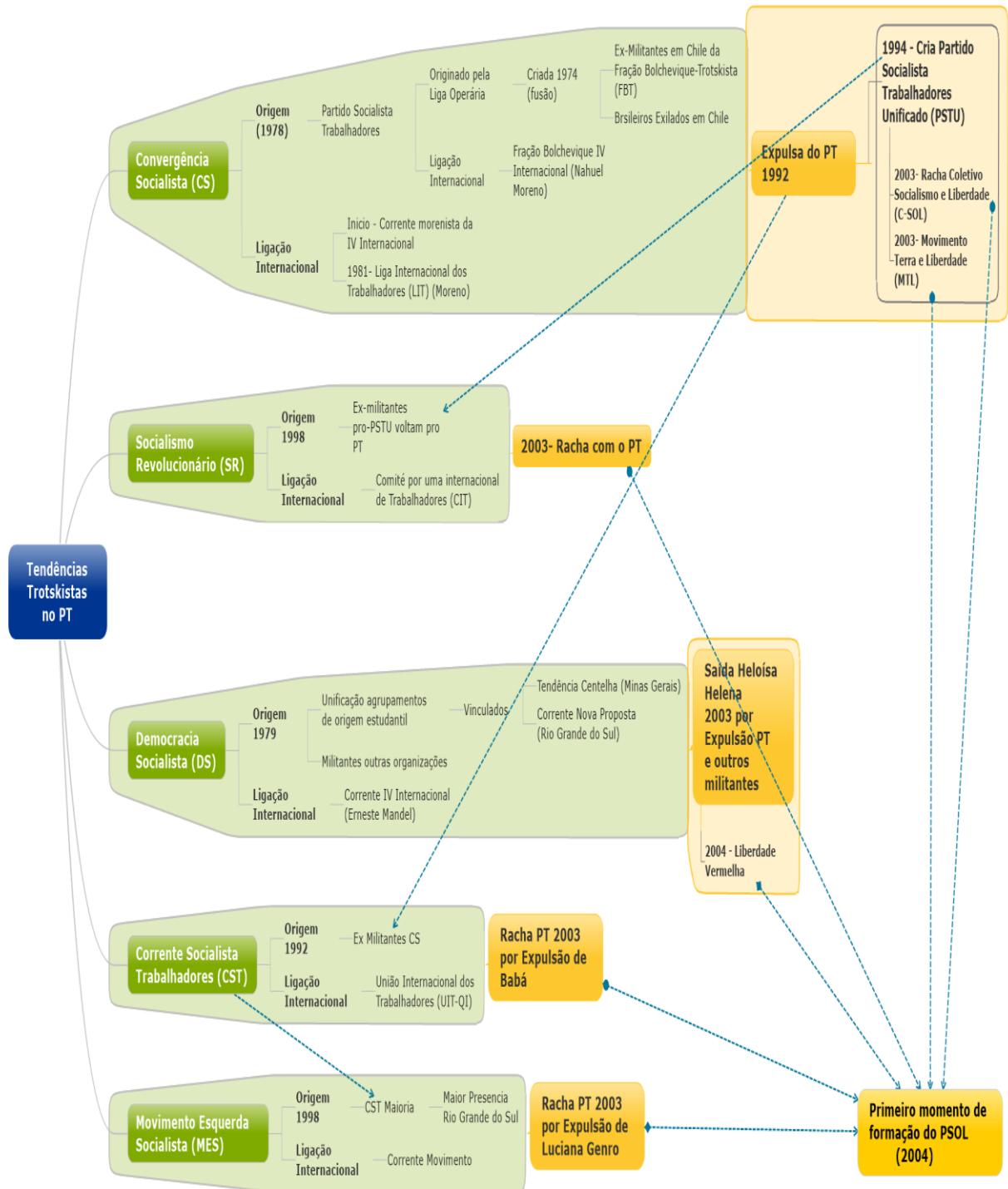
²¹³ CO também tinha aderido ao processo de conformação do PSTU, no entanto, houve divergências e a organização terminou conformando o Partido da Causa Operária em 1995.

entanto, um grupo de militantes que divergia da avaliação conjuntural rompeu com a CS e se desvinculou internacionalmente da Liga Internacional dos Trabalhadores, uma das correntes morenistas da IV Internacional (ANGELO, 2008; POMPÊO, 2007). Assim, a organização pediu seu ingresso ao PT e, desde então, atuou como uma das suas tendências internas, vinculando-se internacionalmente à União Internacional dos Trabalhadores (UIT-QI). Desde seu reingresso no partido até a expulsão do deputado federal Babá em 2003, a tendência manteve uma linha de oposição à direção petista, que se intensificou no processo eleitoral e com a vitória do Lula em 2002.

Outra das frações fundadoras do PSOL que foi tendência do PT até a expulsão do partido da Deputada Luciana Genro, foi o MES. O movimento surgiu a partir de um dos dois grupos que se formaram dentro da CST em 1998 (CST maioria e CST minoria). Em 2001 o setor majoritário, que se concentrava em Rio Grande do Sul, decidiu rachar nacionalmente com a CST e internacionalmente com a UIT-QI, devido às diferenças na avaliação da conjuntura nacional e internacional, constituindo-se em uma das tendências mais à esquerda dentro do sistema político petista, porém, sem peso dentro da direção partidária no nível nacional (POMPÊO, 2007; SILVA, 2011).

Como assinalado acima, a DS, à qual pertencia Heloísa Helena quando expulsa do PT, se manteve dentro da estrutura petista. Como explica Angelo (2008), boa parte das diferenças entre as vertentes trotskistas que atuaram no interior do PT nos anos oitenta e noventa, estava relacionada com suas vinculações com correntes da Quarta Internacional e suas diferentes leituras da conjuntura nacional e internacional. A DS, que desde 1983 constituiu a seção brasileira da IV Internacional dirigida por Ernest Mandel, constituiu a fração mais moderada entre as vertentes trotskistas dentro do PT. Assim, diferente das outras correntes, durante os anos 90, a fração conquistou cargos de hierarquia dentro do sistema político petista e manteve boa relação com outras lideranças do partido (ANGELO, 2008). Seu objetivo nesse período era unificar a esquerda petista e adotar uma estratégia democrática popular como acúmulo para a construção de uma sociedade socialista. No entanto, a eleição do governo Lula terminou com as expectativas de que o PT poderia adotar uma linha de construção do socialismo e a fração se viu no dilema de escolher entre sair do partido, ou permanecer nele e adequar sua visão estratégica à nova realidade (ANGELO, 2008).

Figura 1: Origem frações no primeiro momento de formação do PSOL



Fonte: Elaboração própria com base a Angelo (2008) e Pompêo (2007).

A DS decidiu permanecer, mas no processo de saída da Heloísa Helena e de outros militantes, se formaram duas frações, LV e Marxismo Revolucionário Atual. Em dezembro de 2004, ambas as frações se unificaram formando Liberdade e Revolução (LR). Por sua vez, em 2005-2006, a LR se uniria com outro grupo formado a partir de militantes da DS (“A coisa”), com o Movimento Unidade Socialista (um racha do MES), com dissidentes da Articulação de Esquerda (AE) e do Fórum Socialista, para criar o ENLACE (SILVA, 2011).

Outro dos grupos integrantes da primeira Executiva do PSOL é Socialismo Revolucionário (SR). O grupo, vinculado ao Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores (CIT), participou do processo de formação do PSTU. Porém, discordando de sua orientação morenista, seus militantes voltaram para o PT constituindo-se em tendência interna em 1998. O grupo rachou com o partido depois do processo de expulsão dos parlamentares em 2003. Em 2008 se unificaram com o Coletivo Liberdade Socialista formando Liberdade Socialismo e Revolução.

Os outros grupos que fizeram parte do primeiro momento de formação do PSOL provinham de rachas com o PSTU: O Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL), formado em novembro de 2003 a partir da tendência Socialismo e Liberdade; e o MTL, que surgiu em 2002 pela união de vários grupos que atuavam nos movimentos sociais e que, em 2005, passou a constituir a tendência Poder Popular (POMPÊO, 2007; SILVA, 2011).

8.2.3.3 Segundo momento de formação do PSOL

Após a realização do primeiro Encontro, iniciou-se mobilização nacional para conseguir o número necessário de assinaturas para a obtenção do registro no Tribunal Superior Eleitoral. Conseguindo cerca de meio milhão de assinaturas válidas no primeiro semestre de 2005, o partido foi legalizado em 15 de setembro do mesmo ano.

A obtenção do registro definitivo foi determinante para completar a estruturação do PSOL, pois além de assegurar sua concorrência nas eleições nacionais de 2006, constituiu um incentivo para que se produzisse uma segunda onda de desfiliações no campo petista. Três fatores a mais, externos ao PSOL, contribuíram para que essa onda se produzisse: o escândalo de corrupção, conhecido como “mensalão”; os magros resultados conseguidos pelo Bloco de Esquerda (BE) no primeiro turno do processo de eleições diretas no PT de

2005; e o calendário eleitoral, que estabelecia a necessidade de estar filiado no partido até o dia 30 de setembro, para poder concorrer nas eleições de 2006.

O “mensalão” significou a crise interna mais grave na história do PT, abalou seu pilar ético e demonstrou o grau de autonomia das lideranças petistas no governo (AMARAL, 2010, p.153)²¹⁴. Nesse contexto, o processo de eleições diretas constitui o momento chave na disputa do partido. Assim, as principais organizações da esquerda petista concorreram no PED, criticando duramente os rumos do governo e do partido, eram elas: a AE; a DS; e o BE, integrado pela Ação Popular Socialista (APS) e setores da AE e DS que estavam em processo de ruptura com suas tendências (SILVA, 2011). Para a presidência do partido estas frações apoiaram as candidaturas de Valter Pomar, Raúl Pont e Plínio Arruda Sampaio, respectivamente.

Embora o CM²¹⁵, que comandava o partido desde 1995, diminuísse 10% dos votos válidos para o DN a respeito da PED 2001 e perdesse a maioria automática no DN, as tendências de esquerda não conseguiram obter a maioria no Diretório Nacional (AMARAL, 2010). Na disputa para a presidência do partido, Raul Pont passou para o segundo turno, mas terminou perdendo a eleição por uma estreita margem - 48.4% vs. 51.6% - para Ricardo Berzoini (CM). Segundo avalia a AE, havendo derrotado no primeiro turno ao CM, a esquerda tinha chances matemáticas de eleger o presidente do partido no segundo turno, porém, foi neste exato momento que uma parcela decidiu sair do PT:

Foi o caso da Força Socialista [APS] Logo após o primeiro turno do PED, esta tendência sai do PT. Plínio de Arruda Sampaio e outros setores integrantes de sua chapa fazem o mesmo. Tomado isoladamente, este foi o principal fator que impediu a vitória da esquerda, no segundo turno do PED de 2005²¹⁶.

²¹⁴ O escândalo surgiu em junho de 2005 a partir de uma denúncia do deputado federal Roberto Jefferson (Partido Trabalhista Brasileiro) que envolvia o governo e o PT no comando de um esquema de suborno a deputados federais para garantir o apoio do governo na Câmara.

O então tesoureiro do partido, Delúbio Soares, admitiu a existência do esquema financiado com “caixa dois” de campanhas eleitorais do partido e vários integrantes da cúpula petista renunciaram aos seus cargos no governo e no partido, entre eles: o ex-presidente do PT e então ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu; o presidente do PT José Genoíno, Delúbio Soares e Silvio Pereira, integrantes da Executiva do partido (AMARAL, 2010)

²¹⁵ A partir desta eleição o CM passou denominar-se Construindo um Novo Brasil.

²¹⁶ AE, Quem somos. A Articulação de Esquerda. Disponível em <<http://www.pagina13.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 15 nov. 2016

No primeiro turno do PED o BE obteve 9.1% dos votos válidos para o DN, e a candidatura de Plínio Arruda Sampaio, apoiada por este bloco, obteve 13.4% dos votos válidos. Em seguida, uma parte dos apoiadores de Plínio chegou à conclusão da inviabilidade de disputa de projeto no interior do PT, apontando contra o processo de burocratização da organização. Assim mesmo, Plínio e Ivan Valente denunciaram a utilização das máquinas de prefeituras, do governo e dos mandatos para condicionar o voto dos militantes na PED (SILVA, 2011).

No entanto, a data final das rupturas foi determinada pelo calendário eleitoral, já que a data fixada para o segundo turno da PED era o dia 11 de outubro de 2005, porém, se os candidatos queriam concorrer na eleição de 2006 com o novo partido, tinham tempo para se filiar no PSOL até o dia 30 de setembro de 2005. Assim, após ser legalizado o PSOL, entre os dias 20 e 30 de setembro, uma expressiva quantidade de ex petistas ingressaram no partido. Entre eles se destacam: os deputados federais João Alfredo (DS), Ivan Valente e Maninha (APS), Chico Alencar (RJ) e Orlando Fantazzini (SP); Plínio Arruda Sampaio e um grupo de 400 militantes da Assembleia Nacional Popular e de Esquerda. A fração dos deputados Ivan Valente e Maninha, a APS, decidiu sua cisão do PT no seu Encontro Nacional Extraordinário dos dias 24 e 25 de setembro, constituindo-se na única tendência, deste segundo momento de estruturação do PSOL, que rachou integralmente com o PT.

A APS nasceu como tendência do PT em 2004 a partir da unificação entre a FS e um conjunto de outras organizações e militantes petistas de diferentes regiões do Brasil (POMPÊO, 2007). A FS havia sido lançada como tendência interna do PT em 1989, após o Movimento Comunista Revolucionário (MCR) ter se dissolvido. O MCR era uma organização de tradição leninista que em 1985 teve origem na fusão de organizações comunistas que atuaram na época da ditadura (Movimento pela Emancipação do Proletário, Ação Popular Marxista Leninista e Aliança Vermelha) (SILVA, 2009).

Diferente das tendências que fizeram parte do primeiro momento de formação do PSOL, entre 1990 e 2005 a FS/APS teve representação permanente dentro do DN do PT. Assim, no 7º Encontro Nacional (EN) de 1990, a FS obteve 16% com a chapa “Alternativa Socialista e Revolucionária” que conformou com a DS e com a Tendência Marxista (TM); já em 1993, no 8º EN obteve 19,1% na chapa “Na luta PT”, integrada com TM e O

Trabalho (OT)²¹⁷; no II Congresso Nacional, em 1999 a FS obteve 20,8% do DN, concorrendo com a chapa “Socialismo ou barbárie”, compartilhada com a AE. A mesma chapa concorreu nos PED 2001, obtendo 15,74% do DN. Finalmente, no PED 2005, a APS concorreu com o BE obtendo 9,1% do DN (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2010).

Desde que assumiu o governo Lula, a FS/APS tinha tentado disputar o governo e seus deputados haviam se absterido na votação da Reforma Previdenciária, sofrendo diferentes sanções dentro do partido. Como relata o deputado Ivan Valente:

Diante de um governo que optou pela linha de menor resistência, que buscou uma governabilidade baseada em partidos fisiológicos e alianças espúrias, que desmobilizou de forma consciente e deliberada a força social de mudança, colocou-se para a esquerda combativa um sério dilema quanto aos rumos a serem tomados. Em especial, em relação ao PT. Naquele momento três opções foram amplamente discutidas [...]. A primeira seria romper com o PT e buscar a construção de uma nova alternativa partidária [...]. A segunda seria apostar na atuação direta nos movimentos sociais, sem necessariamente um espaço partidário [...]. A terceira seria permanecer no PT e travar por dentro daquele partido a resistência, apostando a ser possível modifica-lo e recoloca-lo novamente no eixo da luta socialista, bem como na possível mudanças de rumos do governo Lula, “um governo em disputa”, como definiam os partidários dessa tese (VALENTE, 2016, p.124).

Assim, diferente das frações que tinham rachado no primeiro momento, a APS começou pela terceira opção, a de tentar disputar o governo. Porém:

O debate político ficou interdito na lógica da governabilidade e na necessidade de defender o governo. Aprofundou-se no PT o modelo que já denunciávamos, de financiamento empresarial de campanhas, de campanhas caras e de uma relação profissional e de clientelismo entre o candidato e seus apoiadores. No governo não houve uma inflexão políticas,

²¹⁷ Não existem dados desagregados para 1995, sendo que a esquerda petista concorreu na chapa “Socialismo e Democracia”, obtendo 46,2% (RIBEIRO 2010; AMARAL, 2010)

o modelo econômico seguiu praticamente o mesmo, com pequenas nuances, no especial beneficiando o grande capital e procurando atender as demandas da população mais carente, sem, contudo, criar enfrentamento (VALENTE, 2016, p.124-5).

A APS decidiu romper com o PT, participando da construção do novo partido. Primeiro, entrou no partido mediante o estatuto de filiação democrática, criado para que os candidatos pudessem concorrer pela legenda sem assumir plenamente direitos e obrigações do partido, depois, a APS obteve seu pleno ingresso em janeiro de 2006, completando o segundo momento de estruturação do partido (POMPÊO, 2007; SILVA, 2011).

8.2.4 Evidências de partes de mecanismo causal

De acordo com a hipótese de *mecanismo causal* apresentada (ver capítulo 3.4), o processo de transformação partidária do partido principal está na origem do processo de racha da fração à esquerda. No caso do PT, diversos autores têm mostrado que no seu desenvolvimento como organização passou por um processo de transformações ideológicas, programáticas e organizacionais associadas com o movimento do partido ao centro do espectro político (AMARAL, 2003; SAMUELS, 2004; RIBEIRO, 2010). Como assinalado anteriormente, o processo iniciou-se durante a década dos 90, especialmente a partir de 1995.

Assim, o que ativou o *mecanismo causal* não foi o movimento ao centro do partido principal, senão o movimento ao centro realizado pelo futuro governo (parte 1 do MC), gerando as respostas críticas e as tentativas de disputar o governo das frações à esquerda (parte 2 do MC).

No caso do processo de ruptura e formação do PSOL além das evidências apresentadas no ponto anterior (notas de imprensa e trabalhos que relatam esse momento) a enquete feita a dirigentes atuais do partido que tinham atuação no PT aportaria evidência nesse sentido²¹⁸.

Assim, entre os entrevistados/as há absoluto consenso em que a Carta ao Povo Brasileiro, lançada por Lula na campanha eleitoral com o objetivo de tranquilizar aos mercados, constituiu um sinal inequívoco do movimento ao centro. No entanto, não foi o

²¹⁸ Um questionário foi enviado via e-mail para o grupo de integrantes da Direção Nacional do PSOL. Desses foram recebidas e processadas 7 respostas.

único sinal desse movimento prévio às eleições. Também a eleição do vice-presidente José de Alencar e até informações de “*reuniões de dirigentes do PT feitas a escondidas com a FIESP e o Departamento de Estado Norte-americano*” avalizavam para os dirigentes que as mudanças ideológicas vinham com muita força (informação verbal)²¹⁹.

Assim, a crítica do movimento ao centro, a tentativa de disputar o futuro governo por parte das frações à esquerda (parte 2 do MC) e a derrota sofrida com a maioria do partido (parte 3) é relatada pelo ex-deputado Babá:

No pleito de 2002, a direção majoritária intensificou ainda mais essa política [de ampliação do “arco de alianças” com partidos burgueses para garantir a vitória de Lula para presidente] escolhendo para vice o empresário mineiro José de Alencar (PL). Esse foi um grande confronto que a ala esquerda do PT teve com a direção majoritária, da qual faziam parte Lula, José Dirceu, José Genoímo e Delúbio Soares. No obstante, fomos derrotados (BABÁ, 2016, p.40).

Apesar da derrota, o fato de não existir rupturas com o PT no período prévio as eleições de 2002 evidencia o funcionamento da parte 4 do *mecanismo causal*, isto é, o apoio crítico ao futuro governo por parte das frações à esquerda do partido. Estas frações criticaram o movimento ao centro “(...) *porém ainda acreditávamos que as forças das ruas, dos movimentos sociais, da história do PT, a negação à política neoliberal materializado no Brasil no governo FHC, poderiam impor uma ruptura do PT com esses setores*” (informação verbal)²²⁰.

Também há evidência que avalia uma perda de poder intrapartidário das frações à esquerda.

Não se verifica neste período uma perda da representação nos espaços intrapartidários (o DN do PT) das frações à esquerda do partido, já que a porcentagem total da esquerda no DN conformado no II CN do PT de 1999 era de 32.8% e após do PED de 2001 era de 32.49% (RIBEIRO, 2010). Porém, como aponta Ribeiro:

²¹⁹ Franklin Oliveira Junior: depoimento [10 out. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Via e-mail. Transcrição em ANEXO B

²²⁰ Ribeiro, Moyses Israel Coelho. Moyses Ribeiro: depoimento [14 out. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Via e-mail. Transcrição em ANEXO B

A primeira eleição direta, em 2001, consolidou o domínio de uma minioligarquia de corte burocrático sobre a máquina petista: pela primeira vez desde os anos 1980, todos os cargos estratégicos da executiva nacional foram ocupados por membros de uma mesma facção – permanecendo até 2005, quando foram derrubados pelos escândalos de corrupção (Ribeiro, 2010). Mesmo tendo levado o PT à maior crise de sua história, o antigo Campo Majoritário manteve o controle da *coalizão dominante* do partido após as eleições diretas de 2005, 2007 e 2009, sempre elegendo o presidente petista (RIBEIRO, 2013, p.260).

Além disso, dentro da esquerda petista se registrou a diminuição do poder da FS/APS, que passou de um total de 20,8% na chapa que integrava com AE em 1999, para 15,74% do DN em 2001. Dado o comportamento diferencial que posteriormente tiveram a DS e a FS/APS (sendo que a primeira permaneceu no PT), vale apontar que neste período parece ter havido uma transferência de votos petistas entre ambas as frações, já que a percentagem que perdeu a FS/APS (5.06 pontos percentuais) foi aproximadamente a mesma em que cresceu a DS (4.85 pontos percentuais, passando de 9.9% para 14.75% do DN).

Nada obstante, enquanto às evidências das primeiras três partes do *mecanismo causal* envolveram todas as frações que racharam com o PT para formar o PSOL, com independência do momento do racha, o funcionamento da parte 4 deste mecanismo unicamente se verificaria para a FS/APS, fração que rachou com o PT em 2005 e passou a formar parte do segundo momento de estruturação do PSOL, pois como se mostrou anteriormente, as frações que racharam no primeiro momento não eram expressivas dentro dos órgãos de direção nacional do PT, provavelmente pelas prioridades de atuação estabelecidas por elas mesmas.

Como exemplo, uma militante do MES apontava o fato de que: “*A corrente da qual eu participava no PT, o MES, nunca privilegiou a atuação interna ao partido. E, apesar de ter uma parlamentar, era bastante minoritária*” (informação verbal)²²¹.

²²¹ Denise Simeão: depoimento [11 out. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Via e-mail. Transcrição em ANEXO B

Por outro lado, há também consenso e são abundantes as referências entre todos/as os entrevistados na percepção de que uma vez que iniciou, o governo Lula começou desenvolver ações e políticas conciliatórias (parte 5 do MC). Entre estas, a proposta de Reforma da Previdência talvez seja a mais simbólica, pois derivou na expulsão dos parlamentares que começaram a formar o PSOL. Porém, não foi a única:

Efetivamente, em congressos anteriores a direção majoritária do PT havia desenvolvido a chamada tese da Revolução Democrática, que caracterizava que o Estado brasileiro ainda se mantinha totalmente inacessível do ponto de vista dos direitos sociais para a maioria da população e ampliar o acesso a esses direitos mexer nas estruturas, como judiciário, etc, num país como o Brasil era a grande tarefa colocada [...] o problema é que o governo Lula fez quatro sinalizações, logo de início, que iam na contramão de quem se propõem a ser mudança. a) manutenção do superávit e do esquema básico econômico anterior; b) sinalização política para o mercado com a Carta ao Povo Brasileiro; c) Reforma da Previdência, mostrando disposição de enfrentar sua base social; d) desmobilização dos movimentos sociais (talvez uma das mais graves para quem quer fazer mudanças profundas num país de oligarquias) (informação verbal)²²².

No mesmo sentido, outro dos entrevistados apontou que:

Nos primeiros meses de mandato do presidente agravaram-se as divergências, A nomeação de Henrique Meirelles, conselheiro do Banco de Boston como presidente do Banco Central para ficar bem com o mercado foi uma delas, mas o fulcro foi o tratamento do funcionalismo e a política do “ganha-ganha” onde qualquer benefício dos setores populares passavam por beneficiar também as classes dominantes. Havia, entretanto, contra balançadamente o lançamento do Programa Fome Zero em 2003 e do Bolsa Família em 2004 (informação verbal)²²³.

²²² Denise Simeão, Ibid.

²²³ Moyses Ribeiro, Ibid.

A implementação de políticas conciliatórias implicava também deixar de lado outras opções de política:

*A Reforma da Previdência e ausência de Reformas Fundamentais defendidas pelo partido e esquecidas pós vitória. Reforma Tributária, imposto sobre grandes fortunas, Democratização da mídia, Erradicação do analfabetismo, Auditoria da Dívida pública, etc. (informação verbal)*²²⁴.

Assim, como resume Medeiros:

Eleito, Lula cumpriu os compromissos firmados com o mercado durante sua campanha: sofrendo os efeitos da crise econômica que atingiu o País, seu governo implementou um forte ajuste fiscal de caráter conservador que elevou a meta de superávit primário, aumentou das taxas de juros, renovou a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e enviou ao congresso Nacional a proposta de emenda constitucional que alterava o regime da Previdência Social dos servidores públicos. Se os ajustes fiscais (juros, superávit, metas de inflação) já eram suficientes para estarrecer até o mais moderado dos petistas, já que representavam uma clara adesão às teses macroeconômicas do tucanato, a reforma da Previdência parecia um pesadelo: pela primeira vez o PT defendia a retirada de direitos dos trabalhadores (MEDEIROS, 2016, p.24).

Também há consenso em que a radicalização da oposição ao governo pelas frações à esquerda (parte 6 do MC) teve seu principal ponto na oposição dos parlamentares à reforma previdenciária. O relato desse momento já foi suficientemente exposto no ponto anterior, no entanto, importa aprofundar na análise desse fato do ponto de vista da hipótese apresentada.

Em primeiro lugar, o fato de que as formas de oposição à reforma tenham sido realizadas de diversas maneiras (voto contrário, abstenção, voto favorável sob protesto)

²²⁴ Bernadete Menezes: depoimento [02 nov. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Via e-mail. Transcrição em ANEXO B

confirmaria o funcionamento desta parte do *mecanismo causal*, especialmente, entre aqueles que votaram contra e os que se abstiveram, desconsiderando a resolução do EN do dia 12/05/2003 que obrigava a todos os parlamentares a votarem de acordo com a resolução da maioria, que foi a de apoiar a reforma.

No entanto, é necessário diferenciar entre as primeiras duas estratégias de oposição das frações à esquerda, o que se relaciona com a seguinte atividade hipotética da parte 6 do MC (disputa de espaços intrapartidários).

De acordo com a descrição dos fatos realizada no ponto anterior, pode-se dizer que entre os parlamentares que fizeram oposição à reforma abstendo-se (ou ausentando-se) nas votações da Câmara dos dias 6 e 22 de agosto de 2003, a radicalidade da sua oposição chegou até o limite de não gerar uma reação que impedisse a eles (e as suas frações) aprofundar na estratégia de disputa dos espaços intrapartidários. Isso fica evidenciado nas três alternativas que se debateram na APS, descritas por Ivan Valente e citadas no ponto anterior.

Entre os parlamentares que votaram contra a proposta (na Câmara e no Senado), a radicalização atingiu seu ponto máximo, passando a articular a construção de alternativas extrapartidárias (parte 8, atividade 2 do MC). De fato, como relata um dos parlamentares que votou contra a reforma, “antes mesmo da expulsão dos radicais [14 de dezembro de 2003] e com a percepção de que isso ocorreria, iniciamos um debate nacional cuja conclusão foi pela fundação de um novo partido” (BABÁ, 2016, p.47). Contudo, é necessário destacar que embora o último movimento destes parlamentares dentro do PT foi votar contra a reforma, este não foi, em todos os casos, o último movimento das suas frações. Como já foi explicitado, a fração da Luciana Genro (MES) e do João Fontes (CST), racharam junto com a expulsão dos parlamentares, já a fração da Heloísa Helena (DS) se manteve dentro do PT, sofrendo unicamente desfiliações individuais nos dois momentos de estruturação do PSOL.

De acordo com o exposto neste capítulo, e levando em consideração que na mesma parte do MC do processo de racha do 26M do Uruguai houve a ativação das marcas originais da organização (o *seispuntismo*), diferentes hipóteses podem ser levantadas a respeito desta trajetória divergente que, por sua vez, derivaria na estruturação dos dois momentos de formação do PSOL:

a. Ideológica: a origem trotskista das frações que radicalizaram até seu ponto máximo a oposição ao governo versus a origem marxista mais ligada à tradição leninista das frações que limitaram sua radicalização. E mais especificamente, as diferentes avaliações que cada uma destas tradições adotou historicamente sobre o caráter estratégico ou não estratégico do PT para a revolução socialista no Brasil, e a influência que essas leituras tiveram sobre as interpretações, avaliações e sentidos das possibilidades de disputa do governo e do partido uma vez que este sinalizou seu caminho.

b. Racional. Independentemente da sua tradição de origem, os diferentes custos de saída determinaram estas trajetórias divergentes que derivaram nos dois momentos de estruturação do PSOL.

c. Ideológica-racional, que resulta da combinação das anteriores. As frações de origem trotskista que não viam o PT como estratégico para a revolução socialista no Brasil, perante o processo de transformação partidária do PT e as sinalizações feitas pelo governo e pelo partido avaliaram a caducidade desta ferramenta partidária e/ou não tinham possibilidades reais de disputa intrapartidária (o que, por sua vez, reduzia seus custos de saída), elegeram radicalizar ao máximo a oposição, gerando o fato político da sua expulsão, com vistas à geração de uma nova ferramenta partidária que possibilitasse cumprir com seu objetivo socialista.

As frações de origem marxista ligadas à tradição leninista, que viam o PT como uma possibilidade, não de criar o partido do proletariado, mas sim como parte do bloco estratégico e popular para a implementação do programa democrático-popular e o governo deste caráter; e que, como consequência do anterior, valorizavam a disputa eleitoral e interna como parte da luta pelo poder e, portanto, tinham presença nos órgãos de direção do partido (o que, por sua vez, aumentava os custos de saída), limitaram sua radicalidade de oposição ao governo até o ponto de não serem expulsos do partido, para continuar disputando-o.

d. Neste processo a DS, que tinha uma origem mais próxima da primeira tradição (trotskista) e um poder intrapartidário mais próximo da segunda (leninistas) perdeu seus militantes tanto no primeiro, quanto no segundo momento de rachas e estruturação do PSOL, o que teve como consequência a moderação da fração que permaneceu no PT²²⁵.

²²⁵ Em sua análise do PED 2007, Amaral (2010) da conta do caráter mais moderado da DS.

8.2.4.1 O resultado final

Como resultado do processo de radicalização das frações à esquerda contra o governo, a *coalizão dominante* agiu sustentando o governo e diminuindo os espaços de decisão intrapartidária (parte 7 do MC). As evidências mais contundentes do funcionamento desta parte do *mecanismo causal* são as resoluções partidárias dos dias 12 de maio (passagem à comissão de ética do partido aos parlamentares rebeldes e resolução de voto partidário) e 14 de dezembro de 2003 (expulsão dos quatro parlamentares que votaram contra a reforma da previdência). Porém, não foram as únicas ações: a suspensão dos deputados que se abstiveram (01/09/2003) também pode ser considerada parte destas ações. Além disso:

Na época estava no governo e como nossos parlamentares (da APS) se abstiveram, os poucos cargos que existiam no governo foram exonerados em represália. Mas isso não teve relevância na decisão de 2005. Para nós era o preço da coerência e sairíamos do governo de qualquer jeito (informação verbal)²²⁶.

No que se refere à diminuição dos espaços de decisão intrapartidários naquele período, também pode ser apontado que:

A passagem para a presidência da república reduziu o partido a pouco mais de um apêndice do governo, escancarou as alianças, primeiro com o centro e depois com a direita, atraiu um sem número de pessoas que nada tinham a ver com nossas posições já que a lógica do partido se decidia conforme os “interesses do Estado”. Desequilíbrio completamente o peso das correntes partidárias, principalmente daquelas mais à esquerda. A máquina do Estado foi inclusive utilizada para assegurar a “hegemonia” da corrente majoritária (informação verbal)²²⁷.

²²⁶ Luiz Araújo: depoimento [10 out. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Via e-mail. Transcrição em ANEXO B

²²⁷ Franklin Oliveira Junior, Ibid.

Assim, após das atividades descritas nas partes 6 e 7, houve dois resultados: por um lado, os já referidos rachas das frações CST e MES quando ocorreu a expulsão dos parlamentares “rebeldes” do PT, com a conseqüente estruturação do primeiro momento de formação do PSOL, também descrito anteriormente. Por outro, as frações que ficaram continuariam a disputa interna no plano eleitoral.

Esta disputa tornou-se ainda mais importante perante o escândalo do “mensalão” que estourou em junho de 2005. Assim:

No interior do PT deflagrou-se uma segunda crise. Os parlamentares críticos aos rumos do governo uniram-se numa frente em favor de mudanças no partido. Era o chamado “Grupo dos Trinta”. Na eleição interna, esses deputados apoiaram a candidatura de Plínio de Arruda Sampaio à Presidência do PT. Era uma última tentativa de mudar o partido por dentro (MEDEIROS, 2016, p.26-27).

Porém, como assinalado no ponto anterior deste capítulo, a chapa que apoiava a candidatura do Plínio (BE) obteve apenas 9.1% dos votos válidos para o DN²²⁸, e a candidatura de Plínio para a presidência do partido obteve 13.4% dos votos válidos e não conseguiu passar para o segundo turno.

No total, a esquerda petista obteve nesta eleição 36.8% dos votos válidos para o DN²²⁹. Se comparada com a eleição (PED) de 2001, a esquerda cresceu 4.3 pontos percentuais. Ao mesmo tempo, a esquerda evitou que o CM obtivesse a maioria automática no DN como aconteceu em 2001, o que significaria recuperar em parte a perda de *zonas de incerteza* sofridas na eleição anterior. Finalmente, a esquerda que concorreu no segundo turno do PED ficou a 1.5 pontos percentuais de obter a presidência do partido.

No entanto, para a chapa da FS/APS o resultado de 2005 significou uma redução na sua votação de 6,64 pontos percentuais a respeito de 2001, o que se traduz na sua perda de poder dentro do partido (Parte 8 do MC).

²²⁸ A chapa que a FS/APS integrou em 2001 (e também em 1999) era com AE. Em 2005, o BE era integrado junto com militantes que estavam em processo de racha com a DS e a AE.

²²⁹ No PED 2005 a AE obteve 11,8% dos votos válidos para o DN, em tanto que a DS obteve 12,2%. A outra fração que se apresentou pela esquerda petista nesta eleição foi OT, que obteve 1.9% dos votos válidos (RIBEIRO, 2010). Amaral (2010) também inclui dentro desta categoria o Movimento Popular, que obteve 1.8% dos votos válidos.

Assim, por um lado, existiram avaliações de que a máquina governista influenciou na definição do resultado eleitoral:

Ficou completamente inviável concorrer nos termos em que a disputa era feita antes. O presidente ganhava ampla notoriedade no país e atraía ao seu redor, e de seu grupo, a ampla maioria daqueles que se aproximavam do Estado e do PT. A nomeação de mais de oitenta mil cargos, a eleição de parlamentares, de prefeitos e governadores seguiam a mesma lógica que reduzia as correntes de esquerda a marginalidade interna. Muitos dos que conseguiram sobreviver o fizeram a partir de todo tipo de concessão a corrente majoritária, e, também aos “interesses de Estado” (informação verbal)²³⁰.

Ao mesmo tempo, a avaliação do esgotamento das possibilidades do PT como ferramenta de mudança surgiu com mais força:

Após o PED, o processo de eleições diretas do PT de 2005, ficou claro que o PT tinha esgotado seu papel para ajudar nas transformações necessárias para que o povo brasileiro tivesse uma vida mais digna. No processo de debates do PED ficou claro a opção do partido em defender as opções do governo na política econômica e nas alianças com partidos conservadores para garantir a governabilidade (informação verbal)²³¹.

Não foi opção fácil. Assembleias, debates acalorados, votações, divergências vivas. E, por fim, a difícil tomada de decisão, após da derrota de Plínio de Arruda Sampaio no processo de eleições diretas (PED) para a Presidência do PT: não dá mais. Aquele partido perdera o *ethos* da transformação social. Era hora de “começar de novo”, e contar com nossas próprias forças. “Mudar de enxada para continuar o plantio”, metaforizou a sabedoria de um acampado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (ALENCAR, 2016, p.56).

²³⁰ Franklin Oliveira Junior, Ibid.

²³¹ Alexandre Varela: depoimento [17 out. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Via e-mail. Transcrição em ANEXO B

Houve um último fator decisivo para o momento da ruptura, a necessidade estabelecida pelo calendário eleitoral de ter que entrar no novo partido antes do dia 30 de setembro de 2005 para poder concorrer nas eleições de 2006:

Faço parte do conjunto de parlamentares e lideranças que decidiram sair do PT logo após o processo eleitoral interno de 2005 e que não viam condições de estar junto a Lula nas eleições seguintes. Decidimos sair por avaliação programática e a data esteve vinculada ao prazo para poder concorrer por novo partido (um ano antes das eleições de 2006) (informação verbal)²³².

Assim, a APS (e outros militantes que integravam o “grupo dos trinta”) decidiu romper com o PT e fazer parte da construção do PSOL. Como resume o atual presidente do PSOL:

Em 2005, numa decisão corajosa e histórica, a corrente da qual faço parte – Ação Popular Socialista (APS)- decidiu sair do Partido dos Trabalhadores. Havia um consenso em suas fileiras de que o PT havia se esgotado enquanto projeto transformador e, portanto, manter-se no seu interior não contribuiria para um projeto revolucionário em nosso país. [...] nosso caminho não poderia ser o PSTU (pela estreiteza e dogmatismo) e também não poderia ser para nenhum dos partidos da antiga frente popular que gravitavam em torno do petismo. Restou uma alternativa recente e em construção: o Partido Socialismo e Liberdade. A entrada no PSOL de praticamente toda a militância da APS e de um conjunto de parlamentares e lutadores sociais no segundo semestre de 2005 contribuiria de forma qualitativa para alterar sua história (ARAÚJO, 2016, p. 151-2).

No entanto, como o mesmo o mesmo Luiz Araújo assinalou na entrevista:

Quando saímos do PT éramos mais otimistas com o crescimento de dissidências internas. Nem todos que criticavam as mudanças

²³² Luiz Araújo, Ibid.

*programáticas saíram, alguns permanecem até hoje. Foi um risco, porque parlamentares (estaduais e federais) que saíram colocaram em cheque os seus mandatos e vários não conseguiram se reeleger pelo PSOL, partido em construção e sem chapas proporcionais fortes. Este resultado imediato de perda de acúmulo institucional fez parte do debate interno, foi o risco necessário para manter a coerência. Novamente agora, após os escândalos, impeachment e desastre eleitoral do PT em 2016 é que muitos voltam a discutir sair do PT (informação verbal)*²³³.

Como assinalado no ponto anterior, a APS entrou no PSOL em setembro de 2006 com o estatuto de filiação democrática, passou a formar parte plena do partido a partir de janeiro de 2006, completando seu segundo momento de estruturação²³⁴.

8.3 Conclusões

Este capítulo teve por objetivo fazer apontamentos sobre funcionamento da hipótese de *mecanismo causal*, construída a partir do processo de ruptura do 26M com o FA durante o governo de Tabaré Vázquez no Uruguai, no caso do racha com o PT das frações à esquerda deste partido durante o governo Lula.

A análise apresentada neste capítulo não teve pretensão explicativa, pois as partes do *mecanismo causal* hipotético e as evidências apresentadas para cada uma destas partes não foram submetidas a testes empíricos que permitissem atualizar nossa confiança na hipótese. Um estudo dessas características demandaria aprofundar mais no caso, em particular nas partes 6 e 8 do MC, onde se constatou uma bifurcação das forças causais entre as frações que terminaram rachando com o partido principal, o que poderia estar relacionado com a ativação das marcas genéticas de cada organização. Porém, isso supera minhas possibilidades nesta etapa de mestrado e deveria ser retomado e aprofundado em pesquisas futuras.

²³³ Luiz Araújo, Ibid.

²³⁴ A análise do desenvolvimento posterior ao segundo momento de estruturação do PSOL foge amplamente as possibilidades deste trabalho e unicamente poderá ser desenvolvida em investigações futuras.

Nada obstante pode-se dizer que, de maneira geral, as evidências apresentadas não foram contrárias ao funcionamento da hipótese de MC construída. Inclusive registrando-se a já mencionada bifurcação das forças causais, estas forças não demandaram adicionar de maneira *ad-hoc* partes para o mecanismo, pois se mantiveram dentro das partes nele estabelecidas, encurtando-o no caso das frações que racharam no primeiro momento, e percorrendo-o parte por parte, no caso da fração que rachou no segundo momento.

Levando em consideração que o caso brasileiro é mais complexo do que o caso a partir do qual a hipótese foi construída, esse apontamento resulta sumamente positivo. Neste sentido, o fato de ter construído a hipótese a partir de um caso mais simples (que envolve menos atores) ajudou gerar uma hipótese mínima, porém aparentemente suficiente, para suportar casos mais complexos.

9 CONCLUSÕES

O objetivo principal deste trabalho foi construir uma hipótese de *mecanismo causal* do esquerdismo nos governos de *esquerda renovadora* da América Latina a partir do estudo de caso do racha à esquerda do FA do Uruguai, e fazer apontamentos sobre o funcionamento dessa hipótese no caso do racha à esquerda do PT do Brasil.

Assim, nos capítulos 4, 5, 6 e 7 se desenvolveu a parte indutiva do trabalho. Utilizando *theory building process-tracing*, a partir da literatura sobre partidos políticos foram elaboradas, e testadas no caso uruguaio, três hipóteses de partes de *mecanismo causal*, que visaram à construção de um *mecanismo causal* hipotético dos processos de ruptura de frações à esquerda nesses governos. Mais especificamente:

No capítulo 4 se realizou a apresentação geral do caso uruguaio e em particular, se apresentou a origem e desenvolvimento do 26M, fração que terminou rachando com o FA para formar a AP. As marcas genéticas desta organização foram expostas neste capítulo: (i) sua relação conflitiva com o FA; (ii) sua identidade *seispuntista*; e (iii), sua predisposição para, partindo de absoluta minoria, desenvolver um trabalho abnegado para garantir sua supervivência como organização.

Estes traços genéticos estiveram presentes durante todo o processo que terminou com sua saída do FA, mas, especialmente, no final do primeiro ano de governo (capítulo 6), quando fez o chamado à conformação da AP.

No capítulo 5, se testou a hipótese de trabalho (HT1), a qual estabelecia que o movimento ao centro feito pelo FA, para atingir objetivos eleitorais, é parte necessária do *mecanismo causal* do racha do 26M. Neste capítulo, se apresentaram evidências de que não foi o movimento ao centro do FA (iniciado na sua etapa progressista no processo de atualização ideológica que vai até o CN do FA de 2003), mas sim, o movimento ao centro do “futuro governo” o que desencadeou a ativação do *mecanismo causal*. Este movimento foi feito pelo candidato a presidente do FA, Tabaré Vázquez, no contexto dos resultados eleitorais da eleição primária, realizada em 27 de junho de 2004, e materializou-se com a nomeação do futuro Ministro da Fazenda, Danilo Astori. Neste processo, o 26M passou a manter uma posição crítica moderada com as orientações gerais da campanha que mantinha a esperança nas futuras possibilidades de incidência no governo à esquerda, para uma

posição radicalizada e desesperançada das possibilidades de mudança social com um governo do FA, caracterizado como progressista e de centro. A *coalizão dominante* do FA respaldou a atuação do futuro governo e a nomeação do futuro ministro da Fazenda, bloqueando as tentativas de crítica do M26 nas instâncias de decisão partidárias. Finalmente, como consequência provável das críticas do 26M ao futuro governo, o candidato deixou de participar de seus programas semanais na CX36.

No capítulo, se concluiu que as evidências apresentadas possuem um alto poder confirmatório da hipótese. Porém, essas evidências não foram suficientes para descartar as hipóteses alternativas HA1, HA2, HA3, especialmente as primeiras duas, que foram retomadas e aprofundadas no capítulo 7.

Já no capítulo 6, se testou a hipótese de trabalho (HT2), a qual estabelecia que os conflitos políticos com o governo do Presidente Tabaré Vázquez, se constituíram parte do *mecanismo causal* do racha do 26M. As evidências apresentadas neste capítulo permitiram mostrar que a ativação dos conflitos políticos do 26M, em relação ao governo, se produziu a partir das ações desenvolvidas pelo Ministério da Fazenda, dirigido por Danilo Astori. Assim, no decorrer dos primeiros meses de governo o 26M passou de uma posição crítica centrada na pasta da Fazenda, a criticar um amplo leque das ações governamentais. Nos primeiros meses, ensaiou a estratégia de tentar separar o *Astorismo* do resto dos setores, disputando, por vias orgânicas do FA, o rumo do governo. O ponto de inflexão aconteceu quando esta tentativa foi bloqueada pela *coalizão dominante* do FA, que agiu respaldando o governo dentro da MP e no PN do partido. Tendo sido bloqueado nesta tentativa, ressurgiram as marcas genéticas da organização e a fração começou trabalhar na construção de uma alternativa opositora, a AP.

Os testes empíricos realizados permitiram confirmar a hipótese apresentada, mas não descartar as hipóteses alternativas, as quais estabeleciam que a ativação do *mecanismo causal* se produziu pela perda de uma asa mais moderada do 26M (HA1^ˆ); e/ou que foi consequência de não ter exercido nenhum cargo no governo do FA (HA2^ˆ).

No capítulo 7 concluiu-se a parte indutiva deste trabalho. Nele testou-se a hipótese (HT3) que estabelecia que à diminuição das *oportunidades* do 26M de incidir na tomada de decisões do FA, combinada com sua perda de *zonas de incerteza* dentro do partido, tornou-se parte do *mecanismo causal* do racha desta fração.

Neste capítulo, as evidências mostraram que depois de ter atingido o máximo poder de incidência no período 2000-2004, o 26M iniciou um processo de declive desse poder, ativando o *mecanismo causal*. Primeiro, em 2004, produto do estabelecimento de um comando eleitoral fora da estrutura do FA, que tirou poder da comissão central de propaganda, presidida pelo 26M, e pelos resultados eleitorais inexpressivos alcançados por esta fração na eleição de outubro do mesmo ano, onde perdeu o mandato do Deputado Raúl Sendic. As forças causais foram transmitidas pelo mecanismo em 2005, com a primeira tentativa de instituir um SE da MP e a incorporação à estrutura orgânica do FA dos setores que compunham a aliança eleitoral do FA, EP e NM. As eleições internas, novembro de 2006, confirmaram a perda de poder da fração, que conseguiu manter um lugar na MP em aliança com a CI. No entanto, a resolução do CN do FA, 2007, de encomendar à MP a criação de um SE, e a maneira como esta foi efetivada em março de 2008, provocaram a redução do poder dentro da MP e a exclusão do 26M da nova *zona de incerteza* do partido. Minguido totalmente seu poder de incidência, o 26M afastou-se da MP, primeiro, e do FA, depois, completando-se *mecanismo causal*.

Os testes empíricos realizados permitiram confirmar a hipótese formulada, mas não tiveram poder para descartar as hipóteses alternativas, as quais estabeleciam que a saída da MP e do FA foi decidida com anterioridade à sua exclusão do SE (HA1´´); e/ou que sua saída do partido estava relacionada à proximidade das futuras eleições (2009) e sua necessidade de cumprir com os requisitos burocráticos para a formação de um novo partido (HA2´´).

Com base no caso do racha do 26M do Uruguai, se construiu uma hipótese de *mecanismo causal* dos processos de esquerdismo nos governos de *esquerda renovadora* da América Latina. A hipótese contém 8 partes, com suas respectivas entidades (atores) e ações envolvidas em cada uma delas (ver capítulo 3.4).

Por fim, utilizando *theory-testing process-tracing*, no capítulo 8 se fizeram apontamentos sobre o funcionamento desta hipótese no caso do processo das frações que racharam com o PT e formaram o PSOL.

Neste capítulo se apresentaram evidências que indicariam que o que ativou o *mecanismo causal* não foi o movimento ao centro do PT (processo iniciado na década dos 90´), senão o movimento ao centro realizado pelo futuro governo (parte 1 do MC)

representado, simbolicamente, com a Carta ao Povo Brasileiro. Mostrou-se, também, como este movimento ao centro gerou uma crítica das frações à esquerda e sua tentativa de disputar o futuro governo (parte 2 do MC) que foi derrotada pela maioria do partido (parte 3). No entanto, não se produz nenhuma cisão no período prévio as eleições de 2002, o que também evidenciaria o funcionamento da parte 4 do *mecanismo causal*.

Uma vez que Lula chegou ao governo, desde a perspectiva das frações à esquerda, começou desenvolver ações e políticas conciliatórias (parte 5 do MC).

As evidências também permitiram mostrar a existência de uma radicalização das frações à esquerda na sua oposição ao governo (parte 6 do MC), que teve seu principal ponto na oposição dos parlamentares à Reforma Previdenciária proposta pelo governo. No entanto, houve diversas maneiras de oposição que tiveram consequências também diferentes, o que se relacionaria com os dois momentos de estruturação do PSOL.

Assim, entre os parlamentares que fizeram oposição à reforma abstendo-se (ou ausentando-se) nas votações da Câmara dos dias 6 e 22 de agosto de 2003, a radicalidade da sua oposição chegou até o limite de não gerar uma reação que impedisse a eles (e as suas frações) aprofundar na estratégia de disputa dos espaços intrapartidários. Isto é particularmente claro no caso dos parlamentares da APS.

Entre os parlamentares que votaram contra a proposta (na Câmara e no Senado), a radicalização atingiu seu ponto máximo, passando a articular a construção de alternativas extrapartidárias (parte 8, atividade 2 do MC).

Neste sentido, foram formuladas 4 hipóteses que combinaram a origem ideológica das frações que racharam nos dois momentos de estruturação do PSOL (trotskistas, no primeiro momento -2003/04- e marxistas ligados à tradição leninista, no segundo momento -2005), com elementos de competição interna e representação na direção nacional do PT (baixos custos de saída das frações trotskistas que não tinham representação nos órgãos de direção do partido versus maiores custos de saída das frações que tinham maior presença nesses órgãos). As hipóteses também permitiriam explicar a permanência da DS no PT, já que esta fração tinha a origem ideológica trotskista, mas, sua presença nos órgãos partidários era mais parecida à segunda, perdendo militantes tanto no primeiro, quanto no segundo momento de estruturação do PSOL.

Também se evidenciou que a *coalizão dominante* do PT agiu sustentando ao governo e diminuindo os espaços de decisão intrapartidária (parte 7 do MC), dentre outras, expulsando aos parlamentares “rebeles” do PT.

Por fim, foram apresentadas evidências sobre a tentativa de disputa do PT da FS/APS, que se tornou mais intensa no ano 2005, perante os escândalos do “mensalão”. No entanto, para a chapa da FS/APS o resultado do PED 2005 significou sua perda de poder dentro do partido (Parte 8 do MC), o que determinou seu racha e derivou no segundo momento de estruturação do PSOL. A data de saída também foi determinada pelo calendário eleitoral, que exigia que os parlamentares integrassem o partido antes do dia 30 set. 2005 para poder concorrer nas eleições de 2006.

Dado que as partes do *mecanismo causal* e as evidências apresentadas não foram submetidas a testes empíricos, o estudo de caso do PT e a formação do PSOL não teve pretensão explicativa. No entanto, de maneira geral, pode-se afirmar que as evidências apresentadas não foram contrárias ao funcionamento da hipótese de *mecanismo causal*. Inclusive registrando-se a já mencionada bifurcação das forças causais, estas forças não demandaram adicionar partes ao mecanismo de maneira *ad-hoc*, pois se mantiveram dentro das partes nele estabelecidas, encurtando-o no caso das frações que racharam no primeiro momento, e percorrendo-o parte por parte, no caso da fração que rachou no segundo momento.

Neste sentido, o fato de ter construído a hipótese a partir de um caso mais simples (que envolve menos atores) ajudou gerar uma hipótese mínima, porém aparentemente suficiente, para suportar casos mais complexos.

Considerações finais

Como assinalam Beach e Pedersen (2013), o *theory-building process-tracing* tem por objeto construir uma explicação teórica generalizável inferindo que um *mecanismo causal* mais geral existe através dos fatos de um caso particular. Por sua vez, a *theory-testing process-tracing* procura deduzir uma teoria de uma teoria existente e testa se as evidências mostram que cada parte do *mecanismo causal* hipotético está presente em um caso, e se mecanismo funcionou como esperado. A combinação de ambas as ferramentas

analíticas permitiu gerar uma hipótese sólida para explicar (e fazer apontamentos) de dois casos de esquerdismo nos governos de *esquerda renovadora* da América Latina. No entanto, como adverte o mesmo autor, nenhuma afirmação pode ser feita a respeito de se o mecanismo testado foi a única causa do resultado observado. Isto é válido também para cada parte do *mecanismo causal* testada neste trabalho.

Outra virtude desta técnica é que possibilitou a combinação de diferentes teorias sobre partidos políticos para explicar um resultado específico de uma conjuntura política complexa, como foi a ascensão ao governo de partidos de esquerda altamente institucionalizados e fragmentados (*fraccionalizados*). Os estudos sobre as origens dos partidos, transformação partidária e dinâmica de competição interna serviram de base para gerar as hipóteses iniciais de partes do *mecanismo causal*. Porém, nenhuma destas partes foi por si mesma causa suficiente para produzir o racha e, como se mostrou durante o trabalho, a explicação desse processo resultou da combinação específica destas partes.

Dentre os fatores considerados, as características genéticas das organizações partidárias se revelaram como chaves. A ideologia, fortemente presente fase 1 da ordem organizativa dos partidos (PANEBIANCO, 2005) pesou, de fato, na hora das frações tomarem estas decisões, muitos anos depois da sua criação. No entanto, como se mostrou no caso do 26M e mais nitidamente (como hipótese) na bifurcação dos percursos das frações que racharam com o PT, a ideologia operou de maneira muito mais direta para definir os processos das frações que não tinham peso na estrutura partidária e por isso, tinham menores custos de saída.

Por fim, esta dissertação unicamente se focou na primeira parte do processo de esquerdismo descrito por Duverger (1957), tal vez a única possível de ser testada no curto prazo. Além do racha à esquerda, esse processo se complementa com um movimento ao centro do partido/fração que rachou, que em caso de ser exitoso e atingir o governo, geraria novos rachs.

Atualmente, a AP, rebatizada como UP, está longe de chegar neste ponto, já que só na eleição de 2014 (a segunda eleição nacional após da sua formação) conseguiu um assento na Câmara. No entanto, além dos mandatos no parlamento com os quais nasceu e em diferente medida conseguiu manter, o PSOL detém mandatos em prefeituras de cidades

de poucos habitantes e na última eleição (2016), o partido disputou o segundo turno para prefeitura em 3 capitais, dentre elas, uma das mais importantes do país, Rio de Janeiro.

Assim, o estudo do desenvolvimento destas organizações, sua dinâmica de funcionamento interno, e os eventuais processos de transformação partidária e rupturas que possam atravessar, serão temas que deverão ser abordados em futuras pesquisas.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p.5-34, 1988.

AGUIAR, Cesar. **Partidos y elecciones**. Montevideo: Ciedur, 1984.

BAYLEY, Miguel Aguirre. **Frente Amplio: La admirable alarma de 1971**. Montevideo: Cauce, 2005.

ALCANTARA, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. Organización y Funcionamiento Interno de los Partidos Políticos em América Latina. Em: ALCANTARA, Manuel; Freidenberg, Flavia (Eds.). **Partidos Políticos de América Latina: Cono Sur**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2001, p.11-30

ALENCAR, Chico. O porvir do PSOL. In: MEDEIROS, Juliano; DUTRA, Israel Pinto Dornelles (Organizadores). **Um partido necessário: 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016, p.53-63.

ALTMAN, David. Continuidades, Cambios Y Desafíos, democráticos en Chile (2006-2009). **Colombia Internacional**, Bogotá, v. 64, p.12-33, 2006. Disponível em: <<http://colombiainternacional.uniandes.edu.co/view.php/98/1.php>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

AMARAL, Oswaldo E. do. **A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90**. São Paulo: Garçon, 2003.

_____. **As transformações na organização interna do partido dos trabalhadores entre 1995 e 2009**. 2010. 306 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

_____. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p.11-32, 2013.

ANGELO, Vitor Amorim de. O PT visto de dentro: as correntes trotskistas. In: _____; VILLA, Marco Antonio (Orgs.). **O Partido dos Trabalhadores e a Política Brasileira (1980-2006)**. Uma história revisitada. São Carlos: Edufscar, 2008. p.87-106.

AMES, Barry. **The Dead lock of Democracy in Brazil**. Ann Arbor: University Of Michigan Press, 2001.

ARAÚJO, Luiz. Um partido para um novo ciclo da esquerda no Brasil. In: MEDEIROS, Juliano; DUTRA, Israel Pinto Dornelles (Organizadores). **Um partido necessário: 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016, p.151-160.

BABÁ. A decadência do PT e o surgimento do PSOL. In: MEDEIROS, Juliano; DUTRA, Israel Pinto Dornelles (Organizadores). **Um partido necessário: 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016, p.37-49.

BARTOLINI, Stefano. Partidos y sistemas de partido. In: PASQUINO, Gianfranco et al. **Manual de Ciencia Política**. Madrid: Alianza, 1993. p. 217-264.

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process-tracing methods: foundations and guidelines**. Ann Arbor: University Of Michigan Press, 2013.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T.. **Process tracing: From metaphor to analytic tool**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BOLIN, Niklas. **New Party Entrance: Analyzing the Impact of Political Institutions**. Umeå: Statsvetenskap, 2007. 20 p. (Umeå Working Papers in Political Science).

BOUCEK, Françoise. Rethinking Factionalism: Typologies, Intra-Party Dynamics and Three Faces of Factionalism. **Party Politics**, [s.l.], v. 15, n. 4, p.455-485, 19 jun. 2009. SAGE Publications. DOI: 10.1177/1354068809334553.

_____. **Factional Politics: how dominant parties implode or stabilize**. New York, NY, Palgrave Macmillan, 2012.

BOTTINELLI, Oscar. **La reforma electoral y sus efectos**. 1995. Disponível em: <<http://www.factum.edu.uy/>>. Acesso em: 01 out. 2014.

_____. **Los efectos políticos de la Reforma Constitucional**. 1999. Conferencia en el Paraninfo de la Universidad de la República, Instituto de Derecho Constitucional de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Disponível em: <<http://www.factum.edu.uy/>>. Acesso em: 01 out. 2014.

BUQUET, Daniel. Fragmentación y fraccionalización política: de la oferta electoral a la conformación del gobierno. In: LANZARO, Jorge (Org.). **La "segunda" transición en el Uruguay**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2000. p. 259-296.

_____. Elecciones uruguayas 2004-2005: De la vieja oposición a la nueva mayoría. In: _____. (Org.). **Las Claves del Cambio: Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005**. Colección Política Viva. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, Instituto de Ciencia Política, 2005, p. 11-26

_____.; CHASQUETTI, Daniel; MORAES, Juan Andrés. **Fragmentación Política y Gobierno en Uruguay: ¿Un Enfermo Imaginario?** Montevideo: Instituto de Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de La República, 1998.

CARAMANI, Daniele; HUG, Simon. The literature on european parties and party systems since 1945: a quantitative analysis. **European Journal Of Political Research**, [s.l.], v. 33, n. 4, p.497-524, jun. 1998. Wiley-Blackwell. DOI: 10.1111/1475-6765.00393.

CHASQUETTI, Daniel. Compartiendo el Gobierno: Multipartidismo y Coaliciones en el Uruguay(1971-1997). **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, Vol. 10 (1), p. 25-45, 1999.

_____; BUQUET, Daniel. La Designación de Gabinetes en Uruguay: Estrategia legislativa, jerarquía de los ministerios y afiliación partidaria de los ministros. **América Latina Hoy**, Salamanca, Vol. 64, p. 15-40, agosto 2013

COLOMER, Josep. **Ciencia de la política: Una introducción**. Barcelona: Ariel, 2009.

COLLIER, Ruth Berins; COLLIER, David. **Shaping the political arena: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America**. New York: Princeton University Press, 1991.

COUTO, Cláudio. **O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

COX, Gary. **La coordinación estratégica de los sistemas electorales del mundo: Hacer que los votos cuenten**. Barcelona: Gedisa, 2004.

DAALDER, Hans. The 'reach' of the party system. In: MAIR, Peter (Ed.). **The West European Party System**. Oxford: Oxford, 1990. p. 78-90.

DOSEK, Tomás; FREIDENBERG, Flavia. Voto hacia nuevos candidatos en sistemas de partidos (des)institucionalizados: el caso de Marco Enríquez-Ominami en Chile 2009. **Revista SAAP**, Buenos Aires, v. 8, n. 1, p.11-42, maio 2014.

DUVERGER, Maurice. **Los partidos políticos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.

_____. Duverger's law: forty years later. In: GROFMAN, Bernard; LIJPHART, Arend (Ed.). **Electoral laws and their political consequences**. New York: Agathon Press, 1986. p. 69-84.

ESCOBAR-LEMMON, María y TAYLOR-ROBINSON, Michelle. Getting to the Top. Career Paths of Women in Latin American Cabinets. **Political Research Quarterly**, vol. 62 (4), p. 685-699, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p.497-524, 1995.

_____; _____. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

FREIDENBERG, Flavia. **La tentación populista. Una vía al poder en América Latina.** Madrid: Síntesis, 2007.

GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. **La Era Progresista: El gobierno de izquierda en Uruguay: de las ideas a las políticas.** Montevideo: Fin de Siglo, 2005.

_____. **Ideas y cambio institucional: tupamaros versus comunistas (Uruguay, 1985-2010).** 2012. 374 f. Tesis (Doctorado) – Departamento de Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Montevideo, 2012.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan. **Orçamento Participativo: A experiência de Porto Alegre.** São Paulo: FPA, 2001.

GERRIGN, John; SEAWRIGHT, Jason. Case Selection Techniques in Case Study Research. A Menu of Qualitative and Quantitative Options. **Political Research Quarterly**, v. 61, n. 2, p. 294-308, 2008

GONZÁLEZ, Luis. Legislación electoral y sistemas de partidos: el caso uruguayo. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, n. 4, p.9-27, 1991

_____. **Estructuras políticas y democracia en Uruguay.** Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1993.

HARMEL, Robert; ROBERTSON, John D.. Formation and Success of New Parties: A Cross-national Analysis. **International Political Science Review**, Sage Publications, Ltd., v. 6, n. 4, p.501-523, 1985. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1601057>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

HARNECKER, Marta. **Forjando la esperanza.** Santiago de Chile: LOM Ediciones, 1995.

HUG, Simon. Studying the Electoral Success of New Political Parties: A Methodological Note. **Party Politics**, [s.l.], v. 6, n. 2, p.187-197, 1 abr. 2000. SAGE Publications. DOI: 10.1177/135406880006002004.

JANDA, Kenneth. **Political Parties: A Cross-National Survey.** London: Free Press, 1980.

_____; KING, Desmond. Formalizing and testing Duverger's theories on political parties. **Comparative Political Studies**, Washington, v. 18, n. 2, p.139-169, 1985.

JONES, Mark. P. Presidential Election Laws and Multipartism in Latin America. **Political Research Quarterly**, [s.l.], v. 47, n. 1, p.41-57, 1 mar. 1994. SAGE Publications. DOI: 10.1177/106591299404700103.

_____. A guide to the electoral systems of the Americas. **Electoral Studies**, [s.l.], v. 14, n. 1, p.5-21, mar. 1995. Elsevier BV. DOI: 10.1016/0261-3794(94)00021-z. Disponível em: <<http://api.elsevier.com/content/article/PII:026137949400021Z?httpAccept=text/xml>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

KATZ, Richard. Intraparty preference voting. In: GROFMAN, Bernard; LIJPHART, Arend (Ed.). **Electoral laws and their political consequences**. New York: Agathon Press, 1986. p. 85-103.

_____; MAIR, Peter. **Party Organizations: A Data Handbook on Party Organizations in Western Democracies, 1960-90**. London: Sage, 1992.

_____; _____. **How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies**. London: Sage, 1994.

_____; _____. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KECK, Margareth Elizabeth (1991). **PT: a lógica da diferença**. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática.

KESTLER, Thomas; KRAUSE, Silvana; LUCCA, Juan Bautista. Los Break-in parties en América Latina: ¿éxito o fracaso? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, mai-ago, 2013.

KINZO, Maria D´Alva. Partidos, eleições e democracia no Brasil Pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.19, n. 54. 2004

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (Ed.). **Political Parties and political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1972. p. 177-200. (Studies in Political Development 6).

KITSCHHELT, Herbert. **The Transformation of European Social Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. European Party Systems: Continuity and Change. In: ROHDES, Martin. **Developments in West European Politics**. Basingstoke: Macmillan, 1997. p. 131-150.

_____; et al. **Latin American Party Systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LAMOUNIER, Bolivar. **Partidos e Utopias: O Brasil no limar nos anos 90**. São Paulo: Edições Layola, 1989.

_____. **Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo: Augurim, 2005.

_____; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O caso Brasileiro.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LANZARO, Jorge. El Frente Amplio: un partido de coalición, entre la lógica de oposición y la lógica de gobierno. **Revista Uruguaya de Ciencia Política.** n. 12, p. 35-67, 2001.

_____. La izquierda se acerca a los uruguayos y los uruguayos se acercan a la izquierda. Claves del desarrollo del Frente Amplio. In: _____. (Org.). **La izquierda uruguaya entre la oposición y el gobierno.** Montevideo: Fin de Siglo, 2004. p. 13-107.

_____. La “tercera ola” de las izquierdas latinoamericanas: entre el populismo y la social-democracia. **Revista Encuentros Latinoamericanos. Pensamiento, Sociedad y Democracia,** Montevideo, CEIL – FHCE, p. 20-57, 2007.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (Ed.). **Political Parties and political Development.** Princeton: Princeton University Press, 1972. (Studies in Political Development 6).

LIJPHART, Arend. Dimensions of ideology in European party systems. In: MAIR, Peter (Ed.). **The West European Party System.** Oxford: Oxford University Press, p. 253-265, 1990.

_____. **Sistemas electorales y sistemas de partidos: Un estudio de veintisiete democracias, 1945-1990.** Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995.

LIPSET, Seymour M.; ROKKAN, Stein. Estructuras de división, sistemas de partidos y alineamientos electorales. In: AA.VV. **Diez textos básicos de Ciencia Política.** Madrid: Ariel, p. 231-273, 1992.

MAINWARING, Scott. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil.** Stanford: Stanford University Press. 1999

_____. **Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais: O Brasil numa Perspectiva Comparada.** **Novos Estudos Cebrap,** n. 29, 1991

_____; BEJARANO, Ana M.; PIZARRO, Eduardo. La crisis de la representación democrática en los países andinos: un panorama general. In:

_____; _____. (Ed.). **La crisis de representación democrática en los países andinos.** Bogotá: Norma, 2008.

MEDEIROS, Juliano. Por uma história do PSOL. In: _____.; DUTRA, Israel Pinto Dornelles (Organizadores). **Um partido necessário: 10 anos do PSOL.** Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016, p.21-33.

MEDINA, Juan Abal. Elementos teóricos para el análisis contemporáneo de los partidos políticos: un reordenamiento del campo semántico. In: CAVARROZZI, Marcelo; _____. **El Asedio a la Política**. Santa Fe: Homo Sapiens, 2002. p. 33-54.

MELO, Carlos Ranulfo. Partidos e Migração Partidária na Câmara dos deputados. **DADOS**, n. 2, v. 43, 2000.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido**. 1979-1982. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MONESTIER, Felipe. Partidos por dentro: la fraccionalización de los partidos políticos en el Uruguay (1954-1994). In: **Los partidos políticos uruguayos en tiempos de cambio**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1999. p. 19-85.

MOREIRA, Carlos; RAUS, Diego; GÓMEZ Juan (Org.). **La nueva política en América Latina**: Rupturas y continuidades. Montevideo: FLACSO Uruguay, UNLa, ARCIS, Trilce, 2008.

_____. **Apunte Sobre el Primer Gobierno del Frente Amplio en Uruguay (2005-2010)**. Buenos Aires: El Grillo Sí, 2010.

MOREIRA, Constanza. **Final de juego**: Del bipartidismo tradicional al triunfo de la izquierda en Uruguay. Montevideo: Ediciones Trilce, 2004.

NICOLAU, Jairo. Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 43, n. 4, p. 709-735, 2000.

NOHLEN, Dieter. **Sistemas electorales del mundo**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1981.

_____. **Sistemas electorales y partidos políticos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998a.

_____. Sistemas electorales parlamentarios y presidenciales. In: NOHLEN, Dieter; PICADO, Sonia; ZOVATTO, Daniel (Ed.). **Tratado de derecho electoral de América Latina**, México: Fondo de Cultura Económica, 1998b, p. 294-333.

_____. **El distrito electoral**. 1999. Ponencia en Seminario Internacional sobre Legislación y Organización Electoral. Lima, 9-11 Fevereiro, 1999.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PAYNE, J. Mark et al. **La política importa**: Democracia y desarrollo en América Latina. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, Instituto Internacional para la Democracia y la Asistencia Electoral, 2003.

PETKOFF, Teodoro. Las dos izquierdas. **Revista Nueva Sociedad**, n. 197, p. 114-128, 2005.

PIÑEIRO, Rafael; YAFFÉ, Jaime. ¿Por qué se fraccionaliza la izquierda? Sistema electoral y fraccionalización partidaria en el Uruguay. El caso del Frente Amplio (1979-1999). **Documentos de Trabajo**, n.41, Montevideo: Departamento de Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales, 2003.

_____. El Frente Amplio por dentro. Las fracciones frenteamplistas 1971-1999. In: LANZARO, Jorge (Org.). **La izquierda uruguaya entre la oposición y el gobierno**. Montevideo: Fin de siglo, 2004, p. 297-319.

POMPÊO, Flavio. As origens do P-Sol. **Revista Urutágua**, n.12, Abr./Mai./Jun./Jul, 2007. Departamento de Ciências Sociais - Universidade Estadual de Maringá

QUEIROLO, Rosario. **La organización interna del Frente Amplio a treinta años de su fundación: 1971-2001**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Maestría en Ciencia Política en Iberoamérica. Universidad Internacional de Andalucía - Sede Iberoamericana Sta. Ma. de la Rábida, Andalucía, 2001.

RAE, Douglas. **Leyes electorales y sistemas de partidos**. Madrid: CITEP, 1977

RAMÍREZ, Diego. El cono sur en llamas: Lucha Armada y Movilización de masas en la Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR). 2010. 31 f. **Seminario de Licenciatura Primer y Segundo Semestre: Chile entre lo local y lo global**. Facultad de Historia, Geografía y Ciencia Política, Instituto de Historia. Santiago de Chile, 2010. Disponible em <<http://www.cedema.org/ver.php?id=5372>> Acceso: 15 mar. 2016

REY TRISTÁN, Eduardo. **A La Vuelta De La Esquina: La Izquierda Revolucionaria Uruguaya, 1955-1973**. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2006.

REYNOSO, Diego. La brecha entre mayorías institucionales y preferencias ciudadanas en los gobiernos pos Consenso de Washington. In: **La nueva política en América Latina: Rupturas y continuidades**. MOREIRA, Carlos; RAUS, Diego; GÓMEZ Juan (Org.). Montevideo: FLACSO Uruguay, UNLa, ARCIS, Trilce, 2008, p. 23–48.

RIBEIRO, Pedro. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT entre 1980 e 2005**. São Carlos: EdUFScar, 2010.

_____. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10. Brasília, janeiro - abril de 2013, p. 225-265.

RIKER, William. Duverger's law revisited. In: GROFMAN, Bernard; LIJPHART, Arend (Ed.). **Electoral laws and their political consequences**. New York: Agathon Press, 1986. p. 19-42.

_____. Teoría de juegos y de las coaliciones políticas. Em: ALMOND, Gabriel A.; BATLLE RUBIO, Albert. **Diez textos básicos de ciencia política**. Barcelona: Ariel, 1992, p.151-159.

ROMA, Celso. Organizaciones de partido en Brasil: El PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 44, p. 153-184, 2006.

SAMUELS, David. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. **DADOS**, v. 40, n. 3, p. 493-535, 1997.

_____. From Socialism to Social Democracy: Party Organization and the Transformation of the Workers' Party in Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 37, n. 9, p. 999-1024, 2004.

_____. A democracia brasileira sob o governo de Lula e do PT. In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio (Orgs.). **O Partido dos Trabalhadores e a Política Brasileira (1980-2006)**. Uma história revisitada. São Carlos: Edufscar, 2008. p.239-271.
SARTORI, Giovanni. La influencia de los sistemas electorales. **Estudios Públicos**, Santiago de Chile, n. 17, p.5-36, 1985. Centro de Estudios Públicos.

SARTORI, Giovanni. The influence of electoral systems: faulty laws or faulty method. In: GROFMAN, Bernard; LIJPHART, Arend (Ed.). **Electoral laws and their political consequences**. New York: Agathon Press, 1986. p. 43-68.

_____. **Partidos y sistemas de partidos: marco para un análisis**. Madrid: Alianza, 1992.

_____. **Ingeniería constitucional comparada: Una investigación de estructuras, incentivos y resultados**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

SCHMITT, Rogério; CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. Estratégias de Campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em Eleições Proporcionais. **DADOS**, v. 42, n 2, p. 277-297, 1999.

SCHNEIDER, Carsten Q.; WAGEMANN, Claudius. **Set-Theoretic Methods for the Social Sciences: A Guide to Qualitative Comparative Analysis**. New York: Cambridge University Press, 2012.

SHUGART, Matthew; CAREY, John. **Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamic**. New York: Cambridge University Press, 1992.

SILVA, Antônio Ozaí da. A esquerda marxista e o PT (III). Força Socialista (FS) e Brasil Socialista (BS). **Espaço Acadêmico**, ano VIII, n. 94, mar. 2009. ISSN 1519.6168. Disponível em: < <http://www.espacoacademico.com.br/094/94ozai.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SILVA, Fabricio Pereira da. **Vitórias na crise: Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas**. 2009. 251 f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutor em Ciências Humanas:

Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Julio Cesar Gonzalez da. **Partido, política e organização: O PSOL e os dilemas estratégicos da nova esquerda radical do Brasil (2004-2010)**. 2011. 206 f. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação de Ciência Política, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SIMÕES, Júlio. **O dilema da participação popular: a etnografia de um caso**. São Paulo: Marco Zero, 1992.

VALENTE, Ivan. A disputa do espaço à esquerda. In: MEDEIROS, Juliano; DUTRA, Israel Pinto Dornelles (Organizadores). **Um partido necessário: 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2016, p.123-133.

VALENZUELA, Arturo. Crisis de representación y reforma política en Chile. In: DÍAZ, Francisco; SIERRA (Ed.). **Democracia con partidos políticos: Informe para la reforma de los partidos políticos en Chile**. Santiago de Chile: Cieplan-CEP, 2011.

VALENZUELA, J. Samuel. Orígenes y Transformaciones del Sistema de Partidos en Chile. **Estudios Públicos**, n. 58, out. 1995.

VERA, Bruno. Sistema electoral, reglas de decisión y fraccionalización en el Frente Amplio: análisis de la estructura de oportunidades para las fracciones (1971-2008). **AUCIP**, Cuarto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “La Ciencia Política desde el Sur”, 2012

_____. As transformações na dinâmica de competição interna no Frente Amplio de Uruguai, 2011-2014. **AUCIP**, Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, 2014

VERNAZZA, Francisco. Minoristas, mayoristas y generalistas en el sistema electoral uruguayo. **Revista de Ciencia Política**, n3. Montevideo: Instituto de Ciencia Política. p. 35-71, 1989.

VILAS, Carlos. La izquierda latinoamericana y el surgimiento de regímenes nacional-populares. **Revista Nueva Sociedad**, n. 197, p. 84-99 , 2005.

WILLEY, Joseph. Institutional arrangements and the success of new parties in old democracies. **Political Studies**, [S.l.], v. 46, n. 3, p. 651-668, 1998.

YAFFÉ, Jaime. Crecimiento y renovación de la izquierda uruguaya (1971-2001). **Revista Uruguaya de Ciencia Política** n. 13. p. 35-57, 2002.

_____. **Al centro y adentro: La renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay**. Montevideo: Linardi y Risso, 2005a.

_____. Réquiem para el Réquiem para la Izquierda. El triunfo del FA: de la competencia intrapartidaria al desempeño electoral. In: BUQUET, Daniel (Org.). **Las Claves del Cambio: Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005**. Colección Política Viva. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, Instituto de Ciencia Política, 2005b, p. 43-62.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opinião Pública**, Campinas, v. XI, n. 2, p. 287-336, Outubro, 2005.

FONTES

DOCUMENTOS

Articulação de Esquerda (AE). **Quem somos**. A Articulação de Esquerda. Disponível em <<http://www.pagina13.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 15 nov. 2016

Asamblea Popular (AP). **Lineamientos programáticos 2009**. 2009 Disponível em: <<https://m26demarzo.wordpress.com/presentacion/ap-lineamientos-programaticos-2009/>> Acesso em: 10 maio 2016

Banco de dados Relações Internacionais – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República (RRII-FCS). Disponível: <<http://cienciassociales.edu.uy/bancosdedatos/secciones/area-de-politica-y-relaciones-internacionales/>>. Acesso em: 16 out. 2016

Comité 25 de Agosto, Frente Amplio (C25/8-FA). **Documento**. 2005. Disponível em: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2005/10/121005_comite.htm> Acesso em: 1 jun. 2016

Corriente de Izquierda – Movimiento 26 de Marzo (CI-M26). **Propuesta a los Frenteamplistas**. Documento para el Congreso Líber Seregni diciembre del 2007. Montevideo: 30 nov. 2007. Disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2007/12/111207_documento.html> Acesso em: 15 ago. 2016

Dirección Nacional del Movimiento 26 de Marzo - FA (26M). **Propuesta del Movimiento 26 de Marzo para Concretar el Proyecto Frenteamplista y Cumplir con las Promesas Hechas al Pueblo Durante la Campaña Electoral por el Actual Gobierno**. 28 jul., 2005b. Disponível em: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2005/08/090805_26.htm> Acesso em: 1 jun. 2016

Encuentro Nacional del Movimiento 26 de Marzo (26M). **Declaración del Encuentro Nacional del Movimiento 26 de Marzo**. Buenos Aires: Movimiento 26 de Marzo, RECOSUR. 2008

Esquerda Socialista Democrática (ESD). **Movimento por um Novo Partido**. Revista Espaço Acadêmico, n33, Fevereiro, 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/033/33mov_social.htm> Acesso 20 out. 2016
Frente Amplio. Estatutos Frente Amplio. 1993

_____. _____. 2002

_____. _____. 2012

_____. Reglamento de Elección. 2012

_____. Reglamento de Organización. 1971

Mesa Política, Frente Amplio (MP). **Informe de la Comisión de la M.P al Plenario Nacional del Frente Amplio del 20 Y 21 de Agosto**. 05 ago. 2005. Disponível em: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2005/09/020905_informe.htm> Acesso em: 1 jun. 2016

Movimiento 26 de Marzo (26M). **Síntesis Histórica**. Montevideo: Ediciones la juventud, Agosto de 2001.

_____. **Documento: Seis Meses de Gobierno**. Progres arriba, Pobres abajo. Montevideo: la juventud, año 1, v.19, 08 set. 2005a.

_____. **45 aniversario del Movimiento 26 de Marzo: Juntos llegamos al Parlamento, Unidos Venceremos**. 2016.

Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros (MLN-T). **Documento N°5 (I)**. 1971. Disponível em: <<http://www.cedema.org/ver.php?id=115>> Acesso em: 15 abr. 2016

_____. **El Movimiento de Liberación nacional – Tupamaros Al Plenario del Frente Amplio**. 1986. Disponível em: <http://www.archivochile.com/America_latina/html/americalatina_jcr_tupa.html> Acesso em: 15 abr. 2016

DEPOIMENTOS

ARAÚJO, Luiz. **Luiz Araújo**: depoimento [10 out. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Via e-mail. Transcrição em ANEXO B

BALPARDA, Ángeles. **Ángeles Balparda**: depoimento [6 dez. 2007]. Programa especial del Movimiento 26 de Marzo. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 5 blocos, 2007. Transcrição disponível: <<https://m26demarzo.wordpress.com/audios/audios-especiales-26m/>> Acesso em: 20 fev. 2016

BALPARDA, Ángeles. **Ángeles Balparda**: depoimento [25 jul. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Transcrição em ANEXO A

BELOQUI, Miguel. **Miguel Beloqui**: depoimento [6 dez. 2007]. Programa especial del Movimiento 26 de Marzo. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 5 blocos, 2007. Disponível: <<https://m26demarzo.wordpress.com/audios/audios-especiales-26m/>> Acesso em: 20 fev. 2016

FERNÁNDEZ, Guillermo. **Guillermo Fernández**: depoimento [6 dez. 2007]. Programa especial del Movimiento 26 de Marzo. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 5 blocos, 2007. Disponível: <<https://m26demarzo.wordpress.com/audios/audios-especiales-26m/>> Acesso em: 20 fev. 2016

MENEZES, Bernardete. **Bernadete Menezes**: depoimento [02 nov. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Via e-mail. Transcrição em ANEXO B

OLIVEIRA JUNIOR, Franklin de Carvalho. **Franklin Oliveira Junior**: depoimento [10 out. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Via e-mail. Transcrição em ANEXO B

RIBEIRO, Moyses Israel Coelho. **Moyes Ribeiro**: depoimento [14 out. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Via e-mail. Transcrição em ANEXO B

RODRÍGUEZ, Raúl. **Raúl Rodríguez**: depoimento [6 dez. 2007]. Programa especial del Movimiento 26 de Marzo. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 5 blocos, 2007. Disponível: <<https://m26demarzo.wordpress.com/audios/audios-especiales-26m/>> Acesso em: 20 fev. 2016

ROSADILLA, Luis; BENTANCOR, Juan José; CID, Alberto; RUBIO, Eduardo. **Luis Rosadilla; Juan José Bentancor; Alberto Cid; Eduardo Rubio**. depoimento [5 maio 2007]. Entrevistador/a: desconhecido. Montevideo: Telemundo 12. Programa de TV, 2008. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=3eR3Ds-U3Rk>> Acesso em: 15 ago. 2016

RUBIO, Eduardo. **Eduardo Rubio**: depoimento [24 maio 2004]. Audición del Movimiento 26 de Marzo, lista 326: Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2004. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2004/07/240504_rubio.htm> Acesso em: 17 maio 2016

RUBIO, Eduardo. **Eduardo Rubio**: depoimento [13 jul. 2004]. Audición del Movimiento 26 de Marzo, lista 326: Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2004. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2004/07/130704_rubio.htm> Acesso em: 17 maio 2016

RUBIO, Eduardo. **Eduardo Rubio**: depoimento [02 fev. 2005]. Audición del Movimiento 26 de Marzo, lista 326: Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2005. Transcrição disponível: <

http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2005/02/020205_rubio.htm> Acesso em: 17 maio 2016

RUBIO, Eduardo. **Eduardo Rubio**: depoimento [08 abr. 2005]. Audición del Movimiento 26 de Marzo, lista 326: Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2005. Transcrição disponível: <

http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2005/04/080405_rubio.htm> Acesso em: 17 maio 2016

RUBIO, Eduardo. **Eduardo Rubio**: depoimento [11 ago. 2005]. Audición del Movimiento 26 de Marzo, lista 326: Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2005. Transcrição disponível: <

http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2005/08/110805_rubio.htm> Acesso em: 17 maio 2016

RUBIO, Eduardo. **Eduardo Rubio**: depoimento [25 fev. 2006]. Discurso del integrante de la Dirección Nacional del 26 de Marzo, Eduardo Rubio en la celebración del 35 aniversario de esta fuerza política. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. 2006. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2006/03/250206_rubio.html> Acesso em: 15 jun. 2016

RUBIO, Eduardo. **Eduardo Rubio**: depoimento [07 nov. 2006]. Entrevistador/a: H. Salina. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2006. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2006/11/071006_rubio.html> Acesso em: 15 ago. 2016

RUBIO, Eduardo. **Eduardo Rubio**: depoimento [14 nov. 2006]. Entrevistador/a: Efraín Churi Iribarne. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2006. Transcrição disponível: <

http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2006/11/141006_entrevista.html> Acesso em: 15 ago. 2016

RUBIO, Eduardo. **Eduardo Rubio**: depoimento [6 dez. 2007]. Programa especial del Movimiento 26 de Marzo. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 5 blocos, 2007. Disponível: <<https://m26demarzo.wordpress.com/audios/audios-especiales-26m/>> Acesso em: 20 fev. 2016

RUBIO, Eduardo. **Eduardo Rubio**: depoimento [07 mar. 2008]. Entrevistador/a: La noticia e su Contexto. Montevideo: Canal 5. Programa de TV, 2008. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2008/03/070308_rubio.html> Acesso em: 15 ago. 2016

RUBIO, Eduardo. **Eduardo Rubio**: depoimento [14 mar. 2008]. Entrevistador/a: Pablo Olascoaga. El ojo de la tormenta. Montevideo: CX16 Radio Carve. Programa de rádio, 2008. Transcrição disponível:

<http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2008/03/140308_rubio.html> Acesso em: 15 ago. 2016

SENDIC, Raúl. **Raúl Sendic**: depoimento [24 maio 2004]. Audición del Movimiento 26 de Marzo, lista 326: Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2004. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2004/05/240504_sendic.htm> Acesso em: 17 maio 2016

SENDIC, Raúl. **Raúl Sendic**: depoimento [27 maio 2004]. Audición del Movimiento 26 de Marzo, lista 326: Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2004. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2004/05/270504_sendic.htm> Acesso em: 17 maio 2016

SENDIC, Raúl. **Raúl Sendic**: depoimento [9 jun. 2004]. Audición del Movimiento 26 de Marzo, lista 326: Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2004. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2004/06/090604_sendic.htm> Acesso em: 17 maio 2016

SENDIC, Raúl. **Raúl Sendic**: depoimento [15 jul. 2004]. Audición del Movimiento 26 de Marzo, lista 326: Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2004. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2004/07/150704_sendic.htm> Acesso em: 17 maio 2016

SIMEÃO, Denise Anzorena. **Denise Simeão**: depoimento [11 out. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Via e-mail. Transcrição em ANEXO B

VARELA, Alexandre. **Alexandre Varela**: depoimento [17 out. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Via e-mail. Transcrição em ANEXO B

VÁZQUEZ, Fernando. **Fernando Vázquez**: depoimento [26 mar. 2008]. Entrevistador/a: desconhecido. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 2008. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2008/03/260308_vazquez.html> Acesso em: 15 ago. 2016

VÁZQUEZ, Fernando. **Fernando Vázquez**: depoimento [25 jul. 2016]. Entrevistador: Bruno Vera Piedrabuena. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Transcrição em ANEXO A

VÁZQUEZ, Tabaré. **Tabaré Vázquez**: depoimento [30 jun. 2004]. Entrevistadora: Ángeles Balparda. Montevideo: CX36 Rádio Centenário. Programa de rádio, 1 bloco, 2004. Transcrição disponível: <http://www.radio36.com.uy/SITIO_VIEJO/audicion_tabare/2004/06/300604_tabare.htm> Acesso em: 17 maio 2016

PERIÓDICOS

ANALIZAN la reforma de la Constitución. **El País**, Montevideo, 14 dez. 2007. Disponível: <<http://historico.elpais.com.uy/08/03/14/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos>> Acesso em: 25 jul. 2016

BANCADA é obrigada a votar unida em reforma; **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 maio 2003. Disponível: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2003/05/13>

BASES frentistas piden nuevo comando electoral para la campaña. **El País**, Montevideo, 30 jun. 2004. Disponível: <<http://historico.elpais.com.uy/04/06/30/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos>> Acesso em: 27 maio 2016

ENCUESTAS coinciden que crece el Partido Nacional. **El País**, Montevideo, 09 jun. 2004. Disponível: <<http://historico.elpais.com.uy/04/06/09/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos>> Acesso em: 27 maio 2016

FA: secretariado sesiona la próxima semana. **El País**, Montevideo, 14 dez. 2007. Disponível: <<http://historico.elpais.com.uy/08/03/04/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos>> Acesso em: 25 jul. 2016

FRENTISTAS niegan tener "discurso de centro", como sugirió Gargano. **El País**, Montevideo, 02 jul. 2004. Disponível: <<http://historico.elpais.com.uy/04/07/02/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos>> Acesso em: 27 maio 2016

GRUPOS radicales cuestionaron la designación de Astori en Economía. **El País**, Montevideo, 20 jul. 2004. Disponível: <historico.elpais.com.uy/04/07/20/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos> Acesso em: 27 maio 2016

LINDBERG recua e vota a favor do texto da reforma; **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 ago. 2003. Disponível: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2003/08/07>> Acesso em: 25 out. 2016

MESA Política: análisis crítico sobre la campaña en Montevideo. **El País**, Montevideo, 25 maio 2005. Disponível: <<http://historico.elpais.com.uy/04/05/25/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos>> Acesso em: 27 maio 2016

MPP fracasó en congreso del Frente. **El País**, Montevideo, 12 dez. 2007. Disponível: <<http://historico.elpais.com.uy/07/12/17/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos>> Acesso em: 25 jul. 2016

NEGOCIACIONES a contrarreloj en el FA para la presidencia. **El País**, Montevideo, 14 dez. 2007. Disponível:

<<http://historico.elpais.com.uy/07/12/14/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos>>
Acesso em: 25 jul. 2016

“NOS corrimos para buscar voto de centro”. **El País**, Montevideo, 20 jun. 2004.

Disponível:

<<http://historico.elpais.com.uy/04/06/20/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos>>
Acesso em: 27 maio 2016

OLA de críticas contra publicidad frenteamplista. **El País**, Montevideo, 16 jun. 2004.

Disponível:

<<http://historico.elpais.com.uy/04/06/16/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos>>
Acesso em: 27 maio 2016

POCA presencia del Frente en junio. **El País**, Montevideo, 04 jun. 2005. Disponível:

<<http://historico.elpais.com.uy/04/06/04/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos>>
Acesso em: 27 maio 2016

PT pune deputados que se abstiveram com suspensão; **Folha de São Paulo**. São Paulo, 02 set. 2003. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2003/09/02>> Acesso em: 25 out. 2016

PT abre processo para punir três radicais; **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 maio 2003.

Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2003/05/13>> Acesso em: 25 out. 2016

RESPALDOS y críticas a la gestión de Vázquez. **El País**, Montevideo, 04 set. 2005.

Disponível:

<<http://historico.elpais.com.uy/05/09/04/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos>>
Acesso em: 27 maio 2016

SE creará un nuevo movimiento político en torno al ex dirigente del 26 de Marzo, Raúl Sendic, actual Vice Presidente de Ancap. **CX36**, Radio Centenário 1250 AM. 08 jul. 2005.

Transcrição disponível em: <

http://www.radio36.com.uy/entrevistas/2005/07/080705_sendic.htm> Acesso: 27 ago. 2016

TRAS años de cuestionamientos, la Lista 711 de Sendic se reagrupa para “volver a tener peso” en las decisiones del Frente Amplio. **Semanário Búsqueda**. Montevideo, 10-16 nov. 2016. Disponível: <<http://www.busqueda.com.uy/nota/tras-anos-de-cuestionamientos-la-lista-711-de-sendic-se-reagrupa-para-volver-tener-peso-en-las>> Acesso em: 20 nov. 2016

VÁZQUEZ dice que reforma del agua no innova; radicales salen al cruce. **El País**, Montevideo, 09 jul. 2004. Disponível:

<<http://historico.elpais.com.uy/04/07/09/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos>>
Acesso em: 27 maio 2016

VÁZQUEZ anunció que Astori será el ministro de Economía frentista. **El País**, Montevideo, 14 jul. 2004. Disponível:

<<http://historico.elpais.com.uy/04/07/14/todoslostitulos.asp?mnunot=todoslostitulos>>
Acesso em: 27 maio 2016

TRANSCRIÇÕES CX36 - MENSAJE DE LA 36

CX36, Radio Centenário 1250 AM. **Mensaje de la 36:** Movimiento 26 de Marzo “Ante la duda. volver a nuestro Programa original”. 23 mar. 2007. Transcrição disponível em:
<http://www.radio36.com.uy/mensaje/2007/03/m_230307.htm> Acesso: 15 fev. 2016

CX36, Radio Centenário 1250 AM. **Mensaje de la 36:** Movimiento 26 de Marzo “Las internas de las internas”. 15 jun. 2004. Transcrição disponível em:
<http://www.radio36.com.uy/mensaje/2004/06/m_150604.htm> Acesso: 27 maio 2016

CX36, Radio Centenário 1250 AM. **Mensaje de la 36:** Movimiento 26 de Marzo “Encuentre las diferencias”. 16 jun. 2004. Transcrição disponível em:
<http://www.radio36.com.uy/mensaje/2004/06/m_160604.htm> Acesso: 27 maio 2016

CX36, Radio Centenário 1250 AM. **Mensaje de la 36:** Movimiento 26 de Marzo “El FMI, la tierra, el salario, las jubilaciones, las AFAP’s y las Sociedades Anónimas”. 17 jun. 2004. Transcrição disponível em: <http://www.radio36.com.uy/mensaje/2004/06/m_170604.htm>
Acesso: 27 maio 2016

CX36, Radio Centenário 1250 AM. **Mensaje de la 36:** Movimiento 26 de Marzo “La transición en marcha”. 21 jun. 2004. Transcrição disponível em:
<http://www.radio36.com.uy/mensaje/2004/06/m_210604.htm> Acesso: 27 maio 2016

CX36, Radio Centenário 1250 AM. **Mensaje de la 36:** Movimiento 26 de Marzo “El voto que el alma pronuncia”. 24 jun. 2004. Transcrição disponível em:
<http://www.radio36.com.uy/mensaje/2004/06/m_240604.htm> Acesso: 27 maio 2016

CX36, Radio Centenário 1250 AM. **Mensaje de la 36:** Movimiento 26 de Marzo “Sin cambios”. 29 jun. 2004. Transcrição disponível em:
<http://www.radio36.com.uy/mensaje/2004/07/m_230704.htm> Acesso: 27 maio 2016

CX36, Radio Centenário 1250 AM. **Mensaje de la 36:** Movimiento 26 de Marzo “Dos vecinos y dos campanas”. 30 jun. 2004. Transcrição disponível em:
<http://www.radio36.com.uy/mensaje/2004/06/m_300604.htm> Acesso: 27 maio 2016

CX36, Radio Centenário 1250 AM. **Mensaje de la 36:** Movimiento 26 de Marzo “Cuando la izquierda estorba”. 05 jul. 2004. Transcrição disponível em:
<http://www.radio36.com.uy/mensaje/2004/07/m_050704.htm> Acesso: 27 maio 2016

CX36, Radio Centenário 1250 AM. **Mensaje de la 36:** Movimiento 26 de Marzo “El pescado ¿estará todo vendido?”. 07 jul. 2004. Transcrição disponível em:
<http://www.radio36.com.uy/mensaje/2004/07/m_070704.htm> Acesso: 27 maio 2016

CX36, Radio Centenario 1250 AM. **Mensaje de la 36**: Movimiento 26 de Marzo “Casi siempre lo que parece es”. 10 jul. 2004. Transcrição disponível em: <http://www.radio36.com.uy/mensaje/2004/07/m_100704.htm> Acesso: 30 maio 2016

CX36, Radio Centenario 1250 AM. **Mensaje de la 36**: Movimiento 26 de Marzo “¿A quién beneficia?”. 12 jul. 2004. Transcrição disponível em: <http://www.radio36.com.uy/mensaje/2004/07/m_120704.htm> Acesso: 30 maio 2016

CX36, Radio Centenario 1250 AM. **Mensaje de la 36**: Movimiento 26 de Marzo “Crece la torta y el hambre”. 15 jul. 2004. Transcrição disponível em: <http://www.radio36.com.uy/mensaje/2004/07/m_150704.htm> Acesso: 30 maio 2016

CX36, Radio Centenario 1250 AM. **Mensaje de la 36**: Movimiento 26 de Marzo “Honrarás la deuda”. 23 jul. 2004. Transcrição disponível em: <http://www.radio36.com.uy/mensaje/2004/07/m_230704.htm> Acesso: 30 maio 2016

CX36, Radio Centenario 1250 AM. **Mensaje de la 36**: Movimiento 26 de Marzo “El Astorismo es el progresismo”. 07 jul. 2005. Transcrição disponível em: <http://www.radio36.com.uy/mensaje/2005/07/m_070705.htm> Acesso: 27 maio 2016

CX36, Radio Centenario 1250 AM. **Mensaje de la 36**: Movimiento 26 de Marzo “El Fracaso de una Parodia ‘Dos Congresos en uno. El primero del pensamiento único y unido, el segundo de las candidaturas dividido e intolerante’”. 16 dez. 2007. Transcrição disponível em: <http://www.radio36.com.uy/mensaje/2005/07/m_070705.htm> Acesso: 27 maio 2016

ANEXO A: Entrevistas 26M

Sobre Asamblea popular

Fernando Vázquez (FV): Nosotros cuando nos vamos del prente, había compañeros que ya estaban de salida, caso Sartuh.. que se murió hace unos años pero que se van con nosotros. No sale exactamente el mismo día. Al mes y pico, a los dos meses.

Estaba la gente de Sarthou, estaba el grupo avanzar (de San José, de las 3F).. pero tenían su gente en san José... eran grupos federales. Después estaba el partido humanista, que no estaba en el Frente. Participó del tema del agua... ellos no estaban en el frente, tenían relación con argentina. Estaban contra el neoliberalismo y al frente no lo llevaban.

Después estaba el partido comunista revolucionario, que estuvo en el frente, dentro del MPP. Tuvo su historia en el Frente, el PCR es del 72, por allá.. venían del MIR.

Después los jubilados, Morales... que en realidad venían del Movimiento Social. Morales venía del partido comunista, crea el MODEJU. Ahí hay otra historia, con la Onajpu, tienen que ver mucho con la historia del partido comunista. Porque lo que queda de la coordinadora es la inicial, no la Onajpu. La Onajpu es una alianza que se hizo con los blancos por los 90.

Otro grupo de extracción... del MLN. Partido Obrero y campesino.

Después tenés pro Unir, que es lo que está orgánico dentro de la gente de Sarthou. En realidad está en la unidad popular, no en la asamblea.

Después hay algunos grupos más, pero que son aliados de Avanzar dentro de la Asamblea: la insurgencia socialista y la liga federal. Gente que viene del partido socialista, que es muy chiquito, pero están también.

Y hay un grupo Avanzar y un ecologista, gente que venía de otros grupos ecologistas y se integraron ahí, recrearon como un espacio federal ecologista.

Después hay compañeros que son independientes. El caso de Delia Villalba, de la lucha contra las pasteras.. viene del Frente también. Después está Avella. Delia fue candidata a vice en las pasadas. Avella, que tiene todo un predicamento vinculado a la educación... ha estudiado mucha historia, tiene su experiencia internacional... viene del partido comunista.

Y está Gustavo López, que es otro compañero, son independientes. Macio, demógrafo, un hombre que trabajó en Naciones Unidas, pero con mucho estudio académico.

Y Gustavo es una experiencia sindical, un poco menor que nosotros... fue del Taxi. Eso sería a grandes rasgos la Asamblea.

O sea, la Asamblea arranca y después se Amplia hacia la UP con todos estos grupos. Los que arrancan ... se habló con todo el mundo... eso también conviene que lo sepas.. se habló con el

MRO que hoy no está, se habló con otros grupos, que algunos se han disuelto, que venían del PC. Se habló con Vega, que estuvo en la Asamblea... que ahora se presentó a la elección y tuvo como 15000 votos. Le digo, si te hubieras quedado dentro de la Asamblea hubieras sido vos el diputado. Hablamos con el PT también... se habló con el polo trotskista, al principio... después se fueron, estuvieron dos meses.

Ángeles Balparda (AB): Porque lo que pasó acá fue muy fuerte, vos lo sabés porque sos uruguayo, que acá el Frente Amplio se haya dado vuelta como se dio vuelta es un golpe muy grande... Porque vos podés decir: no, pero que se van a sorprender, si fulano era así y que Tabaré Vázquez, que Astori ya sabíamos... ¿cómo no se pueden sorprender?

Una cosa es que vos digas tenés estos sectores con una postura más débil y estos otros más jugados, pero el problema fue que se fue todo el Frente Amplio. Al principio el problema era... vos decías algo crítico y (te respondían) ah, si, ni los tupamaros ni los comunistas piensan así, ustedes son más que ellos? Ustedes son más comunistas y más tupamaros?

Si se fueron todos, o sea, se fue todo para el otro lado y eso era una situación terrible.

FV: vos hablabas de la deuda ponele, que define la política económica. Si sos marxista viejo, me vas a decir que el FMI cambió? Decían eso en la dirección del Frente. Que las cartas de intención no eran tales, que no había más deuda! La deuda se triplicó con el Frente: estábamos en 13 mil millones y llegó a 40 neta, está en 50 ahora.

La deuda que es? Es el capital financiero que extrae y después te impone: recortá el estado, la salud, lo que ya sabemos todos, nos lo enseñó Astori.

AB: Yo a lo que voy es que fue tan grande ese golpe, tan grande que te genera también en los partidos, los sectores...

FV: Yo de hablar con comunistas una vez en Florida no me olvido más: el 26 es el único que se da cuenta de todo esto?... el tipo se daba cuenta. Se habrán dado vuelta, yo que sé...

Ya había pasado lo del Este también... escuchame, se cayeron los Urales de aquí para abajo, son los polvos, que querés? Porque el problema era medio como el del cuento del mensajero... que matan al mensajero porque les dijo que habían perdido la batalla. Entonces hablamos con la verdad y te pegan un balazo.

A Raúl, una vez estábamos al lado de él, íbamos a Paysandú y la gente le decía: mentime, no me digas todas estas cosas. Yo lo vi eso... y en la teja, en un comité de base también lo vi, la gente diciendo "no me podés decir todo esto". Aviso, porque después la culpa... somos todos iguales.

Ahora con esto de Ancap... porque el problema de Ancap cual fue: lo quebró ANCAP, 850 millones. Porque si vos tenés una empresa y no tenés 850 millones para solventar los gastos, que

significa eso en cualquier lugar del mundo? Gastaste más de lo que podías, no hay vuelta, algo hiciste viejo! Y más conociéndolo.

AB: Ahora lo que se termina juntando en la Unidad Popular, en la Asamblea y después la Unidad, son todos esos desgajes que hay... porque además hay gente que se va antes. O sea, hay partidos que no se fueron del Frente Amplio, pero hay militantes que se fueron de sus partidos y que vienen individualmente. Entonces, alguno se meterá en un sector político, pero alguno no, quedaron sueltos.

FV: Un compañero decía una vez, hablando del socialismo y después del Frente, un compañero de la dirección: esto es como que vayamos en un barco, ponele en el medio del océano, un transatlántico y de repente se hunde... entonces cada uno salta. Unos van a saltar para alguna cosa, otros para el agua, otros quedan arriba del barco, otro se agarra de una tabla, pone un mástil y una bandera y ahí empieza la reconstrucción... y fue así. Les decía vamos para puerto, cuando nadie creía... pero claro, de la Habana para abajo no creía nadie en esto que está pasando, digo capaz que lo veían. Este problema te digo porque lo discutimos...

Al único que le avisamos (esto ponelo si querés igual) cuando nos íbamos del Frente fue a Licandro, a nadie más. Más allá que podíamos tener diferencias....

Entrevistador (EN): Ustedes cuando se fueron simplemente dejaron de ir?

FV: Habíamos dado algunas señales.

AB: Se sacó una declaración. Se hace ese encuentro del 26M

FV: Recorrimos toda la militancia nuestra en todo el país, una delegación de la dirección, con un documento, en cada agrupación.. y después se hizo un encuentro nacional, que para nosotros equivale un congreso.

AB: Se anunció, a partir de este momento no pertenecemos más al FA.

EN:: Pero eso no fue después?

AB: No, no, ese mismo día que se toma formalmente la decisión se anuncia en el acto. Hay un video.

FV: Si vos mirás en la página web del 26, creo que están, todos los documentos... si porque hay muchas historias nuestras, muchas leyendas negras como les digo yo.

EN: Cuáles fueron los motivos por los que se fueron?

FV: Y uno de los motivos era que el frente, en lo táctico así, que no era tan táctico, la orientación económica del gobierno... iba a ser continuidad con lo anterior.

EN: Eso desde el anuncio de Astori en EUA?

FV: Que no iba a haber cambios dijo. Claro, que pasa, en ese período, acá en uruguay lo taparon por un tiempo más. Porque tuvieron precios internacionales en el medio de la crisis de EUA, de la

vivienda y toda la burguja inmobiliaria... vendieron la carne al doble de lo que la están vendiendo ahora, que es un precio bueno también: hasta 5 mil dólares vendieron la res, se llenaron de plata y préstamos. Credibilidad política en los organismos financieros, etc. Le ponían una cocarda, como le decíamos de nosotros a Astori... ahora el FMI acá dirige toda la economía, y el Banco Mundial... y nos ponen de ejemplo.

AB: Abandonan, el Frente Amplio abandona todo su programa... se abandonó el programa histórico.

EN: Pero el programa histórico ya se había abandonado? Hay un proceso de actualización ideológica, que fue el último, pero a partir de los 90 hay un proceso de movimiento al centro?

FV: El documento de los 24... están todos ahí. Está Tabaré, Rubio (Enrique), Laguarda del Partido Socialista... son 24 dirigentes, había de todos los sectores, comunistas, socialistas, el PVP también.. pero era PS, PC, Vertiente. Y gente Percovich... o sea, era una actualización para la derecha y ponía ya las bases del encuentro progresista. En lo político todo aquello de la descentralización, que venía todo del FMI.. todo ese paquete.

Y la formulación de las alianzas hacia el centro derecha.

AB: Es un proceso.. porque si vos ves, desde que arranca después de la dictadura, con Batalla, cuando empieza lo del militantismo, que se pasaba mucho tiempo en los comité, que la gente hacía muchas reuniones, que la gente tenía que salir... y ya empiezan a desarmar el asunto. Hay un hilo conductor de eso también.

Ahora, pasa de que vos hagas ese movimiento hacia el centro no? De ese movimiento pasa a decisiones netamente de la derecha. El relacionamiento con el Fondo Monetario Internacional, la posición sobre la deuda, el relacionamiento internacional.

FV: Y hay otra cosa que te la quiero nombrar porque me voy a tener que ir. Que es el tema en relación a esto, en seguida... en los 90 es la reforma constitucional. Esa es otra, es la crisis largamente anunciada, que es con Seregni, que ahí es cuando entra Tabaré. Pero por qué es esa crisis? Es un verano que Seregni habla con Sanguinetti y acuerdan la Reforma Constitucional... y entre las cosas que acuerdan es la segunda vuelta y el Ballotage... y ahí se pudre en el Frente. Porque el Frente le dice que no, Seregni habla acá abajo y renuncia. Te digo porque nosotros estábamos en la Mesa.

AB: Nosotros peleamos adentro todo lo que se puede, eso lo decimos también en la salida.

Fernando Vázquez

Eso que vos decís, eso de que es un proceso, todo los noventa fueron las bases para lo que pasó en el 2000. El Frente le regala un período más al Partido Colorado, porque el Frente gana las elecciones...

Astori, la Vertiente y Seregni que apoyaron la reforma constitucional.

Lo que pasa es que la 2121 se crea a instancias de Seregni también, con Astori. La otra (Vertiente) se había creado también a instancias de Seregni con Rubio e otros. Porque él tenía la concepción de hacer entrar todos esos votos para que no fueran solo para los comunistas, socialistas. Tenían el lío con Germán...

AB: Lo que vos decís es cierto, que 10 años antes ya se daban condiciones y antes también se daban condiciones. Nosotros nos quedamos y la peleamos sabiendo de las diferencias, los matices y todo lo demás. Damos la pelea adentro mientras se puede. Hasta que llega un momento que vos tenés también que estos sectores: partido comunista, MPP, partido socialista antes, se pasan para la otra posición. Bajo el título de que es preferible ganar, ya no podemos seguir en oposición, hay que ganar y no importa lo que cueste. Ahí no importa lo que cueste. Entonces ahí nosotros ya nos damos cuenta de que ya no hay espacio, que ya no tenés como antes, que vos podías hacer cosas con el MPP...

EN: Y en la estructura interna? Las elecciones.

Le quitan fuerza a las bases, meten todo esto de las elecciones, el voto ponderado, todo eso... y después te arman el secretariado cuando pierden la correlación de fuerzas en la mesa.. que es un grupo más chico, que es el que funciona hoy.

AB: Y después el grupo de los cabezas de lista.

FV: A nosotros nos hicieron elecciones para dejarnos afuera (risas) y quedamos adentro con Sarthou... entonces se querían matar. Y a la semana, ese mismo mes, crearon el secretariado... para hacer otra correlación.

Y después, todo el fenómeno ese de coalición-movimiento es una mentira. Porque no es que no exista movimiento, existe en cualquier partido, porque vos lo que tenés es tu base social. Hoy el Frente lo que tiene es base social, entonces no precisa ese movimiento (en aquella concepción, yo no la voy a defender tampoco...) tenga representantes en la interna.. porque le complica la vida. Porque te vienen del cerro, de la teja y te dicen... dónde vos ves que Raúl este en los últimos años en un comité? Anda entre Carrasco, Pocitos, Punta Gorda. En zonas proletarias...

EN: y ustedes se organizaron cómo?

Hay un material que habla un poco de nuestra concepción. Que es através del centralismo democrático.. Nosotros hicimos algunos estatutos que es sobre todo a los efectos de la presentación. Pero nosotros tenemos si una dirección nacional, tenemos un encuentro nacional que es el congreso (eso del 26).

Después con la Asamblea se repitió un poco eso: movimientos departamentales, agrupaciones, aunque básicamente el peso central lo tienen los sectores. Porque no ha habido un movimiento de

masas que justifique así una estructura. Viene gente a militar a veces que no es de ningún partido y se integra. Medio con un criterio de sentido común y práctico. Si te ponés a escribir estatutos no terminás más, después de la experiencia que tuvimos en el Frente... eso fue tremendo, las reformas del 90.

AB: El del último encuentro de la Unidad popular te lo podemos pasar por mail. Eso están todos los documentos. El encuentro fue en abril.

FV: Es un encuentro que tiene la estructura de plenario. Se discuten cosas de acuerdo a los lugares donde hay más desarrollo. Nosotros lo bueno que a nivel electoral hubo votos en todos lados. Ahora nosotros decimos que no estamos en elecciones, entonces es necesario avanzar políticamente en todos lados. Además el Frente está... la gente no tiene información. Entonces cuando vos salís, eso se aprecia, tiene un valor. Nosotros este año hemos ido a todo el país, como Asamblea y muchas veces como 26 también, porque tenés que asumir, no lo decimos públicamente, pero que sos el grupo mayor. Organizativamente sos más que los votos inclusive, nosotros tuvimos el 40 y pico por ciento de los votos (dentro de la Unidad Popular) en esta última. Porque si no abrís el abanico para mucha gente es muy difícil votar el 26.

AB: En este material está mucho de porque nos fuimos. No está la declaración, pero esa te la conseguimos.

Continuação...

EN (EN): Se presentaron a las elecciones internas de 2006, con la 5271

FV: Si, estábamos en la dirección del Frente, porque esa lista obtuvo un representante en la Mesa Política, que lo hacíamos con... era Sartuh y era yo en ese momento... y el gordo iba a veces.

EN: Eso fue en noviembre de 2006, o sea que ustedes se van después.

FV: Si, la Asamblea Popular es de 2007... lo que pasa que fue tan grande el parto.

EN: Y si tuvieran que resumir los factores (políticos, organizacionales, coyunturales) por los cuales salieron del FA.

FV: Acá había un elemento que estaba muy claro que era por un lado la orientación que adoptaba el nuevo gobierno. Había dos, mejor dicho tres.

Primero la política macroeconómica que no había variantes... y con mucha gente que hablábamos del Frente, a veces calificada, que no le daba para el paso político. Pero ese era el elemento base, el continuismo.

Después había algunas medidas de corte que era nuevo, o sea que en realidad venían, pero que el Frente las asumía en vez de romper con ellas, por ejemplo, las Pasteras. Era un elemento de mucho

peso político mediático. Y yo creo que en un nivel más alto que el de las pasteras, estaba el tema de la impunidad en materia de Derechos Humanos.

O sea, la política económica y de impunidad podían ser los dos ejes fundamentales. Después había, bueno, la política educativa, que era parte del FMI y del BID. Todo lo que vino después con las computadoras (plan ceibal)... pero eso ya atañe a lo que fue la implementación de la política de gobierno, que la conocíamos también. Y de alguna forma habíamos discutido elementos conceptuales en Congresos anteriores.

Y después había otra serie de consideraciones. En materia de defensa por ejemplo, todo el paquete de las tropas militares en Haití.

Te digo más, la primer votación que hubo, que fue antes de que el Frente ganara que estábamos con Raúl, nosotros votamos en contra. Hubo 7, 8 diputados que votamos en contra. Me acuerdo perfectamente porque Huidobro nos dijo: están marcando perfil, ustedes no van a estar en el gobierno.

No estábamos marcando perfil, estábamos marcando una posición del estado uruguayo. El Frente siempre había estado en contra del envío de tropas al exterior. En ese momento era El Congo y acá.. el envío de tropas era ahí. Me acuerdo que hubo derivaciones hasta en el Foro de San Pablo.

Uruguay está amagando hace 15 años, 12 años en irse...esperemos que se vaya.

Pero bueno, esos eran elementos pesados. Y estos otros elementos que se desatan con las pasteras, que fue todo el tema del relacionamiento con Argentina. Que ahí hubo un nacionalismo enano... que bueno, acá nos fuimos enterando después como era la cosa.. Uruguay, dicho por Tabaré Vázquez, le pidió ayuda a EUA para defenderse militarmente de Argentina... movilizó tropas en Rio Negro, eso se supo hace poquito. Hicieron prueba de misil tierra a tierra. Eso se supo estos meses, porque EUA desclasificó información.

Después, en la estructura (interna del FA) era ya irrespirable... yo estaba en la Mesa (Política), era 28 a 1. Hubo compañeros, había honrosas excepciones en algunos lugares, gente que después quedó con nosotros, de la estructura de Base o viejos militantes. Yo me acuerdo de Rómulo Rodríguez, que era del MPP, y algunos más, Ceferino... y estaba en la dirección del Frente por las Bases. Y en temas internacionales, gente que tenía otra cabeza y no le vendían versos de lo que estaba pasando.

Ahora, el debate ideológico era brutal, fuerte! El último Congreso que estábamos dentro a Sartuh no lo dejaban hablar, para que te hagas una idea, lo abucheaban. Estaba todo el Congreso y nosotros... 500 a 1, para que te hagas una idea, estaban todos alineados. No había disensiones en ese momento y con el hecho que se había llegado al gobierno era el gran éxito del Frente. Entonces claro, en esas condiciones...

Y después habían otros elementos. Que de alguna forma nosotros tuvimos ciertos tiempos para preparar la situación política que se venía. Porque a veces cuando vos pegabas, por más que tengas 20 cuadros que estaban claros de lo que hay que hacer, la gente no está tan clara. Te dicen: “estás seguro, mirá al Frente, peor son los colorados y los blancos, la derecha... vamos a dar un salto al vacío”.

Entonces hubo que dar una respuesta global y además también, porque en las relaciones internacionales había muchas expectativas de lo que sucedía con el Frente en Uruguay. Algunas muy interesadas, pero bueno, otras más... Por ejemplo, a nivel del Mercosur hay matices muy claros entre las fuerzas políticas y a nivel de América Latina también, en un marco nuevo también: el socialismo ya no existía, Cuba luchando contra el bloqueo, se creaba el Alba, había ciertos márgenes... Pero también, el Frente ahí mantuvo un relacionamiento hegemónico hacia el gobierno. Viste que cuando sos chiquito no te dan mucha pelota... es parte también.

Y bueno, nosotros a que nos dedicamos? Nos dedicamos a trabajar, a reconstruir nuestra fuerza política, a reconstruir... a reestructurar, proyectarla, buscar aliados, se crea la Asamblea, se habla con todo el mundo que estaba afuera del Frente, con Zabalza, con todos los grupos: con el PT, con los Trotskistas, con el MRO; con algunos que están en contra ahora, que son voto en blanco: Salles y más gente... o sea, los primeros dos años. Y después hubo gente que se fue y nosotros seguimos con un cuerpo central, lo que te comentábamos el otro día.

Pero no sé, quizás es otro capítulo el tema del Frente, porque ahí hubo mucha cosa también, de cómo se iba preparando para ser gobierno. Te voy a poner un hecho: el Frente cuando estaba en oposición vota en contra de las Pasteras, porque tenía una definición que no quería política de Zona Franca. Entonces, por definición estábamos en contra y el PIT-CNT también. Y cuando llega la cosa, bueno... de hecho Tabaré Vázquez le dio para adelante sin preguntar mucho y el PIT-CNT cambia la posición, o sea, a favor de las pasteras porque decía que había trabajo.

Ese es todo un debate, medioambiental, de las cuestiones económicas, el tema de la tierra, las relaciones con Argentina. Y en medio de todo eso nos invitan a Bush y ahí el acabarse prácticamente.

AB: Que además, se invita a Bush al mismo tiempo que en toda la región tenías una realidad diferente, que no habías tenido antes, con todas las diferencias que había. Vos tenías lo que significaba Chavez, los Kirschner en Argentina con todo una polenta impresionante. Sacan un tren contra el ALCA, llenan un estadio, llevan a Maradona, y Uruguay, en vez de ser parte de todo eso, a su manera, con todas las diferencias, podía haber estado de ese lado... y precisamente en ese momento invitan a Bush. Es muy pesado todo eso, acá meten gente presa.

Por eso me parece una cosa importante, digo no es justificándome de cuando nos fuimos del Frente, del acto en sí, pero es un proceso en el que vos vas sumando cosas. El primer año de gobierno de Tabaré Vázquez, Mario Vergara va a EUA a una reunión con el Banco Mundial, que me acuerdo que hay una contratapa de Búsqueda de esa semana que transcribe lo que dice Bergara en el piso 65 de un edificio, dónde le dicen: pero ustedes cómo es que van a hacer... anuncia privatizaciones, anuncia todo. Entonces le dicen los del organismo internacional: pero ustedes cómo lo van a hacer? Lo quisieron hacer hasta ahora... claro, lo quiso hacer Lacalle, lo quiso hacer Batlle, lo quiso hacer Sanguinetti. Y el les dice explícitamente, lo que pasa que hasta ahora estaba el Frente Amplio para oponerse, ahora no va a haber quien se oponga.

Entonces vos decís, se fueron por eso? No, no nos fuimos por eso. Se fueron porque vino Bush? No, por eso no. Viendo para adónde iba.. porque en ese momento, ellos que decían? Ustedes están muy apurados, esto son 150 años de gobiernos blancos y colorados, esto va más lento, no pueden exigir tan rápido. Que nosotros el planteo que hacemos es: no es un tema de velocidad, es un tema de rumbo. Y se usa todavía aquella imagen: si yo digo que voy para Tacuarembó y arranco para Punta del Este, no es que voy a demorar en llegar, no voy a llegar nunca porque arranqué para otro lado.. y esto es lo mismo. Entonces no hay un hecho... y son cosas graves, el nombramiento de Lepra, un hombre de la Texaco. Ministro de Industria y Energía y lo ponen...

FV: Había sido jefe de Comercio Uruguay-Estados Unidos. Nunca había pasado por el Frente. Raúl estaba encantado con él... te digo porque estaba con nosotros todavía.

Todo el Frente, la gente, hasta los trabajadores, y este tipo de dónde salió?

AB: Es un proceso sí, es un proceso.. en determinado momento cuando el análisis dice: no podemos seguir ahí, no estamos aportando nada para el proceso que hay que hacer en Uruguay.

EN: Se van con la Corriente de Izquierda?

AB: Sí, pero no nos fuimos al mismo tiempo, se va un poco después porque tenía que resolver su interna y demoró más.

EN: Y los otros sectores?

AB: No, no... estaban en la misma línea, que no se pueden apurar los cambios.

EN: Y conversaron con otros sectores dentro del Frente?

AB: No porque había una alineación muy grande ya, con el gobierno.

Ya con el Congreso (**FV:** eso fue a fin de año), de definición vos ya tenías... yo digo incluso en el Congreso previo a las elecciones. En el tema de la Salud nosotros planteábamos un sistema público. No decíamos hay que salir hoy y cerrar el Casmu, porque lo ridiculizaban. Nosotros vamos hacia un sistema público.

Nos venían a hablar en las comisiones los dirigentes. Me acuerdo Galo, Fernández Galeano del PVP. Nos decían por favor vayan a parar a los compañeros de ustedes que están planteando esto en comisión de Salud. Pero bueno, esa es la posición nuestra. O sea, ellos querían frenarnos ahí ya... todo lo que había para hablar con ellos ya estaba hablado.

FV: En ese Congreso, para que vos te hagas una idea, fue cuando se discute impunidad después. Como se discutió? Estaba Cores, que vivía, que en eso estábamos con él. Y Huidobro, que defendía la otra parte, defendía a los Milicos... y Licandro estaba con nosotros también en ese tema. Y arrastrábamos un sector del PC, del MPP que veníamos con un 30% y bloqueábamos el tema de impunidad... no le daban los votos.

Que le hace... la orden de Broveto que era el Presidente en ese momento, le desenchufa el audio cuando va a fundamentar a Cores... que se armó un puterio.

AB: Si, que Cores habla a voz pelada... se agarran a trompadas allá abajo varios grupos.

FV: No fue una cosa... había una decisión desde alla arriba que impunidad, política económica, había una decisión de que los grandes ejes tenían que salir por acá. Y ahí estuvieron todos, estaba Bayardi, estaba el Ñato...

AB: Ya lo que había para hablar con los sectores ya estaba hablado. Se había hablado para ese Congreso, para el Congreso siguiente...

FV: Y después una práctica cotidiana en la Dirección. Vos fijate que cuando quedamos con uno en la Mesa, la operativa que hicieron en esa elección fue para dejarnos afuera. Pero hicieron mal los cálculos y resulta que el muerto que mataron lo mataron antes... estaba vivo.

Y en ese mismo mes, hicieron el Secretariado. O sea, hicieron otra dirección para los que estaban en el Parlamento, en el Senado. Claro, para llegar al Senado...

AB: Y también armaron el grupo de los cabezas de lista.

FV: Si, había varias instancias, direcciones móviles y cosas que las tejían entre ellos, el aparato político, porque el Frente había crecido mucho. Entonces es lo que decía Ángeles, fue un proceso, no fue solo, no fue una acción precipitada como lo quisieron mostrar a veces a nivel oficial. Fue una decisión abalada. O sea, mira que cuando se da el tema de la Reforma Constitucional, andábamos bravos también, no nos fuimos porque yo que sé... y en la crisis de 2002 también. Ahí hubo un acuerdo, que vivía Ramos todavía, y el Frente negoció todo para sostenerle la política a Batlle, a Atchugarry, ese fue el acuerdo. Como salen? Salen con más deuda.

Yo me acuerdo una discusión que tuvimos, nosotros le dijimos en la Mesa a Tabaré... pero cual fue el compromiso del Frente? Bancarlo, salir con deuda y asumirlo en el gobierno de él. Nosotros le dijimos a Tabaré: pero Tabaré, si hubiéramos sabido antes, ni me calentaba la cabeza... le dijimos así, como diciendo: nos íbamos a la mierda antes. Porque lo dijo una vez en la Mesa, lo dijo en un

programa de Televisión y después lo repitió... todo el Frente caliente estaba, pero son calenturas que...

AB: Y nosotros también estamos más tiempo, que estaba claro para dónde iba el gobierno del Frente, pero también vos considerabas que estabas en una fuerza política como el Frente, que tenía los años que tenía de existencia, que tenía los orígenes que tenía, tenía los objetivos que tenía y que bueno, había un grupo de dirigentes que estaba dispuesto a torcer esto y a darlo vuelta, pero había mucho militante de base (y un poco más) que tenía derecho a ser parte de la discusión esta. Entoces nosotros por eso dimos la discusión, no porque pensáramos que íbamos a dar vuelta o a convencer a los que estaban al frente de ese proceso, pero sí a muchísimos militantes con los que a nosotros nos interesaba discutir.

FV: Si, al final nos decían: bueno pero porque no se van? Hasta Mujica nos dijo una vez que lo hicimos calentar un poco... si, nos vamos a ir cuando nosotros quiéramos. Ellos no querían pagar el precio de echarnos. Es como el abrazo del oso, te apretan, no tenés espacio interno y después cuando te ponés bravo te dicen: te querés ir? Y te están matando adentro. Esa era un poco la disyuntiva.

Pero bueno, yo creo que hay cosas que están hasta viejas.

EN: Valoración de las perspectivas del 26 y de formar un espacio a la izquierda.

FV: Nosotros definimos que iba a ser, en la interna, en el 26, estaba claro que iba a ser un camino duro. La política del Frente en el gobierno, tendió al aislamiento nuestro. Quizás en Montevideo la recuperación fue hasta más lenta en el plano político partidario. Digo porque era donde el Frente tenía más fuerza. Mas para el interior hay más votos nuevos, prestados si querés.

Entonces nosotros tuvimos que hacer una apuesta, en un mundo que tampoco colaboraba mucho en ir para la izquierda... yo que sé, nosotros seguimos sosteniendo la revolución y la liberación nacional. Que no hay otro camino, mientras haya capitalismo... no vemos otro camino. Si alguien viene y nos dice: "mirá, está pasando esto..." pero no es así. Hay interese en juego.

Entonces, apostamos a seguir... estábamos conscientes de que lo nuestro más que nada era como cuando marcas una línea, bueno hay gente acá que no la ve y dice que es de izquierda. Por lo menos ellos se dicen de izquierda, teníamos que demostrarlo. Eso tiene mucho que ver también con los resultados. Si bien nosotros decíamos avanzamos, avanzamos lentamente.

Del frente acá [a la CX36] venía, Mujica, Tabaré Vázquez, Arana, Marina, yo que sé.. .venían todos, hasta Astori. Algunos con audiciones y nunca les cobramos un peso por eso tampoco nos podían pegar. Y después nos conocían... nosotros también los conocíamos a ellos. Entonces fue una lucha dura, de contenidos, por más que el Frente trató de hacer como que no existíamos, trató de ningunear todo. Hoy, con el Diputado eso ha cambiado.

En los primeros tiempos fue así, en los primeros cuatro o cinco años. Después empezamos a levantar, cuando se consolida la Asamblea, pasamos a la Unidad Popular, dimos algunos pasos interesantes. Entonces, en ese sentido, no nos han podido hacer como que esto no existe. Andamos en todo el país, en el movimiento estudiantil, con poca fuerza pero... estamos en los sindicatos. No con la fuerza que quisiéramos y que se necesita.

Entonces, iba a ser un camino duro, que era necesario seguir ampliando alianzas y que esta situación de bonanza para el Frente iba a terminar... no sabíamos cuándo. Porque el problema del discurso de izquierda, nosotros se lo dijimos antes de irnos en un Plenario, el problema no es que nosotros estamos dividiendo al Frente porque nos vamos, el problema es que se divide también cuando se lo vacía. Entonces, la respuesta que van a tener que dar dentro de unos años es como vaciando los contenidos y llevando adelante la política macroeconómica del FMI van a resolver los problemas de los trabajadores... no los van a poder resolver.

Por eso era que había que construir una alternativa. Nosotros de lo que se trató en ese momento, fue de crear una alternativa...de que se viera que hay otra cosa y eso es una lenta acumulación.. hasta que no agarrás viento en la vela.

AB: Lo que hay también es que en ese momento, seguramente en los documentos aparece también, que nosotros hablábamos de que nos unía la calle, nos unían las actividades, aparecía un tema y teníamos la misma posición... los que después terminamos armando la Asamblea Popular, con organizaciones pero también con militantes. Que vos hacías algo, yo que sé, contra la deuda externa y ahí había gente que nos juntábamos.. había gente que había sido del Frente, gente que no, gente que venía del movimiento sindical, medioambiente... Empezamos a juntarnos siempre los mismos, que eso es lo que gesta el nacimiento de la Asamblea Popular.

EN: Pregunta sobre si existen todavía posibilidad de alianza con algunos grupos dentro del FA, de los sectores más a la izquierda?

FV: Nosotros básicamente no creemos en eso... o sea, porque en el Frente lo que se está dando en todo caso es un proceso de desintegración, pero con la estructura dirigente no hay arreglo. Por más que nosotros mantenemos la diferenciación en el plano político-ideológico. Ha cambiado un poco en los últimos tiempos, pero también es por la crisis que hay. Sobre todo en el parlamento, porque cuando estar ahí... aunque sea uno, a veces es peor que sea uno. Además también la imagen de Eduardo ha trabajado mucho.

Ahora, yo creo que nosotros al principio pensamos que era muy difícil que sectores del Frente se vinieran para este lado, lo que se está dando hoy es que hay un acercamiento en la militancia, algunos de ellos dirigentes, pero intermedios, no los más conocidos... por la crisis que tienen, yo que sé.

Entonces, yo ya no me atrevería a decir que hay sectores de la izquierda que no van a venir hacia nosotros, o sea, no es que nosotros nos hayamos para mí equivocado... es que en ese momento no había visto. Pero en estos últimos dos años ha habido un proceso ascendente, por la corrupción, lo de Pluna, es un proceso subjetivo, lo de Fripur fue tremendo, lo de Ancap, que es una crisis en la política, en la economía y en las ideas. A Raúl lo pusieron... en cualquier momento aparece barriendo el Palacio porque no lo quiere nadie, mirá que nosotros lo conocemos... ya no es el futuro presidente como se decía acá.

Entonces, hay sectores que... que nos está pasando hoy? Sectores del Frente que vienen a hablar, te hablo sobre todo a veces del interior. No sectores como partidos, personas, diputados, referentes políticos pesados a veces. Algunos que están en diferencia con el frente hace tiempo. Yo que sé, hablamos de la lechería, nadie habla de la lechería en este país... ahí aparecieron.

Entonces, como la crisis es global... en el Norte, diputados que ayer dijeron en la Junta “vamos a ver que dicen cuando venga Rubio acá”... pero no como sectores. Porque hay mucho compromiso, todavía el disciplinamiento es grande. Pero esto que está pasando hoy con el gobierno no pasó nunca, esta media insubordinación.. porque que pasa, vos la rendición de cuentas la tenés que votar como viene del Ejecutivo, sino no hay rendición de cuentas. La podes votar en el Senado, pero si no la votás en Diputados es un hecho político.

ANEXO B: Entrevistas PSOL

E1. Nome: Luiz Araujo

Militava em alguma das tendências que racharam com o PT no período em que essa tendência saiu do partido? Em qual?

Sim, na Ação Popular Socialista

Desempenhava algum cargo de representação ou responsabilidade partidária no período do racha com o PT? Qual?

No momento do racha não estava exercendo, mas fui vereador, deputado estadual e membro das executivas municipal de Belém, estadual do Pará e do Diretório Nacional algumas vezes.

Perguntas

1. Quais considera que foram os fatores chaves que levaram ao racha com o Partido dos Trabalhadores e a formação do PSOL? Poderia descrever como esses fatores se desenvolveram, como eles interagiram, e se houve algum/alguns deles que foi/foram mais determinante/s que outro/s nesse processo.

Considero que o fator preponderante foi a mudança programática que ocorreu no seio do PT. Isso foi um processo lento e desembocou na revisão programática para as eleições de 2002. A Carta aos Brasileiros, lançada por Lula para acalmar os mercados e as primeiras medidas de ajuste fiscal, especialmente a reforma da previdência foram causas imediatas, mas devemos explicar o processo de ruptura vendo as mudanças programáticas.

2. Em caso de ter mencionado mudanças ideológico-programáticas do Partido dos Trabalhadores, poderia aprofundar no ponto? Houve mudanças nesse ponto após iniciou-se o governo Lula? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

O PT surgiu no processo de efervescência do período final de combate a ditadura militar, congregando o novo sindicalismo que surgiu nesse momento, especialmente no ABCD Paulista, as lideranças fruto do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (Igreja Católica) e as organizações de esquerda que sobreviveram aos ataques da ditadura, assim como intelectualidade progressista.

Assim, desde seu surgimento, conviveu com várias possibilidades programáticas. Mas, na primeira fase de sua existência, estava clara a proposta de transformação social, mesmo que diferente do manual das organizações de esquerda. O programa que Lula apresentou em 1989 era radical, democrático e popular, caso tivesse ganho seria um governo mais próximo do que foi a experiência de Chavez na Venezuela, certamente.

Houve um processo de acomodação progressiva à ordem do núcleo dirigente do PT, isolando a rebeldia que existia. Esse processo passou pela burocratização sindical (da CUT) e pela vitória de um pragmatismo eleitoral.

Nosso agrupamento, fundador do PT e sobrevivente dos ataques da ditadura, em dado momento, avaliando o potencial do PT deixou de ser uma organização e se tornou uma tendência interna no PT. Avaliamos e combatemos internamente essas mudanças. Em 2005 avaliamos que estavam esgotadas as possibilidades de fazer este combate por dentro do PT e saímos.

3. Em caso de ter mencionado fatores internos relacionados à estrutura organizativa e de tomada de decisões do PT (como foi o processo de tomada de decisões, seleção de candidatos, diminuição dos espaços de debate político, redução do poder de incidência de tendências nos rumos gerais do partido etc.) poderia aprofundar na sua descrição? Houve mudanças nesse ponto após início do governo Lula? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

A perda de vitalidade interna acompanhou o processo de burocratização dos sindicatos (fonte importante de militância da primeira fase do petismo), maior controle da máquina partidária via estrutura de mandatos e prefeituras, superação do espaço de debate interno por processos de prévias partidárias viciadas pela estrutura acima citada.

O governo Lula radicalizou os problemas programáticos, mas a estrutura interna já estava dada neste momento.

Foi mais um componente que pesou em nossa decisão, mas o fator programático foi decisivo.

4. Em caso de ter mencionado elementos conjunturais, poderia aprofundar sobre a relação entre esse/esses fator/es e o processo do racha com o PT e formação do PSOL?

Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência/corrente/coletivo (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

Não faço parte da geração que saiu na primeira leva, logo após a votação da reforma da previdência. Faço parte do conjunto de parlamentares e lideranças que decidiram sair do PT logo após o processo eleitoral interno de 2005 e que não viam condições de estar junto a Lula nas eleições seguintes.

Decidimos sair por avaliação programática e a data esteve vinculada ao prazo para poder concorrer por novo partido (um ano antes das eleições de 2006).

Para quem saiu na primeira leva certamente a votação da reforma da previdência e a punição interna aos que votaram contra pesou muito.

Na época estava no governo e como nossos parlamentares (da APS) se abstiveram, os poucos cargos que existiam no governo foram exonerados em represália. Mas isso não teve relevância na decisão de 2005. Para nós era o preço da coerência e sairíamos do governo de qualquer jeito.

5. Aprofunde sobre qualquer outro elemento, avaliação política etc. que considere relevante para explicar o processo de racha com o PT e formação do PSOL.

Quando saímos do PT éramos mais otimista com o crescimento de dissidências internas. Nem todos que criticavam as mudanças programáticas saíram, alguns permanecem até hoje. Foi um risco, por que parlamentares (estaduais e federais) que saíram colocaram em cheque os seus mandatos e vários não conseguiram se reeleger pelo PSOL, partido em construção e sem chapas proporcionais fortes.

Este resultado imediato de perda de acúmulo institucional fez parte do debate interno, foi o risco necessário para manter a coerência.

Novamente agora, após os escândalos, impeachment e desastre eleitoral do PT em 2016 é que muitos voltam a discutir sair do PT.

E2. Nome: Franklin de Carvalho Oliveira Junior

Militava em alguma das tendências que racharam com o PT no período em que essa tendência saiu do partido? Em qual?

APS - Ação Popular Socialista

Desempenhava algum cargo de representação ou responsabilidade partidária no período do racha com o PT? Qual?

Não

Perguntas

1.Quais considera que foram os fatores chaves que levaram ao racha com o Partido dos Trabalhadores e a formação do PSOL? Poderia descrever como esses fatores se desenvolveram, como eles interagiram, e se houve algum/alguns deles que foi/foram mais determinante/s que outro/s nesse processo.

Nos anos 90, a Força Socialista, corrente interna em que então militava e que viria a formar a APS, tecia uma série de críticas a então corrente majoritária. Nossa política foi então a de formar frentes de esquerda quando dos encontros internos do partido. As eleições presidenciais de 2012 se desenrolaram em meio a várias divergências internas, particularmente a Carta aos Brasileiros. Surgiam informações de reuniões de dirigentes do PT feitas às escondidas com a FIESP e o Depto de Estado Norte Americano.

De todo modo, a eleição de Lula fez com que ingressássemos em novo patamar de organização propondo a fusão com vários grupos regionais para criar a APS em 2003, o que, entretanto, não agregaria a força que pensávamos. Nos primeiros meses de mandato do presidente agravaram-se as divergências, A nomeação de Henrique Meirelles, conselheiro do Banco de Boston como presidente do Banco Central para ficar bem com o mercado foi uma delas, mas o fulcro foi o tratamento do funcionalismo e a política do “ganha-ganha” onde qualquer benefício dos setores populares passavam por beneficiar também as classes dominantes. Havia, entretanto, contra balançadamente o lançamento do Programa Fome Zero em 2003 e do Bolsa Família em 2004.

No período lançamos a candidatura do prefeito e nosso militante do Pará Edmilson Rodrigues para disputar a presidência do PT no PED o que fez, inclusive, com que se resolvesse a crise interna com o deputado federal Nelson Pelegrino que não o apoiou preferindo ficar ao lado das posições de Lula.

Um momento nevrálgico no partido foi a votação da reforma da previdência que fez com que oito deputados federais fizessem o combate e afirmassem votar contra as posições do partido. Ao final cinco mantiveram suas posições e foram expulsos criando condições para a sua criação do PSOL. O processo intensificou o impasse na APS entre os que defendiam a

saída do partido e aqueles que defendiam a nossa manutenção, em sua maioria ligados aos parlamentares da APS. O cenário somente se modificou em 2005 quando o escândalo do mensalão veio a público e levou a redefinição desses parlamentares e a unificação da tendência para a sua saída do partido e somar forças com o PSOL.

2. Em caso de ter mencionado mudanças ideológico-programáticas do Partido dos Trabalhadores, poderia aprofundar no ponto? Houve mudanças nesse ponto após iniciou-se o governo Lula? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

O transformismo do PT já datava do final dos anos 80. Durante os anos 90 o quadro interno se agravou a partir do I Congresso do PT. Era a negação mais completa de pontos essenciais do programa partidário de 1987 que aprovou a formulação do Programa Democrático e Popular. A nossa crítica inicial ao começar o governo em 2003 era ao quase que total abandono do programa partidário por uma política pragmática e ao sabor da ocasião. Basta se dizer que surpreendeu a todos Lula se encontrar com o ex- presidente Fernando Henrique Cardoso para pedir conselhos.

A passagem para a presidência da república reduziu o partido a pouco mais de um apêndice do governo, escancarou as alianças, primeiro com o centro e depois com a direita, atraiu um sem número de pessoas que nada tinham a ver com nossas posições já que a lógica do partido se decidia conforme os “interesses do Estado”. Desequilibrou completamente o peso das correntes partidárias, principalmente daquelas mais à esquerda. A máquina do Estado foi inclusive utilizada para assegurar a “hegemonia” da corrente majoritária.

3. Em caso de ter mencionado fatores internos relacionados à estrutura organizativa e de tomada de decisões do PT (como foi o processo de tomada de decisões, seleção de candidatos, diminuição dos espaços de debate político, redução do poder de incidência de tendências nos rumos gerais do partido etc.) poderia aprofundar na sua descrição? Houve mudanças nesse ponto após início do governo Lula? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

Ficou completamente inviável concorrer nos termos em que a disputa era feita antes. O presidente ganhava ampla notoriedade no país e atrás ao seu redor, e de seu grupo, a ampla maioria daqueles que se aproximavam do Estado e do PT. A nomeação de mais de oitenta

mil cargos, a eleição de parlamentares, de prefeitos e governadores seguiam á mesma lógica que reduzia as correntes de esquerda a marginalidade interna. Muitos dos que conseguiam sobreviver o fizeram a partir de todo tipo de concessão a corrente majoritária, e, também aos “interesses de Estado”.

No entanto é preciso dizer que esses processos se definiram na luta concreta, não foram fruto da “malvadeza” de alguém previamente definido.

4. Em caso de ter mencionado elementos conjunturais, poderia aprofundar sobre a relação entre esse/esses fator/es e o processo do racha com o PT e formação do PSOL? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência/corrente/coletivo (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

Havia dificuldades internacionais para o governo brasileiro e não parecia consolidada as políticas sociais que chamávamos á época de “medidas compensatórias”. O tratamento preferencial aos aliados de centro e direita, seja na ocupação da máquina do Estado seja na formação da maioria governamental no Congresso, as desconfianças de que era possível a não consolidação do mandato de Lula, veio a se somar ao descoberto escândalo do Mensalão mostrando Mara nós a manutenção de métodos imemoriais da velha política no partido. As avaliações da tendência eram marcadas por esses e outros aspectos conjunturais e de construção partidária.

5. Aprofunde sobre qualquer outro elemento, avaliação política etc. que considere relevante para explicar o processo de racha com o PT e formação do PSOL.

A APS era parte explícita do PT e sua evolução não pode ser entendida fora do contexto interno e externo desse partido. Acho que o fator essencial para a nossa unificação, dizendo melhor, da unificação das análises políticas, compreendendo que era possível sobreviver fora do partido, já que não tínhamos praticamente qualquer presença no interior da máquina do Estado, foi o escândalo do Mensalão, que parecia durar na medida em que veio acompanhado da queda de popularidade do presidente Lula.

E3. Nome: Denise Anzorena Simeão

Militava em alguma das tendências que racharam com o PT no período em que essa tendência saiu do partido? Em qual?

Eu fui uma das fundadoras do MES (Movimento Esquerda Socialista) quando este ainda era um movimento, sobretudo do Rio Grande do Sul, e uma das correntes fundadoras do PSOL. Todavia, não rompi com o PT no período em que denomino “primeira ruptura” que resultou na coleta de assinaturas e fundação formal do PSOL. Fiz parte da “segunda ruptura” em que saiu o bloco do qual fazia parte Plínio de Arruda Sampaio e a APS (Ação Popular Socialista). Nessa época, eu participava de um coletivo com dissidências da Articulação de Esquerda e Democracia Socialista, do PT, e do MES. Essas dissidências deram origem ao Enlace, posteriormente.

Atualmente, integro o campo Unidade Socialista.

Desempenhava algum cargo de representação ou responsabilidade partidária no período do racha com o PT? Qual?

Não

Perguntas

1. Quais considera que foram os fatores chaves que levaram ao racha com o Partido dos Trabalhadores e a formação do PSOL? Poderia descrever como esses fatores se desenvolveram, como eles interagiram, e se houve algum/alguns deles que foi/foram mais determinante/s que outro/s nesse processo.

Considero que há dois elementos fundamentais que interagem entre si, e um terceiro mais secundário.

O primeiro foi o óbvio: o PT mudou. Mas aqui cabe só fazer uma ressalva. O processo de metamorfose do PT não começa nem se encerra nesse que deu origem ao PSOL. Há muitas avaliações históricas das mais diferentes em seus ritmos e vertentes teóricas. Por exemplo, para os trotskystas mais ortodoxos, o PT já nasceu com o “pecado original” do reformismo e da conciliação de classe, portanto nunca foi estratégico. Para outros setores, os problemas iniciaram com as primeiras experiências de governo, em 1988, quando o partido toma noção da gestão da máquina pública. Na década de 1990, com a queda do “socialismo real”, o avanço neoliberal, com o movimento sindical mais derrotado e três derrotas eleitorais presidenciais acumuladas nas costas, é quando os setores mais à esquerda se enfraquecem e o PT faz o giro para aquilo que mais se aproximaria do seu formato de quando chega ao governo. Assume totalmente a conciliação de classes e num novo programa e desloca

totalmente o centro das decisões partidárias para os aparatos, acabando com a democracia interna.

O segundo elemento é o que chamo de experiência/expectativa de setores da classe trabalhadora, ao qual foi necessário dar uma resposta no calor dos acontecimentos. O fato é que havia uma expectativa imensa com o governo Lula por parte da população, em geral, e dos trabalhadores do serviço público, em particular. A reforma da previdência mostrou que a preocupação em suprir demandas não era com esse segundo segmento.

Isso gerou um processo de mobilizações e certa desilusão desses trabalhadores com o governo, e houve uma necessidade de mostrar que havia alternativa. Por certo, podemos perguntar sobre aquele período específico: era suficiente? Também podemos avaliar que essa luta não produziu uma experiência linear com o governo ou grandes rupturas de massas no movimento sindical ou de massas nos anos que seguiram.

O processo de reorganização da esquerda segue em curso, com confusões, contradições, com coisas novas que nem passam por esquemas de organização que tradicionalmente lidamos, e o PSOL é parte disso. Uma parte reconhecida e respeitada disso, mas ainda sem a força e a capilaridade necessária para ocupar esse imenso vazio deixado pelo PT.

A terceira questão, creio que menos relevante, mas que deve ser citada, diz respeito ao fato de que, diante desse giro do PT e desse processo de experiência por alguns setores organizados da classe trabalhadora, abriu-se uma oportunidade que organizações trotskystas, que nunca viram o PT como estratégico, pudessem ajudar a protagonizar a construção de outro projeto. Os chamados “grupos fundadores” do PSOL junto com os parlamentares eram todos dessa linha (ex-Convergência Socialista) que sempre se mantiveram taticamente no PT.

2. Em caso de ter mencionado mudanças ideológico-programáticas do Partido dos Trabalhadores, poderia aprofundar no ponto? Houve mudanças nesse ponto após iniciou-se o governo Lula? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

Efetivamente, em congressos anteriores a direção majoritária do PT havia desenvolvido a chamada tese da Revolução Democrática, que caracterizava que o Estado brasileiro ainda se mantinha totalmente inacessível do ponto de vista dos direitos sociais para a maioria da

população e ampliar o acesso a esses direitos mexer nas estruturas, como judiciário, etc, num país como o Brasil era a grande tarefa colocada.

Evidente que você não faz isso num ano. Tampouco num mandato. O problema é que o governo Lula fez quatro sinalizações, logo de início, que iam na contramão de quem se propõem a ser mudança. a) manutenção do superávit e do esquema básico econômico anterior; b) sinalização política para o mercado com a Carta ao Povo Brasileiro; c) Reforma da Previdência, mostrando disposição de enfrentar sua base social; d) desmobilização dos movimentos sociais (talvez uma das mais graves para quem quer fazer mudanças profundas num país de oligarquias).

3. Em caso de ter mencionado fatores internos relacionados à estrutura organizativa e de tomada de decisões do PT (como foi o processo de tomada de decisões, seleção de candidatos, diminuição dos espaços de debate político, redução do poder de incidência de tendências nos rumos gerais do partido etc.) poderia aprofundar na sua descrição? Houve mudanças nesse ponto após início do governo Lula? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

A corrente da qual eu participava no PT, o MES, nunca privilegiou a atuação interna ao partido. E, apesar de ter uma parlamentar, era bastante minoritária.

4. Em caso de ter mencionado elementos conjunturais, poderia aprofundar sobre a relação entre esse/esses fator/es e o processo do racha com o PT e formação do PSOL? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência/corrente/coletivo (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

Acho que já mencionei anteriormente.

E4. Nome: Douglas Elias Belchior

Militava em alguma das tendências que racharam com o PT no período em que essa tendência saiu do partido? Em qual?

Plenaria " A LUTA FAZ A LEI"

Desempenhava algum cargo de representação ou responsabilidade partidária no período do racha com o PT? Qual?

Secretario de Juventude do PT Região Macro Guarulhos

Perguntas

1. Quais considera que foram os fatores chaves que levaram ao racha com o Partido dos Trabalhadores e a formação do PSOL? Poderia descrever como esses fatores se desenvolveram, como eles interagiram, e se houve algum/alguns deles que foi/foram mais determinante/s que outro/s nesse processo.

A contradição com o programa e bandeiras históricas do PT do partir, no momento da prática do poder.

2. Em caso de ter mencionado mudanças ideológico-programáticas do Partido dos Trabalhadores, poderia aprofundar no ponto? Houve mudanças nesse ponto após iniciou-se o governo Lula? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

Minha saída foi individual.

3. Em caso de ter mencionado fatores internos relacionados à estrutura organizativa e de tomada de decisões do PT (como foi o processo de tomada de decisões, seleção de candidatos, diminuição dos espaços de debate político, redução do poder de incidência de tendências nos rumos gerais do partido etc.) poderia aprofundar na sua descrição? Houve mudanças nesse ponto após início do governo Lula? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

Minha saída foi uma iniciativa individual. Meu grupo continuou no PT. Essa saída se deu no início do governo Lula. E de lá por diante os motivos que me levaram a sair se aprofundaram.

4. Em caso de ter mencionado elementos conjunturais, poderia aprofundar sobre a relação entre esse/esses fator/es e o processo do racha com o PT e formação do PSOL? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência/corrente/coletivo (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

Já respondi.

5. Aprofunde sobre qualquer outro elemento, avaliação política etc. que considere relevante para explicar o processo de racha com o PT e formação do PSOL.

Acredito que o poder dos mandatos e dos grupos hegemônicos em governos e cargos em governos, bem como suas opções pragmáticas e eleitorais, levaram ao rompimento e a derrocada do partido, como vemos atualmente. E temo que o Psol trilhe a mesma estrada.

E5. Nome: Moyses Israel Coelho Ribeiro

Militava em alguma das tendências que racharam com o PT no período em que essa tendência saiu do partido? Em qual?

NÃO. Militava na corrente O Trabalho que caracterizava que o PT surgiu como um Partido Operário Independente e passou para um Partido Operário Burguês já há algum tempo, no entanto, nunca foi maioria na corrente a idéia de sair do PT.

Desempenhava algum cargo de representação ou responsabilidade partidária no período do racha com o PT? Qual?

Não

Perguntas

1. Quais considera que foram os fatores chaves que levaram ao racha com o Partido dos Trabalhadores e a formação do PSOL? Poderia descrever como esses fatores se desenvolveram, como eles interagiram, e se houve algum/alguns deles que foi/foram mais determinante/s que outro/s nesse processo.

O racha com o PT ocorre após a aplicação pelo governo Lula de uma política contra a qual muitos militantes Petistas combateram durante a sua trajetória, particularmente a reforma da previdência em 2003 e a política de superávit primário, assim não era possível permanecer no PT e se manter coerente com o meu discurso.

2. Em caso de ter mencionado mudanças ideológico-programáticas do Partido dos Trabalhadores, poderia aprofundar no ponto? Houve mudanças nesse ponto após iniciou-se o governo Lula? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

Era um processo de mudança ideológica que vinha ocorrendo há muito tempo, desde a derrota em 1989, aprofundada pela queda do muro de Berlim, processo esse que atingiu diversos partidos no Brasil e no mundo, no entanto, a presença do José de Alencar como vice e a "Carta ao Povo brasileiro" no processo eleitoral avalizavam que as mudanças ideológicas vinham com muita força. Porém ainda acreditávamos que as forças das ruas,

dos movimentos sociais, da história do PT, a negação à política neoliberal materializado no Brasil no governo FHC, poderiam impor uma ruptura do PT com esses setores.

Ver o partido se aliando com as velhas oligarquias e inimigos do partido que, não apenas compunham mas tinham muita força no governo (como Sarney, Maluf, Meirelles) desarmou a militância que queria aprofundar as mudanças, e nosso discurso já não cabia no partido.

3. Em caso de ter mencionado fatores internos relacionados à estrutura organizativa e de tomada de decisões do PT (como foi o processo de tomada de decisões, seleção de candidatos, diminuição dos espaços de debate político, redução do poder de incidência de tendências nos rumos gerais do partido etc.) poderia aprofundar na sua descrição? Houve mudanças nesse ponto após início do governo Lula? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

A força dos núcleos de base já haviam se perdido, quase não existia mais núcleos do partido. A força dos mandatos já havia inclusive esvaziado os diretórios, os principais quadros estavam na assessoria de mandatos, e alguns mandatos já tinham mais força que diretórios. No entanto, os Congressos ainda eram espaços de debate e decisões importantes. Durante o governo Lula, o PT altera a forma de escolha da sua direção, deixando de ser no Congresso e passando a ser via PED (Plano de Eleições Diretas), que esvazia os Congressos, desvincula a eleição a direção do controle da militância, reforçando na eleição da direção o peso de figuras públicas e de verbas para uma campanha nacionalizada. A corrente da qual fazia parte fez um grande combate contra o PED. As tendências saem enfraquecidas desse processo e o governo fortalecido. Soma-se a isso tudo um forte discurso do Lula e da área majoritária do PT diz que "partido é partido e governo é governo". O governo não aceitaria influência do partido no governo.

4. Em caso de ter mencionado elementos conjunturais, poderia aprofundar sobre a relação entre esse/esses fator/es e o processo do racha com o PT e formação do PSOL? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência/corrente/coletivo (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

A corrente OT, sempre foi muito crítica à formação do PSOL, sempre defendeu a manutenção da hegemonia do PT na esquerda. Tinha que se combater as ilusões no terreno

das ilusões", ou seja, estar no PT seria o melhor local para falar dos erros que este cometia. No entanto, as bandeiras políticas da corrente se chocavam com o discurso partidário e do governo de forma muito acentuada.

5. Aprofunde sobre qualquer outro elemento, avaliação política etc. que considere relevante para explicar o processo de racha com o PT e formação do PSOL.

Vale lembrar que o PSOL tem dois momentos de formação, um primeiro logo após a reforma da previdência, onde irão grupos que foram expulsos do PT por terem votado contra a reforma da previdência, que se juntam com um setor que não era de origem Petista, outro, um pouco posterior, logo após a derrota de Plínio de Arruda Sampaio na eleições da PED, que viram como acabada a possibilidade dos grupos à esquerda influenciarem o partido, seus apoiadores saem para compor com o PSOL já formado. Tanto em um caso quanto em outro, o combate à política de cortes e de composição de classes foi fundamental para a necessidade de construir o PSOL, que surge como uma alternativa à esquerda.

E6. Nome: Alexandre Varela

Militava em alguma das tendências que racharam com o PT no período em que essa tendência saiu do partido? Em qual?

Na época, membro da Executiva Regional do PT Goiás.

Militava na Força Socialista

1. Quais considera que foram os fatores-chaves que levaram ao racha com o Partido dos Trabalhadores e a formação do PSOL? Poderia descrever como esses fatores se desenvolveram, como eles interagiram, e se houve algum/alguns deles que foi/foram mais determinante/s que outro/s nesse processo.

O caminho trilhado no governo, mesmo antes do resultado das eleições de 2002 já estava trilhado na elaboração da Carta aos Brasileiros e logo início do governo ao compor o ministério, com a indicação de um latifundiário para o Ministério da Agricultura e de Henrique Meireles para a presidência do Banco Central, que conduziu uma política econômica contrária ao programa defendido por anos pelo partido.

A votação da reforma da previdência foi outro marco importante na crise com o Partido dos Trabalhadores.

2. Em caso de ter mencionado mudanças ideológico-programáticas do Partido dos Trabalhadores, poderia aprofundar no ponto? Houve mudanças nesse ponto após iniciou-se o governo Lula? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

Após o PED, o processo de eleições diretas do PT de 2005, ficou claro que o PT tinha esgotado seu papel para ajudar nas transformações necessárias para que o povo brasileiro tivesse uma vida mais digna.

No processo de debates do PED ficou claro a opção do partido em defender as opções do governo na política econômica e nas alianças com partidos conservadores para garantir a governabilidade.

3. Em caso de ter mencionado fatores internos relacionados à estrutura organizativa e de tomada de decisões do PT (como foi o processo de tomada de decisões, seleção de candidatos, diminuição dos espaços de debate político, redução do poder de incidência de tendências nos rumos gerais do partido etc.) poderia aprofundar na sua descrição? Houve mudanças nesse ponto após início do governo Lula? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

No espaço que eu militava, o estado de Goiás, tivemos uma boa votação no PED 2005, apesar que no momento de nossa saída poucos militantes nos acompanharam.

No PED de 2005, conquistamos pela primeira vez um espaço na executiva estadual do PT e abrimos mão dele para ajudar na construção da globo.

4. Em caso de ter mencionado elementos conjunturais, poderia aprofundar sobre a relação entre esse/esses fator/es e o processo do racha com o PT e formação do PSOL? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência/corrente/coletivo (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

5. Aprofunde sobre qualquer outro elemento, avaliação política etc. que considere relevante para explicar o processo de racha com o PT e formação do PSOL.

A opção preferencial do PT para os processos eleitorais em detrimento a construção dos movimentos sociais foi ponto importante para acirrar a disputa interna no partido e a entrada no PSOL foi opção para fortalecimento de um projeto partido que possa aglutinar

todos os agrupamentos de lutadores sociais, que romperam com as organizações que ainda acreditavam na opção das direções do PT e da CUT

E7. Nome: Bernadete Menezes

Militava em alguma das tendências que racharam com o PT no período em que essa tendência saiu do partido? Em qual?

Sim, Enlace

Executiva Estadual do PT do Rio Grande do Sul

Perguntas:

1. Quais considera que foram os fatores chaves que levaram ao racha com o Partido dos Trabalhadores e a formação do PSOL? Poderia descrever como esses fatores se desenvolveram, como eles interagiram, e se houve algum/alguns deles que foi/foram mais determinante/s que outro/s nesse processo.

1. Privilegiar a política institucional e de conciliação de classes. Abandonar a organização de base e a mobilização permanente de massas. Isso levou a alterações no programa do partido.

2. Em caso de ter mencionado mudanças ideológico-programáticas do Partido dos Trabalhadores, poderia aprofundar no ponto? Houve mudanças nesse ponto após iniciou-se o governo Lula? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

2. Fim dos núcleos de base. Organização através dos mandatos. Na década de 90 a cada ataque neoliberal de FHC o povo respondia nas urnas votando no PT que reforçava a saída institucional e o desprezo pela organização de base do partido e o enraizamento social, abandonando a mobilização permanente das massas. Isso facilitava as alterações programáticas e políticas de alianças cada vez mais frouxas, aumentava a autoridade dos parlamentares em detrimento da militância partidária.

3. Em caso de ter mencionado fatores internos relacionados à estrutura organizativa e de tomada de decisões do PT (como foi o processo de tomada de decisões, seleção de candidatos, diminuição dos espaços de debate político, redução do poder de incidência de tendências nos rumos gerais do partido etc.) poderia aprofundar na sua descrição? Houve mudanças nesse ponto após início do governo Lula? Houve uma avaliação

explícita desse ponto na sua tendência (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

3. A Reforma da Previdência e ausência de Reformas Fundamentais defendidas pelo partido e esquecidas pós vitória. Reforma Tributária, imposto sobre grandes fortunas, Democratização da mídia, Erradicação do analfabetismo, Auditoria da Dívida pública, etc.

No RS o partido sempre foi mais democrático. A proporcionalidade do congresso valia para os espaços políticos das correntes, ocupação de espaços, profissionais. Mas o número de parlamentares também começou a ter uma grande influência sobre esses espaços.

4. Em caso de ter mencionado elementos conjunturais, poderia aprofundar sobre a relação entre esse/esses fator/es e o processo do racha com o PT e formação do PSOL? Houve uma avaliação explícita desse ponto na sua tendência/corrente/coletivo (espaço de militância) no processo de saída do partido? Qual foi?

4. Apesar de não ter citado, as denúncias do mensalão aceleraram a ruptura do PT e ida ao PSOL.

5. Aprofunde sobre qualquer outro elemento, avaliação política etc. que considere relevante para explicar o processo de racha com o PT e formação do PSOL.

5. O PT nasceu da maior vitória da classe trabalhadora nos últimos 50 anos, o movimento de redemocratização, as diretas já, a constituinte. O PSOL ao contrário, nasceu da maior derrota de nossa classe nos últimos anos. O fim do PT como alternativa de esquerda no país. Daí as enormes dificuldades do PSOL na atual conjuntura. Lula e o petismo educaram os trabalhadores que o voto não é necessariamente de classe - Trabalhador vota em trabalhador - ensinaram a conciliação de classe. Vamos levar algum tempo para recuperar os espaços perdidos. Estamos no final de um ciclo, o fim do petismo como alternativa de classe.